
B.G. 33-5-1 B.S. 9-5-1

||| GIL 
V I C E N T E

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — *Guimarães*

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA & IRMÃO VILA NOVA DE FAMALICÃO — 1940

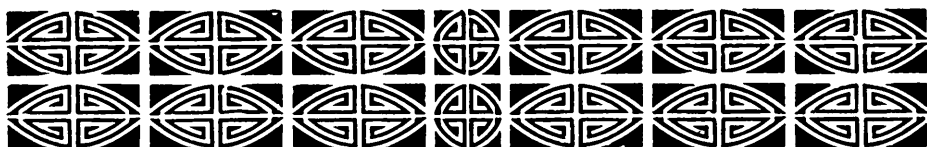
GIL VICENTE



VOLUME XVI

JANEIRO — DEZEMBRO

GVIMARÃIS
MCMXL



1940 — ANO ÁUREO

VÃO realizar-se, neste ano, as comemorações centenárias da Independência e da Restauração de Portugal.

Passa pelo Mundo uma nova onda de desvairo, de luta de predomínio e de destruição, cujas conseqüências se não podem ainda prever.

E é entre os preparativos bélicos de várias nações, que Portugal se ergue, senhor de si, para a comemoração de dois factos históricos do mais alto significado e da maior importância para os seus destinos.

Portugal, passando em revista o seu passado grandioso, não pode deixar de tirar dele uma proveitosa lição para orientar o seu futuro de nação livre.

O passado, que se comemora, é um motivo forte de orgulho da nossa Raça. Mas não deve ser êsse, apenas, o fim a alcançar com as comemorações projectadas.

A Raça pôde praticar os milagres de que agora nos orgulhamos porque teve nos seus Reis — nesses Reis caluniados pela falsa história — os propulsores e os realizadores das aspirações nobres dos portugueses.

Primeiro, em S. Mamede, à volta do jovem Afonso Henriques. Depois, com o Mestre de Avis, praticando os feitos gloriosos que, de Aljubarrota, se estenderam para além do Mar, às terras de Africa e de Santa Cruz e aos confins da Índia.

Durante o cativeiro filipino, o *sebastianismo* era a esperança da Raça que desejava voltar a ser livre. O *sebastianismo* era a mística que enchia os corações de uma nova fé no resgate e no ressurgimento da Pátria. Morto, nos areais de Alcácer, em holocausto ao seu sonho grandioso, D. Sebastião não podia voltar a ser Rei de Portugal. Mas a esperança no novo Rei, mas a fé no novo Desejado mantinham-se sempre bem vivas e delas resultou o novo milagre da Restauração.

Foi com D. João IV, com êsse também caluniado Duque de Bragança, que os portugueses se reuniram para soltar bem alto o grito de libertação. O *sebastianismo* deixava de ser uma esperança para se con-

verter numa realidade que alegrava as almas, fortalecidas nas vélhas profecias, e as levava aos heróicos feitos militares do Ameixeal, dos Montes Claros, das linhas de Elvas, de tôda a gloriosa campanha que assegurou a Restauração.

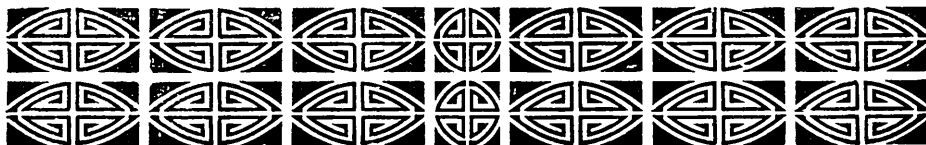
O poder real, o prestígio dos Reis que interpretaram e deram realização aos anseios de independência que tornaram possível, junto de vizinho poderoso e através de tantos séculos decorridos, a existência livre de um povo livre, tem que ser pôsto em relêvo para que as comemorações possam atingir o seu verdadeiro significado.

No Ano Aureo, que se inicia, a Inteligência tem que estar acima, muito acima dos preconceitos de ocasião, de tudo o que é efêmero e mesquinho e apagado, para se erguer em labaredas purificadoras que pulverizem as grilhetas do Espírito.

A Portugal, o que é de Portugal. O que lhe deu vida, o que lhe deu amparo, o que lhe deu alma e fé e heroísmo e renome universal, o que assegurou à Nação Portuguesa todos estes séculos decorridos, todos os séculos de vida, que se comemoram, de largos serviços à civilização cristã e latina, sôbre a qual pairam novas ameaças.

Como há pouco afirmou à juventude do nosso país um dos mais claros espíritos de português culto e de nacionalista devotado « para celebrar dignamente os centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, deviam ressurgir para a comunhão de hoje os altos sonhos dos mortos, convocar-se à reconciliação da esperança os vivos com fé, daquém e dalém-mar, congregando os netos dos Reis e os filhos do Povo no júbilo da unidade moral da Nação, com o desígnio ardente de que nela seja sempre o florido berço, a ara votiva e o sepulcro bento dos porvindouros portugueses ».





A SAÜDADE EM ANTÓNIO SARDINHA

por A. SARAIVA DE CARVALHO

NOTA-SE em todos nós divergência de proselitismo religioso ou político, literário ou artístico, materialista ou espiritualista, consoante a diversidade de ambiente social e familiar, de educação, de qualidades naturais. No campo da inteligência como no da moral é verdadeiro o rifão: «Dize-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens».

Parece-me que o indivíduo quási não tem personalidade; melhor, que a vontade de cada um assim como a inteligência são formadas de inúmeras moléculas das vontades e inteligências passadas e invulgares. Todos encerramos em nossa companhia permanente uma teoria de glóbulos que não são nossos e em nós mandam, uma série de ideias e sentimentos herdados de alguém de forma a não lhe podermos ser indiferentes.

Nosso, só nosso, é quási nada.

¿Somos católicos ou ateus, monárquicos ou republicanos, tradicionais ou revolucionários à russa só porque assim o queremos? Não. ona-

Somo-lo porque os *nossos* mortos no-lo mandam, porque o *nosso* mundo assim o exige, porque *nós* assim o queremos.

Desta tríplice origem mais ou menos evidente nascem as nossas preferências, actos e hábitos de que usamos como critério para rejeitar ou admitir dogmáticamente qualquer influência desagradável ou não.

¿Quem se não reconhece tablado dum tal teatro?

Desde que o jornal, livro de todos os dias, e o livro, jornal «número único», me deram a conhecer António Sardinha, tenho alimentado admira-

ção entusiástica, fervorosa veneração, que nunca hão-de morrer, pela sua obra de arejamento e renovação, pela sua pessoa prestigiosa e a muitos títulos simpática.

António Sardinha é para mim um nome — legenda ou quadro-vivo onde o sol se mostra rasgando escuridões, e viandantes erradios exultam por verem o caminho a trilhar.

Reunindo à sua volta um grupo de vontades formadas e concordantes lançou o arado à terra do Espírito, desenraizou o escalracho substituído depois pela boa semente que agora é consôlo — vai sendo consôlo... — de quem estende o olhar.

Por isto mesmo é preciso que perante a *cousa pública* ninguém nesta pequena casa lusitana o desconheça; é preciso que os corações ansiosos e os cérebros preocupados com futuros risonhos não ponham de lado nem para trás quem viveu e morreu trabalhando «Pola Ley e pola Grey».

Para não trair o imperativo do meu sangue aqui deixo bem manifesto o meu gosto bebido com o leite, desenvolvido com o tempo, radicado com o estudo.

Havendo, como há, em A. Sardinha facetas diversas cujo eixo é a divisa — Deus, Pátria, Rei — podia falar da sua crença, do seu nacionalismo, da sua política, da sua acção na História, na literatura, na crítica e até nas relações internacionais.

Sem poder nem querer abarcar tão volumoso pêso qual seria o estudo em globo, nem trazer para aqui assunto destoante, limito-me a salientar uma notável característica da sua obra: a saúde.

De propósito escrevi *notável característica* por ser a saúde pedra de toque do valor humano no que ela revela de espiritualismo e amor.

Dominado por êste sentimento enformador de tóda a sua vida que a morte tão prematuramente cortou, A. Sardinha paira muito acima dos banqueiros dormindo entre moedas, dos anarquistas doidamente insatisfeitos, de todos quantos não logram horizontes vastos para o seu pensar e desejar.

A saúde fê-lo autêntico revolucionário depois de o ter feito místico e Poeta a comprazer-se na contemplação bela das glórias nacionais, desde a Realeza até aos humildes filhos dos campos.

¡Bem dita seja tal saúde, dinâmica, vigorosa, confiante! Felizes todos que, à imitação de A. Sardinha, constroem esta eternidade temporal, a aliança do Passado com o Futuro através do Presente, dos nossos Avós com os nossos Netos!

Porque assim penso, assim escrevi o que segue.

I

«Se a alguém se afigurar parcialidade o calor de uma admiração legítima, pode facilmente desenganar-se relendo as fontes e verificando a exactidão dos assertos.»

CONDE DE SABUGOSA — *A Rainha D. Leonor.*

Há na Saúde uma fase de contemplação e outra emotiva, próxima do *nojo* ou tristeza, que quasi exclusivamente é tida em consideração com prejuizo da primeira.

Esta leva-nos ao êxtase, à admiração do Passado, à repulsa pelo Presente, ao desejo incontido do Futuro, ao entusiasmo, ao desânimo; é, por assim dizer, o átrio pelo qual entra no amor do ausente o coração «donde verdadeiramente nace a suydade, mais que da razom nem do siso».

Concedendo mais valor a uma, D. Duarte não foi omisso no que respeita ao reconhecimento da outra fonte da suydade, a razom. Se a tivesse esquecido podíamos dizer com verdade que êle nunca sentira tão belo sentimento.

Belo? Sim, por nos desprender da terra transformando-nos, melhorando-nos; por incitar almas de eleição a transformarem e melhorarem outras: é o caso de A. Sardinha.

Foi saudável não como o rouxinol que nasceu, viveu e morreu a trinar elegias à beira de água, nem como aquela dos Cancioneiros que, desalentada com a ausência do amigo, abandonou tudo o que a tornava gentil:

Par Deus, coytada uiuo,
poys non ven meu amigo;
poys non vem que farey?
meus cabelos, con ssirgo
eu non vos liarey.

.
mhas toucas da Estrela,
eu non vos tragerey.

.
en nós, ay meu spellu,
eu non me veerey.

.
mhas cintas das fivelas,
eu nõ vos çingerey.

Nêle a Saúde foi *dor d'alma* permanente mais que sentimento ocasional, porque foi temperamento tão perto da vida e optimismo como longe da morte e desprendimento.

Nado e criado no ambiente estúpido do século anterior prenhe de contradições — tormento e calma inocente; impiedade e virtude humilde; justiça e revolta: Antero do Quental e João de Deus; Renan e o Cura d'Ars; Leão XIII e Marx — A. Sardinha devia sentir-se entre fôrças opostas e violentas. Em si mesmo viveu, sem dúvida, combates renhidos entre aquêles dois princípios que já na antiguidade preocupavam os filósofos.

Foi a êste propósito que escreveu:

O filho de Holophernes e Judith
não é só êle: — somos todos nós!
Quem há que dentro em si não ressuscite
a eterna contradita dos Avós?

— Quem há que não se doa e que não grite,
vendo-se escravo duma briga atroz?

.

— Mas nesta luta, cega, expiatória,
se há mortos bons batendo os mortos maus,
que Deus me ajude a dar-lhes a vitória!

A sua inteligência crítica a tempo soube fazer a necessária selecção e lançar «para um montão de lixo» como José Fernandes do Eça «aquêlé pútrido rebotallio da Civilização, e numa aragem perfumada, vendo o mover das fôlhas, o luzir das águas correntes, ouvindo o cantar alegre da passarinhada, tão longe de amarguradas ilusões e de falsas delícias, trilhando um solo eterno e de eterna solidez, com a alma contente e Deus contente, como êle também serenamente e seguramente subiu — para o Castelo da Gran-Ventura»: o amor saúdoso e religioso.

Mais um poeta p'ra exaltar a Raça;
mais um poeta p'ra louvar a Deus!

E quando começou êle esta exaltação e louvor?

Quando ouviu e reconheceu uma voz que de longe vinha ecoando dentro de si a inquietá-lo e a dar-lhe prazer:

.

dentro de mim acorda soluçando
não sei que estranha, que impossível trova!

E' queixa amargurada que se amplia
nas íntimas penumbras do meu ser.
No entanto, deixa um rasto de alegria,
— e eu gosto de a escutar e de a sofrer !

Eu gosto de sofrê-la e de escutá-la,
quando as nascentes desabrocham tontas...
De quem és tu, embriagadora fala ?
Que idílio incerto é êsse que me contas ?

E' o «acerbo espinho, gôsto amargo de infelizes» revelando-lhe o mundo de gerações e gerações transactas abrangidas pelo coração e com as quais se familiariza depois de as fazer reviver para com elas formar um partido «não o dos Mortos debruçados sôbre o túmulo do rei [...]» mas dos Mortos reconhecendo e proclamando êsse aforismo elementar da sociologia de que «tudo o que é repousa sôbre tudo o que foi».

Assim deve ser; temos de moldar o Presente na fôrma do Passado quando êste é glorioso e transcende consideravelmente a mesquinhez que à nossa volta se estadeia, causando asco e descontentamento que obrigam a viver em solidão, sem relações espirituais com o que nos desagrada e se opõe à interpretação verdadeira do tal *idílio incerto* sonhado e contado.

E nesta solidão imposta por nós mesmos como protesto contra tudo contemporâneo não baseado no Passado, na qual somos discípulos e mestres enquanto representantes dos nossos Avós, operamos intelectualmente uma revolução de efeitos repercutindo em vários campos e que vai terminar numa posição definida onde reina o sossêgo.

Por êste motivo se odeia o bulício e se olha com amor o silêncio.

«Laissons agir le silence, qui est le maître...»

«Malheur à ceux qui n'ont pas connu le silence ! Le silence est un peu de ciel qui descend vers l'homme. Il vient de si loin qu'on ne sait pas, il vient des grands espaces interstellaires, des parages sans remous de la lune froide. Il vient de derrière les espaces, de par de là les temps, d'avant que furent les mondes et de là où les mondes ne sont plus. Que le silence est beau !...»

Poético elogio da solidão fazem estas belas palavras dum irmão espiritual de A. Sardinha; com elas o neto de Renan significa bem a importância do ambiente exigido na meditação.

Psichari escreveu-as depois de sentir a sua França na imensidade dos Céus e dos horizontes do deserto africano que lhe ouviu êste suspiro:

«Ce désert est plein de la France, on l'y trouve à chaque pas. Mais ce n'est plus la France que l'on voit en France [...]. Ce qui est important dans le monde civilisé c'est de vivre. Mais ici ce qui est important, c'est de penser.»

E o pensar constante na França do deserto leva-o a amar a França católico-monárquica.

A. Sardinha, de modo semelhante mas sem precisar de ir fazer retiro — deixem-me dizer assim — à terra dos Mouros, no convívio *isolado* dos antigos Portugueses, acaba por se confessar nacionalista-tradicionalista. Ambos notaram, e foi o suficiente, o contraste, que é elemento da Saúde, da Pátria que foi, com a Pátria que é.

«... C'est ici, très loin des mensonges et des capitulads, que j'ai élu ma vraie patrie», escreveu com razão o mesmo jovem francês que muito sofreu, chorou e rezou enquanto o coração andou insatisfeito.

Novo como todos os novos e como êle amante de novidades, foi A. Sardinha republicano nos tempos de Coimbra. Era moda da mocidade escolar — afirma Eugénio de Castro em referência ao caso — ser republicana. Ainda bem que assim foi; melhor ficou a conhecer o alvo do seu ataque futuro, embora não demorasse a arrear caminho.

Por quê?

Porque a República não tem ideal que satisfaça, não tem poder de harmonizar o Portugal hereditário com o de agora.

Ninguém negará valor de sintoma considerável e de documento precioso à declaração feita por Fialho de Almeida em — *1 de Novembro de 1910 !!!* — quando aludiu *aos irozes* ignorados e *mártires* esquecidos, à balbúrdia das ruas e das consciências. Ei-la :

« Sim, Sim! os governos da monarchia eram perdulários, infames, devassíssimos, mas ao menos no tempo d'elles exército e multidões das ruas, bem ou mal, viviam tranqüilos e acomodados a uma vida de disciplina e de trabalho. E agora, estes dois monstros, familiarizados com a revolta, e afeitos à recompensa pela desordem, nunca mais deixarão de assediar com os seus uivos o sossêgo estudioso dos estadistas.»

Assim, ¿ como havia de continuar republicano e não mudar de orientação política ?

À incompatibilidade do regime de 5 de Outubro com o sentimento próprio juntou-se a do espírito; a voz do sangue e a da inteligência, unidas, criaram o « Integralismo Lusitano », movimento revolucionário espiritual, teórico, corpo de doutrina eficaz destinada ao grande fim de « restaurar, não a Monarquia em Portugal, mas Portugal pela Monarquia « em que o Rei governa mas não administra ».

A Pátria tinha para A. Sardinha o aspecto das ruínas musgosas, com pedras branqueadas de longe em longe, que fazem adivinhar o fausto de antigo palácio, cuja recordação o emocionava e enchia de tristeza :

Caiado alpendre, ó casa lusitana,
quási perdeste as honras de solar.
.....
Nem já a madre-silva te engalana,
os pomos de oiro murcham no pomar !

Casa do Pedro-Sem e do Encoberto,
Casa que teve tudo e não tem nada,
Nem mesmo a cinza sôbre o lar deserto.
.....
Tu deste do teu ser ao mundo inteiro,
batendo-te por Cristo verdadeiro,
ó Cristo das Nações, ó Portugal !

E agora roxo com um ar funéreo,
a ti que dilataste a Fé e o Império,
ninguém te limpa o teu suor mortal.

Lidos estes versos julgo o seu autor de joelhos a rezar a Oração da Acrópole ou identificado com o Pilatos do Ecce Homo !

Portugal, vítima de doutrinas importadas pelos estrangeiros de dentro, não podia deixar de apresentar-se como se apresentou aos olhos e ao coração do nosso Poeta: qual Cristo que passou fazendo o bem na dilatação da Fé e do Império pelo mundo inteiro, e que, em recompensa paradoxal, recebeu açoites, viu a púrpura da túnica rasgada e ensangüentada, sofreu tremores dum suor mortal e caiu quási inanimado.

Sentidamente lhe auscultou o ar funéreo a alma moça do Integralismo disposto a levantar o triste moribundo que resurgiu à custa do esforço intelectual, o *Verbo que era ao princípio*; assim se encontrou « aquilo que constitui a realidade intransmissível », « o meio vital católico-monárquico da Nacionalidade ».

E a alegria desta Ressurreição exprimir-se-ia mais tarde em cânticos festivos como êste:

E os sinos tocam... Que aleluia de oiro
não vai p'lo céu, afogueado e loiro,
como se fôsse uma romã ardente!

¿Onde procurar a génese desta alegria de sol a pino que faz esquecer depressa a tristeza dos goivos e crepes da Paixão?

No culto da Alma Nacional, na Saúde da Pátria passada, na doutrina tradicionalista.

Alguns cegos voluntários, que olham o sol e o negam, com infantilidade ridícula acusam de retrógrado o Tradicionalismo. Ora êste tanto pode ser, o que êles querem, *recuo* do Presente para o Passado, como *avanço* do Passado para o Presente.

Admitindo, por hipótese, que era recuo, ¿háviamos por isso de acusá-lo de retrocesso?

A. Sardinha respondeu-lhes com originalidade, apresentando um símile. Assim como o doente, a quem a temperatura *recua* de 40° para 37° não retrocede, mas avança, não piora, mas, ao contrário, recupera a saúde, assim também querer a continuidade no desenvolvimento, a permanência na renovação não indica retroceder mas firmar o pé para mais sólido caminhar.

Então e só então tem lugar o provérbio: Tudo o que é, assenta no que foi.

Aqui vemos ser o Tradicionalismo professado por A. Sardinha um sinónimo, a tradução política da verdadeira saúde, isenta de narcisismo, pieguice, morbidez confundidas vulgarmente com ela.

Basta-nos, a título de exemplos, recordar a malograda Poetisa Florbela Espanca e o Poeta Mário Beirão, ambos contemporâneos e nascidos na *Planície Heróica* do escritor que estamos estudando.

A Florbela — nome antítese da obra! — costumam chamar Sóror Saúde. Quanto a mim não merece tal qualificativo. Nos seus versos não pressinto a dor dum bem perdido nem tão pouco o desejo de actualizar o Passado. Deles não ressalta a saúde, mas ao invés palpa-se a humidade de lágrimas, ouvem-se choros de desalento, respira-se um ar doentio.

Florbela afigura-se-me alguém perdido na escuridão, sem esperança de chegar à madrugada. Vive para si e só de si se importa:

E logo vou olhar (com que ansiedade !...)
As minhas mãos esguias, languescentes,
De brancos dedos, uns bebés doentes
Que hão-de morrer em plena mocidade !
.....
Ah ! não ser mais que o vago, o infinito !
Ser pedaço de gelo, ser granito,
Ser rugido de tigre na floresta !

Só melancolia de António Nobre, só amargura de Antero :

Quem me dera encontrar o verso puro,
O verso altivo e forte, estranho e duro,
Que dissesse, a chorar, isto que sinto !!
.....
Tortura do pensar ! Triste lamento !
Quem nos dera calar a tua voz !
Quem nos dera cá dentro, muito a sós,
Estrangular a hidra num momento !

Onde a Saúde? Eu não a vejo...

Não a pode haver na alma que *sempre foi o que é hoje* e que só deseja o aniquilamento.

Não confundamos! A Saúde não é o *Livro de Mágoas* de Florbela.

Próximo de A. Sardinha, de quem foi correligionário, encontra-se o autor das *Pastorais* e de *O último lusíada*, porquanto nestas duas obras já o coração vibra e o espírito vôa por regiões desconhecidas da citada Poetisa, a-pesar-de que os horizontes ainda se não alongam muito.

Da mesma forma que Florbela, Mário Beirão ocupa-se de si próprio, *por ser diferente do que foi*, mas fá-lo com serenidade:

Choro, choro por mim! Uma saúde
E um longo adeus abraçam-se comigo.
.....

O anjo que eu fui emerge da distância
E fita-me a chorar!

.....
Minha alma, tôda em flores,
Era um jardim suspenso sôbre o Mundo!

E sem quedar na visão do que lá vai, acrescenta :

Sombra de Além, ao longe, divagando,
Possa eu tornar a mim!

Estas vozes não conseguem abafar aquelas, filhas da compaixão pela sorte dos outros:

.
Vejo tôda a minha raça
Ardendo em autos de fé!
.

Cala a tua alta Epopeia,
Ó povo de Pedro Sem!
Maré cheia, maré cheia,
Já se não salva ninguém!

Verificado está, como é diverso o objecto e deturpada a noção de Saúde. Enganam-se os que a consideram só tristeza, só desejo. Isto aconteceu também com Fr. Agostinho da Cruz para quem

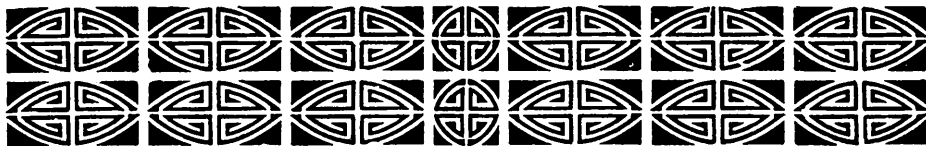
A saúde d'alma branda e pura,
Em que se há-de acender minha frieza,
Consiste na divina fermosura.

Como se dissesse: Tenho saúdades do Céu...

Não! A saúde autêntica, a única que, sendo sãdia, é foco de energias necessárias à vida bela, não é esta, mas a de que me ocupo.

(Conclue no próximo número).





ANTÓNIO SARDINHA

Escultura de Raúl Xavier

por LUIZ CHAVES

○ Poeta de *A Epopeia da Planície, Quando as nascentes despertam, Era uma vez um Menino e Roubo de Europa*, o Doutrinador de dezenas de ensaios e estudos, crítica e doutrina, ideias e factos, em *Ao princípio era o Verbo, Ao Ritmo da Ampulheta e Purgatório das Ideias* até *De Vita et Moribus* — António Sardinha — vai ter em terra alentejana, na vila de Monforte, o seu busto de bronze.

« passa a Planície interpretando a Vida
.....
O tema da Planície indefinida ».

Os conterrâneos vão prestar-lhe a homenagem de gratidão. Merece-a quem tanto exaltou a velha província de Entre-Tejo e Odiana, cantando-a no valor espiritual das evocações históricas e das paisagens maravilhosas. Os horizontes do Alentejo abriam de par em par as portas de Portugal à inteligência do batalhador, que não conhecia cansaços nem desfalecimentos.

E' sobretudo como Doutrinador que António Sardinha venceu. Se nos ensaios iluminou a inteligência portuguesa, nos versos lançou com sensibilidade ao ritmo poético a admiração das belezas da terra e a voz das tradições nacionais.

A Câmara Municipal de Monforte, ao promover o preito a António Sardinha, vai fixar em obra de arte e em letras de bronze, que a expliquem, o alcance actual do nosso maior Doutrinador das ideias nacionalistas. Honrando o Poeta, honra-se com brio a si própria. E' um acto de justiça, que deve ser completo, claro, leal e português.

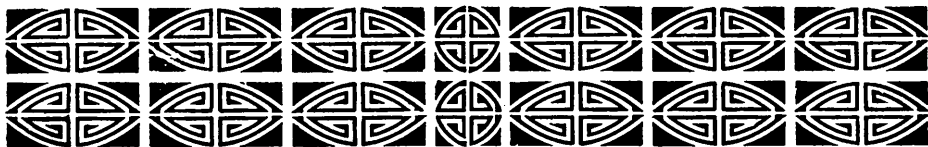
Raúl Xavier, escultor de mérito bem provado, teve o encargo de modelar o busto do glorioso soldado da Causa de Portugal. Não podia cair o trabalho em melhores mãos. A mascara forte, simultâneamente activa e doce, olha bem a direito. Nos olhos cavados arde a flama da inspiração. Espreita e atenta para compreender e doutrinar.

Bronze, daquele bronze dos sinos e dos canhões, António Sardinha, só vencido pela Morte, precisa de horizontes alentejanos, que o sol incendeia, e de flores que engrinaldem o monumento.

Para o monumento a António Sardinha

Com o fim de auxiliar a Câmara de Monforte no preito de homenagem ao querido e saúdoso Mestre do Nacionalismo português, a nossa Revista abre uma subscrição entre todos os nacionalistas que queiram contribuir para a mais rápida erecção do monumento. No próximo fascículo publicaremos a relação dos subscritores e das importâncias recebidas.





REGRESSO AO LAR

por CÉSAR DE OLIVEIRA

ESTAREMOS todos esquecidos? Ou andaremos nós enganados? Mas parece-nos que foi aí por 1926 que o Exército e a Nação, bem amadurecidos por uma persistente e sólida doutrinação nacionalista, arrazaram a feira-da-ladra que a Democracia exhibia, desde o Terreiro do Paço até ao mais remoto logarejo.

Para um canto, e aos poucos, foi varrida a caqueirada dos princípios que nos iam desvertebrando. E a farrapagem de velhos e abstrusos sistemas políticos que enjoaram, até à náusea, a vida nacional durante um longo século, foi impiedosamente lançada para o barril dos lixos históricos.

Embora a propaganda nacionalista postulasse o reatamento do «fio da Tradição», a verdade era que os objectivos imediatos da Revolução Nacional impunham o rompimento com o Passado liberalista, e êsse passado enraizara dogmas, criára ambiente, vinculara interesses que o país, afeito à sua imagem e semelhança, não considerava menos que sagrados.

Os dogmas doutrinários! O «clima» democrático! Os interesses criados! Pois foi com esta pesada bagagem de elementos reaccionários, que ainda se encheram os fartos alforges da revindicta e do sebastianismo.

Os restos machucados e encardidos de um velho mundo que teimava em sobreviver-se, agarrado à saúde liberalista e à esperança do comunismo, serviram de miserando viático à Democracia que foi lançada ao ostracismo pela declaração de princípios de 30 de Junho de 1930. O Estado Novo, anti-parlamentar, autoritário e pre-corporativo, com geral agrado sentenciou um formal mandato de despejo.

Dir-se-ia que, para sempre, os derradeiros vestígios do liberalismo e da revolução democrática, abandonavam esta pequena Casa Lusitana...

A guerra ideológica pairava já como uma ameaça. E o dilúvio universal também!

*

Com o seu alforge às costas, a lusa democracia correu as sete partidas do mundo e da aventura. Fez-se contrabandista e moedeira falsa. Bateu à porta amiga da S. D. N. Os braços da judeo-maçonaria abriram-se-lhe amáveis e complacentes. Aí foi recebida fraternalmente, no alvorôço com que se acolhe uma irmã de vida fácil caída em desgraça.

Em Genebra estabeleceu o seu quartel-general. Dispôs na Madrid vermelha as suas guardas avançadas.

Organizou em Paris a sua côrte. E mandou a Londres oferecer os seus préstimos aos serviços secretos britânicos. Não se entregou ao «dolce farniente» de tantos reis no exílio. Como Mário ao preparar-se para entrar em Roma, cônsul pela sétima vez,—assim se atira à luta, com raiva, com afinco, com alma.

Organizou vastas conjuras internacionais contra a «peste» totalitária que devastava êste seu perdido feudo, e fêz explodir sedições na metrópole, nos arquipélagos do Atlântico e nas províncias ultramarinas. Esvaída de fôrças, tentou reorganizar-se à margem ou à sombra da Nova Lei. Tentou infiltrar-se nas mais melindrosas engrenagens do Estado Novo.

Tentou o possível e o impossível para desacreditar e humilhar e enxovalhar, cá dentro e lá fora, a Nação resgatada e o Nacionalismo resgatador.

*

Arruinada, mas viciosa, a lusa democracia jogou na guerra, que é o jogo de mais azar que os homens inventaram. E como jogava com cegueira ideológica e com desespero, jogou e perdeu. Foi mesmo até ao ponto de perder a cabeça.

Jogou os princípios republicanos na coroa amolgada do Négus,—e perdeu. Arriscou ostensivamente contra os sudetas, na banca-francesa da Checoslováquia, algumas notas sobre o direito de os povos disporem de seus destinos,—e perdeu. Com o atrevimento de quem há muito se aliviou de todo o decôro, jogou em cheio na «vermelhinha» de Espanha. Durante quasi três anos conseguiu agüentar o seu jogo com uma batotinha de boatos e intrigas diplomáticas, e alguns «golpes» audaciosos de fugas de barcos de guerra, de explosões de bombas de «cervejaria», e

de atentados pessoais. Mas, — como na Etiópia, como na Austria, como na Chéquia, como na Albânia, como na China, como em tôda a parte onde o egoísmo e a hipocrisia conservadoras cediam, a bem ou mal, perante a tenacidade, a serenidade e a justiça que assistem aos jovens Estados nacionalistas da Nova Europa, — a lusa-democracia jogou e perdeu!

*

Jogando confiada e afoita na carta de um parceiro que teve sempre sorte no jôgo azarento da guerra, é agora, — neste pardo dilúculo de uma sangueira tão estúpida como criminosa, — que a lusa-democracia entrouxa os manachos e se prepara para uma fácil, embora demorada e cheia de rodeios, viagem de regresso. Aprendeu muito. Sabe o que a nós esqueceu há muito, e por isso se dissimula para não dar nas vistas nem causar escândalo.

Ainda vem longe, e parece um fantasma evocado pelo sebastianismo obcecado e irreduzível. Veste, cândidamente, a «alva dignidade da pessoa humana».

Na cabeça, — onde outrora vermelhava o gorro frigio do mais radical petroleirismo, — o biôco mal engomado dos «valores do espírito» quebra-se em ângulos que lhe dão um ar fanado de monja encarquilhada.

Lembra um fantasma, uma alma penada. E, no entanto, esta visão de falsa penitente é uma trágica e confrangedora realidade.

Vem amparada a duas muletas. Como ainda vem longe, e a fumareira da guerra não no-las deixa enxergar nitidamente, não se sabe se são báculos, se espadas, se cetros, se cacetes, aquilo em que se apoia no seu lento caminhar, pois tôdas essas muletas são precisas para não andar aos tropeções.

Subtilmente e sem alarmes, ela vem para tomar posse de uma Nação que, mágicamente e não se sabe a que título ou por que preço, renegou o forte Nacionalismo que a engrandecera e salvara. Não uiva já a «Internacional», nem vocifera bárbaros cantos de laicismo, de destruição e de morte.

Vem, acompanhada à guitarra. O Fado, flor de sentimento e alma lírica da lusa-democracia, aplanou-lhe os caminhos. E um câro gemente de fadistas, um câro pícaro de sacripantas, um câro unísono de oportunistas, afina pela B. B. C. o mais estafado, o mais corrido e o mais batido fadinho da Liberdade.

Ela regressa. Mas como vem melancólica, e derreada, e cauta!

A voz já lhe não chega às blasfêneas épicas da «Velhice», nem atinge a danada sublimidade da «Marcha do Odio».

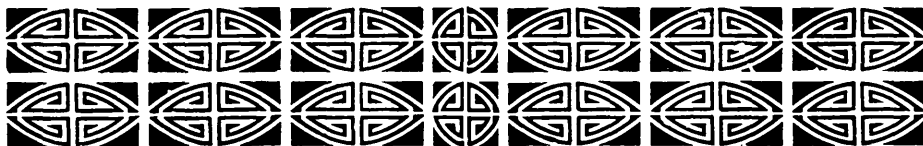
Cauta, dissimulada, hipócrita, — a lusa-democracia canta, roufenha de senil quebranto, os nostálgicos versos do «Regresso ao Lar»:

«Ai, há quantos anos eu parti, chorando,

Dêste meu saúdoso, carinhoso lar!

— Foi há vinte? -- Há trinta? Nem eu sei já quando...»





COUSAS DA MADEIRA

Lendas de outrora, e de sempre...

por FERNANDO DE AGUIAR

(Continuação da pág. 53 do vol. XV)

Lendas da Virgem Senhora

: : : do Monte : : :

Quem de entre o de estranha que, trazido pela reputação de fremosa sem par com que, no linguajar de aquêles que por usança jornaleiam pelas Sete Partilhas, se acolhe a majestática beleza do edênico presépio da feérica noite de São Silvestre—quem, de entre êsses muitos, uma vez no terreno paraíso não sobe pelo elevador de cansada cremalheira, o qual, trepando e gemendo *muita calha, pouca terra* ⁽¹⁾, o eleva até a Virgem Mãi dos madeirenses!

Recanto paradisiaco, como eminencial conhecido e havido por *viridarium* do jardim de Portugal, lugar tão a-propósito para aqui, entre pinheirais seculares e hortênsias de todos os dias, entre chilreada melódica de avezinhas acoradas por vetustos eucaliptos a em santa comunhão aninharem-se para perfeita reprodução e com o cachoante ruído de águas que batendo rocha em rocha por natural disposição se perdem por ribeiros e ribanceiras, almas enamoradas do Belo morrerem saciadas por tanta beleza.

Parado a meia encosta das montanhas que, em pendor, cinturam a cidade do Funchal e curvado ao pêso das massas de arvorêdo, existe **O Monte**,—importante núcleo populacional que, em sua origem de pequeníssima extensão, foi gradual e sensivelmente em aumento, devido

(1) O povo assim julga lastimar-se o funicular na subida da encosta ; para descida empregará um *deita fora, deita fora*, aliviado...

a prolífera propensão entre os pares seus vizinhos os quais, por lombos e serranias a mór das vezes de marinhosa e difícil escalada onde só o desbravar da mata, o brocar do basalto para a construção do fogo em pedra e cal, e o arrotear da terra picada por primitiva enxada, trouxeram para ali e ali edificaram sólidamente para o tempo motivo a que, levando à *devoção que faz derreter em lágrimas até os mais descompostos na vida* — como diria o nosso Frei Luiz de Sousa — aqui se busque remédio aos achaques do espírito já que nada mais paregórico a estas molestias há do que o amparo de **Maria**.

E assim, no mês de Agôsto de cada ano, os povos subindo ao Monte e fazendo suceder às lágrimas as orações e aos gemidos os cânticos formam um concêrto unânime de lamentações, que elevando-se aos céus trazem a paz entre os casais de boa vontade ⁽¹⁾.

E' possível, é mesmo certo que é a lenda a levá-los lá riba...

Dissemos algures — e este é *grosso modo* o significado que reputamos mais acertado com o sentir popular — que a lenda não seria mais do que a narrativa singela de factos vividos os quais, embora deformados pelas gerações, representam, ao correrem até nós, parcela a considerar na psicologia e na história já que uma e outra devem dar as mãos.

E ainda hoje continuamos a assim pensá-la.

A primeira Ermida que no Monte se edificou foi a expensas de Adão Gonçalves Ferreira — primeiro homem nado no Funchal — e que era filho de Gonçalo Aires, companheiro de Zargo e Tristão Vaz: corre-ria a construção pelos anos de 1470.

E a lenda, que tudo explica, procurando justificar o erguer do santuário diz-nos pouco mais ou menos o seguinte:

Lá muito mais para cima, no lugar hoje conhecido por **Terreiro da Luta** ⁽²⁾ apareceu em certo dia uma senhora ainda jovem a uma pastori-nha com quem merendou. Andava-se nos primeiros anos do povoamento.

Era então aquêl local um descampado só visitado, lá de vez em quando, por pastores mais seus rebanhos.

⁽¹⁾ Vid. *Romagens & Romarias* a seguir-se a êste ensaio de algumas das lendas da Madeira.

⁽²⁾ Como para tudo e por tudo o povo português tem a sua lenda, aí vai a que explica a origem do nome a êste sitio: Certo dia passava por aquêl êrmo um homem temente. O demónio para o tentar apareceu-lhe. Mas o homem deu-lhe combate e para ali o deixou como vencido. Assim aquêl campo de honra e para memória da vitória se ficou chamando Terreiro da Luta.

Ao segundo dia da primeira aparição já lá estava a senhora quando a pastorinha chegou ao campo e lá tornaram a brincar e a merendar.

Contente com a aparição narra esta o caso a seu pai que, homem nêscio, encolhendo os ombros e palavreando sem nexos, lhe voltou costas Terceiro dia e quarto dia e lá estava sempre a mesmíssima senhora.

Conta a criança às vizinhas que logo vêem no acontecimento cousa sobrenatural. Ao pai resmungão e descrente parece-lhe impossível que por sítios tão arredios andasse uma senhora desacompanhada. Ao outro dia porém, mais para tirar-se de teimas do que por aceitação, segue a filha e escondidamente observa o sucesso: em cima de uma grande pedra vê uma pequenina Imagem da Virgem Mãi, a qual parecia falar à pastorinha que, ao pai surgido inesperadamente, afirmava estar em presença da sua companheira de aquêles derradeiros dias.

Chegadas outras mais pessoas conduziram a imagem para a ermida existente no sítio do Monte e à Virgem deram o nome de Nossa Senhora do Monte.

Mas não era ali o local onde a Rainha dos Homens queria gasalho e assim, logo ao dealbar do dia imediato ao do sucesso, Ela de lá fugiu e veio ter a um sítio nas vizinhanças da Igreja, onde ao pousar fêz surgir nascente de límpida e miraculosa água. Ainda tentaram reconduzi-la ao altar mas obstinada tornou para o *largo da Fonte* e ali ficou, para todo o sempre, a abençoar os povos que em romagem a visitam e que de lá não tornam sem molhar os lábios na água da Santa.

E assim nasceu, na explicação do povo, a freguesia do Monte!...

Mas, uma outra lenda como esta atribuída à mesma Senhora, é do nosso conhecimento e já o era de Gaspar Frutuoso que a refere nas *Saúdades da Terra*.

No dia 3 de Outubro do ano terrível de 1566 é o Funchal saqueado pelos herejes huguenotes. Depois de saciados seus perversos instintos pela cidade, trepam até à Virgem do Monte e uma vez ali querem roubar a casa desta excelente e prodigiosa Senhora, que *he mar imenso de mizericórdias para toda esta Ilha* no dizer do clássico e nas ditangas do povo.

Assim, conta a tradição que é mãi, e nunca madrasta, da história, ter certo, de entre os muitos desgraçados calvenistas subidos até aquelas divinas altitudes, tomado irreverentemente à gloriosa Imagem e pretendido despedaçá-la, como a cousa ruim, pelos degraus do altar; mas estes, embora de rija pedra, deixaram-se vencer pelo pau milagroso de que é trabalhada a relíquia encontrada nas serras pela pastorinha e, é de ver, ficaram espedaçados em aquelas partes onde, com forte impulso, era arro-

jada pelo traidor hereje a imagem, a qual para prova da valia e do Milagre da Senhora não mostrou vestígio de lesão alguma.

Em castigo de tão execrável traimento recebeu o hereje à terceira arremetida contra aquela Soberana Mãe uma lasca da dura pedra, a qual partindo em estilhaços o prostrou para todo o sempre ⁽¹⁾.

E com o castigá-lo quis aquela Senhora mostrar aos restantes herejes o seu poderio sobre os homens e o caso é que aquêles, esmorecidos de susto, *dando às de vila diogo, pernas para que vos queremos nós*, só pararam quando se viram a são e salvos a bordo dos navios-corsários.

Em uma terceira lenda, — e se quisessemos apresentar uma quarta e uma quinta, ou tantas quantas desejássemos, o poderíamos fazer, tantas e tantas são as que correm atribuídas a esta Imaculada Virgem, as quais sendo em tão grande número, para Noronha, *se confundem nos tempos e nos sucessos*, — aparece-nos a Senhora do Monte como padroeira na falta de chuvas.

E assim ainda no ano de 1719 ⁽²⁾ houve tão grande esterilidade de chuvas que chegaram os povos a, aterrorizados, anteverem a fome nos lares. E pobres e ricos, irmanados na desgraça enorme que o céu vaticinava, multiplicavam-se em orações e em rogos a todos os santos do calendário para que estes, condoídos de sua dor, intercedessem junto de Deus.

Mas inútil...

Nem as preces *ad petendam pluviam*, nem as pragas proferidas em maldição de quem a desdita dos povos fazia roubando-lhes a água que do céu sobre a terra deveria cair, nem ainda as esmolas e as promessas que se faziam eram o bastante para amansar a cólera divina.

Os homens bons, em última instância, lembraram-se então da Virgem do Monte, Senhora de seus corações e que, nunca os desamparando, sempre os trazia rendidos pela fama de seus portentos.

Na certeza de socorro ajustam em que o modo eficaz de aplacar a

(1) H. M. Noronha nas cit. Memórias conta de modo diverso o desfecho da cena que por teatro teria tido o largo da Fonte e por AA. uns tantos franceses que discurriam os mares em vida de corso. «... a Divina Justiça, ... tomou por instrumento do Castigo, hum pobre Pastor chamado An.^{to} Mendes, o qual tomando hum Alfange o fendeo athe os peitos, e lhe cahio aos pes, em cujo lugar foi queimado o sacrilego corpo. Em memoria desta acção foy o Pastor armado Caualleiro pello Capitam Simão Gonsalves da Camara pr.^o Conde da Calheta, è mandando-o servir em Africa com seo filho Ruy Dias da Camara, foy lá mt.^o estimado pelas suas valentias.»

(2) Data imposta por Henrique de Noronha, cit. ms.

divina ira seria recorrer à Senhora fazendo-se-lhe uma devota novena indo em cada um dos nove dias a população de uma das circunvizinhas freguesias em procissão de ladaínhas.

Deu-se princípio à novena com tódo o aparato e solenidade e a ela acorreram gentes de tóda a vizindade cheias de fé e de esperança pelas próximas chuvadas, tão seguros estavam no deferimento da pretensão.

Chega-se ao dia nono e sobe ao Monte a freguesia da Sé com o cabido, senado, clero, nobreza, misteres e demais povo, todos em composta ordeni.

Acabado o ofício divino e aberto o nicho que encerra Maria procura-se conduzir ao Funchal a milagrosa Imagem.

E é então que se deu o sucedimento que por muitas gerações será sempre narrado aos vindouros!

Uma nuvem descendo das serras acompanha a procissão em todo o trajecto até a cidade e, aqui, uma vez entrada a Santa Relíquia no Templo, imediatamente se abrem os céus e de lá despeja sôbre a terra sequiosa uma chuva tão copiosa como jamais houvera memória.

E assim ficaram os madeirenses mais uma vez devedores para com a Senhora do Monte, sua doce e terna Mãe, de uma formosíssima lenda, a qual atestando o religiosismo dos habitantes de aquêlê teatro de maravilhas, vem do mesmo passo mostrá-los dignos descendentes de uma raça de Heróis e de Santos e nobres pregoeiros—como seus Maiores o foram! — de uma Santa Religião.

(Conclue no próximo fascículo).



VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1840

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Janeiro

Dia 1 — O directório da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico Representativo em Portugal nomeia para presidente da comissão estabelecida no círculo de Guimarães o vimaranense João Baptista Felgueiras.

*

Tomou posse a nova câmara dêste concelho, composta pelos srs. Barão de Vila Pouca, António de Nápoles, João Barroso Pereira, dr. João António de Oliveira Cardoso, Manuel Joaquim Areias, José Joaquim de Sá, José Joaquim Vieira e Joaquim de Meneses Cardoso. A eleição foi feita pelo povo, no 1.º Domingo de Dezembro, segundo o Código Administrativo. (P. L.).

Dia 22 — Chegou a notícia de ter Sua Majestade a Rainha nomeado para arcebispo de Braga a Pedro Paulo de Figueiredo Cunha e Melo, lente de prima na faculdade de direito da Universidade de Coimbra, homem de luzes e virtudes, e digno do alto emprêgo para que foi nomeado. Na mesma ocasião foram eleitos pela mesma Senhora, 4 bispos para diferentes dioceses do reino. (P. L.).

Dia 24 — Morreu na cidade do Pôrto o bispo eleito da mesma, D. Frei Manuel de Santa Ignez, eremita dos extintos agostinhos descalços (Grilos), o qual tinha sido eleito bispo do Pôrto pelo sr. D. Pedro, duque de Bragança, em 15 de Agosto de 1833, estando êste príncipe no Pôrto, no tempo do cerco. No dia do seu funeral e entêrro houve um grande tumulto popular na cidade do Pôrto, por causa do mau comportamento do cabido na ocasião de ser sacramentado o bispo eleito, assim como no seu

funeral, vindo o bispo eleito defunto a ser sepultado na igreja da Lapa contra a vontade do mesmo defunto, mas por deliberação do povo e das principais autoridades da cidade. (P. L.).

Dia 26 — Veio em procissão para a capela dos Terceiros Franciscanos a imagem do Senhor da Pedra, para que Deus permitisse que não continuassem as chuvas, que havia mais de 4 meses não cessavam de cair, sendo causa de que a maior parte das colheitas estavam por fazer. Acompanhavam-na a Ordem Terceira de S. Francisco, algumas irmandades e muitissimo povo. (P. L.).

Fevereiro

Dia 8 — A Câmara representa às Côrtes, sôbre o projecto da lei do censo.

Dia 22 — A Câmara representa à Rainha para que esta vila seja designada quartel do batalhão de infantaria 18, de que era coronel José Teixeira de Mesquita, como já fizera em 7 de Julho de 1838 e 7 de Agosto de 1839, tendo, ela Rainha, comunicado em portaria de 22 de Agosto de 1839 que a suplicante seria atendida.

Dia 23 — Portaria levantando a suspensão dos canonicatos ao chantre e 2 cônegos da Sé de Lamego e mandando-os voltar aos seus benefícios. Um dêsses cônegos era o vimaranense Luiz Navarro de Andrade.

Dia 26 — Decreto. « Atendendo ao que me representou o conselheiro João Baptista Felgueiras, que por decreto de 14 de Setembro de 1833 se achava servindo junto ao Supremo Tribunal de Justiça o lugar de

procurador geral da coroa, do qual foi exonerado por decreto de 20 de Setembro de 1836: hei por bem ordenar que êle, na conformidade da lei, passe a ter exercício de juiz da referida relação. O ministro e secretário de estado dos negócios eclesiásticos e da justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 26 de Fevereiro de 1840. — Rainha. — António Bernardo da Costa Cabral. »

Faleceu o último comendador de S. Martinho de Sande, D. José Bernardino de Portugal e Castro, 12.º conde de Vimioso e 5.º marquês de Valença.

Março

Dia 2 — Decreto nomeando delegado da comarca da Maia o vimaranense bacharel Pedro de Freitas Costa. — Outro decreto exonerando de delegado da 2.ª vara da comarca do Pôrto o bacharel Rodrigo Machado Salazar. (Não era vimaranense mas residiu muitos anos em Guimarães onde constituiu família e faleceu).

Dia 3 — Faleceu a 1.ª viscondessa da Azenha, D. Gracia Leite de Almada Machado e Melo, dama da Ordem de Santa Isabel, mulher do 1.º Visconde Martinho de Moraes Corrêa de Castro, da casa do Arco. Foi depositada no dia seguinte, na igreja de S. Francisco, onde lhe foram feitas as honras fúnebres, com grande pompa, sendo sepultada no mesmo dia e igreja em um jazigo pertencente à sua família, na capela de St.º Inácio onde estavam sepultados seu pai e seus antepassados. (P. L.) — Na Ordem de S. Francisco foi registado que esta Viscondessa faleceu no dia 2.

Dia 4 — Principiou o Cabido a fazer o côro na capela-mor, por estar já quasi concluida a obra da Igreja. (P. L.).

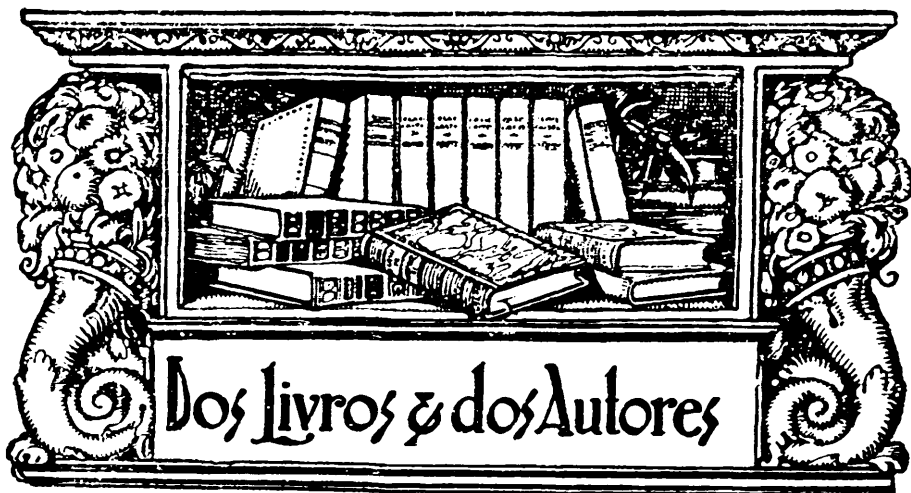
Dia 9 — Foi suspenso o administrador do concelho, José Joaquim de Abreu Cardoso (vulgo Reboto), por ordem do administrador geral de Braga, e nomeado para o substituir o seu 1.º substituto José Inácio

de Abreu Vieira (vulgo o Cutalho). Esta suspensão do administrador do concelho foi em consequência das próximas eleições e por recearem que êle influísse a favor dos *Mijados*, por pertencer a êsse partido.

Dia 22 — Principiaram as eleições para Deputados em todo o reino, havendo na assemblea eleitoral da Colegiada uma alteração entre um incompleto bacharel chamado Soares, que tinha queimado as actas nas eleições passadas, e o presidente da assemblea, Barão de Villa Pouca, resultando desta alteração ser preso o supradito bacharel Soares, levando o seu pontapé à mistura. (Era «mijado»). Também foi preso nesta ocasião um filho do Teotónio, boticário da Misericórdia, por estar com um estoque. Nas mais assembleas da vila e julgado houve ordem e sossêgo. Nesta eleição saíram eleitos Deputados pelo circulo eleitoral desta vila João Baptista Felgueiras, 3.913 votos; José Joaquim Gomes de Castro, conselheiro, 3.806 votos; José Bernardo da Silva Cabral, advogado, 3.805 votos; Barão de Albufeira, 3.803 votos; João da Silva Carvalho, substituto, 3.801 votos; Deão da Sé de Lisboa, Rodrigo de Sousa Machado, substituto, 3.606 votos; Abade de Travaços, Conde da Taipa, substituto, 3.784 votos; Francisco Joaquim Maia, negociante do Pôrto, 3.802 votos; Manuel Lobo de Mesquita Gavião Júnior, substituto, 3.634 votos; António Cardoso de Faria Pinto, jurisconsulto, substituto, 3.615 votos, todos do partido *Chamorro* ou Cartista. As eleições de quasi todo o reino saíram no mesmo sentido. A outra assemblea desta vila foi na basílica de S. Pedro. No todo entraram nas urnas 4.607 votos. (P. L.).

Dia 30 — Alvará fazendo mercê de moço fidalgo a Nicolau de Arrochela Vieira Almeida Malheiro. Em 1 de Abril dêste ano, por outro alvará, foi agraciado moço fidalgo com exercício; em 2 de Maio é-lhe feita mercê de escudeiro fidalgo, e em alvará de 2 de Junho de 1840 foi declarado que esta mercê foi feita a titulo de restituição do fôro de fidalgo cavaleiro que teve seu 6.º avô Rui Vieira da Maia.

JOÃO LOPES DE FARIA.



VIAGEM, por *Cecília Meireles*. Edições *Ocidente*. Lisboa, 1939.

Um livro de Cecília Meireles é sempre bemvindo, quaisquer que sejam as nossas ideias sobre a sua arte e sobre o seu *modus faciendi* que não pode, como é obvio, agradar a todos. Porque C. M. tem uma arte muito sua, podendo afirmar-se com segurança que nela se dá o paradoxo de se entretocar uma língua apurada com a mais revolucionária técnica e a forma mais caprichosa do verso.

Viagem, que a bela revista *Ocidente* publicou há pouco em esmerada edição sua, vem confirmar os créditos da distintíssima poetisa brasileira, cujo talento passou há muito tempo as estreitas fronteiras do restricto meio intelectual luso-brasileiro para se tornar conhecido nos países latinos onde é lida e admirada. Este seu belo livro foi o único premiado no género poesia pela Academia Brasileira de Letras em 1938, e é dedicado, num requinte de gentileza e da maior elegância aos «meus amigos portugueses». A crítica do nosso País recebeu-o com afabilidade e gentileza, não por mera cortesia, mas por direito próprio. E pela minha parte eu lamento só agora vir a terceiro dizer de minha justiça acerca da última obra de C. M.

Pode-se afirmar que ela é a poetisa por excelência do vago e do indefinível. Por todo o seu livro há uma saúde muito portuguesa, tocada de funda melancolia e que deixa na alma uma sensação indefinível de tristeza. C. M. traduz magistralmente em verso o estado profundamente melancólico da sua alma de mulher, embora nos diga em *Motivo* que

... a minha vida está completa.
Não sou alegre nem triste:
sou poeta

Mas C. M. deixa a cada passo transparecer a sua melancolia que às vezes se transforma em profunda tristeza repassada de desalento:

E's precária e veloz, Felicidade.
Custas a vir, e, quando vens, não te demoras.
Fôste tu que ensinaste aos homens que havia tempo,
e, para te medir, se inventaram as horas.

Felicidade, és coisa estranha e dolorosa.
Fizeste para sempre a vida ficar triste:
Porque um dia se vê que as horas todas passam,
e um tempo, despovoado e profundo, persiste.

A cada passo somos impressionados por esta nota de estranho desalento que nos deixa adivinhar uma alma incompreendida em que talvez uma grande desilusão fôsse o desfecho inesperado dum belo sonho. Não

é com «Gargalhada» que a Autora nos vencerá do contrário, porque essa estranha poesia tem um ritmo forçado em que sentimos o esforço da poetisa por soltar uma franca gargalhada que retine a nossos ouvidos antes como um dobre plangente. Não é mais do que um ritmo forçado e, como tal, destoa profundamente num livro tão melancólico e, por vezes, lancinante. Por isso ela define:

O riso magnífico é um trecho dessa música desvaída.

Ela sente a alma cansada e no seu desalento — que não tem nada de byroniano, nem sequer de lamartiniano, mas de quando em vez lembra vagamente António Nobre — pede:

Traze-me um pouco das sombras serenas
que as núvens transportam por cima do dia!
Um pouco de sombra apenas,
— Vê que nem te peço alegria.

Alegria para quê, se a alma da Poetisa vive entre núvens de melancolia, indiferente ao movimento incessante dum mundo que a não compreende? A's vezes sente-se tentada a querer saber a razão de tanta tristeza, e então pergunta:

Onde é que dói na minha vida,
para que eu me sinta tão mal?
quem foi que me deixou ferida
de fermento tão mortal?

Ela bem sente que não merece tal dor:

Nunca existiu sonho tão puro
como o da minha timidez.
Nunca existiu sonho tão puro,
nem também destino tão duro
como o que para mim se fez.

Por isso se sente só no meio da multidão, o pior isolamento que pode sentir um ser pensante:

... eu sinto que não tarda a morte
e não sei como é que suporte
tanta solidão sem pavor.

Gostaria que C. M. buscasse na vida motivos cheios de vigor para a sua poesia, que nos deixa na alma vaga sensação de desalento. E por certo essa terra brasileira, cheia de côr, de ritmo, de alegria, não deixaria de lhe inspirar pròdigamente poesias ricas de ritmo, de côr e alegria. Reconheço, porém, que a alma da Autora não dá receptividade à alegria de natureza, ou por ser naturalmente melancólica, ou porque a vida lhe arrebatou a parcela de alegria que mais ou menos há em todo o homem. E porque o reconhecimento é que admiro esta obra que está bem longe da poesia plangente de António Nobre ou de Soares de Passos, embora eu encontre pontos de contacto entre a alma do primeiro e a da Autora.

Aqui e ali surgem às vezes vocábulos que destoam no meio da pureza da língua em que se exprime C. M., como.

... a côr que escorre dos meus dedos
colore as areias desertas.

ou

Mas teus ouvidos noutro mundo
desalteravam sua sêde.

Com um pouco mais de cuidado teria a distinta poetisa suprimido êsse pequenino joio que infecta a linda messe dos seus versos.

Como quer que seja, a literatura portuguesa conta mais um belo livro de poesias, o qual se destaca notavelmente no dessorado meio intelectual português. *Ocidente* deu aos editores de Portugal uma lição de arrôjo editorial, sobretudo na era cúpida e soez que o mundo está a atravessar, em que cada vez é menor o culto do espírito e em que uma vaga de mal estar enche o orbe de lés-a-lés.

Saüdemos a Autora de tão belo livro e o Editor que no-lo tornou acessível publicando-o com suma elegância.

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA.

MULHERES E CRIANÇAS, por *Maria Amália Vaz de Carvalho*. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1938.

A *Educação Nacional* publicando a 4.ª edição dêste livro de D. Maria Amália prestou um óptimo serviço.

Divide-se êste livro em duas partes distintas: — uma consagrada às *Mulheres*; a outra consagrada às *Crianças*.

Notas sôbre a educação de umas e de outras, mantém sempre a sua oportunidade, uma oportunidade que dia a dia mais se acentua.

A educação é uma coisa que anda agora muito pelas ruas da amargura. E sendo tão necessária, ontem como hoje, parece ter caído em desuso, tão mal se cuida dela.

Desta indiferença vergonhosa, nascem muitos dos males de que todos se queixam e para os quais não há uma reacção forte que nobilite e liberte. Na verdade — como o afirma a inteligente e culta A. — «na culpa desta desgraça que todos lamentam, compete às mulheres um grandíssimo quinhão».

A atracção do reles vai, infelizmente, aumentando os seus malefícios, arrastando uma boa parte no artifício de um modernismo exagerado e inconsciente que tudo corrompe.

Contra esta maré alucinante que aumenta perigosamente, os conselhos de D. Maria Amália constituem uma medida profiláctica. Por isso êste seu livro deve ser conhecido para que dele se possam colher os benefi-

cios que generosa e pròdigamente espalha à sua volta. E' de louvar, pois, a iniciativa da publicação desta 4.ª edição, na desvaireada hora que passa.



O LEGIONÁRIO, por *Domingos Gonçalves de Andrade*. Domingos Barreira, Editor. Pôrto, 1939.

A tragédia da Espanha, essa tragédia que terminou com a vitória das tropas de Franco, inspirou estas páginas de úteis ensinamentos, destinados a todos os que aspiram a uma melhoria da vida social, dentro da Ordem e da Autoridade.

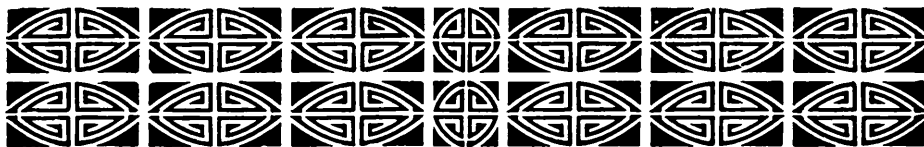
Nos seus capítulos tratam-se alguns dos problemas que mais interessam a uma consciente formação nacionalista, de maneira a dar ao legionário uma idea exacta das suas obrigações para com Deus, para com a Pátria e para com a Família.

E há, infelizmente, muitos legionários que bem precisam destas salutareis lições, pois não é bom e completo legionário aquêlle que enverga a farda, desde que desconheça os seus deveres de cidadãos ou pratique actos que sejam contrários aos princípios estabelecidos.

O Legionário é, pois, um livro útil, bem escrito e muito recomendável.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.





A SAÜDADE EM ANTÓNIO SARDINHA

por A. SARAIVA DE CARVALHO

(Continuação de págs. 16 — Conclusão)

II

Escreveu César de Oliveira que a obra demolidora e revolucionária de A. Sardinha provém de êle ser genialmente Poeta.

E na verdade a Poesia de A. Sardinha é a condenação do egoísmo, dos sonhos utópicos, da misantropia, *qualidades* muitas vezes encontradas. Êle sonha, sim, mas dentro das possibilidades que o Passado atesta e garante, dentro dos limites

.
os limites doces que me imponho
dão consistência às asas do meu sonho
e ajudam-me a subir ainda mais !,

dentro da lógica e da coerência.

Se assim não fôsse, não passava dum esteta embebido na contemplação de telas antigas, porém mortas para sempre: seria um Poeta estático. Mas, pelo contrário, havia nêle um grande amor pronto a agir — porque o amor digno de tal nome não é passivo, inoperante — no qual envolvia ao mesmo tempo a Pátria, que os antepassados fizeram e viveram, e tudo o que para ela o chamava.

Com êste amor saüdososo e humilde, duma humildade própria das almas grandes, A. Sardinha louva a terra, celeiro dos vivos e túmulo dos mortos que nela deixaram as armas transformadas agora em arados, louva o sal, iguaria de reis e almocreves, e imortal como o espírito:

.
E a Morte não te intimida,
A Morte não te acomete,
Ó sal, reduto da vida !,

louva a cal, a roca, canta a lareira, sacrário dos Manes, canta o pucarinho de barro de cujo elogio escólho estes versos :

Quero casar-me. Já tenho
dois pucarinhos pequenos.
Pois p'ra principio de arranjo.
outros começam com menos !

— Ama, se fores à feira
traz-me uma prenda galante.
Não tragas nada de ourives,
— um pucarinho é bastante !,

canta a roupa lavada, a luz da candeia e a água dos cântaros, que mata a sede, amassa o pão, rega as flores e nos baptiza, canta a Senhora dos Prazeres da sua terra e não esquece a segada e malhada dos trigos.

E' isto a *Epopéia da Planície* com a paixão da terra e do sangue — Pátria e Família — ; à vista dela compreende-se melhor a tragédia do livro *Na Côte da Saúde* que abona a frase de Malheiro Dias: « para bem sentir a Pátria é preciso amá-la na privação e no destêrro ».

Sente-se piedade profunda ao acabar a leitura dêsse livro encantador, côro de gritos nostálgicos soltados em Toledo com a lembrança do que amava e não via; por êle vemos ter razão César de Oliveira ao afirmar que A. Sardinha foi Poeta genial.

Êle mesmo nos dá conta da *sua* Poesia lírica e romântica, do Romantismo de Garrett a quem chamava o Avô Garrett, no *Conto do meu Natal* :

.
Fui baptizado na Ciência Gaya.
Mas quem me baptizou? — disse-o, pronto.
O meu baptizo, com madrinha e aia,
dava matéria p'ra o mais lindo conto !

.
— Acompanhou-me todo o Romanceiro,
— e o avô Garrett oficiou, festivo.
Que bela herança de que eu sou herdeiro
e em que florida côte eu não convivo !

.

E a gente que assistiu ao copo de água
— Desde a Menina e Moça ao Encoberto!
Foi o presente dela a sua mágoa
e a oferta dele o Nevocero-Incerto.

E' inegável terem estas palavras o carácter biográfico dum Poeta saudável, contente por ser assim e que bem *sentiu a Pátria* quando viveu desterrado em Toledo, ou melhor, quando esteve em Toledo: quero antes dizer desta maneira.

E' que a vida sem o carinho de quem mais amamos, longe da terra que nos ouviu a primeira palavra — Mãi! —, quando os nossos olhos não alcançam as fragas e os lameiros, as vinhas e as aradas, os poços e os regatos, as flores, as árvores, quando aos ouvidos não chega o som dos sinos que *tocam a rezar* no campanário da nossa igreja, quando os irmãos e parentes, as noivas e os amigos nos não consolam a não ser com o papel das cartas, onde, por vezes, vem um acréscimo de dor, a vida, digo, já não merece tal nome.

E se me respondem que é nessas circunstâncias que ela pode sublimar-se eu não deixo de protestar:

Isso será mística, exclusivo de alguns; não é a vida humana de todos, não é a vida que em tudo vê alegria, felicidade. Esta só existe para aquêles de quem Chateaubriand escreveu que nunca viram subir o fumo nos telhados estrangeiros.

Para os outros, o grande número dos que andam por outras terras e mares tendo deixado distante o coração, há um tormento contínuo, um mal-estar sem alívio perfeito, a nostalgia, a Saúde.

Sentem-na as Mães — coitadinhas das Mães! — de coração repartido em partes tantas quantas os filhos longe de si; sentem-na os filhos que têm nos Pais e Mães a luz dos olhos que os não vêem; sentem-na os namorados quando as bôcas se não encontram; sentem-na os pobres de Cristo mourejando nos polos e nos trópicos o pão da família ausente; sentem-na os vêlhos de lágrimas nos olhos desejando segunda mocidade; sentiu-a e belamente a soube exprimir A. Sardinha.

Toledo teve o condão de o seduzir com as histórias de fantasmas, de bruxos, de retortas geradoras de mocidade, com os monumentos, com a paisagem, com a lua que mergulha a cidade num banho ora de prata ora de sangue, com a evocação de Martim de Freitas e do Rei D. Sancho, irmão seu na tristeza...

Já tive ensejo de escrever que esta cidade espanhola, mártir simpática da última guerra, deve possuir os motivos e encantos de Coimbra: lá os cadetes são os estudantes, a Academia Militar é a Universidade, o Tejo é o rio inspirador de Poetas. Lá como cá

E' cada pedra uma alma
é cada alma um segrêdo!

Não admira, pois, que ambiente tão poético diminuísse a dor da distância e agradasse, ao nosso Poeta a ponto de dizer

Não sei se estou em Toledo,
se está Toledo comigo!

Vinha na altura falar da influência externa na alma do Poeta e da interpretação que esta dá do mundo externo, do modo como vibra em face do exterior de forma a haver esta confusão: o Poeta é o mundo? o mundo é o Poeta? Acontece isto um pouco com A. Sardinha.

Em Toledo vagueia sozinho pela noite escura como a *sua* tristeza, fala com as pedras esconderijos de segredos como o *seu* coração, fala com o rio correndo para onde corre o *seu pensamento*, ama os poentes por nêles gozar *in mente* inolvidáveis momentos que agora o magoam acerbamente, gostosamente...

Não foi num entardecer que encontrou a que seria sua mulher?
Pois é a esta que de longe pede conforto e amparo com ternura filial:

.
Canta um rimance, triste e compassada!
Tu és a ama, eu sou o teu menino,
— vê se me embalas, vê se me acalentas!

Mas, triste dele! A voz da amada não lhe chega aos ouvidos e procura consôlo pensando na desdita do Rei da Saúde que *lembrava sem ser lembrado*:

Ó meu D. Sancho, ó grande insatisfeito,
desce do trono e vem sonhar comigo!
Somos irmãos os dois do mesmo peito,
— temos no sangue o mesmo mal antigo!

Mal da Saúde, — mal de que eu me aleito
nas horas que atravesso de mendigo —,
costuma-me embalar com tanto jeito
que se tornou p'ra mim um bom amigo!

Lembrar! Lembrar! ó singular bebida,
por cuja graça tão ligado eu ando
a alguém que está ausente e não me olvida!

Mas, ai de ti, ó pobre Rei calado!
Se sabes bem o que é viver lembrando,
sabes melhor o que é não ser lembrado!

Formoso soneto em que aparece a Saúde qual ama de leite do autor, como um laço das almas que se amam apaixonadamente e se recordam mutuamente!

Impressiona como a mulher do Poeta era para êle uma obsessão. Pensava nela constantemente e com desejos de beijá-la chorava no coração aquelas lágrimas que se choram à porta do desespero e só compreendidas pelos amantes:

Ó coração que estás batendo incerto,
eu sei por que é que bates na incerteza!
Disse-te o rio aqui à mão, bem perto,
que se marchava à terra portuguesa!

.

E o Tejo passa, angustiado e estreito:

Põe-te a correr com êle ao desafio,
ó coração que bates no meu peito!

Por ela preguntava interrogando os Céus à provençal maneira:

Ay, Deus, e hu é, Senhor, a minha amada?!

Muito longe dela devia estar; falava-lhe e não respondia, entre os dois interpunham-se as alturas dos montes, não a via, eram diferentes os Céus e os ares que ambos respiravam...

A-pesar-de tudo isto havia nêle a ilusão da união íntima acompanhada de união religiosa, da humildade do devoto ajoelhado ante a imagem predilecta:

A tua linha airosa de açucena
nunca me deixa, ó frágil criatura!
Por isso é mais ligeira a minha pena,
— por isso a minha pena é menos dura!

Na ausência que à saúde nos condena
como um silêncio brando te emoldura!
Lembras Toledo, tua irmã morena,
cheia de encanto e cheia de amargura!

Santa Maria doce do meu sonho,
p'ra ti as mãos com humildade ponho
nas horas de agonia e incerteza!

Vejo-te longe, como uma ogiva...
Que a tua graça eternamente viva
e que eu a sirva em terra portuguesa!

Convém notar que a A. Sardinha amava a mulher não só por ser bela e bondosa, digna de compartilhar do afecto que êle dedicava à Mãe, mas também porque via nela a continuidade do sangue, a perpetuidade da Raça, a ponte de união do Passado dos Avós com o Futuro dos Netos.

Como era larga a sua visão e forte o anseio de imortalidade!

Assim se justifica o regosijo do nascimento do único filho, Lopo, que havia de pagar uma dívida de amor *A' Senhora Minha Mãe* do Poeta:

A dívida em aberto não t'a pago.
Deste-me a vida: Não me chega a vida
nem p'ra pagar o juro mais mesquinho!
— mas deixa minha Mãe! A esperança afago
de que essa conta enorme, desmedida,
chegue a excedê-la o amor do teu netinho!

olhando a Mãe, revia-se no filho:

Por ti o nosso sangue foi liberto
dêsse pavor de não tornar a ser!

Não é esperança baseada na Saúde? Não é amor do Futuro irmanado com o do Passado?

Pela alegria de ter um filho se pode avaliar a dor de perdê-lo quasi ao nascer.

Triste com essa morte abanava a cabeça em desalento:

Hoje sem ti não sei se Deus me empraça
a ser eu próprio o ramo derradeiro
da árvore ancestral a que presido...

Magoado com o *rego bem fundo* da sua dor recordava-se, saudável, da casinha triste como êle e a que só faltava falar:

Era a família sagrada,
Jesus, Maria e José
A nossa casa, coitada,
Já foi o que hoje não é!

Assim sentiu a crueldade da morte quem dentro em breve lhe pagaria tributo!

E' duro que seja tão atormentado no mundo quem pelo espírito e coração paira sobre êle!

*

Acabamos de ver qual foi a Saúde em A. Sardinha: temperamento amoroso e vivificador do Passado representado na Pátria católico-monárquica, e na Família, que eram o seu ideal.

Pátria e Família sejam também o nosso!

Queiramos a Pátria liberta com dignidade e a Família ligada pelo sacramento, queiramos a Pátria de norte a sul plena de alegria e a Família cheia de pão; queiramos a Pátria sem defeitos e a Família sem vícios. A uma e outra ofereçamos a nossa vida, o nosso entusiasmo juvenil, o nosso braço para que a Pátria e a Família sejam o que foram.

Entremos com A. Sardinha na casa do Senhor, e, de joelhos, cada um de nós reze como êle rezou:

Ouvi, alâmpadas! Também eu juro
— guardar a minha vida em lealdade
ao grande sonho que me abraza o peito!

Mas o juramento não é tudo; necessário é recordarmos e seguirmos as lições dos que nos precederam no bom combate!

Não olvidemos, nunca olvidemos! o nosso Mestre que em Terra Portuguesa teve o nome de António Sardinha e digamos-lhe sem temor: os teus esforços

. desabrocham longamente
no enlêvo dêste abril renovador!
.
. dorme um sono brando!
Não se perdeu a tua alma ardente,
— no vélio tronco vai romper a flor!

Está a romper a flor, ó mocidade!
António Sardinha vive!

Mêda, 11-iv-39.

BIBLIOGRAFIA

CHATEAUBRIAND — *Atala*.

ERNEST PSICHARI — *Le voyage du centurion*.

FIALHO DE ALMEIDA — *Saibam Quantos...*

MENDES DOS REMÉDIOS — *As Poesias de Frei Agostinho da Cruz*.

CARLOS MALHEIRO DIAS — *Exortação à Mocidade*.

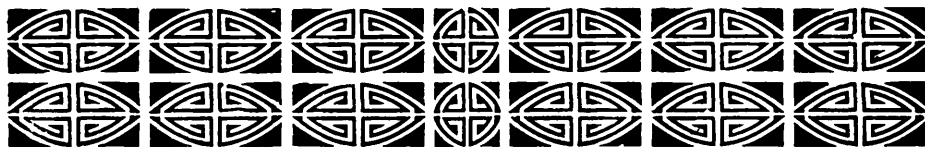
EUGÉNIO DE CASTRO — *Cartas de Torna-Viagem*.

MÁRIO BEIRÃO — *Pastorais e O Último Lusíada*.

FLORBELA ESPANCA — *Livro de Máguas e Soror Saúde*.

ANTÓNIO SARDINHA :
Prosa { *Nação Portuguesa* (revista).
 Ao Ritmo da Ampulheta
 Ao Princípio era o Verbo...
 O Processo dum Rei.
Poesia { *Quando as nascentes despertam*.
 Pequena Casa Lusitana
 A Epopeia da Planície
 Na Côte da Saúde.
 Era uma vez um menino...





O espólio literário de Carlos Eugénio Corrêa da Silva (Paço d'Arcos)

O POETA

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

ESCREVEMOS estas breves notas críticas em sincera e respeitosa homenagem a quem colocou inteiramente a sua pena rutilante ao serviço da Cultura e da acção católica, a quem tão alto soube erguer o Espírito.

A sua passagem foi rápida pelo mundo: cedo ascendeu ao Céu a sua alma formosíssima, purificada por um sereno martírio e glorificada por uma vida tôda consagrada ao ideal divino e à compreensão das Verdades Eternas.

Carlos Eugénio morreu a 4 de Julho de 1931, contando apenas 27 anos.

Um ano antes — mas no mesmo dia — que D. Bernardo de Vasconcelos, seu irmão no sacrifício e na santidade, o Senhor o chamou para Si, deixando de bater para todo o sempre na arca de um tão frágil peito o seu coração de inflamado amor místico.

Nobilíssimo moralmente, escrupuloso em extremo, era um exemplo vivo para quem dele se abeirava, até para os próprios adversários.

Na curta passagem pela terra deixou Carlos Eugénio um rastro maravilhoso de imperecível beleza.

Foi um cristão a valer, foi um homem no verdadeiro sentido da palavra.

Teve, é certo, durante um tempo, a angústia da dúvida, mas a graça de Deus libertou-o dessa tortura intelectual e crise moral e religiosa, — pronto agora «a viver a sua fé».

A sua obra literária é, neste sentido, uma eloqüentíssima prova do que acabamos de afirmar.

Vejamo-la.

O espólio literário de Carlos Eugénio Corrêa da Silva é constituído por diversos artigos e conferências, que dados foram à estampa em dois volumes (*Jornada de um Crente e Vita Brevis*), por um notabilíssimo *Ensaio sobre os Latinismos dos Lusíadas*, e, finalmente, por um volume de poesias, intitulado *Visão imperfeita dum Parnaso cristão*.

Nos dois primeiros volumes ventila Carlos Eugénio assuntos de interesse cultural e de apostolado cristão.

Há nêles, além de vastíssimos conhecimentos literários, a *presença* de um espírito eminentemente crítico, de uma inteligência aguda e dada às coisas superiores.

Os seus artigos de crítica literária são autênticos ensaios.

Aprende-se muito em os ler; sobretudo aprecia-se nêles uma personalidade completa.

Carlos Eugénio escreve com muita elegância literária; especialmente no volume *Vita Brevis* o estilo é realmente clássico, de equilíbrio helênico. Revela um escritor sadio.

Se o estilo é o homem, — na definição já conhecida de Bufon, — o estilo do malogrado mestre universitário é de um perfeito *clerc*. A-par do classicismo da forma há a plasticidade da idea.

Como erudito, o seu valiosíssimo *Ensaio sobre os Latinismos dos Lusíadas* — sua dissertação de licenciatura —, é bem na justa opinião do Dr. José Maria Rodrigues, — um «trabalho de ciência e de consciência», uma obra indispensável para quem quizer «aprofundar o estudo da linguagem, por vezes tão complicada, de *Os Lusíadas*.»

Como humanista, Carlos Eugénio pugnou pela restauração dos estudos clássicos em Portugal.

Foi um enamorado da Atenas de Platão e da Roma de Vergílio e de Cícero.

Por último, vejâmo-lo como poeta.

Tê-lo-ia sido rigorosamente? Quere-nos parecer que não. Foi possivelmente um diletante dela, — com talento aliás.

Amava a Beleza, e, por isso, cultivou a Poesia.

No seu livro de sonetos alexandrinos — *Visão imperfeita dum Parnaso cristão*, Carlos Eugénio é parnasiano à Leconte de Lisle e a Hérédia, — aos quais foi provavelmente buscar a forma literária e até algumas sugestões.

Outro aspecto se surpreende na sua poesia, — é o carácter *temporal*: Carlos Eugénio prefere geralmente a historicidade à emotividade.

— Está o referido volume dividido em três partes.

A primeira versa assuntos lendários, históricos e anedóticos, e de homenagem a figuras do pensamento e do sentimento.

Exemplifiquemos com os sonetos seguintes:

A virgem imolada em Tróia

Tingiu-se de vermelho o sol no mar Egeu;
Em fogo se abrasou Tróia já moribunda,
E Pirro triunfante, em voz cava e profunda,
Vai a filha imolar do rei que pereceu.

Vira-a de longe outrora o filho de Peleu
E ela fugira ao Grego... Hoje sombra errabunda
Pedi: «Dêem-na ao morto!» e de mãe gemebunda
Ulisses não atende o trágico escarcéu.

Policena ao morrer disse-lhe em tom choroso:
«Perdoa à dor de mãe! Eu viver desejava,
«Mas viver sem beleza é fado vergonhoso.»

E os rapazes arqueus que Tróia embriagara
Velaram toda a noite o cadáver formoso
Da Troiana gentil que um dos seus decepara.

*

Os vencidos de Farsalo

Nem eu sei bem porquê, mas amo a liberdade.
Ouvi chamar-lhe mito e fantasia insana;
Hoje sei que é real... e da história romana
Projecta-se em minha alma intensa claridade.

Ó vós que na derrota achastes dignidade
E quisestes morrer p'la liberdade humana,
P'lo poder consular, p'la tradição romana,
Permaneçais de pé ante a posteridade.

Absorto estou a ver um cônsul genuíno
A acompanhar Pompeu num batel foragido
Ao Egipto onde o espera o punhal assassino;

Imerso em funda dor, Cícero sucumbido,
Marcelo estoico e frio a seguir seu destino
E Catão a chorar os que haviam morrido.

Antero

O divino Platão disse a um filho errante :
«Hoje reina a Matéria! O Espírito morreu!
«Mas quem pode esquecer que eu transportei ao Céu
«A subsistente Idea em seu fulgor brilhante?

«Na Grécia rica em luz meu poema distante
«Um Pensamento eterno ao jovem mundo deu.
«Vai tu de lampeão aceso em denso véu
«Falar no Pensamento ao mundo agonizante!»

Assim falou Platão... E Antero de Quental
(Era êle o filho errante) ao mundo gasto trouxe
Um Pensamento expresso em estilo de cristal.

Ébrio de soluções, no Oceano embrenhou-se...
A dúvida afogou-o. Em tôda a parte o mal.
Ergueu o imenso olhar. Faltcu-lhe a fé. Matou-se.

A Vigny — o poeta pessimista de *Moise* — Carlos Eugénio faz-lhe
êste soneto:

Houve um poeta sóbrio e pensador bem triste
Que ao romantismo trouxe a seiva da Desgraça.
Pascal descobriu nêle alguém da sua raça
A perguntar à dor em que é que o Bem consiste.

Seu génio procurava o drama do que existe
E já não tem remédio... A humidade baça
A seu olhar velava a nascente da Graça,
Que não penetra nunca onde orgulho persiste.

Vigny viu de Laurette o rosto enlouquecido
No carro do ancião que narrava chorando
Ter cumprido o Dever fuzilando o marido.

A ventura de crer não a pediu rezando.
Só viu em Jesus Cristo um grito a mais perdido
Sem eco no infinito... um justo miserando.

Manifesta admiração por André Chénier, a quem chama «filho pós-
tumo da Grécia»:

Filho da linda Grega e do Céu do Oriente;
Nasceu a ver a luz que as Musas lá deixaram,
Cresceu a ler Homero e os grandes que cantaram
A vida a florescer e o sol incandescente.

Um dia a liberdade, o sonho fulgente,
Começou de raiar... O trono os reis largaram
Na França onde anos mil como donos reinaram...
Mas Liberdade ou morte! ouviu o moço ardente.

E êle morreu entregue à sorte dolorida
De quem ama a Justiça e só encontra a guerra,
Olhando a poesia, a amizade perdida,

Subindo o cadafalso onde a Vida se encerra,
Lembrado de Ifigénia em quente adeus à Vida,
E de Aquiles no Inferno a recordar a terra.

A Música é gémea irmã da Poesia, e daí Carlos Eugénio ter consagrado a Beethoven êste belo soneto :

Um génio aqui passou a semear p'lo mundo
O Bem com heroísmo e Beleza às mancheias.
Incarnou do seu tempo as mais nobres ideias.
Interrogava a Vida em seu olhar profundo.

Gemia na surdez o triste e moribundo
Preguntava se havia em suas obras feias
Do talento a centelha... E as vélhas epopeias
Reconheceram nêle um irmão vagabundo.

Percorrera a sonhar a extensa galeria
Do malogrado amor, impiedoso algoz,
Perene inspiração da sua melodia.

E triste, resoluto, ascético e feroz,
Amara a castidade e na noite sombria
Chorava a sós consigo o sofrimento atroz.

No soneto seguinte Carlos Eugénio refere-se a Teresa de Brunswick, a apaixonada do genial compositor :

Eu vivi a sonhar em nova o sonho alado
De ligar meu destino ao dum génio pujante
Que na vida passou qual astro cintilante
A deslumbrar o sol, sem ser na terra amado.

Em noite de verão, amor imaculado,
O piano me traiu... Beethoven o gigante
Pedia o meu amor... ó sonho estonteante!
Avancei p'ra o destino a julgá-lo dourado.

Do triste eu inspirei suaves melodias,
Mas ai! o génio vòa em busca de outra esfera!
O noivado acabou... sem romper harmonias.

Beethoven ao morrer mostrou que não esquecera.
E eu guardo, há meio séc'lo, envòlto em tristes dias
O mesmo amor de outrora, a mesma vã quimera.

Seja agora esta episódica historieta:

O relógio do século XVIII

Numa noite de baile e de ilusões terrenas
Linda marquesa pôs à sua cabeceira
Um relógio dourado onde ela leu primeira:
« Eu nunca as horas conto a não ser as serenais. »

Eram em Trianon as tardes bem amenas;
A vida era sorriso, eterna brincadeira.
E o relógio marcava a hora derradeira...
Mas ninguém anteviu angustiosas cenas.

Um dia para sempre o mostrador parou
E cá fora, a uivar, um povo amotinado
De inofensivo rei a cabeça cortou.

Quis acertá-lo há pouco um ancião letrado.
Mas ouvia-se ao longe um cântico a Moscou
E horas não quis contar o mostrador parado.

A segunda parte contém sonetos inspirados em viagens que fizera Carlos Eugénio.

Veja-se a poesia consagrada à Ilha do Príncipe, de verdejante vegetação:

No alvorecer da vida aportei a uma ilha
Que era tôda verdura a circundar o barco.
Não era a ilha em flor que descobrira o Zarco
Nem essa em que floriu dos Féaces a filha.

Era já no país onde cresce a baunilha,
Que Mignon não chorou, que o medievo Marco
Audaz não conheceu... E na memória abarco
Apertada baía e negros com anilha.

Se Xenofonte viu nos jardins persianos
Vegetação frondosa, eu também a senti
Na mensageira em flor dos confins africanos.

Já não sei divisar coqueiros que então vi...
Nesse remoto dia em que só tinha oito anos
Quem sabe? inconsciente a Beleza entrevi.

A terceira e última parte é composta de sonetos humanos, acusando os mais íntimos estados de alma, de quem já se sentia às portas da morte, vencido pela terrível tísica.

São unicamente seis sonetos.

O primeiro lembra António Nobre:

Quando eu ao mundo vim, viram em mim a aurora.
Um cepo já sem flor tornava a reviver.
De minha Mãe ouvi que nunca teve hora
Tão feliz como aquela em que me viu nascer.

Criado à beira-mar pelos arrais de outrora
P'ra meu avô soava a hora de morrer;
Revia já no filho a estrêla vencedora
E disse então: «Meu neto ela há-de proteger».

Quão cedo se desfez a pálida miragem!
A todos causou espanto um irlandês selvagem
Que partiu para a terra onde vivera Homero...

Ventura, amor, saúde... ó sedutora imagem
Dum mundo mais fugaz que a passageira aragem!...
E não te conheci e avaliar não quero.

De facto, não conheceu êle a ventura partilhada; a saúde foi-lhe sempre precária, a doença do corpo obrigou-o a matar a sua sêde de saber.

Refugia-se, como lenitivo, no sonho, tendo então saúdaes daquela estranha e deleitosa terra

«Onde era branca a neve, onde zagais cantavam.»

Do amor nunca o infeliz saboreou o travo irresistível; idealizou-o apenas.

Nos três sonetos finais perpassa a sombra gentil de uma rapariga «linda e doente». São impressionantíssimos — patético testamento espiritual de quem se conformou com «a vontade de Deus».

Ei-los:

I

Há frio no meu quarto, onde sopra o nordeste,
Branca parede está de retratos despida,
E' de neve a ciência a que votei a vida,
Deserto sem calor o da minh'alma agreste.

Frio não é Camões, que nunca talvez lêste,
Quando Cianor cai pela fome vencida;
Ardente foi também a paixão dolorida
Que ao encerrar-me aqui senti por ti, Celeste.

Brasa que se extinguiu, quimera que passou!
Diz-me uma voz que Deus ao tísico outorgou
O prazer de estudar, mas não o de casar.

Doce esquivaça a tua e foi Deus que a mandou.
Minh'alma já não sonha o bem que então sonhou
E há muito tempo já por ti só quer' rezar.

II

A minha poesia, eco do meu penar
Ou sonho cerebral para o verso transcrito,
Nasceu no Sanatório e num quarto maldito
Que o matutino sol não vinha visitar.

De longe em longe a aurora, em rápido passar,
Dourava o pinheiral e à noite aerolito
De rumo incerto e vão fendia o infinito...
Mas tudo era fugaz, como a espuma do mar.

Hoje mudei de quarto... Alma desoprimida
Horizontes de luz a tragos eu bebi
E a cura divisei que julgava perdida...

E tu, linda Celeste, irmã que eu tarde vi,
E's a estrêla a dizer ao naufrago da vida:
«Não te posso valer, mas tenho dó de ti.»

III

Celeste, eu já parti... desta vez foi verdade.
Febre, sangue a correr, a saúde perdida
Fêz os meus procurar a mudança de vida
Que dê vida às visões da sua ansiedade.

E tu foste ao partir anjo de caridade
Dando-me o coração em terna despedida.
Vi então a amparar-me em trágica descida
A Heloísa ideal da minha mocidade.

Deus há-de coroar tua fronte formosa
Pois bálsamo trouxeste ao pobre Prometeu
Agrilhado ao leito, à noite dolorosa.

Onde vou? Ninguém sabe. A' morte? A' vida? Ao céu?
... quiseste ser p'ra mim a aurora luminosa
De um dia mais feliz que nunca amanheceu.

Partiu, sim, o pobre poeta, em demanda de outras regiões, no coração levando a imagem daquela que foi para êle sorriso sòmente.
A morte tomou-lhe o corpo, o céu tomou-lhe a alma lírial!

*

* *

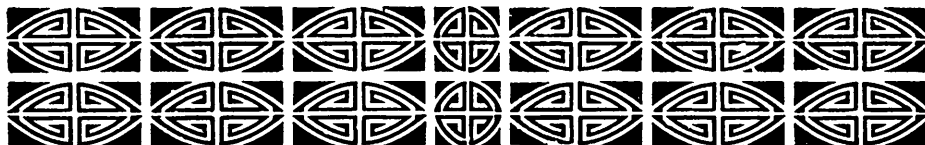
Obscuras notas só conseguimos traçar. Foram sentidas; melhor desejaríamos compreender quem em vida pondo, em primeiro lugar, os direitos de Deus, se achou na obrigação de defender pela pena e pela acção a mensagem de Jesus.

Mas, ah! a nós foi-nos impossível: *compreender e igualar*, — algures disse Renan, o Avô de Ernest Psichari.

E' que estamos bastante longe dele, — dêsse que foi, sob muitos aspectos, o Ozanan português e fiel imitador de S. Francisco de Sales. E' verdade!

19 de Junho do Ano da Graça de 1939.

(Do livro de ensaios, em preparação — *Poetas de Portugal*).



COUSAS DA MADEIRA

Lendas de outrora, e de sempre...

por FERNANDO DE AGUIAR

(Continuação da pág. 27)

Lenda do Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada da Madeira

Subida entre montanhas abruptas, titânicas...

O verde, desde o de mais ténue ao de mais carregada tonalidade veste e reveste esta região rica em maravilhoso de tão irrefragável natural, lugar onde, no meio de silêncio amplo que envolve a terra e os sentidos, nos elevamos para longe de colmilhosas e humanas malquerenças. Ali, o mau torna-se bom e o bom fica melhor ainda, em favor ao panorama poémico e em agradecimento ao Deus criador desta página brilhante da mater natura.

Urzes, louros e funchos espalham aos quatro ventos seus olores aromáticos, húmidos, mistura de actividade e doçura.

Caminhando por vezes entre zonas de sol intercaladas com zonas de chuva, entra-se — depois de atravessar o furado, dádiva da natureza, com o qual termina a subida — em uma planície, panorama vastíssimo donde, em teoria infundável de surpresas e em infatigável correria, descortinamos surpreendente cenário a que de pano de boca servem as nuvens que errantes vagueiam e separam as alturas e os homens.

Cá do cimo ondeante, olhando mais ao além temos alcatifa luxuriante de musgo formando maciços coloridos onde, de mistura, se encontram e se fazem notar, o vermelho, o amarelo, o cinzento-pardo, ... buscando na nitidez recortada em fundo verde o imarcescível do Reino de Deus — é a *Bica da Cana*, éden primitivo onde não entrou a mão bárbara do Homem.

Cegos por tôda essa luminosidade de relêvos, semi-cerrados os olhos no encanto dessa visão deslumbradora e divina, perdemos a imaginação na imortalidade de um sonho, desvario de amor ou devoção espiritual.

Olhando em redor temos sempre — do Norte e do Sul da Ilha — o céu azul de Portugal a espelhar-se no Atlântico, êste, ora em calma estagnação de águas sepultas, ora em escumoso e imorredoiro corolário de ondinas de corpos pulcros que, entre o anilado das águas e em festança pagã, vêm beijar, até tocar, em religioso e cadenciado pranto, as restingas de areia molhada ou o calhau movediço que ficam lá muito para baixo a perdermos de vista...

Aqui, longe do mundo, a sós com a natureza em sua primieva nudez, encontram o pintor e o poeta, mais ainda talvez o pintor-poeta, ambiente propício de côr e de sensibilidade para, em qualquer estação, devaneios ou divagações, motivos de encantadoras paisagens onde o surpreendente e o realismo comungam em o Belo fazendo sair de seus lápis ou de seus painéis o divino e o pagão, alma das lindas terras do Portugal de oito séculos.

E' lugar êste, onde até os mais descompostos na vida sentir-se-ão elevados por tanta sublimidade que em copiosas e contínuas lágrimas se derreterá a alegria de seu viver e acabará para todo o sempre o medo de morrer que não há quem o não tenha, como diria o nosso Vieira.

Mas, passada a Encumiada desçamos à vila de S. Vicente ⁽¹⁾ e na junção das águas do mar com as da ribeira depararemos de caminho com a capela de seu Santo Patrono, de cuja lenda trataremos mais ao diante.

Atravessada a ponte, de passagem junto à capela, percorridos uns quilómetros de estrada marginada pelo mar, entramos em Ponta Delgada, de cuja beleza nem falaremos: é um episódio do primeiro teatro do mundo, paraíso estranho e fechado às baixeiras terrenas.

Em Ponta Delgada trabalharam seus habitantes uma lenda formosíssima a qual, sempre viverá no credo dos homens.

Em nossos dias, por via do milagre que alcançou foros, continua a ali acorrer gente de tôda a ilha mercê a segurança que põem no deferimento de suas querenças: da romagem, porém, em outra parte trataremos.

(1) *De S. Vicente nem burro, nem vinho, nem gente.* E' aforismo desmentido pelo misterioso, maravilhoso e exuberante humus criador: como é possível nada prestar — é a teoria dos povos... — naquele estatuto divino da Natura!

Para que em nada perca o sabor clássico transcreveremos a lenda tal como nos foi narrada por Noronha ⁽¹⁾.

«A Imagem do S.^{or} he de estatura de hum homem, cruxificado, e a materia de q̃. se formou he pao, mas taõ devota, e taõ grandem.^{ta} perfeita q̃ da sua vista se internessem os corações e se derretem pellos olhos em lágrimas», diz-nos ao procurar descrever o Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada, uma das mais bonitas imagens que conhecemos na Ilha.

Conta *«a tradição comúa entre todos os Islinhos»* que esta reliquia foi encontrada dentro de uma caixa de madeira dada à costa na praia de Ponta Delgada, *«pellos annos de 1540 em q̃ o Reyno de Inglaterra padeceo a mayor perseguição da Herezia, por Henrique 8»*.

E o seu escrúpulo vai ao ponto de notar que não descobriu *«comtudo memoria algũa, q̃. assim o certifique como tambem a não achamos em contrario; mas sendo uniforme, e constante a tradição, a supposmos verdadeira, pella azeveraçam dos Povos, q̃. com viva fé o tem assim recebido»*.

E a verdade é que ainda na actualidade se mantém na tradição, vincadamente viva, a lenda ou o milagre do tempo de nossos avós: tal é o poder do religiosismo de uma raça ⁽²⁾!

E lá, continuam e continuarão por todo o sempre, as costumeiras romagens ao Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada, no lugar do Norte da Madeira... e lá continuam e continuarão os búzios, enquanto houver mundo, a acordar o éco adormecido nas quebradas vizinhas ao convocar as gentes para irem em magote orar ao Senhor.

Lenda de S. Sebastião

No Funchal e junto ao campo do Senhor Duque ficava a Igreja do Mártir São Sebastião: mais tarde o largo, onde se via a edificação, tomava o nome do bemaventurado e, agora, por via de monumental fontenário lá existente, no lugar mesmo do Templo, traz o nome de Largo do Chafariz.

⁽¹⁾ H. H. Noronha in Ms. cit. cap. VI.

⁽²⁾ Noronha conta que no seu tempo (primeiro quartel do séc. XVIII) a passagem para esta freguesia nortenha era o que de pior havia, *por todas as partes perigoza*, mas que felizmente não havia memória de que pessoa alguma das muitas que por ali costumam fazer caminho em qualquer altura do ano padecesse o menor perigo em seus trabalhos, antes sentem *singulares beneficios e evidentes prodigios da sua Omnipotencia*.

A data precisa da fundação de aquela Igreja não a sabemos, todavia reputaríamos talvez como acertada a que a desse durante o curto reinado do desejado Menino-Rei já que sabido é ter êste Mártir da jornada de Alcácer-Kibir ordenado por Real decreto que em tôdas as povoações nobres se construísse um Templo com a invocação do Mártir patrono de seu Augusto Nome: lavram, porém, controvérsias quanto à data precisa da feitura do monumento que, para uns, teria sido ao redor de 1523, ano em que a Câmara e o povo juntos, elegeram S. Sebastião padroeiro menor contra a Peste, e para outros, data ainda anterior a esta. Em verdade Noronha refere como existente na sepultura de Alvaro Annes, a qual situa ao pé do Altar de Santo Eloi, um epitáfio datado de 1471 ⁽¹⁾ e a aceitarmos tempo mais remoto daríamos então êste outro de anterior à morte do citado Alvaro Annes da Rua, homem nobre referido em Lavanha e em Salazar e Castro que o dão como sendo do melhor sangue.

Não é lugar aqui, porém, para entrarmos a discutir ponto tão controverso e assim, relegando-o para lugar e tempo mais oportuno onde então aplicá-lo, passemos adiante.

Em altar colateral patenteava-se às orações dum sem número de devotos, o glorioso Santo Eloi do milagroso bálsamo: patrono dos ourives, êstes ali tinham sua confraria. Dêste beato e do milagre do óleo santo que, saindo em abundância da unha de um de seus pés, continuamente oferecia aos fiéis, nos ocuparemos em melhor ocasião.

Festejava-se o dia de São Sebastião a 20 de Janeiro de cada ano, conforme dispôs em constituição sinodal o Bispo D. Jerónimo Barrêto e sendo dia santo de guarda êste, havia procissão solene e missa a canto de órgão, como queriam os antigos e, em seu regimento, o prelado D. Luiz de Figueiredo.

A Igreja era,—na descrição que dela faz Henrique Henriques— *«sufficientem.^{te} grande toda azullejada com quadros por hũa e outra p.^{te}»* e no retábulo da Capela-Mor estava o glorioso patrono *«em vulto, e nos lados em bellas pinturas»* notavam-se os Santos Vicente mártir, e Bento abade.

(1) Dizia o epitáfio:

«Aqui Jaz Alvaro Annes Escudejro do Infante D. firnando, primeyro thesoureiro dos Estimos chancellor, por elle dado a esta Ilha, edificador deste Altar p.^a jazim.^{to} seu, e de seus herdr.^{os}, instetuhidos das missas perpetuam.^{te} a elle obriguadas. p. la terça dos seus Bens, como conthem em seu testam.^{to} O qual se finou em 16. dias do mez de Novembro de 1471 annos.»

Com base neste epitáfio Noronha aventa para a construção do templo ano anterior a 1470.

Espalhados colateralmente pela Casa, viam-se: S. Braz do lado da epístola e o milagreiro S. Eloi colocado em altar do lado do evangelho.

Em 1803 o camartelo público que nada perdôa e tudo do antigo sacrifica em prol de as chamadas conveniências de estética citadina, demolia esta vetusta edificação para, no mesmo sítio, dar-se comêço a um mercado ⁽¹⁾.

E desta demolição nasceu a lenda!

Diz o povo que depois do desmantelamento do Templo, tão b̃arbaramente sacrificado para se fazer substituir por um mercado, em tão má hora recordado por uma edilidade infeliz no arvoamento de apresentar grandes obras, t̃odas as noites a horas já mui descuidosas costumava aparecer, aos poucos noctívagos dessa época que por ali faziam caminho, um sujeito de grave contenho que passeando pelo largo teimosamente profetizava em alto pranto o alagamento da cidade até aquêlê ponto, caso não se cuidasse imediatamente na reedificação da Igreja: em breve o mar subiria, subindo cada vez mais, até fazer de aquêlê local ancoradouro de embarcações.

Era a voz do povo protestando contra o vandalismo!

Sôbre a identidade da personagem divergiam as opiniões: para uns — a minoria — seria o milagroso patrono da peste; para outros — e eram a maioria — seria o fugitivo da ilha de Argüim ⁽²⁾ a protestar contra a demolição do templo do Santo de seu nome de quem tão devoto sempre fôra enquanto reinante em Portugal.

E' assim, tal como ficou narrada, que ainda hoje, em lares de profundo tradicionalismo, nos é contada a lenda de S. Sebastião do Largo do Chafariz.



Muitas mais são as lendas ouvidas pela Ilha: de algumas cuidaremos ainda na seqüência dêste nosso trabalho. Umas apontá-las-emos como milagres: a de Fr. Pedro da Guarda de Câmara de Lobos;

(1) Vd. *Arquivo Histórico da Madeira*, pág. 65, II fascículo do vol. VI. Lisboa, 1939 (*Planta do Funchal existente na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto*).

(2) Vd. nossa «Lenda de Argüim» in «Lendas de outrora, e de sempre...», I série. Guimarães, 1938.

a da fundação do convento das Mercês; a da filha do Zargo... De outras trataremos ao fechar êste trabalho: da das Furnas de cavalum; da de Santa Maria Madalena do Mar; da de Nossa Senhora da Piedade no seu lugar à Ponta de S. Lourenço; da de S. Vicente; da lenda do Paúl do Mar... e de tantas, tantas mais que enxameiam a Ilha, e serão sempre, — graças a Deus! — lembradas por esta santa gente do Portugal de Além Mar.

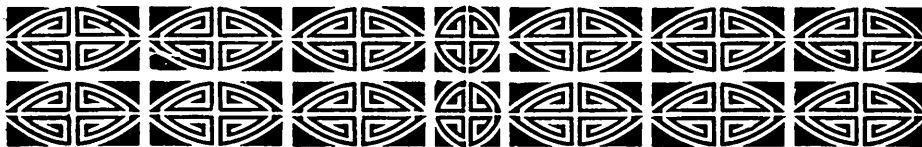
Lisboa: em dia de S. Francisco de Sales
do Ano da Graça de N. S. J. C. de 1940.

A seguir:

III — Cremos & Superstições; Milagres & outros Sucedimentos ...

IV — Tipos & Costumácias; Romagens & Romarias ...





O grande Pan morreu!...

por CÉSAR DE OLIVEIRA

DIZ a lenda que, nos tempos de Augusto, — quando o majestoso Império romano se consolidava na paz universal, e precisamente na hora em que um ignorado menino nascia num ignorado recanto da Judeia, — todo o mundo civilizado se confrangeu de ansiedade e se arripiou de espanto. Um frémito de sagrada inquietação espavoriu as almas. Tremeram os mares e as florestas. E as raízes da Vida foram abaladas até à própria madre da Terra. Os lagos com suas ninfas, os bosques com seus loureiros e seus brégeiros sátiros, os «forun» com suas colunatas e estátuas, os templos e basílicas com seus pórticos e seus sacerdotes, — filósofos e cortesãs, poetas e chusmas das galés, — sentiram a nostalgia de um mundo que ainda existia e que já não «era». E ouviram, como num fundo suspiro arrancado às entranhas da civilização pagã, uma grande voz, magoada mas terrível, que dizia: — O grande Pan morreu!...

*

O vélho Pan morreu! Mas durante séculos ainda o seu corpo morto ficou insepulto sôbre a terra, sôbre o vélho mundo desolado e sem esperança. Com êle morreram os amáveis, os luminosos deuses da Grécia, os fortes e rudes deuses do Lácio, os terríveis deuses fenícios, a infindável teoria de deuses e deusas que, durante milênios, se regalaram de sol, de adorações e de mistérios. Da Lusitânia ao Egito, e da Grécia aos confins da Média, alastrava um denso nevoeiro de tristeza. Os semi-deuses há muito haviam regressado, pela mão dos filósofos e historiadores do grande século, a uma heróica, simpática e mais acessível humanidade... Serenamente, uma divina claridade irisava essa névoa, e as pobres larvas humanas eram iluminadas da verdadeira Luz: a luz do Verbo que se fêz carne para resgatar o mundo. No rasto dos Apóstolos, incansáveis e

andarilhos, o Evangelho rasgava em sulcos profundos o caminho de uma Civilização. E o fulgor imperecível da Igreja de Cristo ainda chegava a tempo de aureolar de melancólica grandeza a decadência imperial da Grande Roma!

*

Os deuses foram-se; extinguiram-se; esqueceram.

E os povos que os adoraram, caldeados no fluxo e refluxo das idades e das invasões, esqueceram-nos também. Mas houve, de entre os deuses e povos esquecidos, um velho povo e um velho deus que não morreram.

Tímido e arrogante, ao mesmo tempo que poderoso e dócil, êsse deus que não morreu encontrou na raça deícida que o adorara, o infatigável apostolado da sua divindade e da sua força. O Bezerra de Ouro triunfou do vendaval iconoclasta que derribou os velhos deuses, porque em cada judeu que o vento da dispersão espalhara pelo mundo, tinha agora um altar de cupidez e um culto de rapina.

Durante séculos, os povos cristãos, sugados até à medula pela avidez do semita, procuraram, mas sem grande resultado, defender dele o seu sangue, e poupar a sua alma ao repugnante contacto. Em vão se ordenaram expulsões e conversões em massa. Em vão se perpetraram massacres memoráveis para a radical extirpação do escalracho... Debalde se instituíram os tribunais do Santo Ofício, e os ficheiros da Inquisição... Chegaram mesmo a acender-se fogueiras, numa exacerbada política racista a que os Estados, sancionados pela Igreja, se viram coagidos para defesa própria e salvação da Cristandade! Mas a Cristandade trazia consigo, além da original contradição, o sangue alvoroçado da discórdia. Essa é a razão porque, quando a judiaria estava prestes a pagar aqui por suas rapinas e malfetorias, logo além um outro país lhe abria os braços, atraído por suas sábias manhas usurárias e pelo fulgor aliciante do ouro.

Errante, mas industriosa na arte de fazer multiplicar o dinheiro, a raça judaica deixou por toda a parte bem enraizado o culto do velho deus. E, à medida que os séculos decorriam, mais sólido era o seu prestígio e mais absorvente o seu culto.

O Mercantilismo que desvairou mundo nos séculos das descobertas, escravizou a economia dos povos ao arbítrio da finança judaica. Mais tarde, quando o evangelho da rapina foi prègado a todos os gentios, disfarçado no cientismo social e económico do Liberalismo, o deus Milhão estendeu ao universo inteiro o seu incontestável domínio. Já não era apenas o judeu quem aproveitava da doutrina. Cristão ou mouro,

americano ou japonês, — todos os grandes sacerdotes do culto plutocrático adquiriam, ao serem iniciados nos mistérios da multiplicação da riqueza, os mesmos gestos aduncos, as mesmas manhas rituais, a mesma solidariedade judaica. Tal foi o segrêdo e a fôrça da expansão do Capitalismo.

*

O Progresso, a Democracia, a Liberdade, a Igualdade, o Direito, a Soberania do Povo, o Sufrágio Universal, e outros mitos mais vagos e mais abstractos, foram os semi-deuses desta religião de embuste e de rapina. As grandes metrópoles de aquém e além-mar, ergueram templos babilónicos ao deus inefável, ao fulvo e terrível deus todo-poderoso e apetecível. Mamona expropriou os templos do Cristo. Afogou-os na sombra dos arranha-céus, ou isolou-os nos bairros pulverulentos da periferia onde as grandes cidades acolhem, em gavetões de necrópole, os loucos adoradores de Bezerro de Ouro.

*

O poder do ouro foi tão longe na sua obra de devastação espiritual e de relaxamento moral, que tudo se lhe subordinou. Usos e costumes, códigos jurídicos e sistemas de governo, a instrução e a milícia, as artes e as letras, tôdas as actividades e instituições passaram a sofrer a influência dêsse poder infame. Que digo? — Nada mais foram do que esfregões destinados a fazer rebrilhar a face majestosa do ídolo. «Uma só religião — diz o amargo Papini — pratica o mundo, aquêl mundo que apenas reconhece a suprema trindade de Wotan, Mamona e Priapo: a Fôrça que tem por símbolo a Espada e por templo a caserna; a Riqueza que tem por símbolo o Ouro e por templo a Bôlsa; a Carne que tem por símbolo o Fálus e por templo o Bordel.»

Dir-se-ia que a própria língua, êste admirável dom que aos homens foi dado para louvar a Beleza eterna e adorar a Deus, era pobre e minguada de palavras para cantar em todos os tons a glória e o poder miraculoso do Dinheiro!

*

Como há vinte séculos, uma angústia feita de piedade e de receio, arrepanha num trágico rictus de desespero a carantonha do mundo. Essa coisa terrível e espantosa que as almas adivinham e enche a vida

de pavores — já aconteceu ou vai acontecer? E pergunta-se: Não estarão chegados os tempos em que o Bezerro de Ouro perderá o seu poder e a sua glória? E' certo, é certo! O dinheiro sente que o prestígio lhe foge e a fôrça se lhe esvai. A escravidão a que reduziu tôda a economia tornou-o insuportável. O vélho deus morre porque deixou de ser o monopólio de uma casta e revelou a tôda a gente os seus mistérios. Ainda se lhe concedia, como derradeiro preito de vassalagem, o título de nervo da guerra, e como nervo da guerra, a plutocracia canalizou o louro metal para aquêles países onde pontificam em segurança o semitismo e o liberalismo. Com pasmo, porém, assiste-se à guerra de Espanha, onde o ouro é implacavelmente derrotado. E há Nações que, depois de demonstrarem a irremediável decadência do deus, ensinam aos plutocratas das novas Cartagos que é possível atingir o mais elevado grau de Beleza, de Harmonia, de Fôrça e de Justiça, sem mancharem mãos e lábios na tôrpe adoração do ídolo amarelo.

O Dinheiro, desconcerta-se, desorienta-se. O louro ídolo não se resigna à inutilidade e à morte, nem a perder o domínio sôbre homens e povos. Agita-se e provoca. Embaralha os valores espirituais para os aniquilar. Compra a opinião do mundo e prepara a guerra, porque só na guerra julga encontrar a salvação. Então, o delírio das grandezas torna-o grotesco. Tanques, granadas, canhões, cruzadores, aviões..., de tudo pode dispor em quantidades astronómicas. Compra povos inteiros, como quem adquire rebanhos, por centenas de milhões. Troca e baldroca pactos e alianças. E faz a guerra. Mas a guerra não anda nem desanda, porque os homens não querem servir o ouro, e negam-se a adorar o cadáver de um deus.

Os homens não querem a guerra por terem horror à guerra. Mas porque só os sentimentos elevados e nobres, só as verdades eternas como a Religião, o Amor, a Pátria, a Família são dignos de que, individual ou colectivamente, os homens lhes sacrifiquem a vida.

Será verdade, então, que o vélho ídolo morreu?

Eu sou dos que acreditam, porque o ouvi em vozes misteriosas e graves, que o Bezerro de Ouro ficou soterrado nas ruínas de Varsóvia, e nem os trezentos mil judeus que a defenderam são capazes de o ressuscitar.

O vélho deus morreu! Mas por quanto tempo ficará sendo o espantinho do vélho e do novo Mundo?

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1840

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Abril

Dia 1 — O Ministro do Reino aprova o regulamento administrativo do Hospital da Misericórdia, feito pela comissão criada por portaria desse ministério, de 26 de Maio de 1835.

•

Alvará fazendo mercê do título de moço fidalgo a Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Malheiro.

Dia 4 — Logo ao romper da aurora houve nesta vila repiques de sinos com estalejar de morteiros e bastantes foguetes do ar, por ser o aniversário dos anos de S. M. a Rainha a Snr.^a D. Maria II. Ao meio dia houve *Te Deum Laudamus*, na Colegiada, a que assistiu o Cabido, Câmara e tódta a officialidade do batalhão de infantaria n.º 18. Depois do *Te Deum* seguiu-se a Parada e descargas do costume, na praça da Senhora da Oliveira. A's 3 horas deu o coronel Mesquita um grande jantar no seu quartel (casa dos Coutos) a tódta a officialidade do seu batalhão e a outros vários convidados, entrando no número deles o Barão de Vila Pouca e o Conselheiro João Baptista Felgueiras, etc. No fim do jantar queimaram-se girândolas de foguetes no terreiro da Misericórdia. Os sargentos e soldados do batalhão n.º 18 também tiveram um jantar que lhes deu a officialidade do batalhão. A' noite

houve uma vistosa iluminação nos quartéis, aonde acorreu muita gente, assim como em tódta a villa, queimando-se imensos foguetes e morteiros, finalizando esta função por uma peça posta no teatro por a Companhia Nacional do Pôrto, denominada de D. Fernando, que aqui se encontrava (P. L.).

Dia 5 — Morreu José Leite de Araújo, capitão das extintas milícias, morador atrás o Tanque (Toural, Lages). (P. L.). Tem o retrato na galeria dos bemfeitores da Ordem 3.^a de S. Francisco.

Dia 7 — Veio em procissão para a capela dos 3.^{os} de S. Francisco a imagem de S. Roque da Serra, por causa de bastantes moléstias que grassavam na vila, de que morreu bastante gente. Em seguida houve preces em S. Francisco e S. Sebastião. (P. L.).

Dia 12 (Domingo de Ramos) — Saiu em procissão pelas principais praças e ruas a imagem de S. Sebastião, acompanhando-a imenso povo. Foi em consequência de ter morrido bastante gente por causa de várias moléstias. (P. L.).

Dia 20 — Chegou aqui o general da provincia, Barão de Almgem, o qual tinha vindo de Lisboa para Braga para tomar o comando da provincia, vindo daquela cidade para esta vila por ter aqui a sua casa.

A' entrada da Ponte de St.^a Luzia estava um arco que lhe tinham mandado fazer alguns *Mijados* e para o qual tinham corrido alguns *Miguéis*. Logo que o general se aproximou da ponte onde estava o arco, queimaram-se imensos morteiros e foguetes do ar, sendo ali entoados os Vivas ao General Português. Adiante do general, que apenas era acompanhado por um capitão do 18, vinham muitos rapazes e garotos a dar vivas. A' noite tocou à porta do general a música do n.º 18 e deram os Patriotas bastantes foguetes do ar e morteiros e Vivas ao General Português, à Constituição de 1838, e muito tarde à Rainha Constitucional. (P. L.).

•

De noite houve incêndio na cavalaria da casa de José Maria dos Pombais, que ardeu toda. O batalhão de infantaria n.º 18 pegou todo em armas, indo uma parte dele ao incêndio com o seu comandante, o coronel Mesquita. O general Barão de Almargem, chegado neste mesmo dia de Braga, também apareceu no sítio do incêndio. (P. L.).

Maio

Dia 2 — Alvará fazendo mercê de fidalgo escudeiro a Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Malheiro. Por alvará de 22 de Junho de 1840 foi declarado que esta mercê se fazia a título de restituição do fôro de fidalgo cavaleiro que teve seu avô Ruy Vieira da Maia.

Dia 4 — Foi sepultada na sua capela da igreja de S. Francisco a 1.^a viscondessa de Azenha, D. Gracia Leite de Almada Machado e Melo.

Dia 5 — A Ordem 3.^a de S. Domingos obtém licença para celebrar o santo sacrifício da missa no altar dedicado a Nossa Se-

nhora das Dores, na enfermaria do seu hospital.

Dia 6 — A Câmara Municipal organiza ou aprova umas Instruções para os banheiros das Caldas de Vizela e Taipas, que foram impressas êste ano na tipografia bra-careense.

Dia 11 — Principia a demolição da antiga torre da Senhora da Graça — vulgo «Torre de S. Bento» — nas muralhas da vila. Depois dos pedreiros terem deitado abaixo algumas pedras, esta obra foi embargada pelo Cabido, representado pelo cônego Pinheiro. (P. L.) — A Câmara foi quem ordenou a demolição «não só por estorvar o transito publico, como também por servir de lugar que ocasionava roubos e espancamentos, e torpesas contra a moral.»

Dia 29 — Chegou a Braga o arcebispo eleito da diocese, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo. Foi nomeado vigario capitular, pelo cabido, no dia 2 do mez seguinte.

Dia 30 — Houve repiques de sino ao meio dia e à noite por ser o dia do santo do nome do Senhor D. Fernando, espôso da Rainha. (P. L.).

Junho

Dia 3 — Foi conhecida a notícia de ter sido nomeado Chantre da Colegiada por S. M. a Rainha o cônego João Baptista Gonçalves Sampaio. «Esta nomeação foi escandalosa, não só por ainda não terem restituído alguns conegos que tinham sido suspensos, mas tambem pelas péssimas qualidades do agraciado.» (P. L.).

Dia 7 (Dia do Espirito Santo) — Realizou-se uma grande festividade na igreja de S. Domingos, havendo na véspera, à noite,

uma grande iluminação na Praça do Toural, muito fogo do ar e preso, estando a música do n.º 18 a tocar várias peças de música. Neste dia de manhã fez-se a exposição do Senhor e houve sermão e missa cantada acompanhada a música, e de tarde procissão do SS. Sacramento à qual concorreu imenso povo. Encorparam-se as duas Ordens 3.^{as} (Dominica e Franciscana), levando cada uma delas grande número de 3.^{os}, principalmente a Dominica. Esta festa foi em consequência da abertura do Hospital dos 3.^{os} Dominicos, o qual estava muito aceiado. O povo que concorreu, tanto à iluminação e fogo da véspera, como, no dia, à festa, procissão e visita ao hospital era imenso. Finalmente foi esta uma função das mais brilhantes que há tempos se tinha visto nesta vila. (P. L.).

Dia 23 — O batalhão de infantaria 18 marcha para Freixieiro de Basto, para assistir à execução de Joaquim Lopes Queijo, da freguesia de Vila Cova, julgado da Lixa, que fôra condenado por sentença da Relação de 6 de Junho de 1838 a sofrer pena de morte naquela localidade. Com o batalhão, e com o mesmo fim, marcha também uma fôrça de cento e tantos homens de infantaria 14, que no dia antecedente havia chegado a Guimarães.

Dia 27 — Desencadeou-se uma tão grande trovoadas « (já ha tempos que tinham sido mui frequentes e medonhas) » que muito assustou os habitantes desta vila, caindo no convento das Capuchas algumas faíscas que causaram bastante estrago no material do convento, não havendo, porém, vítimas. (P. L.).

Dia 28 — Chegou o batalhão de infantaria n.º 18, que tinha marchado para Freixieiro no dia 24 d'este mês para assistir à execução dum Padecente que ali havia de ser enforcado. A execução não se verificou por causa do sentenciado ter fugido no dia 25, às 2 horas da madrugada, quando ia a sair da Relação. (P. L.).

Dia 29 — Seguiu para o Pôrto o batalhão de infantaria n.º 18, que tinha vindo para aqui no dia 8 de Dezembro de 1837 para ser aquartelado. Este batalhão (e em especial o comandante e a maior parte da officialidade) teve um grande sentimento por sair desta villa, e os habitantes tiveram outro igual, pois desde que aqui se conservou o batalhão tinha-se comportado muito bem, devendo-se a sua boa disciplina ao seu digno coronel José Teixeira de M. quita. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





HISTÓRIA DA GUERRA DE ESPANHA (1.º vol.), por R. Brasillach e M. Bardèche. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1939.

Este 1.º volume da *História da Guerra de Espanha*, inicia a nova colecção que a Clássica Editora vai publicar sobre «Os Grandes Dramas do nosso tempo».

Na verdade, a Guerra da Espanha é um dos grandes dramas que todos nós sentimos, drama que está ainda bem vivo, com todos os seus horrores, com todos os seus heroísmos, com todos os seus gáveis ensinamentos.

O trabalho de Robert Brasillach e Maurice Bardèche, de carácter objectivo, está feito com método, de maneira a proporcionar, a quem o ler, a narrativa da evolução dos acontecimentos que levaram o exército a intervir para que a Espanha se salvasse do caos comunista.

Este 1.º volume divide-se em duas partes. A 1.ª, sobre a sublevação, refere a acção de Calvo Sotelo e o seu assassinio, analisa a situação da Espanha em Julho de 1936, os preparativos de revolta e os primeiros dias do movimento nacionalista. A 2.ª parte compreende a luta travada pelos nacionalistas para a conquista dos três objectivos principais que

deviam assegurar a vitória: o Estreito, Badajoz e Irun. E' focada a acção e o esforço de Mola, que tão decisiva influencia tiveram na vitória, e descrita a heroica resistência do Alcacer de Toledo, página de heroísmo que assombrou todo o mundo. Fecha este volume com uma descrição das duas Espanhas, de grande utilidade pelos elementos que fornece para um melhor conhecimento dos acontecimentos. A tradução, de Ferreira da Costa, é digna de louvor e as notas do tradutor, que também fez reportagens em Espanha, mais valorizam esta obra.



SONHO DE RAÍNHA, por Charles Feilely. Livraria Civilização. Porto, 1939.

A colecção ciclame, de que se publicaram já alguns trabalhos valiosos, é aumentada, agora, com este encantador romance de Feilely, traduzido por D. Alice Ogando.

Fêz bem a Civilização em se abalançar à edição portuguesa deste romance, porque, na verdade, a sua leitura é benéfica.

A figura simpática da Duquesa de Berry e as aventuras emocionantes dos conspiradores legitimistas da Vendaia, são postas

em relêvo, de uma maneira graciosa, que desperta interesse.

As lutas dos bravos realistas, dedicados e generosos, de entre os quais se destaca Guilleri Guilloré, mostram quanto desinteresse e desejo de bem servir norteavam os homens que acompanhavam na conjura a formosa *Madame*, heroína ao mesmo tempo intrépida e sedutora, destemida e persistente, que teve na vileza e na traição de Deutz, o fim do seu legítimo *Sonho de Rainha*.



O GRANDE MEAULNES, por *Alain Fournier*. Editora, Educação Nacional. Pôrto, 1939.

O enredo deste romance, que tem tido grande nomeada e várias edições, apaixona e desperta interesse. A vida aventureira de Meaulnes deve ter dado ao romance aquela celebridade que justifica as edições que tem tido e de que a Editora Nacional nos deu a tradução apurada que era de esperar de Vasco Botelho do Amaral.

Supomos, no entanto, que *O Grande Meaulnes* não deve conquistar no nosso país o sucesso que obteve em França.



HISTÓRIA DOS DESPORTOS EM PORTUGAL (fascículo n.º 1), por *Tavares da Silva, Ricardo Ornelas e Ribeiro dos Reis*. Editorial «Inquérito», Ld.ª Lisboa, 1940.

A Editorial «Inquérito» iniciou a publicação em fascículos de um trabalho que está destinado a obter bom acolhimento, porquanto se trata de divulgar a *História do Desporto em Portugal*.

No fascículo que temos presente — o 1.º desta obra — é-nos revelada a origem do *foot-ball*, cuja regulamentação definitiva data de 1863. Mas a *História dos Desportos* não se limitará apenas ao *foot-ball* pois tratará, também, do ciclismo, atletismo, esgrima, aviação, automobilismo, motociclismo, natação (water-polo), remo, vela, rugby, basket, handball, hipismo, hockey, box, luta, tennis e jogo de pau, este com fundas raízes em Portugal. O escutismo, — que tem por lema «alma sã em corpo são» —, não vem anunciado e, quanto a nós, entendemos que esta obra ficará incompleta se o não tratar devidamente, dado o incremento que tomou em diversos países e mesmo em Portugal.

Boa apresentação, valorizada com excelentes gravuras e vinhetas.



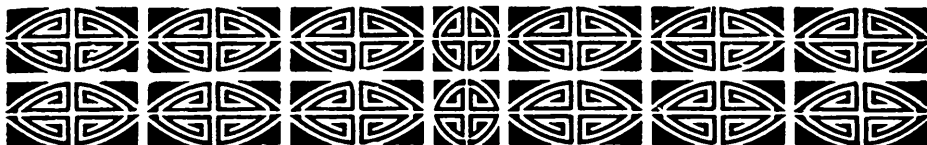
MILAGRES DA NOSSA TERRA, por *Malagria de Castro Henriques Osswald*. Ed. Educação Nacional, Pôrto, 1939.

Livro encantador, que se lê com enlevo e de que se colhem preciosas lições da nossa História. São milagres de uma Raça que sempre se soube impor à justa admiração de todo o mundo.

E a Mulher portuguesa? Que de prodígios ela não realizou nas horas incertas em que os portugueses tiveram de lutar pelo engrandecimento e pela independência da Pátria!

Milagres da nossa terra é um livro bom, sadio e bem português. Deve andar nas mãos de todos para que todos possam aproveitar as lições que encerra. A A. é uma escritora com merecimentos e as páginas deste livro demonstram bem que há-de triunfar na ingrata e difícil carreira das letras.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



D. EGAS MONIZ,

“dapifer curiae”

por D. FERNANDO DE TAVARES E TAVORA

UMA das mais veneradas figuras da scola ou côrte da Rainha D. Tareja, a infanta de celebrada formosura e de gesto angélico, viúva do Conde D. Henrique que os antigos chamavam de Lorêna e os modernos com inteira uniformidade e nenhuma certeza apelidam de Borgonha, foi a do cavalheiresco Egas Moniz aio do Rei Afonso 1.º de Portugal.

Os historiadores e os nobiliaristas têm-se visto em grandes embaraços para lhe darem o destaque e o lugar que a sua nobreza e fama reclamam.

Não trato agora daquele feito memorado e discutido que o seu túmulo toscamente relembra como ensinamento a todos os patriotas da terra portugalense. Venho apenas versar ligeiramente o tema interessante e difícil do seu nascimento e de alguns acontecimentos importantes da sua vida. Quem foram os pais de Egas Moniz? Quando nasceu?

Contemporâneos ou quâsi contemporâneos três personagens usaram do mesmo nome, Egas Moniz. A confusão que dêste facto resulta é enorme, pelo que se apresenta intrincadíssima a exposição do problema. Vejamos o que nos diz o Livro Vêlho de Linhagens. É êle o nobiliário mais antigo dos que se escreveram em Portugal e em tôdas as Espanhas e cuja origem, no dizer de Herculano, talvez remonte quâsi aos primeiros tempos da monarquia lusitana. Quando não haja êrro evidente, julgo sempre preferível adoptar a sua lição.

Ao apontar os padrões dos «filhosdalguo» de Portugal men-

ciona em quinto lugar D. Monio Viegas de Riba Douro. Mais adiante, desenvolvendo a sua linhagem descendente, informa:

«Este Munio Viegas foi casado com D. Vellido Troytosendes irmã de D. Pedro Troytosendes de Panha e fege nella D. Egas Moniz de Riba do Douro, e este D. Egas Moniz de Riba do Douro criou ElRei D. Affonso de Portugal o Primeiro q. hi ouve e fege erguer o Emperador que jazia sobre Guimarães com companha a guiza de lealdade, e fez Senhor do Reyno o criado apesar de su Mãre a Rainha D. Tareja de cuja parte o Reyno vinha, e este D. Egas Muniz foy cazado duas vezes...»

A passagem transcrita, além de nos certificar dos nomes dos pais, dá-nos importante notícia, a qual é a de ter casado o referido aio duas vezes. Há quem lhe dê nada menos de cinco mulheres, parecendo que em um só reüniram as mulheres de dois ou três indivíduos. É esta opinião sustenta mesmo o ponderado Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

D. Maior Pais foi a primeira consorte de Egas Moniz, filha de D. Paio Guterres que fêz o Mosteiro de Tibães e foi em Portugal Adiantado do Rei Afonso 6.^o de Leão, o monarca poderoso que se proclamava *ab ipso Deo constitutus Imperator super omnes Hispaniæ nationes*.

Dêste primeiro casamento de Egas Moniz nasceu Lourenço Viegas, o espadeiro, a quem D. Afonso Henriques, por se ter criado com êle, sempre tratou por irmão. Comandou em Ourique a retaguarda com seu cunhado D. Gonçalo de Sousa.

Lourenço Viegas nunca foi casado, afirma o Livro Vêlho, mas teve de uma barregã que houve nome Origuera, ou Ortigueira como costumam traduzir, um filho chamado Egas Lourenço do qual procede a família nobilíssima dos Coelho de tão apregoado renome. Não se faça reparo na bastardia. Como as leis só reprimiam o adultério, os bastardos abundavam e eram olhados com enorme benevolência no clero, na nobreza e no povo, talvez com a mira de aumentar o número de soldados que garantissem a defesa do novo estado das numerosas e aguerridas hostes dos agarenos e dos soberanos de Aragão, da Galiza e de Leão. Aparecem êsses bastardos com denominações diferentes que tive a paciência de procurar e que menciono aqui para conhecimento de algum apreciador destas velharias.

No decurso dos seus trabalhos, os vêlhos autores apresentam os filhos de concubina, os de barregã ou de mancêba, os de gança ou ganhadia, os de sudraria, ou ainda aquêles que algum galã mais ousado «jouve» de mulher de ordem.

Os nossos genealógicos distinguem filhos de barregã dos de gança que mais parece significar coito vago, escreveu o admirável diplomático João Pedro Ribeiro. Atentando no problema, fica-me a impressão de que as concubinas eram quâsi mulheres legítimas, gozando até de benévola consideração, as barregãs eram amantes feúdas e manteúdas, as de gança ou ganhadia mulheres pagas e de mais transitórias relações, as de sudraria mulheres casadas, com filhos adúlteros, e o preférito «jouve» do verbo jazer, diz respeito a trato deshonesto com freira ou, de maneira mais geral com mulher de ordem religiosa.

Tratemos agora do segundo casamento de Egas Moniz, que muitas vezes consta de documentos desde o ano de Cristo de 1134 em diante. Neste se lavrou carta de venda pela qual o mesmo Egas e sua mulher Teresa Afonso, filha, diz Sousa da Silva, do Conde das Astúrias D. Afonso, venderam uma herdade em Tarouquela que lhes dera D. Afonso Henriques, ainda infante, por um cavalo de 250 modios e uma mula de 300.

Para se fazer exacta idea do valor dêstes animais e da herdade vendida, esclarecerei que se equivaliam o sôldo, o modio e o alqueire de pão.

Desta D. Teresa se ocupa várias vezes o Livro Vêlho de Linhagens, chamando-lhe minhana ou meana D. Tereja, provando-se, não obstante os erros dos copistas, e melhor até por causa deles, os conhecimentos, para a época admiráveis, que tinha da genealogia a pessoa ou pessoas que o escreveram.

Vê-se que esta minhana ou meana D. Tereja fundou o mosteiro de Cerzêda ou Sarzêda (que afinal é Salzedas a 10 quilómetros de Lamego) pelo que lhe chamavam D. Tereja de Cerzêda.

Minhana, miôna ou meana era tratamento honorífico e raríssimo, dado apenas a senhoras de elevada jerarquia, de mais madura idade ou viúvas, e correspondia a minha ama, madôna ou madama. Também se encontra o de miôno para homens que só uma vez vi empregado, e onde não me lembro agora.

Ainda vivia meana D. Tereja, e viúva havia muitos anos, em Janeiro de 1165, época em que fêz uma doação ao mosteiro de São Salvador de Tuyas, de cônegos regrentes, na qual figura seu genro Gonçalo Mendes, «dispensator» do Rei Afonso Henriques, que nesse tempo dominava o Pôrto, Coimbra e Lisboa. Também consta que D. Tereja foi a educadora ou aia dos filhos Sancho e Urraca

do referido monarca, e encontro que se finou em 1171, sendo sepultada sob um arco da parte de fora da igreja de Salzêdas que deu à ordem de Cistér.

Constam do Livro Vêlho de Linhagens os nomes e as alianças nobilíssimas de três filhas do segundo casamento de Egas Moniz. Uma delas, D. Dordia Viegas, foi uma das mulheres do célebre D. Gonçalo de Sousa, irmão do não menos memorável D. Soeiro Mendes, o gordo ou o grosso, um dos apontados pelos historiadores como dos mais influentes na revolta de 1128 do infante D. Afonso contra sua mãe a Rainha D. Tareja.

Tratemos agora de averiguar a época aproximada em que nasceria o aio de El-Rei.

Quando o Conde D. Henrique em 1102 dominou a rebelião do rei mouro de Lamego Zadan-Iben, já Egas Moniz era rico-homem e pelos feitos insignes praticados neste conflito mereceu a honra ambicionada de ser armado cavaleiro.

Não devia estar longe dos 21 anos, *«parce que l'âge fixé pour le grade de Chevalier étoit vingt et un an; á moins qu'une haute naissance ou de grandes actions le dispensassent de cette loi»* ensina Menestrier no seu *Nouvelle Methode Raisonnée du Blason*.

Como porém acumulou o fidalguíssimo nascimento com os serviços relevantes, imaginemos que tinha 19 anos quando professou na cavalaria. Nasceria pois pelo ano de 1083.

E se, como judiciosamente conclue o arguto Herculano, o ano do nascimento de Afonso Henriques foi o de 1111, contava Egas Moniz 28 anos aproximadamente quando os pais lho entregaram para criar e educar. Há pouca divergência na data do falecimento do aio de El-Rei. O seu túmulo, na igreja de Paço de Sousa, que a Beneditina Lusitana diz ser moimento alto de pedra, agora refeito com as pedras do antigo, é bastante conhecido por melhores ou piores gravuras já publicadas.

Na tampa, que é do primitivo, está aberto em duas linhas contrapostas, para serem lidas andando em volta dele, o antigo epitáfio que diz o seguinte:

HIC : REQUIESCIT : FL'S : DEI : EGAS : MONIZ : VIR : INCLITVS :
ERA : MILLESIMA : CENTESIMA : 2XXXII

A pedra está lascada na terminação da era, mas parece que esta se não encontra diminuída. Do século IX ao XIII, o L numeral



Castelo de Guimarães, solar da Pátria onde, de novo, vai ser desfraldada a bandeira da Fundação



*Guimarães — Estátua de D. Afonso Henriques, quando se encontrava
no Largo do Toural*

pouco diferia de um 2 moderno e sempre se lhe deu o valor de 50. Veja-se o Elucidário de Santa Rosa Viterbo em L e Caliabria. E sendo assim, o ano da morte de Egas Moniz teria sido o de 1144, como diz Pinheiro Chagas, que é o correspondente à era de 1182.

Mas Santa Rosa Viterbo no referido Elucidário, monumento de sabedoria e paciência, diz que êle faleceu em 11 de Agôsto de 1145.

Do que discordam o Nobiliário do Conde D. Pedro e o Ano Histórico, que fixam para o acontecimento o ano de 1146.

Teria sido, parece-me, em 11 de Agôsto de 1144, contando aproximadamente 61 anos, se não houver êrro nas considerações expostas.

Era desde 1139 Trinchante-mor (*Curiae dapifer*) de D. Afonso Henriques, cargo em que faleceu e no qual sucedera a Hermigio Moniz que agora preocupa as prestantes e perscrutantes atenções do meu patrício e amigo Henrique Vaz Ferreira e do tão conhecido e notável publicista Alfredo Pimenta. Com voz humilde e abafada direi talvez alguma cousa, mas não é esta a ocasião.

Voltemos ao *dapifer* Egas Moniz. Já vi algures *dapifer* traduzido em alferes-mor, o que não tem justificação. Santa Rosa Viterbo traduz para mordomo-mor o que também me não parece acertado. Havia *dapifer* e *maior-domus*. Literalmente *dapifer* é o oficial de cozinha encarregado de pôr os pratos na mesa.

Do exame aturado e atento dos documentos, parece dever concluir-se que *dapifer curiae* era título palatino, quasi meramente honorífico e de primeira categoria, significando trinchante-mor ou veador. O meu querido e sempre lembrado parente e amigo D. Tomaz de Almeida Manuel de Vilhena, conde de Vila Flor, no seu magnífico trabalho *História da Cavalaria*, é também desta opinião. Termino.

Quando se escreve acêrca de um homem tão grande e tão memorado nas histórias como o foi e é, Egas Moniz, o mais difícil sem dúvida, para quem deleitosamente se entrega ao culto do passado, é escrever curta notícia.

Sob êste ponto de vista venci a dificuldade. E' o merito único dêste ligeiro estudo que para o *Gil Vicente*, o tão firme, tão antigo e tão denodado baluarte nacionalista, me deram a honra de solicitar. E que Egas Moniz o *honrrado* e *bem aventuado* descanse em paz, no seu mausoléu de Paço de Sousa.

Casa de Ramalde, Pôrto, 13-IV-1940.

D. AFONSO HENRIQUES

*Foi um atleta com os nervos de aço,
E assim legou uma fortuna imensa:
Que mais se admira quanto mais se pensa
Ter sido a Pátria esforço do seu braço!*

*Era preciso a devoção da crença
Guiar-lhe a directriz de cada passo,
Para marchar e não sentir cansaço,
Cansando-se, ao contrário, na defença.*

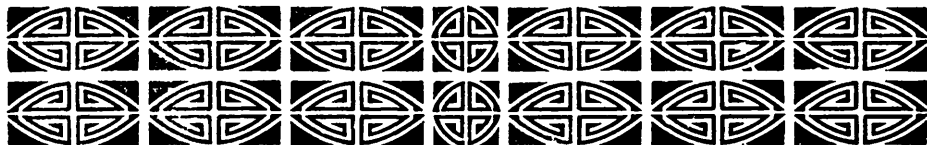
*A terra é pouca — e a Alma, muito grande!
Não cabe nos limites que lhe dão,
Porque só cabe um astro em céu profundo!...*

*É mãe da Raça que, depois, se expande,
Transpõe o mar e leva em sua mão
Um facho ardente que ilumina o Mundo!*

(INÉDITO)

JOSÉ TRÉPA.

Do livro, em preparação, *Visões Sádias*.



Para a história das Inquirições Régias

por ALFREDO PIMENTA

TODA a gente sabe o que é *inquirir*, e portanto o que seja *inquirição*, ou, como se diz em latim, *inquisitio*. As Inquirições Régias ou Inquisições eram devassas a que os Reis procediam, por meio de Alçadas ou Comissões encarregadas especialmente de tal mister, para conhecerem dos títulos justificativos da posse de bens, por parte dos particulares — pessoas e Ordens militares ou religiosas.

As mais célebres dessas Inquirições são as Inquirições gerais que a partir de 1220 (reinado de D. Afonso II) se fizeram e de que há as Actas, umas, publicadas já, outras, à espera ainda de quem as revele ao grande público.

Mas anteriormente a 1220, houve inquirições gerais ou parciais ?

Das primeiras, não há notícia ; e é de supor que se não tivesse recorrido a elas.

Das segundas, porém, há vestígios.

João Pedro Ribeiro que consagrou ao problema das Inquirições uma das suas substanciosas Dissertações ⁽¹⁾, diz que antes de D. Afonso II « existem algumas notáveis particulares... de que não julgamos inútil a notícia » (pág. 7).

E cita, como mais antigas, as Inquirições de 1127, relativas à terra de Viseu, mandadas fazer por D. Teresa e o Conde D. Fernando, publicando integralmente as suas Actas (Doc. n.º 1).

A seguir, cita outra Inquirição que, por ordem de D. Sancho I, se

⁽¹⁾ Chama-se : *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal, coligidas pelos discipulos da Aula de Diplomático no ano de 1814 para 1815, debaixo da direcção dos Lentes proprietário e substituto da mesma Aula.* — Lisboa, 1815.

devia ter feito na freguesia de Santo André de Luzedo Traspassandi, como revela um texto das Inquirições de D. Afonso III, de 1258: « Et scit, diz a testemunha, quod Rex Donnus Sancius Senex mandavit inquirire ipsum casale in tempore illius qui dedit Ordini ospitalis... »

Depois desta informação de João Pedro Ribeiro, não se adiantou mais nada, que eu saiba, pois Fortunato de Almeida ainda se reporta a essas duas Inquirições (*Hist. de Port.*, 1, pág. 195, nota).

Venho trazer uma pedra para o edifício das Inquirições, com um documento que não vejo citado na Dissertação referida de João Pedro Ribeiro, nem invocado no lugar onde era natural que o fôsse — nas Inquirições de 1220, embora esteja publicado nos *Vimaranis Monumenta Historica*, sob o n.º 191.

O diploma é relativamente importante, pelos comentários a que se presta e que eu lhe farei o mais pormenorizadamente que me fôr possível.

Mas, primeiro, o documento :

« Alfonsus dej gratia portugalie Rex Uniuerssis de Regno suo Adquod litere iste peruenerint salutem. Noueritis quod cum ego feçissen inquiri omnes Regalengos apud vimaranem accepi tarasie petri quandam partem de suo bacello quia dictum fuerat mi quod erat meum Regalengum Ipsa uero dixit quod in diebus patris mey jam fuerat inquisita ipsa hereditas et inuenerit quod non erat Regalenga sed quod erat sua libera et quod ista inquisicio facta fuerat per domnun didacum priorem vimarenensem et per suarium petri iudicem et per nunum petri et per bernardum simeones et quod constitit michi predictum priorem et per suarium petri et per valascum martini qui de mandato patris mei dixerat Priorj et alijs supranominatis quod illam inquisitionem fecerunt de illo canpo quod taliter illa hereditas fuerat inquisita et quod inuenerant eam liberam et non Regalengam dimisi ei ipsam hereditatem sicut diuidit per quendam lapidem qui ibi stat descendendo uerssus Riululum ipsum da Osorey Et conço do quod habeat ipsam hereditatem liberam in pace Et mando quod nullus impediat ei illam Et propter hoc dedi ei istam meam cartam apertam meo sigillo plumbeo munitam, que fuit facta apud vimaranem ultimo die Septembris per mandatum meum. Era millesima ducentesima septima qui presentes fuerunt donnus P. iohannis maiordomus curie donnus Gonssalus Menendj Concellarius petru garssie Repositarius fernandus petri caballarius petrus saluatoris Donnus Matheus Johannes dominjci Dominicus petri Magister Saluator Magister Johannes Raolis Magister villelmus.»

(Tôrre do Tombo, *Doações de D. Diniz*, liv. 3, fl. 159).

§ 1.º

Este documento é indicado, no Índice das chancelarias régias, tanto no Ms. como no que se imprimiu, como sendo do reinado de D. Afonso I, em obediência ao que se lê na data: Era 1207, ou seja, ano cristão de 1169.



Túmulo de D. Afonso Henriques na Igreja de Santa Cruz, de Coimbra

Assim, no *Índice geral dos documentos registados nos Livros das Chancelarias existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo mandado fazer pelas côrtes*, na parte referente a D. Afonso, na secção dos Próprios, lê-se: «D. Thereza Peres: C. de mercê de Herdade em Guimarães. *Liv. 3 de D. Diniz*, fl. 159» (1.º tômo, pág. 8); e na secção dos Comuns: 1.º) «Guimarães: C. de mercê de Herdade a Thereza Peres. *Liv. 3 de D. Diniz*, fl. 159»; 2.º) «Herdade em Guimarães: C. de mercê a Thereza Peres. *Liv. 3 de D. Diniz*, fl. 149.»

O diploma não é de D. Afonso I.

Basta começar a lê-lo, para se ver que o estilo não é o dos documentos de D. Afonso I.

O ano cabe no reinado dêste. Mas em Setembro de 1169, estava D. Afonso I em Lafões, de onde datou um sem número de escrituras. E' verdade que estas não trazem a menção do dia do mês — podendo o rei tê-las passado aí nos princípios de Setembro, e estar em Guimarães, no fim dêsse mês, aparecendo, de novo, em Lafões, no mês seguinte. Mas êle fôra para Lafões doente: «... mense nouembrio Era M^a CC^a VII^a quando rex uenit de badalios et iacebat infirmus in balneis de alafoen» (in Reuter, *Chanc. med. port.*, I, n.º 215).

Não era pois, possível, andar jornadas tão longas como essa de Lafões a Guimarães, com regresso, em tão pouco tempo.

Tôdas as circunstâncias que concorrem na escritura invalidam a data.

Já não falo naquela de o rei dizer que mandou inquirir dos Regüengos, pois podia ser que D. Afonso I o tivesse feito, sem que a gente o soubesse — a não ser por esta via, até agora desconhecida.

Mas êle informa que no tempo do seu pai se procedera a uma inquirição, tendo sido incumbidos de a executar, entre outros, o Prior de Guimarães, D. Diogo.

Êste D. Diogo começou a priorar, por morte de D. Pedro Amarelo, entre 1182 e 1192 — sendo a primeira data, a do último vestígio de Pedro Amarelo, e a segunda, a do assinalamento de D. Diogo.

Portanto, nunca o pai de D. Afonso I podia ter confiado a inquirição ao Prior, D. Diogo.

O único Afonso que podia aludir a êste D. Prior como contemporâneo do seu pai, é D. Afonso II.

Para encerrar a discussão sôbre quem é o autor do diploma em questão, direi que os magnates que o confirmam são todos da cúria de D. Afonso II.

Assim, Pedro Annes, Mordomo da Cúria. O seu antecessor ainda

estava à frente da mordomia em 6 de Junho de 1212 (*Port. Mon. Hist.*, Leges, I, pág. 552). A primeira vez que noto a mordomia de Pedro Annes é na doação de Castelo Branco aos Templários, em 1 de Novembro de 1214 (in Frei Bernardo da Costa, *Hist. da Ordem Militar de Christo*, doc. n.º 39).

O chanceler Gonçalo Mendes também aparece a primeira vez na citada doação de Castelo Branco, em substituição de Pedro Julião, que deixa de se notar, a partir da já indicada data de 6 de Junho de 1212.

Pedro Garcia era Reposteiro, desde 1 de Maio de 1217 (Brandão, *Mon. Lusit.*, V parte, liv. 13, cap. 14, fl. 96).

De resto, antes da carta de D. Afonso, lê-se: «Dom Denis pela graça de deus Rey de portugal e do Algarue a quantos esta carta virem faço saber que esteuam uasquiz de guimaraaes meu vassalo mi mostrou hũa carta e hũu seelo de Chumbo que dizia que foram del Rey Dom Affonso meu auoo cõ o qual seelo dizia que a dita carta fora seelada e que lhy quebrara o cordon E depois desto mi er mostrou huũ stormento fecto per maaõ de martim Affonsso taballiõ de Guimaraaes em que daua fe que uira a dita carta seelada cõ o dito seelo do Chumbo da qual carta o theor de ueruo a ueruo tal he... Data em Lixboa xiiij dias de gosto... Era he CCC e Lxij annos.»

Sendo o diploma de D. Afonso II, de que ano é?

O rei morreu em 25 de Março de 1223. Ela fala nas Inquirições dos Reguengos — que são de 1220. Como o documento é de 30 de Setembro, só pode ser concedido entre o Setembro de 1220, porque as Inquirições tinham sido feitas em Agosto desse ano, e o Setembro de 1222. Foi lavrado em Guimarães. Sei que D. Afonso II estava lá em 24 de Novembro de 1220 (Foral de Revordinos).

O Abade de Tagilde, ao editar o documento nos *Vimaranis Monumenta Historica*, escreve, em nota, que «a data é... Era de 1257 e não 1207, como por equívoco se lê».

E' também equívoco do ilustre investigador vimaranense. O Rei diz: «... cum ego fecissem inquiri omnes Regalengos apude vimaren...».

Ora a Inquirição de Reguengos é de Agosto de 1220: «Hec sunt Inquisitiones de Regalengos de termino vimaranensi... et fuerunt facte in mense Augusti sub Era M^a CC^a L^a viij» (*Vim. Mon. Hist.*, pág. 137).

O Rei nunca podia dizer, em 1219, de um acto que se realizaria um ano depois, «cum ego fecissem».

§ 2.º

A importância que, para nós, tem este documento, consiste no facto de êle provar que D. Sancho I não fizera apenas a Inquirição na freguesia de Santo André de Luzedo Traspassandi, a que se referiu João Pedro Ribeiro.

Essa Teresa Peres alegou aos inquiridores de D. Afonso II, que «in diebus patris mei jam fuerat inquisita ipsa hereditas», tendo-se averiguado que não era Reguenga, mas sim propriedade livre.

Indicam-se os nomes dos inquiridores: D. Diogo, prior vimaranense; Sueiro Peres, juiz; Nuno Peres; e Bernardo Simoens.

Do Prior, D. Diogo, já falei.

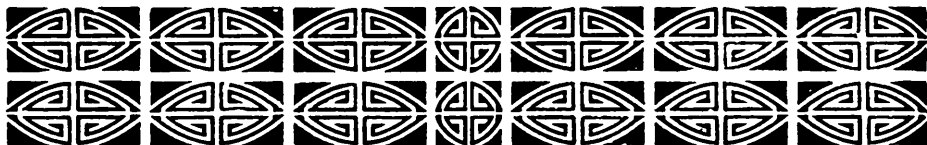
Sueiro Peres, juiz, vejo-o mencionado como tal, em 28 de Agosto de 1211: «Qui presentes fuerunt Suerius petri iudex Vimar.» (*Vim. Mon. Hist.*, I, pág. 119). Como nesta época já reinava D. Afonso II, vê-se, pelo nosso documento, que Sueiro Peres ocupava o lugar desde D. Sancho I. E o facto é confirmado por documento de 1 de Novembro, «die omnium sanctorum», de 1196, onde se diz que o Rei mandou homens justos e fiéis, «Suerius petri qui condam iudex excitarat et johannes fafila qui tunc iudez vimaranis permanebat...» inquirir certo facto (*idem, idem*, pág. 108).

Assim temos que este Sueiro Peres fôra juiz de Guimarães antes de 1 de Novembro de 1196; e que voltava a sê-lo em 28 de Agosto de 1211. Portanto, a inquirição a que D. Sancho I mandara proceder foi anterior a 1196.

De Bernardo Simões, sei apenas que tinha bens em Azurem, porque nas inquirições de 1220, os informadores jurados declaram que de dez casais que há nessa freguesia, «uno ex istis casalibus qui habet Bernaldus Simoiz...» tem certos encargos (*Vim. Mon. Hist.*, I, pág. 140).

Dissemos que a inquirição que se fêz por ordem de D. Sancho I era anterior a 1196. Não avanço mais, porque quando a Tereza Peres diz que entre os inquiridores do tempo de D. Sancho estava Sueiro Peres, juiz, não nos garante que queira significar-nos que elle o era quando fazia a inquirição, embora sejamos levados a crê-lo. Se tivesse a certeza de que ao inquirir, era juiz, teria que colocar a inquirição possivelmente muito antes de 1196, porque nessa data, o rei diz do Sueiro Peres «qui condam iudex excitarat», embora o advérbio seja de significação ambígua.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1940.



Virgem Santa Maria de Guimarães

Padroeira da Cidade, Protectora dos Reis e Mãe dos desventurados

por ALBERTO VIEIRA BRAGA

FOI a Condessa Mumadona que fundou o Mosteiro, dentro da sua quinta de Vimaránis, dedicado ao Salvador do Mundo, à Virgem Santa Maria e aos Santos Apóstolos.

A sagrada imagem da Virgem Maria, prodigiosa de milagres e venerada de fiéis, foi desde cedo visitada tanto de gente popular como de Reis e Grandes Senhores, que de reinos e lugares mui remotos vinham fazer-lhe as suas promessas e doações.

Vinham também os desgraçados, os doentes, os aleijados, em filas dolentes e clamorosas.

A Virgem Nossa Senhora de Guimarães era considerada a fonte da saúde.

Pelo Mosteiro, e em veneração à Virgem Maria, passou toda a camarilha galega, alguns Reis de Castela e Leão e a melhor fidalgaria de Espanha ⁽¹⁾.

E assim, estas constantes romarias dos devotos e dos curiosos iam enriquecendo o Mosteiro, e de glórias e de maravilhas esplendia, cada vez mais, aos olhos cristãos, a venerável imagem da Sagrada Virgem Nossa Senhora. As maiores doações foram feitas à Virgem pelos Reis D. Ramiro II, D. Ordonho III e D. Afonso V, de Leão.

Em romaria vieram a Rainha D. Gelvira, o Rei D. Fernando de Leão e a Rainha D. Sancha, sua mulher.

⁽¹⁾ A Rainha D. Urraca ofereceu a Nossa Senhora, na era de 1257, um oraçãoiro de todo o ano, em pergaminho, e coberto de prata. (Inventário de 1527).

E tantos e tantos romeiros dia a dia se avolumavam à roda do Mosteiro, que as primeiras moradas de recolhimento e agasalho se foram edificando, e sob a mais arraigada influência d'este culto é que a vila começou a ter os seus acentuados foros de existência.

Desde a infância de D. Afonso Henriques o convento transformou-se em Colegiada, e continuando a sua Côrte em Guimarães, aumentou o Príncipe, o Mosteiro em sua Capela Real, como o tinham feito até àquele tempo os seus pais.

Aos 18 anos partiu com muitos dos seus melhores e mais valentes moradores a dilatar os Reinos de Portugal.

Antes de sair da Vila, ouviu missa na Colegiada e no Altar da Virgem, no qual mandou pôr as suas armas. Acabada a missa, pediu-as à mesma Senhora, dizendo: *Senhora, com aquestas armas, que me vós daes, as quais eu hey por tomadas da vossa mão, confio eu, e espero em vossa merce, e virtude ganhar nome de Rey e Reyno, em honra, e louvor de Nosso Senhor Jesu Christo, vosso bento Filho* ⁽¹⁾.

E à sombra protectora da Virgem Maria o Reino se dilatava, e o burgo de Guimarães crescia nos seus domínios de independência. «Donde se colige que os Reis de Portugal devem a Santa Maria de Guimarães o título de Rei; e seus vassallos as terras e bens que naquela Província possuem» ⁽²⁾.

Quando o Príncipe D. Afonso Henriques passou com o seu exército ao Alentejo, donde veio feito Rei, no ano do Senhor de 1139, acabou de aperfeiçoar nesta igreja a forma da Colegiada Real, com o seu Prior, Dignidades e Cónegos, tanto por honra de Nossa Senhora, a quem devia a coroa de Rei, com que vinha coroado, e na cabeça lhe pusera seu Amado Filho Jesus Cristo na milagrosa batalha de Ourique, como para engrandecer esta Pátria, a quem por tantos favores estava obrigado.

A igreja conservou-se na primitiva traça até o reinado de D. João I. Êste monarca mandou-a reedificar tempos depois da memorável batalha de Aljubarrota, e em honra da vitória que lhe deu Santa Maria. D. Pedro II aumentou-lhe a capela-mor. Interiormente, desde 1830 a 1880 sofreu estragos de tôda a natureza, tanto na parte architectónica como decorativa.

Nos primeiros tempos em que as lutas se travavam renhidas e ardilosas, lutas de esforços titânicos e de lances arrojados, em que as fôrças

⁽¹⁾ *Varias Antiguidades de Portugal*, por Gaspar Estação, pág. 105.

⁽²⁾ *Idem, idem*, pág. 106.

se mediam peito a peito e só os valentes e mais ousados triunfavam, lutas cegas de avanços e de conquistas, as vitórias alcançavam-se com a ajuda espiritual da fé, que unia os homens num amparo de consciência colectiva, preparo de almas que as fazia erguer os olhos ao Céu e esperar confiantes numa protecção divina.

— Santa Maria e S. Jorge! — era um clamor de guerra. — Portugal e S. Jorge! — era outro grito.

E muitos Príncipes e Reis, e muitos Generais e Comandantes consagraram sempre os seus maiores cuidados de honra e de melindre à protecção da Fé e serviços de Deus, apadrinhando dêste jeito os seus feitos de armas, acrescentando os seus domínios e alcançando os seus desejos e designios, nas batalhas, nas ofensivas, nas defesas, na ajuda dos povos e favorezas crescentes das terras e das colheitas.

A devoção foi a melhor arma dos antepassados.

Foi D. Afonso Henriques o primeiro homem de zêlo, que lutando com a fé, lutou pela fé, triunfando e saindo sempre vitorioso dos seus arrojados empreendimentos.

Desde o século XIV a evocação da Senhora passou a ter a suavíssima doçura de Santa Maria da Oliveira ⁽¹⁾.

Muitas pessoas reais e os Príncipes, sobretudo, serviram como juizes da Confraria de Nossa Senhora, dando-lhe acrescidas dádivas, fazendo-lhe contínuas romarias e concorrendo para o esplendor das suas pomposas festas anuais, brilhantes de danças e de folias no acompanhamento espaventoso das suas procissões de gala e ruidosas nos seus divertimentos de comédias e touradas, cavalgadas e galhofas.

D. Maria I, chegou mesmo a decretar, em 1777: «Havendo os Senhores Reis dêstes Reinos, Meus Gloriosos Predecessores, conservando sempre a religiosa e exemplar devoção de se nomearem a si mesmos por Juizes da Confraria de Nossa Senhora da Oliveira ou nomearem na Real Família Príncipes e Infantes, nomeio o Príncipe do Brasil, meu Amado Filho, por Juiz da Mesa da mesma Confraria.»

Ao seu trono vinham depois, em oração, os vitoriosos: Reis, Soldados, Comandantes.

(1) Quando êste rei D. João I foi dar batalha a el-rei D. João I de Castela nos campos de Aljubarrota em 1385, já esta Senhora tinha o título de Oliveira, porque êste título teve principio no milagre de reverdecer a oliveira. *Memorias Resuscitadas da Antiga Guimarães*, pelo P.^o Torquato de Azevedo, pág. 303.

Aos seus pés caíam os votos dos Reis, as promessas dos Soldados e os troféus valiosos ou significativos das batalhas.

Todos os Reis da primeira dinastia lhe renderam vassalagem, e ao seu altar se achegaram em súplicas guerreiras e graças de mercê. E muitos da segunda por ali ajoelharam, em anseios de rezas e louvores agradecidos.

— D. João I é quem mais brilha no amor rendido à Virgem Senhora da Oliveira, dando-lhe de esmola, quando ao seu altar veio de romaria, em glorificação do triunfo alcançado na batalha de Aljubarrota, o retábulo de prata tomado ao rei de Castela e mais doze anjos de prata da sua Capela Real; doze corpos de Apóstolos, de prata, dourados e com seus símbolos; quatro cetros de prata; uns corporais bordados a fio de ouro, representando o rei e a rainha de Castela, coroados e com suas armas; uma lâmpada de prata; a lança e o pelote que trazia sôbre as armas e outras peças da sua recâmara: *Senhora, eu confesso, e quero que todos saibam, que por vossa virtude sómente venci aquesta batalha. Eu vos peço, Senhora, de grande mercê que assim como vós ao dito Rei D. Afonso fostes principio da aquesto Reino, sejais a mim devoto vosso defensão dele.* E então mandou pôr as ditas armas sôbre o seu altar dizendo: *Vós Senhora mas destes, vós as tomai e guardai.*

Quando desta vila partiu para Castela, ouviu missa no altar da Senhora, e dêle tomou as armas. Vitorioso, no regresso, veio a pé, trinta léguas de caminhada, à igreja da Oliveira, onde de novo ofereceu e deixou o dito loudel, gorjal e lança, dizendo que havia grande prazer por achar já feita a igreja.

Quando voltou ao Reino depois da tomada de Ceuta aos mouros, veio de romaria à igreja, e a pé desde o lugar do Miradouro, oferecendo à Senhora da Oliveira muitas jóias e dons.

— D. Sancho e sua mulher D. Dulce, ofereceram à Senhora um Evangelho em pergaminho, coberto de prata, para que Deus desse saúde a seu filho. (Inventário de 1527 — 23 de Julho).

— D. Afonso V, ofereceu uma capa de carmesim aveludado, com suas pinhas de fio de ouro, com seu capelo aveludado e com o nome de Jesus, de fio de ouro e chaparia de cravação dourada. (Inventário de 1585).

— A Infanta D. Beatriz, irmã do Rei D. Manuel, ofereceu uma vestimenta de veludo azul. (Inventário de 1585).

— D. Manuel, deu de esmola os seguintes objectos de prata: dous castiçais grandes, uma caldeira com o seu hissope, um turíbulo e uma naveta de incenso, com a sua colher. (Inventário de 1585).

— D. João V, ofereceu um riquíssimo manto à Senhora da Oliveira, que ostentava quando saía no seu valioso andor de prata lavrada.

— O Dr. João das Regras, ofereceu os seguintes objectos de prata: dous pares de galhetas, uma naveta com sua colher, um anjo com suas asas e um escudete com as armas do dito Doutor. (Inventário do século XV — D. Afonso V).

— A Duquesa de Bragança (D. Constança de Noronha, a benemérita construtora da capela-mor da igreja de S. Francisco), ofereceu uma lâmpada de prata dourada. (Inventário do século XV — D. Afonso V).

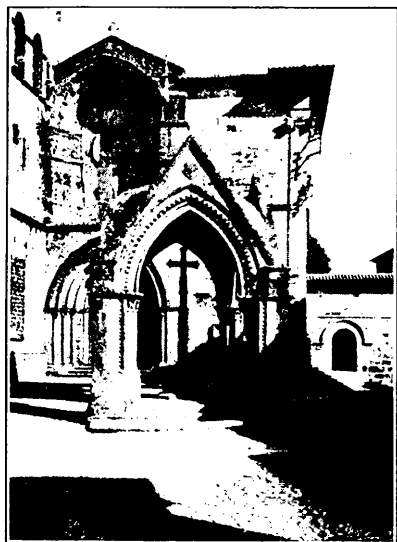
— D. Fernando, 2.^o Duque de Bragança e 1.^o de Guimarães, ofereceu uma imagem de prata do mártir S. Sebastião.

— João Rebêlo Leite, Mestre de Campo da Província, Cavaleiro do Hábito de Cristo e fidalgo, e sua mulher, D. Catarina Pereira, deram à Senhora, «pello milagre e m.^{ce} que lhe fez na tomada de Lindoso na era de 1663», umas cortinas de chamelote, guarnecidas de entremeios de prata e dezóito argolinhas de prata. (Inventário de 1663).

— D. João da Silva e Salzedo, vimaranense, capitão e governador do Pôrto de Santa Maria (Espanha), fidalgo da casa real de Portugal, e cavaleiro comendador da Ordem de Cristo, ofereceu à Senhora uma meada de ouro de «excelentíssimo feitio» e uma cruz de esmeraldas.

— A instâncias da família do coronel João António Vaz Vieira de Melo e Alvim ⁽¹⁾ foram entregues à Senhora da Oliveira as bandeiras do

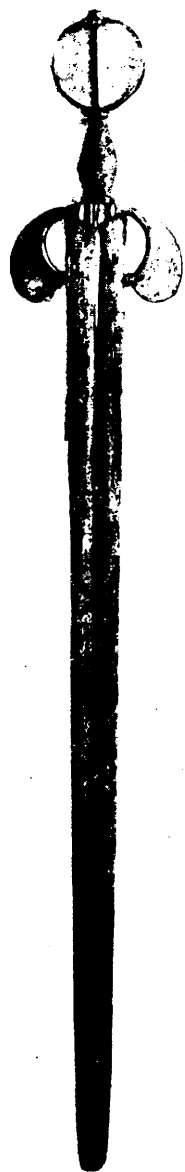
(1) Era dos fidalgos do Tournal. Casado com D. Maria Júlia Vitória de Nápoles Teles de Meneses, fidalgo da casa real, mestre de campo dos auxiliares da comarca de Guimarães, senhor dos morgados de (Tresmonde) Trás-montes, Cideães e outros mais na Província do Minho. Era familiar do Santo Ofício.



*A histórica igreja de Nossa Senhora
da Oliveira*



*Imagem antiga
de Nossa Senhora da Oliveira*



*A espada de D. Afonso Henriques
(existente no Museu Nacional
de Soares dos Reis, do Pôrto)*

regimento de milícias que aquêlê brioso militar por muitos anos comandou, e em virtude de uma promessa feita quando o seu regimento marchou em defesa do Reino contra os Espanhóis, na Campanha de 1801 ⁽¹⁾.

Sr. António Cardoso de Men.^{es} Ataíde :

Representando-me a família do defunto João António Vaz Vieira de Melo e Alvim, coronel que foi do Regimento de Milícias que V. S.^a comanda, que êle ao tempo em que o mesmo Regimento marchara para a campanha antecedente fizera voto a N. Senhora da Oliveira da Insigne Colegiada dessa vila, de que, se o Regimento voltasse sem succumbir aos perigos da guerra, oferecia em Memória e acção de Graças à dita Imagem as Bandeiras com que o Regimento marchava, e que haviam sido feitas a expensas do referido Coronel; e que havendo-se verificado a cláusula da promessa, a pretendem os ditos herdeiros cumprir religiosamente; e não achando eu em contrário razão que prefira àquela de não serem as Bandeiras próprias do Regimento, mas daquele chefe falecido, portanto V. S.^a fazendo-as conduzir à Igreja da dita Colegiada, as entregará às Dignidades e Cônegos dela, recomendando-lhes da minha parte, que as conservem com a decência que é própria da representação das mesmas Bandeiras.

D.^a g.^a a V. S. Q.^{el} Gn.^{al} de Vn.^a 12 de Dez.^o de 1801.

Gonçalo Pereira Caldas ⁽²⁾.

E por aqui ficam as ofertas mais valiosas dos Reis e dos Nobres:

Os soldados, antes de partirem para as guerras, vinham fazer as suas rezas e súplicas à Virgem Nossa Senhora, e colhêr os ramos da milagrosa oliveira.

— «No tempo das guerras últimas os soldados de tôda a qualidade se armavam com seus ramos, tendo por fé que eram as melhores e mais defensivas armas para suas vidas, e ainda hoje esta permanece, porque aqueles que se embarcam, para fazerem sua viagem sem perigo, os levam em sua companhia, para que, como a pomba da Arca de Noé, ponham os pés na terra firme que vão buscar; e como a experiência lhes tem mostrado os favores, que N. Senhora tem feito a muitos por meio dos ramos desta sua Oliveira, todos com grande devoção e confiança se armam dêles.» ⁽³⁾

⁽¹⁾ *Campanha de 1801* — Foi uma guerra de curta duração com os Espanhóis. Principiou em 20 de Maio de 1801 e terminou em 6 de Junho do mesmo ano. (*História de Portugal*, por Fortunato de Almeida, tómo 4.^o, pág. 464.

⁽²⁾ Documento do Arquivo de Vila Pouca, maço da correspondência militar de 1801. (Arquivo Municipal de Guimarães).

⁽³⁾ *Corografia Portuguesa*, pelo P.^o António Carvalho da Costa, tómo I, pág. 45.

— Todos os fidalgos que engrossaram as fileiras no período da guerra da Restauração, junto do altar da Senhora da Oliveira se ajoelharam :

*Manuel Machado Ilustre de Miranda,
Com Bastão militar, os move, e guia;
E a Bandeira Real, ondeia, e manda,
Pero Cardoso, Insigne em Fidalguia.
A esquadra, que o Rei segue, veneranda,
A de Alexandro, avantajar podia,
Pois nenhum dêles, leva menos brio
Que os dez mil Gregos seus, contra Dario.*

*Ante a virgem, Famosa, da Oliveira
Prostrados em união, todos devotos
Lhe fazem livre entrega da Bandeira,
Oferecendo seus humildes votos.
Como é do Novo Rei, a acção primeira,
Do jugo Castelhana em tudo ignotos,
Quanto o aclamam, gratos a veneram,
E estas dignas plegarias lhe fizeram.*

*Sagrada Virgem, que do Pai Ingénito
Iris Divina fostes, por humílisma,
Por cujo agrado, veio o Unigénito,
Com vontade a honrar-vos, tam fácilisma.
Pois tendes a Jesus, por Primogénito,
Com graça, que é a todos difícilisma,
A que buscamos, ante vosso Oráculo,
Em nós, faça firmíssimo habitáculo.*

*Vós do primeiro João, fostes mel Ática,
Do Condestável seu, suave epítima,
Pondo nos Marciais jogos, tal pragmática,
Que dêles lhe alcançastes a legítima.
Se dos bens, a teórica, e a prática,
Ante vossa presença, é sacra vítima ?
Ao Quarto João, que é Neto seu Pulquérrimo,
Fazei em bens de graça Celebérrimo.*

*Merecendo por Vós, ser felicíssimo,
E contra o mor poder de Espanha Válido,
Dos favores do Céu, tam meretíssimo,
Que tudo contra êle, seja inválido.
Tenha seu Cetro, êsse Poder Beatíssimo,
Ante quem o inimigo, fique pálido,
E pois sois da Oliveira, a Paz pacífica,
Ante Deus a fixai, Virgem Magnífica (¹).*

— Quando das invasões francesas, os regimentos de linha, de milícias e dos privilegiados das *Tábuas Vermelhas* que se organizaram nesta terra, antes de partirem para os pontos mais estratégicos de defesa, passavam pelo altar da Virgem da Oliveira a implorar protecção.

«Em os dias seguintes marchando os seus habitantes às margens do Douro a perseguir a divisão Francesa, comandada pelo ímpio e sanguinário Loison, de que muitos dos mais esforçados com valor e coragem própria de almas grandes, o foram bater até à Cruz da Camba, mais confiados na protecção e amparo da Senhora da Oliveira, sua Patrona, do que nas poucas e ferrugentas armas que levavam, fazendo aclamar a Restauração do Suavíssimo Govêrno do Príncipe Regente Nosso Senhor em tôdas as Vilas, Cidades e Povoações por onde passavam.

.....

«E' esta emfim a que implorou altamente as misericórdias do Senhor com deprecações e ladaínnhas a Nossa Senhora da Oliveira, celebrando um Tríduo de penitências públicas, jejuns voluntários, preces solenes e sermões análogos às circunstâncias » (²).

Guimarães, desde as lutas primeiras, com o seu Príncipe à frente de tôdas as dominantes conquistas, desde o período de D. João I, em que o Reino tomou um incremento valoroso e áureo, até o momento sublime da Restauração, de que saiu vitorioso D. João IV, nunca esqueceu os milagres que a Virgem fizera nessas quadras da Fundação, Formação e Inde-

(¹) *O Phaenix da Lusitania ou Aclamaçam do Serenissimo Rey de Portugal Dom Ioam IV do Nome* — Anno de 1649, por Manoel Thomas, Natural da Villa de Guymaraens, pág. 117.

(²) *Relação do que se praticou em Guimarães, em applauso da Feliz Restauração deste Reino*, Lisboa, 1808, págs. 4 e 5.

pendência de Portugal, e assim, devotamente, instituiu e realizou sempre as suas festas à Senhora da Oliveira, por tantas mercês concedidas.

Com músicas e danças se fazia a festa de 14 de Agosto, estando pendentes, no padrão, a lança e o pelote de D. João I. Na procissão ia a imagem de prata da Senhora da Oliveira, debaixo do pálio.

As festas da Aclamação, foram também de grande imponência, e nelas saía, em procissão solene, a imagem da mesma Senhora.

Guimarães, berço da Monarquia, templo sagrado da Pátria, foi a terra predilecta da Virgem, que lhe deu o nome de cidade e terra de Santa Maria.

Tem a sua imagem a ennobrecer o brasão vimaranense, e dantes velava em três portas das antigas e venerandas muralhas.

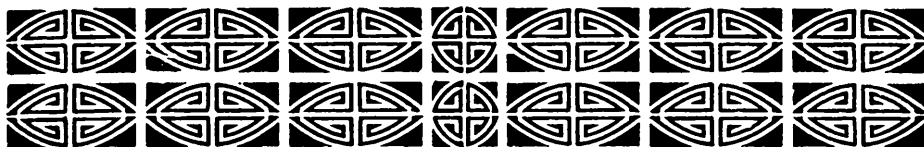
Tem a igreja matriz, doze paróquias e cinquenta e quatro igrejas da sua invocação ⁽¹⁾.

À Senhora da Oliveira, vieram sempre os rogos e clamores da maior parte das freguesias do Concelho, e as romarias e peregrinações das terras mais afastadas de Portugal.

Guimarães, à sombra da Padroeira, criou as suas tradições históricas.

Guimarães, Janeiro de 1940.

⁽¹⁾ *Guimarães e Santa Maria*, pelo Abade de Tãgilde.



FEBO MONIZ

O HERÓI VENCIDO

por MÁRIO GONÇALVES VIANA

É lei geral de psicologia afirmar-se que ninguém escapa à influência do meio-ambiente. E tam geral e tam notória se tornou esta regra, que a própria filosofia das nações a consagra em mais de um provérbio: *acompanha um coxo, e aprenderás a coxear; quem com mal trata, sempre se lhe apegas; cada cuba cheira ao vinho que tem...*

Mas não há regra sem excepção. De tempos a tempos aparecem, na vida dos povos — quasi sempre nas suas horas mais críticas —, homens extraordinários e com uma personalidade vincada, que se alteiam acima dos seus contemporâneos, e que sabem resistir, nobremente, a todos os factores de corrupção, a tôdas as pressões morais ou materiais que sôbre êles se exercem com terrível insistência e feroz brutalidade.

Algumas vezes, não conseguem vencer a animadversão, os preconceitos, as cobardias, as incompreensões gerais, porque é difficilimo lutar contra a maré e arrostar, sòzinho, a peito descoberto, contra os interêsses suspeitos ou feridos, e contra as miseráveis paixões humanas.

Quando assim acontece, os heróis são vítimas. Ninguém atenta nêles. Pode uma ou outra pessoa estacar, respeitosa, perante o seu patriotismo inconcusso, ou perante a sua abnegação superior; mas a maioria sorri e chasqueia, se por acaso não range os dentes com ódio e com... mêdo!

O homem corajoso e destemido que se atravessa no caminho de um povo, e que pretende chamá-lo à razão ou salvá-lo da ruína, no momento preciso em que êsse povo se afunda no egoísmo e na pior das corrupções, é olhado como um perigoso desmancha-prazeres e como um inimigo — talvez como o Inimigo n.º 1 da sociedade! A voz do bom-senso, da razão,

da verdade e da justiça não encontrarão eco à sua volta, porque nessas circunstâncias dolorosas há sêres humanos, com tôdas as suas fraquezas e vícios, mas não há almas nem consciências, susceptíveis de vibrarem perante os idealismos superiores.

E porque assim acontece, o Herói será raivosamente combatido; será vítima da própria temeridade! Aquêles que, porventura, ainda o aplaudem no seu fôro íntimo guardam, em público, o silêncio, suïcida e comodista, filho da indiferença, do egoísmo e da irresponsabilidade. O infeliz será, irremediavelmente, sacrificado, e nem um único braço se levantará para o defender, nem uma única voz, máscula e justiceira, se erguerá para apoiar a sua causa! Quando as sociedades se afastam da vida sóbria e virtuosa, resvalando para o mar-alto dos vícios e dos prazeres torpes, nunca acreditam que a perdição se aproxima. Todos os avisos e sinais de alarme são inúteis, porque ninguém se quere privar das misérias e porcarias que aviltam a sociedade e corrompem as almas. Os homens austeros e de carácter, que dizem as verdades, que flagelam os erros, e que apontam o caminho dos sacrifícios, em vez de louvarem, hipòcritamente, as miseráveis paixões humanas, são olhados como puritanos, como pessimistas ou como maníacos! A's vezes, ainda se nota uma insignificante paragem na corrida para o abismo, mas quási imperceptível e de pouca demora, porque logo todos encolhem os ombros, e murmuram entre os dentes, com feroz cinismo: «Deixai-o falar... Tristezas não pagam dívidas... Vamos gozar enquanto é tempo!»

E o Homem justo e genial que pretendeu salvar o Povo, expondo-se ao sacrifício, é triturado e esmagado, sem dó nem piedade, por êsse mesmo Povo que êle, abnegadamente, pretendia salvar!

*

* *

Tal foi o caso de 1580. No meio do aviltamento geral, appareceu Febo Moniz a defender, nas Côrtes de Almeirim e fora das Côrtes, a vacillante causa da Pátria. Mas um Homem não pode, só por si, tranformar, de repente, a mentalidade de um Povo; não é fácil salvar uma nação contra a sua própria vontade! Não havendo colaboradores leais, que obedeçam, sem pavores nem traições, às directrizes do chefe, e que, ao mesmo tempo, preparem o ambiente dentro do qual se desenvolverá a posterior acção do animador que os impulsiona, nada é possível fazer.

Ora Febo Moniz não encontrou Homens corajosos e desinteressados,

como êle, que quisessem expor a vida pela Pátria. Camões, o grande Patriota, agonizava completamente abandonado ⁽¹⁾. Todos, mais ou menos, se encolhiam e tergiversavam! O inimigo externo adulava as paixões dos portugueses, envilecidos pelo luxo e pela devassidão, oferecendo benesses e dinheiro. ¿Que contrapunha o destemido Herói a essa campanha de suborno? Pouca coisa, para as multidões. O grande Patriota não discursava, não fazia promessas mentirosas: dizia verdades. E as verdades não podiam nunca agradar, de tal forma eram dolorosas e cruéis.

Pela sua bôca, falava o *vêlho Portugal*, dos tempos saúdosos e já remotos em que os homens eram *de antes quebrar que torcer*, dos tempos em que havia portugueses em Portugal!

O povo ainda se agitava, num patriótico movimento instutivo de legítima defesa, numa incontida ânsia de independência. ¿Mas de que valiam fôrças desunidas e fraccionadas? Os despeitos, as invejas, os ódios, as ambições ilegítimas cavavam largos e intransponíveis fossos entre os cidadãos e entre as diversas classes sociais. Acima dos interesses superiores da grei, os homens punham as suas mesquinhas vaidades, caprichos ou pessoalismos.

A sociedade portuguesa esboroava-se vergonhosamente, e a voz de Febo Moniz era bem a proverbial voz clamando no deserto... Uns atraíçavam-no vilmente, outros pretendiam convencê-lo ou mesmo vencê-lo, à custa de mil e um processos, que iam desde a intimidação até às razões especiosas.

Febo Moniz permanecia, porém, inabalável como um rochedo, contra o qual nada vale a fúria do mar. Êste Herói é bem o *homem forte*, que nunca abandona a causa da Verdade, e que por ela se deixa morrer. Escravo do *Dever* e da *Honra*, êle próprio dizia com altivez: «Eu, Senhor, não saí do meu buraco para fazer o que não devo...»

E porque quis cumprir, até ao fim, a sua obrigação de Português, teve de lutar contra milhares e milhares de opositores declarados ou encaipotados, os quais, por tôdas as formas, lhe tolhiam os movimentos. Essa

(1) Garrett põe na bôca de Telmo, símbolo do *vêlho Portugal*, as seguintes palavras com que pretende julgar as circunstâncias singulares da morte do Épico: «Estes ricos, estes grandes, que oprimem e desprezam tudo o que não são as suas vaidades, tomaram o livro como uma coisa que lhes fizesse um servo seu e para honra deles. O servo, acabada a obra, deixaram-no morrer ao desamparo sem lhe importar com isso... ¿Quem sabe se folgaram? Podia pedir-lhes uma esmola — escusavam de se incomodar a dizer que não.» (*Frei Luiz de Sousa*).

luta homérica e desproporcionada, de um contra mil, havia de terminar pela sua derrota, porque as almas estavam contaminadas e endurecidas, nada as comovendo ou interessando, a não ser o luxo, o prazer e o dinheiro! Nem argumentos, nem razões, nem lágrimas venciam a dureza de coração, a contumácia dos homens de 1580.

Quando em Janeiro daquele triste ano, Febo Moniz chorou, suplicante, de braços estendidos para um Crucifixo, os procuradores às Côrtes de Almeirim ficaram indiferentes, como indiferentes ficaram com as palavras, sentidas e patéticas, que o Herói então pronunciou: «Pelas lágrimas dos órfãos que vivem de esmolas do Reino de seu rei natural; pelo remédio dos fidalgos que lhes tirais entregando-os a rei estranho; pelas necessidades das viúvas que eu sei acham amparo; pelas misérias dos pobres que nêles acham abrigo, peço-vos, Senhor, que conserveis êste Reino na liberdade, em que os reis vossos antepassados, a quem sucedestes, o puseram. Representai ante vossos olhos que todos comigo vos dão vozes: —¿A quem nos deixais, Senhor? ¿Por que nos cativais? ¿A quem nos entregais? ¿Onde nos trazeis? —clama o vosso povo; clamam as nossas consciências; clama a nossa justiça; clama a razão; e os nossos clamores hão-de chegar ao céu. Dai-nos liberdade; e se vos parece que a não merecemos, tirai-nos juntamente a vida, para que com ela se acabe o nosso cativeiro, que antes queremos, os verdadeiros portugueses, entregar de boa vontade a vida, que perder a liberdade e sossêgo» ⁽¹⁾.

As reacções foram de tal forma insignificantes, que a independência nacional desapareceu, e Febo Moniz morreu na prisão, onde fôra encerrado à ordem do rei estrangeiro.

*
* *
*

Foi êste, pois, o primeiro e o maior dos Heróis da Restauração de 1640.

E foi o *maior dos Heróis*, apesar-de vencido, porque conseguiu ser Herói no meio de traidores e de indignos, sem o mínimo desvio, sem a mais insignificante mácula!

Febo Moniz foi o precursor de 1640. Os conjurados que em 1 de Dezembro libertaram Portugal do domínio estrangeiro foram, decerto, grandes e valorosos portugueses: foram Heróis!

(1) Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*.

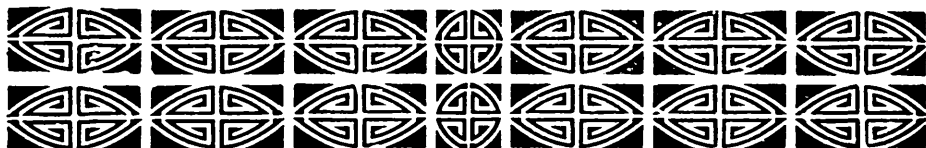
Mas foram-no em ambiente propício; encorajaram-se uns aos outros; na lição de sessenta anos de cativeiro e no mútuo exemplo encontraram razões e estímulos para as suas possíveis vacilações ou fraquezas. Sabe-se que o heroísmo também é contagioso. A heroicidade de qualquer indivíduo pode arrastar outros à prática de actos insígnies, por emulação, capricho ou fanatismo. Além disso, o próprio meio influe na formação de uma certa mística, susceptível de produzir a ânsia de heroísmo. Só assim é possível, talvez, explicar, por sugestão psicológica e influência do ambiente, a abundância de grandes homens em determinados períodos históricos.

Não é este o caso de Febo Moniz. O Herói de 1580 foi, por assim dizer, único. Decerto havia ainda muitos e muitos bons Portugueses, mas dispersos, isolados e silenciosos.

Foi êle quem salvou, naquela trágica emergência, a Honra de Portugal, que neste Procurador de Lisboa às Côrtes de Almeirim encontra o mais belo símbolo de patriotismo inconcusso.

Febo Moniz foi um Herói no meio de insignificantes, de pigmeus e de biltres, e, por isso mesmo que soube elevar-se acima de tôdas as misérias da sua época, para consubstanciar e defender a perpetuidade da Pátria e da Independência da Nação, o seu *heroísmo atingiu o sublime!*





O ESPÍRITO UNIVERSALISTA

dos portugueses na expansão do Império

por MANUEL ARAÚJO

A O organizar-se o admirável programa das festas comemorativas da Fundação e da Restauração Portuguesa — que ora lembramos na sua beleza perene — houve o louvável cuidado de consagrar três números fundamentais — os Congressos, a Exposição e o Cortejo do Mundo Português — à projecção universal do génio Lusíada.

Percebe-se o intento. A crítica, a análise e a demonstração científicas virão desfazer, mais uma vez, por meio de estudos notáveis de cientistas portugueses e estrangeiros, as lendas e os erros grosseiros que deformaram, negaram e obscureceram o sentido humanista do nosso esforço secular e civilizador.

A profunda nebulosa que envolveu durante largos tempos a ciência histórica e náutica; a falta evidente duma consciência crítica; o desejo de carrilar para outros povos glórias que nos pertenciam e altamente brilhavam na constelação do Mundo; a fôrça das ideas feitas e, por último, o sectarismo político que desnortou e diminuiu, no século passado, muitas das melhores inteligências portuguesas, fizeram acreditar às gentes que tanto o feito do Conquistador como as emprêsas de África e dos Descobrimentos se deviam a um instintivo e medíocre espírito de aventura anárquica e à ambição rapace do nosso povo.

Negava-se assim, ao mesmo tempo, o valor intrínseco dos nossos Reis, dos nossos Infantes, dos nossos Heróis, dos nossos cartógrafos e dos nossos navegantes, e o profundo conhecimento que já tínhamos então da ciência geográfica e da arte de navegar. Além de tudo negava-se o próprio sentido universalista do génio português que abria ao Mundo os caminhos do Mar, dera aos povos novas terras e formidáveis riquezas e iluminara os Continentes com os esplendores da Fé.

A verdade é que o instinto demolidor não conseguiu passar os humbrais da eternidade. A honrosa revisão histórica que de há anos a esta parte tem nobilitado os investigadores portugueses — dos quais me apraz lembrar os nomes de António Sardinha, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Manuel Múrias, Rodrigues Cavalheiro, João Ameal, Eduardo Brasão, Mendes Correia e, ainda, com certas reservas compreensíveis, Jaime Cortesão e Damião Peres — continua ou completa as nobres intenções e o esforço gigantesco que vem desde o Visconde de Santarém, Herculano, Martins Sarmiento, Andrade Corvo e Luciano Pereira da Silva, e rectifica e desfaz as teorias e as concepções históricas e geográficas de um Humbolt, de um Varnhagen, de um Harris e de tantos outros que fizeram carreira e o professor Joaquim Bensaúde — primeiro que ninguém — e o dr. Duarte Leite emendaram notavelmente, com honra e glória para Portugal.

Por isso podemos dizer hoje afoitamente que só a má fé ou a ignorância descabelada podem teimar em atribuir ao espírito de ganância dos portugueses as emprêsas de quatrocentos e de quinhentos e a circunstâncias fortuitas a própria independência nacional.

Não quero entrar no debate desta momentosa questão. Nem podem com ela as minhas débeis forças nem a abarcam os estreitos limites dêste pequeno artigo. Os meus propósitos são outros.

Não fujo, porém, a arquivar aqui três depoimentos que arrumam tôdas as dúvidas, porque destino os meus pobres dizeres a uma revista da Cidade-Mãe de Portugal — padrão imorredouro da consciência e da Fé lusíadas.

O primeiro é do sr. dr. Damião Peres, que filia nas nossas virtudes ráticas e na visão esclarecida, mas audaciosa, do nosso primeiro Rei, a fundação da nacionalidade:

«E foi esta política hábil (a de Afonso Henriques) fortalecida por razões profundas de vária natureza — geográficas, étnicas, históricas — que conseguiu transformar êsse germen fecundo, o Condado Portucalense, em uma nacionalidade independente.»

O dr. Mendes Correia não é menos categórico nas suas autorizadas conclusões em a «Formação de Portugal»:

«Somos portugueses e livres, em consequência não de razões ou sentimentos, exclusiva e unicamente acidentais — e portanto susceptíveis de caprichosas flutuações e mudanças — mas dum instinto profundo, hereditário, de particularidades remotas e permanentes da terra e do nosso património geotípico, emfim da acção de forças materiais e espirituais,

que subsistem e subsistirão sempre vivas e em potencial como base e garantia das nossas possibilidades e dos nossos destinos.»

Por sua vez o professor Vasconcelos e Sá dá o golpe de morte na questão geográfica :

«Em resumo e concluindo, pode afirmar-se que os caracteres gerais dos dois territórios, sôbre que assentam Portugal e a Espanha, divergem profundamente. Os grandes planaltos interiores, cercados por fortes relevos periféricos dão à Espanha um carácter geográfico que contrasta notavelmente com o de Portugal, caracterizado, ao norte do Tejo, pela queda orométrica para o ocidente e ao sul dêste rio pelo peneplano do Alentejo.

«O clima, as aptidões económicas e ainda a distribuição humana vêm acentuar esta diferenciação de carácter geomorfológico.

«No seu conjunto, o território espanhol tem uma configuração concêntrica, devido a uma acção centrípeta, *continental*; Portugal tem uma configuração excêntrica, devido a uma acção centrífuga, *oceânica*. As suas exposições são, pois, diametralmente opostas.

«Portugal e Espanha são, pois, *dois quadros geográficos* distintos dentro da unidade geográfica que é a Península Ibérica.»

Não é preciso ir mais longe para assinalar na presente emergência a verdade histórica. O que desejo agora salientar é que se me afiguram ainda mais evidentes as razões que definem o carácter universalista da expansão portuguesa no Mundo. O facto é que nem fomos à África com espírito rapace, para enriquecimento das gentes que tomaram parte nas expedições, nem demandamos os mares tormentosos do caminho para a Índia por simples favor do acaso. Mostrou-o claramente o insuspeito e autorizado professor Joaquim Bensaúde, que foi o primeiro a corrigir as falsidades da escola alemã e dos primeiros a compreender o sentido espiritualista da nossa vocação missionária — que é, para o eminente dr. Alberto de Oliveira, verdadeiro cinzelador de pensamentos, o *Heroísmo ao serviço da Fé*.

O ilustre investigador sr. dr. Duarte Leite encarregou-se, depois, de continuar êsse esforço benemérito, refutando em três estudos notabilíssimos, vindos a público na «História da Colonização Portuguesa do Brasil» («Os falsos precursores de Alvares Cabral», «O mais antigo mapa do Brasil» e «A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do Século XVI») as lendas inconsistentes sôbre a actividade marí-



1.º Foral de Guimarães

(Torre do Tombo)



Gravura antiga sôbre o milagre de Ourique

(Da colecção do Ex.^{mo} Sr. João
Jardim de Vilhena)

tima dos portugueses. O douto professor — que a autoridade de Carlos Malheiro Dias incluiu «na pléiade dos maiores historiadores geógrafos do nosso tempo» — demonstrou insofismável e definitivamente que os portugueses estavam senhores de especiais conhecimentos geográficos e que os seus empreendimentos marítimos obedeceram a planos bem concebidos e bem organizados. A ciência cartográfica teve notáveis cultores no nosso país, que também contou com os serviços dos melhores cartógrafos estrangeiros.

Do mesmo autorizado parecer é o eminente e já referido escritor português que na «Introdução» à monumental obra que dirigiu, de homenagem ao Brasil, nos deu um ensaio esgotante e definitivo, inexcedível de probidade mental, histórica e científica.

«Os descobrimentos — acentua a páginas VII — resultaram de um plano nacional, a que presidiram concepções geográficas arrojadas, desenvolvidas por um trabalho científico de grande envergadura.»

E a páginas XV acrescentou:

«Os conhecimentos experimentais revelados nas instruções (reproduzidas na História Geral do Brasil, de Vernhagem) relativamente aos ventos, calmas e correntes marítimas do Atlântico, representam aquisições das viagens anteriores, e testemunham que as viagens portuguesas de exploração obedeciam a um rigoroso plano sistemático e admiravelmente concebido, orientado por um manancial de conhecimentos, derivados da prática e da observação.»

Por outro lado não se pode deixar de reconhecer o sentido espiritualista que animou o Infante nas suas empresas ⁽¹⁾. Sendo absolutamente certo que o moveu o desejo de alargar o Império não é menos verdade que a sua ambição procurava conhecer mais de perto as terras de que já havia notícia e levar até elas a luz cristã do Ocidente.

«O Grão-Mestre da Ordem de Cristo — ilucida Malheiro Dias a páginas VII da obra citada — recorre à sciencia dos árabes e judeus para o estudo dos mistérios da natureza; o plano que êle amadurece em longas e doudas vigílias não é uma aventura, mas uma tarefa de estadista e de sábio.»

Por seu lado o meu querido amigo Dr. Alfredo Pimenta — sem dúvida uma das maiores capacidades contemporâneas no domínio da cultura e da investigação histórica — demonstra irrefutavelmente nos *Elementos*

(1) *Cronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, MDCCXCI — Azurara.

Filosóficos e Críticos que é êrro grave negar o elevado grau de saber náutico e geográfico da Escola de Sagres. E Luiz de Almeida Braga reconheceu, ao lavar a cantaria do seu «Mar Tenebro», que «*foi a exaltação religiosa do Infante que criou o pensamento da alta empresa das Navegações*».

Está bem desfeita, pois, a fantasia que pretendeu diminuir o verdadeiro espírito dos Descobrimentos. E que foi a ânsia de servir a Pátria e a humanidade nos esplendores da Fé que nos levou às empresas mais arriscadas, mostra-o claramente o facto incontestado e incontestável de não passarmos sôbre as terras descobertas ou conquistadas como uma tempestade, mas de as afeiçoarmos abnegadamente, — à custa de sacrificios sem conta — à nossa vida e às luzes divinas que iluminavam a nossa alma de apóstolos e de cristãos. O martírio do Infante Santo como o heroísmo dos nossos capitães, não teve em vista, apenas, alargar as terras do Império, mas servir nelas o sentido espiritualista da nossa missão civilizadora.

«As fundas pégadas que ficaram de nós na terra e nas almas por muita parte onde não é hoje nosso o domínio político, e tem maravilhado os observadores desde as costas de Marrocos à Etiópia e do Mar Vermelho aos Estreitos e ao Mar da China, vêm exactamente de que a nossa obra não é a do caminheiro que olha e passa, do explorador que busca à pressa as riquezas fáceis e levantou a tenda e seguiu, mas a do que, levando em seu coração a imagem da Pátria, se ocupa amorosamente em gravá-la fundo onde adrega de levar a vida, ao mesmo tempo que lhe desabrocha espontâneo da alma o sentido da missão civilizadora. Não é a terra que se explora: é Portugal que revive.»

Nestas palavras de Salazar, duma rara beleza clássica, não só fica documentada a obra que fizemos ao longo dos séculos, mas também a alta e bela finalidade que a inspirou. De facto, era inteiramente impossível conservar as extensas possessões que fomos juntanto ao património nacional se não as assimilássemos pelo nosso génio. Tanto a obra de África como a do Brasil, como a da Índia é, antes de tudo, uma obra de adaptação e de fixação. Ao mesmo tempo que rasgávamos uma estrada ou construíamos um edifício, dominávamos o gentio, abríamos uma escola e levantávamos o padrão dos nossos destinos imortais.

«A civilização portuguesa — disse, algures, e ilustre diplomata e cultor de belas letras, dr. Augusto de Castro — é essencialmente uma civilização de expansão: grande, sempre que o destino a integrou na sua posição histórica e que é muito mais universal que nacional. O nosso

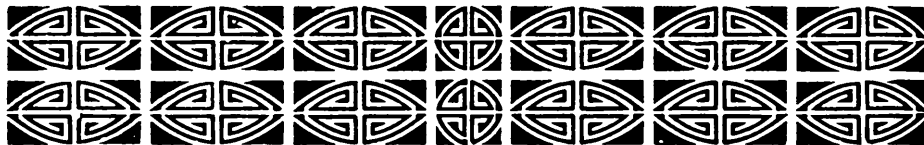
génio é um génio de irradiação. Daí provém o nosso cosmopolitismo criador e, porventura, os nossos defeitos domésticos. Fomos sempre muito maiores fora de casa que dentro de casa. Mas isso não impede de reconhecer que a nossa consciência nacional não é apenas feita de conquistas e de evangelizações, mas também ligada à terra com raízes no solo — e que se demos uma expressão geográfica nova ao Mundo também criamos uma maneira de sentir nacional. Povo de descobridores, de grandes capitães, de criadores de civilização, mas povo de santos, de poetas, de lavrantes de pedra e de almas.»

É desta íntima aliança do nosso apêgo à terra onde fomos gerados com a nossa ambição de imensidade e de sobrenatural que resulta, exactamente, a nossa condição de povo universalista. E é nela que encontramos, também, as razões que explicam o verdadeiro carácter da expansão portuguesa no Mundo.



O assunto mal ficou esboçado. No entanto, parece-me ter dito o bastante para se compreender que temos justificadíssimos motivos para celebrarmos com orgulho o VIII.º centenário do nascimento da nacionalidade e para que Guimarães se honre de ter sido a progenitora dêste povo que, para encontrar limites que o comportassem, teve precisão de ir a todos os Continentes e de erguer em todos êles o símbolo sacrossanto da universalidade do seu génio e da sua ânsia de Infinito — a Cruz.





Miguel de Vasconcelos

O SEU TEMPO E A SUA MORTE

por JOÃO NEIVA

NÃO são apenas os exemplos de heroísmo, de dignidade pátrioica, de beleza moral, que devem recordar-se continuamente para lição e proveito dos que vêm subindo os brancos degraus do altar da Pátria; cumpre também lembrar, para não consentir que voltem a repetir-se as condições políticas que os permitiram, os actos de felonía, as traições e os crimes dos que alguma vez foram no Poder instrumento cego de forças contrárias aos interesses da Nação.

A História que se compraz no ditirambo é beberagem que adormece as almas. História útil é só aquela onde a nua verdade ensina, para os corrigir ou evitar, erros e defeitos.

Ao celebrar-se agora o terceiro centenário da manhã bem dita do 1.º de Dezembro de 1640, ainda não há melhor motivo de meditação do que o oferecido por Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado de Portugal, pastor tornado lobo.

Era Miguel de Vasconcelos dotado de génio soberbo, intratável e duro. Grossoeiro, áspero nos modos ⁽¹⁾, Caetano Passarelli aponta a ambição e a avareza — *ambitio et avaritia* — como sendo os traços fundamentais da sua personalidade ⁽²⁾.

Bem fechadas as portas, não deixava que até êle chegassem súplicas ou lamentos. Desprezador de todos, não abria sequer as cartas que lhe

(1) D. Luiz de Menezes, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, na oficina de Domingos Rodrigues, aos Anjos, 1751, tomo 1.º, pág. 63.

(2) Cajetano Passarello, *Bellum Lusitanum ejusque regni separatio a regno Castel-
lensi*, Lugduni, M.DC.LXXXIV, pág. 8.

mandavam. A tempo lhe escreveram contando que alguns fidalgos iam rebelar-se; mas como o seu desdém a tudo era superior, deixou-se ficar até ao fim entregue ao mau costume de cerrar os ouvidos a clamores contra injustiças e vexames, e nem leu o aviso que o livraria da morte ⁽¹⁾.

Acastelado na sua vontade, que vélhos ódios endureciam, tinha na vingança as razões da lei. Em nada cuidava tanto como em escogitar traças para tyrannizar os portugueses. E porque alguns, a antigos brios fiéis, ousavam negar o culto idolátrico, que de todos pretendia, a todos tomava como inimigos seus e os oprimia com atrocidades sempre novas.

A glória do silêncio se entregavam os que no lume da inteligência aqueciam o coração. «Era dificultoso n'aquelles tempos darem-se regras de verdadeiro Republico», desconsoladamente informa D. António Cae-tano de Sousa na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* ⁽²⁾.

Já antes contara o laborioso académico, que o merecimento e a vir-tude haviam fugido da República. E dando côr ao tempo, velada a face de espanto e susto, o douto clérigo escrevia: «Não vio o Mundo idade tanto de ouro, e ferro» ⁽³⁾.

Ofuscava o brilho das luminárias das festas: «no se tratava mas que de comedias, de sarãos y de todo otro genero de festines y recreaciones», testemunha, com o nome de João Baptista Moreli, Fr. Fulgêncio Leitão ⁽⁴⁾. No entanto, os recursos da Nação diminuïam a cada instante. Corria solta a crueldade na imposição de tributos. Sem se chamarem côrtes, as sisas se dobravam; inventavam-se novos modos de arrecadar contribui-ções; os direitos no açúcar acrescentavam-se; o sal era taxado dura-mente; a todos os officios da Fazenda e da Justiça se mandava pagar pelo

(1) «Foy fama haverse ditto ao secretario Miguel de Vasconcellos, que contra si ti-nha quarenta homes conjurados; mas elle sem alteração algũa, respondeo, que Portugal não tinha quarenta homês, e dandose lhe no dia antes d'acclamação hũa carta fechada com as noticias della, e nomes dos conjurados, com a infilicidade de Cesar a não abrio: ou já fatal no descuydo, ou já na vaidade entorpecido.» Ms. 593 da Bibl. da Universidade de Coimbra, fl. 47, citado por M. Lopes de Almeida in *Estudos de His-tória da Restauração*, vol. I — *Notícias da Aclamação e de outros sucessos*, Coimbra, 1940, em nota a pág. 7; Cfr. *Relação de tudo o que se passou na felice Acclamação do mui Alto & mui Poderoso Rey Dom João o IV nosso Senhor*, Lisboa, à custa de Lou-renço de Anvers e na sua officina, pág. 15; Fernando Mendes, *A Dynastia de Bra-gança*, Lisboa, 1908, vol. I, pág. 234.

(2) Vol. VII, pág. 62.

(3) *Ob. cit.*, vol. VII, pág. 61.

(4) *Reduccion y restitucion del Reyno de Portugal á la Serenissima Casa de Bragança en la persona de D. Juan IV*, Turin, M.DC.XLVIII.

que recebiam. «Era grande o alvoroço causado por estas novidades — comenta Rebêlo da Silva — e maiores os receios, que elas excitavam». E o elegante historiador acrescenta: «Uma rêde imensa de exacções cobria o país, e ninguém ousava prever até onde chegariam as exigências fiscais, exarcebadas pela cobiça e pela insolência de executores escolhidos por Vasconcelos e aptos a tôdas as violências, que lhes recomendasse ⁽¹⁾».

Variado por infinitas maneiras, tudo abrangia o imposto, estancando os mananciais da lavoura, da indústria e do comércio. Por outro lado, a renda das alfândegas diminuía de ano para ano, e os preços subiam com prejuízo geral ⁽²⁾.

Destino errado para mais levava o espremido sangue de tantos tormentos, e D. Francisco Manuel de Melo, contemporâneo dos sucessos, guardou o eco do amargoso queixume, observando: «A sustância tirada dos pobres, com artes, ou violências, se despendia em desproporcionadas mercês, e fábricas impertinentes» ⁽³⁾.

Sempre que houve necessidade de justificar o acto revolucionário de 1640 êsses inconsiderados dispêndios apareciam entre as razões primeiras do levantamento. No *Manifesto do Reino de Portugal*, com sérias razões atribuído a António Pais Viegas, secretário e confidente de D. João IV, logo o êrro avulta: «o procedido de tantos tributos se consumia em gastos, faustos, apetites, e extraordinários edificios» ⁽⁴⁾. João Pinto Ribeiro condenava enfatiadamente o desperdício louco, assegurando que o dinheiro, arrecadado em tantas alcavalas, se desbaratava em « cousas não só escusadas e desnecessárias, mas ilícitas » ⁽⁵⁾. E António Veloso de Lyra insistia: «Nam he de numerar os inauditos tributos, & impostos, que diabolicos aluitres descobriram; o numero admira, a calidade ofende, & finalmente o em que escandalisa » ⁽⁶⁾.

(1) *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, M DCCC LXIX, tomo IV, pág. 33.

(2) *Manifesto do Reino de Portugal no qual se declara o direito, causas e o modo que teve para eximir-se da obediência do Rei de Castela e tomar a voz de D. João IV*. Nova edição, Coimbra, na Imprensa da Universidade, ano LCCXXXIV da Restauração, fl. 15.

(3) *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, 3.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pág. 18.

(4) *Ob. cit.*, fl. 22.

(5) *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*, Lisboa, nas oficinas de Lourenço de Anvers, ano de 1642, pág. 18.

(6) *Espelho de Lusitanos*, Lisboa, Paulo Crasbeeck, ano 1643, pág. 47 v.

Com energia e concisão definiu Oliveira Martins essa forma de governo, chamando-lhe *política de pilhagem* ⁽¹⁾.

Ah! como fôra bem diferente a vida nos dias em que o senhor se não cuidava dono e queria apenas ser bom servo, sem paga, daqueles a quem servia!

Já a saúde vinha iluminar a tímida esperança. Vélhas letras delidas em sumidos papéis brilhavam agora como estrêlas. Na branda paz dalgum cláustro a pálida candeia ia estendendo as horas. Portugal renascia caladamente no estudo lento das idades findas. À santidade de Urbano VIII poder-se-ia dizer depois convictamente: «No felice tempo de seus Reys florescia Portugal com abundancia de todos os bens, chegava o seu império aos remotos climas do Oriente, e as riquezas do reyno creciam com o continuo comercio das mercadorias, e com egual zelo das almas se dilatava a propagação da fé. E consederado com todos os Principes de Europa, gozava de huma doce paz, e geral concordia, e trazidas as mercadorias, igualmente se enriqueciam os Portugueses, e seus amigos» ⁽²⁾.

Era bem claro o propósito de devorar a Portugal quanto nêle havia de grandeza, de apreciadas regalias, de abundância, de comodidade.

Quem tentasse falar verdade era encarcerado, batido. «Em algum sujeito falando verdade, ou por outras cousas, logo lhe davam no peito ou por outras partes», conta um crónista coêvo ⁽³⁾.

Preso do terror geral, Manuel de Faria e Sousa escondia os seus escritos, não fôssem êles ser a chave da masmorra onde perdesse a vida! Encontrou-os o filho, o capitão Pedro de Faria e Sousa, quando, vendo-o morto, teve de ordenar os papéis que assim lhe caíam nas mãos. E a cautelosa mágoa do judicioso historiador, que na leitura atenta das oitavas camoneanas aprendera o merecimento *Da Lusitana antiga liberdade* ⁽⁴⁾ e a paixão viva da revolta contra os que vinham, *com hábito novo, a despir e roubar o pobre povo* ⁽⁵⁾, revela-se nestas tristes palavras recatadas, hoje públicas na EUROPA PORTUGUESA: «*Para estas vidas*

⁽¹⁾ *História de Portugal*, 7.^a edição, Lisboa, 1908, tómo II, pág. 115.

⁽²⁾ *Manifesto do Reyno de Portugal, apresentado á santidade de Urbano VIII*, N. S., Lisboa, 1643, pág. 23.

⁽³⁾ Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, 1680, tómo III, pág. 151.

⁽⁴⁾ *Lusiadas*, c. I, est. VI.

⁽⁵⁾ *Lusiadas*, c. VII, est. LXXXV.

depois dos arrendamentos feitos, e de se ter corrido com a arrecadação do *Felipinas voy juntando lo que puedo, y por no unirlo al cuerpo da História, deixolo assi en paralelos divididos, porque unidos a ellos no me venga alguno daño, pues es cierto que verdades siempre amargaron*» (1).

Então o filho de Manuel de Faria e Sousa, para desculpar tanta prudência, apressa-se a dizer que, no tempo de quem manda mal, as verdades são prejudiciais, e por isso, entende êle, não deve dar-se crédito aos que escrevem em vida de tais senhores (2).

O Conde da Ericeira também viu como era espessa a mordaca a todos posta. E conta que não achava Portugal mais remédio, para os males que padecia, do que as queixas ocultas de alguns zelosos e amantes da Pátria. Mas esses poucos, diz o bravo soldado, «nem do ar fiavam os suspiros, receando o castigo, para que nem êste desafôgo tivesse a infermidade» (3).

Num livro recentíssimo, o Sr. Dr. M. Lopes de Almeida confirma o vélho assêrto, escrevendo: «Os homens prudentes, a quem se não reconheciam os méritos nem os serviços, recolhiam-se ao doce remanso da vida particular se alguma suspeição ou inveja não os atirava para dentro do cárcere a espiar injustamente uma iníqua acusação» (4).

Como não haveria assim a República de se ver desfalecida de homens de valor, conforme a lástima de João Pinto Ribeiro (5)!

A corrupção alastrava como chaga em corpo gangrenado. Quebravam-se as leis. «Tudo se alterava e revogava, como se o governo e administração dêste Reino não tivesse outra lei, senão o querer do superior», elucida o douto e ardente animador da revolta (6).

Ninguém lograva com quietação aquilo que tinha. A Justiça faltava a todos: não havia órfão nem viúva a quem valesse o privilégio triste da orfandade e da miséria.

Em nada se guardava a palavra. Nenhuma segurança existia para os que queriam requerer, comprar ou contratar. Refere Pinto Ribeiro que «não havia quem seguramente contratasse, por se abrirem os lanços

(1) *Ob. cit.*, tómo III, pág. 151.

(2) *Ob. cit.*, tómo III, pág. 150.

(3) *Ob. cit.*, tómo I, pág. 64.

(4) *Estudos de História da Restauração* — I — Notícias da aclamação e de outros sucessos, Coimbra, 1940, pág. 3.

(5) *Ob. cit.*, pág. 21.

(6) João Pinto Ribeiro, *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, pág. 22.

prometido, não se guardando os termos, que o direito nestes casos permite, por nos não governar mais direito e justiça, que a vontade dos ministros arbitros do poder mayor » (1).

Porque tudo era venal, tudo era licencioso (2). Com estreita avareza, negava-se ao merecedor o que pròdigamente ao indigno se concedia (3). Cerrada a porta à justiça e à consciência, apenas poderiam esperar ser admitidos a conselho os apaniguados da injustiça e da tirania. Dêste modo, a insuficiência de uns e a cobiça de outros traziam transtornados os negócios públicos (4). Alçavam-se aos maiores postos os mais indignos. A trôco de remuneração, fácil era trepar na escala dos acessos. E assim a administração do país andava servida por quem servia interesses particulares (5). «Daquí vinha, nota João Pinto Ribeiro, não haver no Reyno mais que duas sortes de homens: ou contentes e soberbos com os favores e prémios conseguidos ou por dinheiro ou por particulares respeitos, ou descontentes e humildes com o desengano de lhe não haverem de aproveitar seus virtuosos merecimentos e o sangue com gosto derramado em serviço de sua pátria » (6).

O património ultramarino, que se fôsse administrado e tratado como convinha, bastaria para enriquecer qualquer grande nação, empobrecia de hora a hora, e também lá, por faltar quem governasse com zêlo, era livre o roubo, como se roubar fôra moeda de bom cunho.

A terra ficava desamparada, sem armas nem soldados.

Os rendimentos dos bens dos concelhos incorporaram-se na Fazenda (7) e ninguém era chamado a servir nas Câmaras sem que antes se medisse a inclinação dos seus sentimentos. «As pautas que se faziam para se nomearem oficiais das Camaras do Reyno, — queixava-se António Pais Viegas — trazião notas, pelas quaes se conhecião os de seu humor, e parcialidade, para serem elegidos: e como com estas e semelhantes traças, introduzissem no governo publico pessoas de sua facção, sahião com quanto intentavam » (8)!

(1) *Ob. cit.*, pág. 21 v.

(2) *Manifesto do Reino de Portugal*, fl. 16 v.

(3) *Manifesto do Reino de Portugal, apresentado á santidade de Urbano VIII*, pág. 24.

(4) *Manifesto do Reino de Portugal*, fl. 23 v.

(5) M. Lopes de Almeida, *ob. cit.*, pág. 12.

(6) *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, pág. 21.

(7) *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, pág. 22.

(8) *Manifesto do Reino de Portugal*, fl. 24.

Só tinha valia quem fôsse dócil aos caprichos do ministro. Parecia que a adulação era o maior serviço do Estado. Ao alívio da República preferia certa gentilha de turva linhagem os interesses de suas abaladas casas, com metal circulante ornando os ennegrecidos braços. Lágrimas, deshonras, violências, agravos, eram o sustento dos que não queriam vender a alma a Miguel de Vasconcelos.

Dir-se-ia que a lembrança dos anos que em baixa fortuna passara, era como vento abrasado que lhe varria o coração e crestava até à raiz qualquer sentimento de branda ternura ou de humana piedade.

O exercício do poder absoluto adormecera nêle a clara razão. Já não entendia que alguém se atrevesse a protestar por voto de pura dignidade. « Aos que com zelo do bem comum fazião reparos, & advertências, ou recusavão cooperar em cousas indignas, perseguição », — recordava António Pais Viegas ⁽¹⁾. Para Miguel de Vasconcelos, só os mesquinhos interesses materiais podiam inspirar queixas e rogos, acusando até de falta de valor aquêles a quem faltava apenas o gôsto de se verem a trabalhar para cutrem, levando-se-lhes a honra e o proveito.

O orgulho ferido, os antigos ressentimentos ditavam a norma das suas acções.

Certa vez o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos, bem afeiçoado ao domínio de Castela, afoutou-se a perguntar-lhe a razão da severidade com que punira uma culpa leve. E Miguel de Vasconcelos respondeu logo, ameaçador e insolente: — « A mesma com que mandarei recolher vossa ilustríssima á sua diocese, se continuar a julgar os meus actos com demasiada liberdade » ⁽²⁾.

As palavras cínicas e agressivas de Miguel de Vasconcelos concorriam para o tornar ainda mais pesado e violento, esclarece Rebêlo da Silva ⁽³⁾.

Mascarado de César, queria ser tudo e tudo absorvia. Na expressão exacta de D. Luiz de Menezes, constituíra-se « tirano da República » ⁽⁴⁾.

A princesa Margarida não deixava mais do que o título e as aparên-

⁽¹⁾ *Manifesto do Reino de Portugal*, fl. 24.

⁽²⁾ Don Modesto Lafuente, *Historia General de España*, Barcelona, 1888, tómo XI, pág. 314 e L. A. Rebêlo da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, M DCCC LXIX, tómo IV, pág. 34.

⁽³⁾ *Ob. cit.*, tómo IV, pág. 34.

⁽⁴⁾ *História de Portugal Restaurado*, tómo I, pág. 64.

cias do cargo ⁽¹⁾. Na verdade, era êle só quem em sua mão fechava tôdas as forças do govêrno. «Ordenava sem contradição e mandava executar sem dependência», confirma o autor da *História de Portugal Restaurado* ⁽²⁾.

A quantos, eminentes no manejo da Pena ou da Espada, pudessem servir de cabeças à resistência no caso de súbita comoção, cuidadosamente os apartava do país. Tentava a uns com mercês, dava a outros, que não vergavam, o cárcere ou o destêrro. Às gentes do tempo pareciam incríveis, em um sequaz das doutrinas do Evangelho, tantas violências e tantas iniquidades.

Nem carinhos de família, nem consolos de amigos adoçavam as horas demoradas da soledade em que vivia. Só de-veras o interessava a forma de sacrificar as liberdades públicas ao enriquecimento do Fisco. E contudo, o Conde da Ericeira, tão severo sempre no julgamento dos odiosos actos de Miguel de Vasconcelos, seguindo Passarelli, não teve dúvida em reconhecer que êle possuía talentos distintos em matérias de fazenda. O mau uso que dessas qualidades fêz, ensombrou-lhe inteiramente o carácter, e onde seria justo mostrar o homem com suas virtudes e defeitos, apenas ressaltam, para escarmento, as taras do orgulho, da arrogância e do despotismo.

Foi o bom Padre Vertot quem melhor viu e apreciou Miguel de Vasconcelos, dele nos deixando o mais acabado retrato que poderia desejar-se. Pô-lo a tôda a altura, em bem combinados tons de sombra e luz. E' sóbrio o traço, e as tintas vivas dão calor à imagem. Não entra a paixão no desenho. O escritor aprecia friamente o duro homem de Estado, analisa-o em todos os seus contornos e aspectos. E já segura a pena, descreve: «*Il était né avec un génie admirable pour les affaires, habile, appliqué à son emploi, d'un travail inconcevable, et fécond à inventer de nouvelles manières de tirer de l'argent du peuple, et par conséquent impitoyable, inflexible, et dur jusqu'à la cruauté; sans parents, sans amis, sans égards: personne n'avait de pouvoir sur son esprit; insensible même aux plaisirs, et incapable d'être touché par les remords de sa conscience*» ⁽³⁾.

(1) Cajetano Passarello, *Bellum Lusitanum ejusque regni separatio a regno Castellensi*, Lugduni, M. DC. LXXXIV, pág. 8.

(2) Tòmo I, pág. 66.

(3) *Révolutions de Portugal*, par M. l'Abbé de Vertot, troisième édition, Paris, M.DCC.XXXIII, pág. 169. Talvez pela elegância com que está escrito, êste livro teve esplêndido acolhimento e foi muito lido. Saiu à luz, pela primeira vez, em 1689, com o título *Conjuration de Portugal*, colhendo os altos aplausos de Bossuet e de M.^{me} de Sévigné. Para português o verteu cuidadosamente Fr. Mateus de Assunção, corrigin-

Por longos cinco anos soube Miguel de Vasconcelos submeter a Nação à regra da mais estreita obediência. Mas porque ela não era sentida, envenenados foram os seus frutos.

A obediência vale quando livremente e gostosamente aceite e praticada. E' essa a obediência activa, que enrija as almas e as torna aptas para todos os sacrificios, para as sublimes loucuras do heroísmo e da fé.

A obediência passiva é sono leve. Ao primeiro rumor acordam tumultuariamente as sumidas energias que para sempre se cuidavam extintas. E assim foi quando naquela dourada manhã do 1.º de Dezembro de 1640 da tôrre da Sé de Lisboa, como grandes águias sacudindo as asas, oito badaladas partiram, sonoras e graves.

Acode a multidão dos oprimidos ao Terreiro do Paço. Entrecho-cam-se as armas. E sôbre o lagêdo cai desamparado o corpo ferido do ministro traidor. Não há enxovalho que lhe escape, injúria que não mereça. Desafiam os cães para que o despedacem; arrancam-lhe os olhos, que não sabiam chorar; em alegre algazarra cospem-lhe na língua insultuosa; negam-lhe a mortalha, e até não queriam que tivesse descanso na sepultura (!)!

do-o e ilustrando-o com várias notas, no propósito, sempre oportuno, de avivar nos corações os sentimentos de brio e amor pelos soberanos legitimamente portugueses. O passo citado encontra-se traduzido por êste modo: «Tinha nascido com um talento admirável para os negócios públicos, hábil, aplicado ao seu emprêgo, sobremaneira trabalhador, e fecundo em descobrir novas traças para extorquir dinheiro do Povo, e consequentemente desapiedado, inflexível, e tão duro de génio, que degenerava em cruel; sem parentes, sem amigos, sem consideração para pessoa alguma: ninguém tinha predomínio sôbre o seu espirito; até era inacessível aos mesmos prazeres; e incapaz de ser estimulado pelos remorsos da consciência.»—*História das Revoluções de Portugal*, Lisboa, na Tipografia Rollandiana, 1815, tômo I, pág. 174.

(¹) *Relação de tudo o que se passou na felice Acclamação do mui Alto & mui Poderoso Rei Dom João o IV nosso Senhor*, pág. 21.

«O Secretário miguel de Vasconcelos foi morto ás punheladas, E lançado por huã janela fora, E esta na rua seu corpo mal trattado dos maraos da Ribeira, E não me parece q̃ ha quem se atreva a darlhe sepultura», — escrevia Jerónimo Pinheiro ao Cabido de Coimbra no próprio dia do acontecimento. Documento publicado pelo Sr. Dr. M. Lopes de Almeida, in *Ob. cit.*, pág. CIII.

Foi grande a impressão que êste successo causou. O Escrivão do Povo, Bartolomeu Pereira, do officio de cerieiro, deixou assim relatado o caso: «Em o p.^{ro} dia do mes de dezembro da dita era, as oito horas de pella menhaã aconteeço o seg.^{te} Os fidalguos deste reino q̃ se hacharão nesta cidade de Lx.^a fizeraõ entre sy conjuraçaõ e todos em hũ corpo foraõ ao passo onde estaua guouernando a duquesa de Mantua

Com a vivacidade natural em quem partilhara do feito, João Pinto Ribeiro dá largas ao júbilo que a morte de Miguel de Vasconcelos lhe causara, dizendo que ela «serviu de contentamento ao povo assanhado e de exemplo a ministros insolentes e injustos» ⁽¹⁾.

Tem o alcance trágico do símbolo da tirania derrubada o escravo rôto que vai sentar-se no peito de quem fôra seu altivo senhor! ⁽²⁾

«Este funesto fim teve Miguel de Vasconcelos — escreve compassada

e secretario Miguel de Vasconcellos, o qual matarão as punhaladas e o botarão por hũa janella, onde esteue posto no chaõ enxovalhado, despedido pellos maguanos e pissado de todo o pouo com m^{to} desacatto q̃ se lhe fes; e esteue este triste hũ dia e huã noite estirado na lama, athe q̃ o leou o esquife dos negros a enterrar sem mais couza alguã e o meteraõ em huã coua na casa da s.^{ta} Mi.^a desta cidade. No mesmo dia seu jrmaõ o Deaõ de Bragua inquizidor da mensa grande do santo officio se acolheo sem se saber delle, nem pera onde se fosse. Das cassas destes dous jrmaõs nestes dias se botou todos os bens e boas pessas, q̃ se acharaõ, pellas janellas e tudo se esperdisou de modo q̃ foy grande perda de ricos coadros e de muitos contadores, pessas de ouro e prata. Tudo leou o diabo.» — Dr. J. M. Teixeira de Carvalho, *Notas de um Escrivã do Povo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pág. 11.

Para que a Europa o entendesse bem, Sousa Macedo resumiu em cuidadas palavras latinas o alvoroçado clamor do povo: «*Extinctus est Tyrannus, libertas vivat et Rex*». — Lusitania liberata ab injusto Castellatorum dominio restituta legitimo Principi Serenissimo Joanni IV, Londini, in officina Richardi Heron, Ann. Dom. 1645, pág. 565.

⁽¹⁾ *Ob. cit.*, pág. 34.

Apoiando-se na *Relação de tudo o que se passou na felice Acclamação...*, em D. Luiz de Menezes e em Rebêlo da Silva, o ilustre professor na Universidade de Coimbra, Dr. M. Lopes de Almeida, justifica por êste modo a morte violenta de Miguel de Vasconcelos: «Miguel de Vasconcelos tinha na sua mão todos os instrumentos do govêrno e portanto a sua morte era necessária como castigo e como acto político. Eliminado o secretário de estado, nem a Duqueza de Mântua nem nenhum dos seus outros auxiliares encontraria os meios de poder opôr-se com eficiência e resolução à rebelião nascente». *Ob. cit.*, pág. 9. Na *Relação de tudo o que se passou na felice Acclamação...* (pág. 19) desfiam-se distinções morais para chegar a essa conclusão: «matar a um homem, que não pode fazer resistência, parece acção indigna, contudo quando em uma República tão grande, como esta, os zelosos comovidos do amor da pátria, a queriaõ resgatar aclamando um novo Rei, deviam cerrar com as espadas as bocas de todos que não seguissem a sua voz: porque matar a quem, se o deixarem vivo, poderá ser causa de uma geral infelicidade; é razão de estado, e não victoria: E as leis da guerra não se entendem em quem mata só por conveniência, senão em quem mata para fazer prova de seu brio, e para alcançar honra do trofeu».

⁽²⁾ «Dentre a vingativa plebe, sahio furioso hum Mouro, que havia sido seu cativo, e sentado no seu peito, dizendo-lhe temerarias injurias, causou riso geral, e deu entretenimento grande ao auditorio.» — *Relação de tudo o que se passou na felice Acclamação...*, pág. 24.

e advertidamente D. António Caetano de Sousa — a quem a soberba, e a vaidade do governo absoluto tinham degenerado em violências e injustiças, de sorte, que era universalmente temido pela autoridade, com que violentamente arrogara a si a soberania» ⁽¹⁾.

Não quis o historiador espanhol que por sua banda se perdesse a clara lição do horrendo fim do tirano. E com fino sentido do valor e da função da História, Lafuente deixa cair o prudente aviso: « *El fin trágico y miserable que tuvo Vasconcellos es una de las muchas lecciones con que á cada paso está enseñando la historia á los hombres que ejercen autoridad y ocupan los altos puestos de un Estado, cuán expuestos están á ser víctimas de la venganza pública, cuando en vez de gobernar con justicia y con moderación se ensobrecen y ciegan con el poder, y tiranizan y esclavizan los pueblos* » ⁽²⁾.

Este é, com efeito, o ensinamento constante da vida escura de Miguel de Vasconcelos. Do ferro dos grilhões que lançou enraivecidamente se fez a espada que lhe abriu no coração a ferida mortal!

⁽¹⁾ *Ob. cit.*, tomo VII, pág. 86.

⁽²⁾ Don Modesto Lafuente, *Historia General de España*, Barcelona, 1888, tomo XI, pág. 319.



O Século da Restauração

por FELICIANO RAMOS

I

A Energia Colectiva

O panorama social do século XVII, de delicadíssima tessitura política, surge-nos como uma consequência imediata da missão histórica de Portugal, embora, à primeira vista, esta asserção pareça destituída de fundamento. Quere dizer, o Portugal do Século da Restauração promana directamente do Portugal dos dois séculos anteriores. Estes quási explicam aquêlo no conjunto das suas vicissitudes históricas.

As nações são organismos vivos, com intermitências, suspensões e arranques decisivos na sua evolução. A energia nacional ora toma um rumo ascensivo, ora se apaga e adormece. Assim é que a história dos povos não decorre em plano de invariável regularidade, mas uma trajectória sinuosa e zigiguezagueante marca o seu caminho. E Portugal, vélha nação ocidental, não foge a êste destino. A linha que traduzisse a sua evolução histórica acusaria uma ondulação caprichosa, e nesse gráfico divisar-se-ia, bem claramente, o reflexo de dois estádios de civilização: o primeiro, que acaba em meio do século XVI, é de triunfo e glória; o segundo, que decorre desde então até meados do século XIX, é de luta, às vezes difícil, pela existência. E' na 17.^a centúria que se regista a crise de transição que serviu para experimentar a resistência de Portugal como nação livre.

Numerosos testemunhos prehistóricos e históricos atestam, com invariável persistência, que o ocidente peninsular, desde tempos ime-

moriais, era habitado por populações de índole acentuadamente autonomista. Esta milenária predisposição aumenta progressivamente no decorrer das gerações, até que no século XII toma corpo na mente dos povos do Condado Portucalense, e, ao calor dessa aspiração individualista, de multiseular longevidade, nasce Portugal. O povo, que constitui a nova nação, afirma-se enérgico, destemido e empreendedor. Conquista a sua independência e, logo a seguir, inicia a realização da sua alta missão histórica, que se traduz primeiramente na luta contra o serraceno e, mais tarde, nas explorações oceânicas.

A cruzada contra os mouros constituiu um serviço à causa da Fé, mas os portugueses que nela se empenharam influíram, valorosamente, no crescimento territorial da Pátria, trazendo-lhe mais espaço e multiplicando o seu poder moral.

Essa época de acção e consolidação havia exigido enorme dispendio de forças, no entanto, outra mais absorvente lhe sucederia e que ia reclamar ainda maior soma de energias: foi o período grandioso dos cometimentos marítimos. Viu-se então um país, talvez com menos de dois milhões de habitantes, revelar diligência sobrehumana na magna tarefa de descobrir mares e continentes ignotos. Portugal mostrava assim ao mundo meia dúzia de navegantes de génio. A audácia, a bravura e a indómita energia dos marinheiros portugueses ficou para sempre memorável. A influência da raça lusitana chegou então até ao Japão e projectou-se, duradoiramente, nas terras selváticas e misteriosas da América do Sul. E esse vinco expansionista da raça ficou tão vivo em países longínquos da Ásia e da África que, ainda hoje, se encontra, por lá, bem visível a passagem dos portugueses, embora, desde então, tenham decorrido alguns séculos. Graças ao profundo saber náutico destes memoráveis lusitanos e à sua audaciosa valentia, novas rotas marítimas se descobriram, e, como consequência delas, uma profunda mutação económica se operou no Ocidente. A história do saber humano, mercê das novas revelações científicas, regista um profundo avanço, e a civilização ocidental entra num período de brilho e florescência.

A acção portuguesa, durante o período medieval, revestira um aspecto restrito e dissera respeito, muito principalmente, ao interesse nacional. Porém, nos séculos XV e XVI, com o surto das explorações oceânicas, Portugal havia praticado actos de interesse humano e universal e a história da humanidade passaria, naturalmente, a relembrar através dos tempos tão grandioso feito.

Ao título cristianíssimo de defensor da Fé, Portugal acrescentava a glória, não menos gloriosa, de revelador de novos povos e oceanos: e nestes dois sentidos se definiu e encaminhou a sua missão histórica. Quâsi cinco séculos se gastaram no árduo cumprimento dessa labuta que a Providência lhe traçou, e, por amor dela, muito sangue tinha corrido e muitas lágrimas se haviam derramado. Um sucesso brilhante havia coroado, felizmente, tão hercúleos esforços, mas ao fim do empreendimento, a Nação, que empregara nêle o melhor das suas energias, via-se combalida e esgotada. E' êsse corpo exausto, mas digno e vitorioso, que o Século da Restauração recebe e que, apesar de tôdas as desditas, há-de agüentar-se. O glorioso fraco vai dominar e repelir as prepotências do mal: e será esta a nova vitória do Século da Restauração. No início do século seguinte, diremos: Portugal venceu.

A elevação e grandeza duma vitória dependem, essencialmente, do poderio e condições de resistência do vencedor. Se êste é possuidor de forças muito superiores ao seu adversário, a grandeza do triunfo dilue-se bastante; se, porém, o vencedor dispõe de recursos modestos para afrontar o inimigo, o êxito do triunfador aumenta de brilho. Ora foi êste último caso que se verificou com o Portugal do século XVII. Tendo saído gloriosamente esvaído da era dos descobrimentos, encontrou pela frente graves dificuldades de ordem interna, a que se juntaram os danos da monarquia dualista. Nada, porém, fez sossobrar a Nação. Ela manteve a sua personalidade contra todos os reveses externos e internos.

Sem contestarmos a bravura de D. Sebastião, a sua intrepidez e a sua beleza de cavaleiro, nem tão pouco os seus magníficos planos de domínio de terras africanas, também pretenderíamos que os seus reais sonhos tivessem alguma projecção positiva. Igualmente nos parece que os eventos históricos, na, verdade, não se julgam sob o ângulo do que êles *poderiam ter sido e não foram*, mas pelo que *foram* de facto. Ora a aventura de D. Sebastião, que poderia ter sido uma vitória, foi apenas um terrível desastre. Com êle diminuíram ainda mais as energias desta Nação que tinha consumido o melhor da sua actividade na faina universalista das explorações marítimas.

O desastre de Alcácer, além das perdas de vidas e de riquezas, teve uma repercussão muito mais funesta: gerou, com a morte de D. Sebastião, o aparecimento da monarquia dualista. Quaisquer

que sejam os argumentos que possam expender-se em defesa da nova situação política, ninguém nos contestará o direito, muito patriótico, de, como filhos duma nação livre, sermos governados por um chefe de Estado que não seja estrangeiro. Para os que assim pensavam, Filipe II de Espanha era um intruso; para os que entendiam que o apêgo à monarquia significava a aceitação de tôdas as contingências dinásticas, o rei espanhol, de mais a mais com bastantes direitos a cingir a coroa de Portugal, havia de tolerar-se ou mesmo admitir-se sem relutância. Além disso, não repugnava aceitar que um monarca estrangeiro fôsse carinhoso e paternal para com os seus novos súbditos. Nesse caso, a monarquia dualista, a despeito de qualquer ressentimento patriótico, conseguiria tornar-se mais aceitável. As côrtes de Tomar deram a aparência de tolerância, mas nelas não transpareceu a pura e livre expressão do pensamento da Nação, embora, ainda recentemente, o catedrático espanhol, Julian Rubio, pretenda fazer crer o contrário ⁽¹⁾.

No entanto, assim ficícias, aquelas côrtes aprovaram o plano jurídico da monarquia dualista. Filipe, porém, com o seu poderoso exército, com o instrumento da sua activa propaganda, com os seus naturais simpatizantes, observara, a pesar-de tudo, que as suas ambições imperialistas tinham de contrair-se e que não poderia incorporar Portugal na Espanha. Na sua cabeça reuniria apenas as coroas de dois países independentes e nada mais. A sua posição consolidar-se-ia na medida em que fôsse tirando tôdas as conclusões desta atitude. Os reis estrangeiros, porém, cometeram o êrro político de engeitar êste caminho e, julgando que estavam firmando o seu domínio, foram antes efectivando a destruição metódica da monarquia dualista. Sonharam ir mais além e cavaram então — eles e não nós — a sua ruína.

As tentativas de enfraquecimento da monarquia dualista pelos governantes espanhóis, tornam-se desastrosas para êstes, e, à medida que se manifestam, vibram golpes sucessivos no corpo cansado da Nação. Portugal, que, ao fim da grande empresa dos Descobrimentos, merecia um repouso prolongado e carecia de refazer as suas forças, vai ter de defrontar-se com humilhações e despotismos. Os monarcas consentem que as nossas possessões ultramarinas

(1) Julian Maria Rubio, *Felipe II de España rey de Portugal*, Cultura Española, 1939.

sejam objecto de pilhagem e anexação; depauperam o nosso exército, despojando-o dos seus soldados, armas e munições, que são levados para fora de Portugal; nos lugares de responsabilidade e comando são, gradualmente, investidos indivíduos estrangeiros, ou então, o que ainda era pior, nacionais ao serviço do país estranho; excede-se a capacidade tributária do país, não em benefício de Portugal, mas em proveito da Espanha, enquanto que a agricultura e outras fontes de produção nacional vegetam; e a história conta-nos ainda, que inúmeras ameaças, perseguições e vinganças pessoais se exerciam sobre os que, muito dignamente, aspiravam à liberdade; o recurso à pena capital foi, variadas vezes, o único meio de abafar a exacerbação do nacionalismo. Simplesmente a personalidade das nações, quando é forte, nunca, em algum tempo, se deixou aniquilar por violências, acontecendo até que, em certos casos, foram os actos de força que estimularam o acordar das energias nacionais. Os Filipes, como todos os políticos de tendências imperialistas, não compreenderam as coisas assim, de modo que foram eles próprios que mais contribuíram para o constante apagamento da monarquia dualista e conseqüente fortalecimento do orgulho de ser portugueses. Não foi necessário que os portugueses os expulsassem, porque foram eles, mercê duma deficiente política interna, que dispuseram tudo para que se tornasse inevitável a sua saída.

A Nação, em cumprimento duma missão universalista, que, sob tôdas as suas formas, fôra integralmente realizada, vira-se, ao fim da sua gigantesca tarefa, abandonada pelos governantes que lhe deviam carinho e respeito. A sua condição de sacrificada pela causa do género humano, pois que a Epopeia Portuguesa, ao contrário do que pensava o Vêlho do Restêlo, decorrera no interêsse da humanidade, não foi considerada nem compreendida. A uma desgraça segue-se outra, de tal maneira que parecia lícito duvidar da capacidade de resistência do País. Felizmente que a Nação arrojou gloriosamente com tôdas as inclemências do destino, e, embora alquebrada pela fadiga dos descobrimentos, encontrou alento para suprimir e despedaçar todos aquêles agentes que se haviam conluiado para a levar à perdição. Esta vitória sobre tantas forças mortíferas, glória do Século da Restauração, consubstanciou-se na Revolução de 1640. Ela demonstrou, assim como as guerras que se lhe seguiram, a existência duma nação que se achava com energia suficiente para continuar a viver.

II

Os Grandes Escritores

A vitalidade que a Nação patenteava em face do grave problema político que teve de resolver, vai encontrar ainda uma demonstração solidária e equivalente no campo das manifestações literárias, graças ao talento, às vezes fulgurante, dos escritores que formam certa galeria literária, muito discutida, mas com méritos suficientes para elevar bastante o Século da Restauração. São eles: Fr. Luiz de Sousa, Rodrigues Lobo, Manuel Bernardes e Manuel de Melo. Uma nota sumária sobre cada um deles nos permitirá notar a extensão da sua personalidade e a medida em que dão relêvo ao século XVII.

A contribuição de Fr. Luiz de Sousa para a literatura seiscentista não pode explicar-se, em termos claros, sem se atender às reacções morais que este espírito desferiu a quando de certos duros transes da vida: o sossêgo do claustro foi o complemento, ansiosamente desejado duma existência com alguns passos difíceis.

O pai morreu trespassado por uma espada quando descia da montada. Esta morte, naturalmente, desgostou o seu coração de filho. Via-se agora, de surpresa, entregue, sozinho, ao seu próprio destino. Pouco depois, apanhado pelos piratas mouros em pleno Mediterrâneo, teve de lutar rudemente pela libertação. Foi outro revés. Mas Sousa Coutinho, expedito e decidido, deixou o irmão, André de Sousa Coutinho, como penhor da sua palavra, no cativoiro de Argel e foi angariar, em Valência, alguns meios para o resgate de ambos. A missão era espinhosa, mas houve-se bem. Em Alcácer-Quibir desapareceram-lhe mais dois irmãos. Estas desventuras, como não poderia deixar de ser, ensombravam-lhe o moral.

Casou-se em 1583 com D. Madalena de Vilhena, senhora nobre e de haveres. Este casamento, transfigurado pela lenda, será, mais tarde, o fulcro da obra-prima do teatro português, o *Fr. Luiz de Sousa*.

Quando capitão-mor de Almada, os Governadores do Reino, com medo à epidemia que, por 1600, grassava em Lisboa, refugiaram-se naquela praça e decidiram instalar-se precisamente nas casas que pertenciam a Manuel de Sousa Coutinho. Ora entre



*Magnanimi, ostendit faciem pictura, IOANNES,
At sola ostendunt inclita facta animum.*

El-Rei D. João IV

Vorbildung was es zur Zeit Königs Johannis des IV in Portugal beurlaubt. Cronung fur 4 Saunp actus gegeben 1641.



Johannes der Vierte
König zu Portugal und
Algerie etc.



A. Vertheidigung von Lissabon. B. Vertheidigung von Algier. C. Die Schiffsahrt nach Algier. D. Die Schiffsahrt nach Algier.

Genauer nach dem Original. Reproductionen eines in der Stadt der Restaurierung.

este e os Governadores havia certas desinteligências e Coutinho viu naquela decisão uma vingança pessoal, pelo que, indignado e ferido, tomou a suprema resolução de destruir pelo fogo as casas que os Governadores contavam ir ocupar ⁽¹⁾.

A seguir, sabe-se que esteve na América onde tinha um irmão, mas, assaltado pela nostalgia, volta para junto dos seus.

Por 1614, talvez, morre-lhe a única filha, Ana de Noronha. Estava com cerca de 60 anos e muito lutara já contra os contratempos da vida. Um cansaço moral, pelo menos, o devia assoberbar bastante. O convento, que, naquele tempo, era também para muitos uma estância de repouso físico e moral, não podia deixar de o atrair. O desaparecimento da filha de tenros anos abalou-o profundamente, como é natural, e apressou talvez a sua decisão de deixar o mundo e professar, no que foi seguido pela espôsa.

Desde que ingressou no Mosteiro de S. Domingos, em Benfica, logo foi notado o seu talento literário. Na verdade, no século, havia sempre cultivado as boas letras e demonstrado uma regular formação humanística, a ponto de escrever correntemente o latim.

Convidado pelos seus superiores a escrever a biografia de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a história da ordem dominicana em Portugal, utilizando para êsses trabalhos os elementos deixados pelo frade Luiz de Cácegas, que acabava de morrer, aceitou a incumbência. Assim nasceu a *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires* e a *História de S. Domingos*, monumentos de subido valor para a história da Igreja em Portugal e ricos mananciais da melhor prosa portuguesa.

Em religião, trocou o nome de Manuel de Sousa Coutinho pelo de Fr. Luiz de Sousa. A larga convivência com os estudos literários durante os tempos seculares preparou-o para se desempenhar melhor da missão que lhe confiaram. Havia feito, sem o saber, uma longa preparação.

Tornou-se freqüente, no Século da Restauração, o abuso de reclamar o concurso do sobrenatural para a explicação de factos trivialíssimos, nos quais o bom senso — já não dizemos a inteligência

(1) Fr. Luiz de Sousa, *Anais de D. João III*, edição de 1938, prefácio de Rodrigues Lapa, pág. XIII.

científica — não vê mais do que o desenrolar natural das forças da natureza. Ora, tendo sido incumbido Sousa de narrar a história da gente da sua Ordem, entendeu que lhe competia, mais particularmente, elaborar o panegírico dos dominicanos, e, em consequência disso, rastreou, com o maior cuidado, tôdas as virtudes que concorriam em seus irmãos religiosos, aproveitando, para a consecução do seu pleno intento, as lendas pias mais inverosímeis. Além disso, a-fim-de bem realçar a piedade dos varões de que tratava, envolveu-os numa auréola de santidade e atribuiu-lhes milagres desnecessários, pretendendo mais significar com isso que Deus os distinguira com graças especiais. Neste ambiente de mística subjectividade escreveu a *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires* e a *História de S. Domingos*.

O conhecido arcebispo de Braga, Bartolomeu dos Mártires, rigidamente focado à face desta atitude, afigura-se-nos um dos maiores santos da Cristandade. A sua dedicação pelos pobres não tem limites; todos os actos da sua vida são ditados por elevado espírito de sacrificio; a sua piedade parece inegalável e o seu poder miraculoso causa espanto a todos que andam na sua companhia. Mercê desta graça, D. Bartolomeu prevê desastres que estão iminentes; penetra no íntimo das almas, devassando o seu estado de pecado; tem a nítida e real compreensão de acontecimentos que os seus olhos, no entanto, não presenciaram; provoca mudanças bruscas na vida pecaminosa de certas pessoas, conduzindo-as ao bom caminho, e, sob o domínio duma reminiscência bíblica, verifica-se com êle até o milagre da multiplicação dos alimentos, o que consta do livro III, Cap. XX da *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. No decorrer da leitura dêste livro agradabilíssimo, mui frequentemente se descobre que Fr. Luiz de Sousa, na porfiosa intenção de santificar o Arcebispo, insiste demasiado na nota mística, e, aqui e ali, percebe-se bem que as realidades se adaptam mal aos desígnios panegiristas do grande prosador dominicano.

Mas se Fr. Luiz de Sousa, como frade seiscentista, operou a transfiguração religiosa de Bartolomeu dos Mártires, descrevendo-nos aquilo que êle poderia ter sido ou devia ser, segundo os seus cristãos desejos, também transmitiu ao seu livro agilidade e movimento. O Arcebispo é um homem decidido e voluntarioso. Sabe lutar contra os inimigos da Fé, afrontar com ânimo resolutivo as tempestades da existência e superar com decisão os obstáculos difíceis. É um espírito

rico de possibilidades morais. Fr. Luiz de Sousa, que foi um lutador e um homem de acção, experimentaria contentamento em nos descrever os empreendimentos do Arcebispo, as suas iniciativas apostólicas, as suas viagens e prêgações. A *Vida*, sob êste aspecto, é uma obra cheia de emoção e pitoresco, poderosamente animada, em muitas das suas páginas, pelo calor das realidades sensíveis. Por trás da estaménha do monge, divisava-se o homem que, no dizer atilado de Vieira, fizera a sua aprendizagem na *escola dos olhos*.

O vago das descrições não quadra aos hábitos do seu espírito: necessita de pormenorizar para que os acontecimentos, mesmo os menos importantes, fiquem nitidamente caracterizados. Dêste modo, Fr. Luiz de Sousa ilustra a sua exposição com dados concretos e episódios cheios de interesse, pelo que os textos da *Vida* e dos *Anais de D. João III* contêm passagens cheias de atractivo, onde a marca das cousas terrenais se estadeia a cada passo.

As viagens e incidentes vários que tiveram lugar, em virtude da participação de D. Frei Bartolomeu no Concílio de Trento; a magnífica e agitada digressão do Arcebispo pelas Terras de Barroso; a descrição do Mosteiro de Benfica e da Batalha; a história movimentada de parte do reinado D. João III, com grande cópia de pormenores sôbre as pessoas e acontecimentos, e plena de relatos sôbre a actividade da gente lusitana na côrte, na guerra, na terra e no mar, eis, entre muitas, algumas modalidades dêsse sentido vivo da existência que transparece nas obras de Fr. Luiz de Sousa, que contribue para que êste escritor seja, apesar da sua queda natural para só ver as virtudes dos homens, um daqueles que mais nobilita o seiscentismo, comunicando-lhe movimentação e levando-o a inspirar-se na lição das realidades.

Neste mundo de incertezas morais, de sobressaltos e de paixões, sempre se regressará com agrado a Fr. Luiz de Sousa, para nêle sorver as delícias duma inteligência dominada pela poesia do sobrenatural e pela calma do claustro.

Vieira e Melo apresentam-nos um espírito permanentemente revólto e fértil em estremecimentos; Fr. Luiz de Sousa, em vez dessa ondulação nervosa, gerada pelos solavancos da existência, ostenta, invariavelmente, um humor quási igual, adivinhando-se, logo, através dele, a ventura interior de quem, na religião, encontrou a tranqüilidade da consciência. Daí a inalterável suavidade de Fr. Luiz de Sousa e a doçura comunicativa da sua personalidade.

Menos apurado na sua linguagem, mas mais dominado pela vida prática da sociedade, foi Francisco Rodrigues Lôbo, um dos homens que valorizou também o espólio literário do Século da Restauração. Além de ter morrido bastante novo, pois nasceu, talvez, em 1580 e morreu em 1622, não teve a felicidade de ver a Pátria completamente livre.

Embora tivesse lisonjeado um pouco Filipe II, é muito natural que a circunstância de viver em plena monarquia dualista houvesse influído na sua psicologia literária. Em Vila Viçosa, na convivência com o Duque de Bragança, D. Teodósio, habituar-se-ia a rememorar os tempos do Portugal independente, e a figura de Nun'Alvares Pereira acudir-lhe-ia, naturalmente, à lembrança.

O poema *Condestabre*, falho de inspiração poética, mas de evidente significação pessoal, encontrou ambiente para a sua formação. A simples escolha do assunto inculca uma preferência do autor. Lôbo, como bom português, sentiu prazer em evocar o homem que havia contribuído poderosamente para que, antes de findar a Meia Idade, se consolidasse a independência que era também o seu sonho: pensaria então em Aljubarrota e em Nun'Álvares.

O melhor da sua obra poética está contido nas *Éclogas*, composições bastante perfeitas, onde muito se alteia a herança clássica. Lôbo, porém, mesmo quando melhor regula o seu vôo literário, raríssimas vezes iguala, no género, Bernardim e Camões. Nota-se bem que o poeta tem atrás de si um século de classicismo.

Submetido ao ideal clássico, verifica-se nêle uma afeição pronunciada à vida campestre. Daí a exuberância bucolista, não só das *Éclogas*, mas ainda das novelas seguintes: *Primavera*, *Pastor Peregrino* e *Desenganado*. A apologia da vida simples, um dos temas mais queridos da literatura clássica, teve uma provecta representação na novela pastoril de Lôbo. Pela experiência do seu contacto com a vida vem o homem a reconhecer que só vale e convém a existência desafectada dos campos e aldeias: eis o tema predilecto. Camilo, mais tarde, há-de, em pleno romantismo, ao sabor do seu habitual destrambelhamento mental, desenganar, um pouco, os panegiristas clássicos da vida campezina.

Não é nas novelas pastoris, esmaltadas de boa linguagem e de alusões à natureza, mas exageradamente refractárias, pelo seu conteúdo e pelo seu argumento, ao ritmo próprio da ordem natural, que realmente se acusa a forte personalidade de Lôbo. E' que o

seu bucolismo, embora seja do melhor que nos deixou a literatura clássica, ressentindo-se muito do artifício que o autor lhe transnitiu — de resto, o classicismo amava muito mais o homem do que a natureza — de modo que o verdadeiro Rodrigues Lobo só nos aparece na *Côrte na Aldeia*, escrita já quando o escritor começava a estar perfeitamente senhor de si. Cêdo deixara o mundo, ficando a meio da sua carreira literária. Este seu último livro era, no entanto, promissor dum artista de temperamento rico de virtualidades.

A *Côrte na Aldeia* não continua brilhantemente o passado, como se pode dizer das *Eclogas*, mas traz à literatura notas novas, têm o cunho do contemporâneo e do prático, como a simples enumeração de alguns capítulos o comprova: *Dos recados embaixadas e visitas* (diálogo IV), *Dos movimentos e decôro no praticar* (diálogo VIII), *Da maneira de contar histórias na conversação*, *Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação* (diálogo XI), *Das cortesias* (diálogo XII).

Fundamentado na observação da vida corrente e no seu critério pessoal, Lobo, mais atento à sociedade do que ao indivíduo, versou o problema das relações sociais sob vários aspectos, tendo, por exemplo, abordado, com certa demora, um instrumento importante dessas relações: a *carta missiva*.

Detem-se o escritor no estudo da parte externa da carta, especialmente as fórmulas de tratamento, a direcção, a caligrafia, etc. Neste ponto, as considerações de Lobo têm ainda interesse, se bem que nada conttenham de singular. Um exemplo do que preceitua na matéria: «passando do nome da carta aos exteriores d'ella, digo que ha de ter: Cortezia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras eguaes, chancela sutil, e sêllo claro». Quanto ao subscrito diz que «é uma noticia vulgar da pessoa a quem se escreve, e do lugar aonde lhe mandam a carta, exprimindo-se nelle o nome, e a dignidade, por onde é mais conhecida, e o do lugar onde n'aquelle tempo assiste». Quanto à parte gráfica, deseja ainda que se faça a «distincção dos pontos, vírgulas, e acentos necessários, para fazerem perfeito sentido das razões».

Há que acentuar, duma maneira particular, o que pensa Lobo da índole da carta, da sua feição e estrutura própria. E' de opinião que na carta deve predominar a maior simplicidade expressiva: «devemos usar nela o que na prática costumamos que é brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios, e propriedade sem metáforas, nem translações».

Quer dizer, o estilo da carta deve ser sóbrio e desafectado, sem exhibições de linguagem supérflua e conceituosa: tenham as cartas os «epítetos necessários, mas que se escusem os sobejos». A clareza torna-se igualmente indispensável, não sendo de seguir os que «buscam rodeios e atalhos em que se perdem, confundindo o que querem dizer». Admirável auxiliar da simplicidade, segundo o pensar de Lôbo, é a propriedade a respeitar no emprêgo dos termos. Relativamente ao vocabulário epistolográfico, merece especial registo o seguinte passo do quarto diálogo: «as palavras da carta hão-de ser vulgares, e não já populares, nem exquisitas; vulgares de modo que todos as entendam; e ao menos, que a quem se escrevem, não sejam peregrinas: e não já populares, que sejam termos humildes, palavras baixas, que a não recebe».

A concepção que emite sobre a carta missiva define perfeitamente a natureza desta espécie literária e patenteia-nos uma atitude mental bem incompatível com as directrizes formalistas do baixo seiscentismo, assim como nos familiariza com o culto da naturalidade. A sua atenção incide sobre o próprio vocabulário, aconselhando-se o uso de termos bem conhecidos, mas polidos, e repudiando-se os termos técnicos e eruditos. O léxico devia ser o mais acomodado a pessoas de cultura média e educadas. Este modo de pensar aproxima Lôbo do poeta e teorizador clássico, Malherbe.

Expositor da teoria da carta missiva, não se refugia, por conseguinte, em incharacterístico verbalismo, mas convive com as realidades e mostra interesse por elas. As ideias do escritor sobre esta matéria manifestam-se precisamente quando a epistolografia vai attingir foros de nobreza literária. Com efeito, no século XVII assiste-se ao declínio do lirismo, mas, em compensação, toma extraordinário incremento a epistolografia que, no século anterior, tem uma existência apagada.

Vieira, Melo, Chagas, afirmam-se epistológrafos de boa cepa e, com êles, o género atinge uma plenitude que muito superioriza o Século da Restauração. No que respeita à epistolografia, pertence ao seiscentismo a glória de ter estabelecido o preceito e de, com inteligência, ter exemplificado.

A doutrinação da *Côrte na Aldeia*, sempre animada de espírito positivo, reveste, ainda um aspecto actual no 8.º diálogo, onde se deplora, por exemplo, as impertinências dos que não são capa-

zes de conversar «sem vos estar desabotoando, ou alimpando o colão», ou então «vos dão com a mão nos peitos a cada coisa que dizem».

Os seus conselhos sobre a moderação no riso são cheios de sensatez. Entende Lôbo que é condenável o hábito de «festejar com risadas seus próprios ditos», observando que «as risadas» além de argüírem falta de entendimento, «são mais impertinentes» quando é o próprio a achar graça ao que diz. Lôbo não pretende só gravidade e sisudez, mas crê que o homem «se há-de guardar de ser desentoadado nas risadas», ou de rir «com um riso molle e, affeminado», convindo que mostre «uma boa sombra e graça na, bôca e no ar do rosto, com que se mostre agradecido do que escuta».

Exalta a função das «escolas e universidades do mundo que foram instituídas para o govêrno e conservação dele», e faz uma referência elogiosa às ciências professadas no seu tempo, sem exceptuar a astrologia e a própria matemática. Delem-se a exaltar a importância da geometria, considerando-a indispensável ao cortesão e julgando-a «necessária para a conquista de tôdas as disciplinas».

A *Côrte na Aldeia* apresenta-se-nos como uma obra dispersiva, cheia de objectivos nobres e de normas de acção de alcance imediato. Evidentemente que a erudição greco-latina nela se ostenta numa certa extensão, mas verifica-se, em geral, que a cultura clássica de Lôbo serve desígnios práticos e verdadeiros. A diversidade que em tôda esta obra se sente torna-a mais atraente, e tira-lhe a monotonia de outras obras do século. Compreende-se, portanto, que, depois de dissertar sobre a carta missiva, se lançasse na discussão e exposições das questões mais variadas, e estivesse à vontade tanto a traçar as regras da boa conversação, como a salientar as excelências da geometria, ou a referir os «poderes do ouro e do interesse».

Convém, no entanto, ponderar que Lôbo, à semelhança de outros, grandes escritores clássicos, esquivava-se a encarar o indivíduo em particular, para o julgar sempre na dependência dos quadros da vida colectiva. Bernardes apostoliza o homem tendo em mira a vida futura; Lôbo quer sobretudo moldá-lo para a vida presente. As preferências pessoais ou quaisquer manifestações de individualismo, segundo Lôbo, encontravam-se naturalmente limitadas pelas exigências da sociedade, e, na *Côrte na Aldeia*, variadíssimas vezes se surpreende nessa matéria, as escrupulosas razões do escritor.

Assim o seu livro é, em muitos passos, um registador exigente de limatações e restrições. Tomemos, ao acaso, uma passagem em que Lôbo exerça a função de restringir: a sua alusão ao «vício» de «querer um homem falar de tudo», por exemplo. Entende que «em tom amigo» se há-de *falar a tempo e a propósito*. Durante as refeições, em companhia de outras pessoas, haverá liberdade absoluta de encaminhar a conversação em qualquer sentido? Pensa — e bem — que não, observando que «nas comidas se há-de fugir falar em cousas que enojem o estômago». Também recomenda: «Entre enojados não dizer graças que desautorizem a tristeza e provoquem a riso». A conduta a seguir, quando se fala a enfermos, será «não contar histórias que causem temor ou desconfiança em seus males»; em conversa com eclesiásticos, haverá de «guardar-se de coisas que saibam a lascívia e profanidade». E muitos outros casos se podiam enumerar em que Lôbo, atendendo às conveniências, às leis do decôro e da boa educação, ou mesmo invocando os graves imperativos da razão, se alonga a ditar imposições, a restringir a acção do homem.

Uma vez mais se reconhece que o tipo de homem que se contém na literatura clássica é um ser dominado pelo convencionalismo social, mas que, a-pesar-de tudo, ama as regras da honorabilidade, atinge a delicadeza de certas circunstâncias, e, numa palavra, patenteia a sua perfeita dignidade. Lôbo, tornando-se defensor dêste tipo humano, ennobreceu o seiscentismo e transmitiu-lhe aquela elegância moral que, mais tarde, faltou, muitas vezes, à chamada literatura realista.

Em franca convivência com o meio social se ostentou a personalidade de António Vieira. As ideias católicas encontraram sempre a mais franca aceitação no cérebro dêste escritor. O sobrenatural quadrava à sua índole idealista e parece ter havido, em seu espírito, uma firme predisposição para a aceitação das verdades da Fé. A sua formação religiosa decorre em pais selvagem e pagão, que ia ser conquistado para o catolicismo, mas nunca êsse contacto pôde, de algum modo, perturbar a rectidão do seu pensamento religioso, que, através duma longa e agitada existência, lhe dará algumas das armas com que vai lutar.

Pôsto que religioso convicto, não nascera para o refúgio estrito do convento; também lhe custava submeter-se à passividade meditativa que fascinava outros religiosos. E não era de estranhar que

isso sucedesse, porque Vieira nascera para viver o ritmo oscilante da existência, acomodando-se a ela, a bem ou a mal, por natural impulsão do seu espírito dinâmico. A solidão, o isolamento, o silêncio não se ajustam às suas inclinações, e, pelo contrário, a atracção do convívio social pesa esmagadoramente na sua alma, compelin-do-o a estabelecer contacto com as multidões e a atirar-se para o meio dos homens.

Quando, jovem de 33 anos, ingressa na côrte de D. João IV, a sua mentalidade tem já uma estrutura sólida. O feitio sugestivo e irradiante, que sempre o singularizou em tôda a parte, iria trazer-lhe aquela soberania com que, através da vida, tanto na ventura como na desdita, êle saberia fascinar aquêles que com êle lidavam. Os que o amaram tinham prazer nessa sugestão, os que o odiaram, no fundo, viram nêle um homem de intellecto forte, capaz de confundir o adversário.

Vieira, de facto, não quis passar na vida como banal espectador, e, como era do seu gôsto, foi um actor denodado; conheceu, portanto, os dramas da acção, viveu com entusiasmo, pelo que a sua passagem pela terra havia de ser necessariamente, como foi, semeada de solavancos e reveses: a vida, para aquêles que realmente a vivem, sempre se apresentou sinuosa e salpicada de contrastes. Muito ao contrário do que se tem escrito, Vieira foi sempre um triunfador. Os homens que, coagidos pelas circunstâncias ou pelo valimento pessoal do orador, o humilharam; as instituições que o perseguiram; os insucessos diplomáticos que, pessoalmente, conheceu, muito mais devidos à natural inviabilidade das missões de que o incumbiram, do que à incapacidade dum homem que não tinha experiência da diplomacia; emfim, todos os outros escolhos que lhe apareceram em certas épocas da existência nunca lhe macularam o prestígio intellectual e aquela aura de superioridade que tocava os seus próprios inimigos.

O rei D. João IV e a rainha Luiza de Gusmão, logo que tomaram contacto pessoal com êste espírito superior, foram imediatamente conquistados; e, em hora propensa a incertezas políticas e a desconfianças, simpatizaram com o temperamento resolutivo do moço Vieira e tributaram aprêço à sua intelligência subtil e aliciante. Grande era o ascendente que, hàbilmente, sabia exercer sôbre os que o escutavam, e assim chega à côrte portugueza e imediatamente começa a sua notoriedade. E, na verdade, admirável a rapidez com

que este rapaz, tão pouco conhecedor do mundo, habituado ao viver recatado dum colégio de jesuítas onde fôra educado, vindo do meio provinciano, conquista os soberanos do seu país, deslumbra a côrte, a cidade de Lisboa e impõe-se pelo seu talento oratório.

No meio dos últimos dúbios e pusilânimes, o rei e a rainha teriam orgulho neste súbdito e veriam nêle o português altamente digno do Século da Restauração, da Restauração que êle lúcida e engenhosamente defendera quando, na Capela Real, no dia do Ano Bom de 1642, prêgou o seu primeiro e memorável sermão. E, por alguns anos, Vieira, nas suas peças oratórias, se bem que preocupado de se documentar com os Evangelhos, nem sempre tem, pròpriamente, em vista, evangelizar e atrair almas para Deus, mas cede mais ao fervoroso e patriótico impulso de aumentar o número dos adeptos de D. João IV, de consolidar a independência da Nação e de depurar a sociedade em que vivia. Este apostolado laico exerce-o êle com elevada mestria, a ponto de dever considerar-se a sua campanha política como forte elemento de estabilização e fortalecimento da consciência nacional da época. O talento tribunício dêste homem transformou-se em factor construtivo, podendo assim a literatura influir no destino político duma Nação, graças ao mecenatismo dos soberanos e ao seu gôsto artístico e intelectual. O movimento restauracionista foi acolhido por Vieira com fervoroso entusiasmo, e o orador, mais duma vez, do alto do púlpito, comunicou aos seus ouvintes a alegria transbordante que lhe inundava a alma, de modo a tranqüilizar os hesitantes e a demover os sebastianistas mais irreductíveis.

No recurso às citações bíblicas, que emprega com largueza e arbitrariedade, nota-se perfeitamente, em certos casos, que o passo citado se desvia do seu real sentido para se amoldar às suas intenções políticas e aos seus desígnios pessoais. Os seus sermões tiveram assim, freqüentemente, objectivos seculares e não fins apostólicos. Os negócios de Estado, a vida dos áulicos, o comportamento da nobreza, as represálias que lhe agradava exercer sôbre os adversários, as desforras morais que pretende tirar dos que lhe folhiam a actividade política, tudo isto se anima nas suas diatribes oratórias, demonstrando, a todo o momento, o seu pendor para a luta e a ânsia de conviver com as multidões. Eram estas profundamente cativadas pela eloquência ferosa dêsse padre ilustre.

cujo talento admiravam embevecidas, tão naturalmente êle se impunha a todos e em tôda a parte.

A aura intelectual que, em Portugal, o notabiliza, longe de ser lendária e criada por um público que não sabe medir valores, harmonizava-se com os verdadeiros méritos do orador, como, pelo espaço de alguns anos, o provou a sua actividade oratória em Roma ⁽¹⁾.

Foi por 1672. Vieira havia aprendido o ataliano. A-pesar-de ter de exprimir-se numa língua estrangeira, os seus sermões deslumbraram o público romano. Pessoas de tôdas as categorias sociais e de reputação intelectual vinham cheias de curiosidade ouvir o célebre orador para logo ficarem conquistadas pela magia do seu verbo. O auditório que assim o apreciava, constituído por elementos destacantes da sociedade italiana, podia bem desvanecer um orador *sagrado*. Vieira mais uma vez patenteava o seu temperamento persuasivo, provando, ao mesmo tempo, que a veneração com que o distinguiram em Portugal procedia duma justa compreensão dos seus méritos.

Tôda a agitação e impetuosidade que engasta nas peças oratórias torna-se mais natural nas *Cartas*, onde flamejam, com exuberância, os seus desabafos, a sua inteligência dominadora, o seu avassalante gôsto de viver e lutar. Nelas se surpreende a vida, a experiência e o traço demorado com as realidades terrenas, a que fortemente se apegam; também, aqui e além, se regista a intensidade emotiva que impera, a-pesar-de tudo, nos grandes homens do Século da Restauração. As *Cartas* de Vieira, pelo seu conteúdo objectivo e humano, exprimem uma fase importante na evolução da epistolografia portuguesa.

Apassionadamente submetido às questões positivas, não era suficientemente forte para resistir às solicitações imaginosas do bandarrismo, que assoberbava os espíritos do seu tempo. Impotente para defer as contingências, reagia contra a derrota, actuando pela imaginação. A sua lógica, tantas vezes clara e decisiva, harmonizou, arbitrariamente, os magros dados das profecias do Bandarra com passos da Escritura, de modo a poder, por essa incerta via, predizer o futuro. Chegado o momento, meia dúzia de coincidências for-

(1) Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, t. II, pág. 158.

tuífas bastavam para o convencer do acêrto dos seus vaticínios. Neste gôsto doentio pelas predições, Vieira encontrava um lenitivo fácil para os contratempos da existência. «No meio de tanto desgôsto me consolam sômente as esperanças que me dão as nossas profecias», declara numa carta. O culto do bandarrismo trazia-lhe alívio ao espírito e, ao mesmo tempo, volvia-se em poderosa arma de apoio à política de João IV. As profecias do Bandarra e certas interpretações das Escrituras, a-pesar-de inviáveis e insubsistentes, quando usadas por Vieira, tornaram-se um notável instrumento de conforto nacional, revigorando os ânimos para a luta contra o estrangeiro. Como vidente, Vieira, quaisquer que sejam os seus devaneios e infantilidades, é ainda um animador, e, em certos casos, a sua acção volve-se em fôrça de alcance positivo.

E, no entanto, êste homem, tão cegamente enamorado do fantástico e do maravilhoso, e adepto da sociedade civilizada, sentia-se, a cada passo, fascinado pela selva. As suas digressões apostólicas pelas regiões inhóspitas do Amazonas são, por vezes, pintadas ao vivo. Os costumes dos selvagens e a defesa dos seus direitos, os aspectos da paisagem, a configuração orográfica das regiões visitadas, as originais condições de vida, tudo perpassa na sua obra que, neste particular, assume uma objectividade que, em todo o classicismo, só Gil Vicente, Camões e Melo igualam.

Vieira dá ao Século da Restauração alguns momentos gloriosos, e ilustra a Latinidade com a lógica e clara exposição do seu pensamento, com uma linguagem precisa e cintilante e os são princípios que dimanam dos sermões e das cartas escritas sob o calor do momentâneo.

Encerra uma maior estridência mística e cristã a pessoa de Manuel Bernardes. A acção de Vieira, oscilante e tumultuosa, tinha de manter-se em contacto com o mundo; a de Bernardes, mais pacífica e teórica, necessitava, para afirmar-se, do doce remanso da clausura. Sonhava o aperfeiçoamento moral da sociedade de que vivia afastado, e servia êsse ideal pela pena e pela oração. Com a sua obra literária, que tem em mira a depuração dos costumes e a elevação das almas, abriu, em defesa da moral cristã, uma campanha que se pode classificar de gigantesca.

A crença de Bernardes absorve-o tão completamente que é difícil senti-lo tropeçar nos interesses materiais. Estes não o prendem um só momento e, para generalizar o que se passa consigo,

esforça-se por que os seus semelhantes o acompanhem. O seu espírito, sedento de beleza, uma vez perante o ente maculado pelo pecado original, todo se entregava à luta pela transformação do homem em anjo. As misérias e fraquezas humanas, tôdas as baixezas morais que aviltam a espécie, constituíam um motivo de desgosto para Bernardes. Em *Luz e Calor*, na *Nova Floresta*, nos *Exercícios Espirituais*, transparece o tormento íntimo do escritor atento às imperfeições morais do ser humano e magoado com a extensão do mal. Anseia, então, por refazer o mundo, nêle introduzindo o regime do Bem. A sua prêgação moral mergulha na erudição clássica e na herança da teologia católica, as quais forneceram a Bernardes admiráveis elementos de trabalho. Apesar disso, os seus livros têm alguma originalidade e uma viva ressonância apostólica e cristã.

O processo literário de Bernardes não é, efectivamente, isento de anomalias: dá bastante aceitação a narrativas fúteis, que aproveita sempre para cristianizar; propende bastante para o maravilhoso e abusa da miraculização. O século XVII não teve o gosto da precisão e do rigor científico, havendo nêle uma tendência pronunciada para o culto do inverosímil e do fantástico. A mentalidade de Bernardes, por uma das suas faces, está escravizada por essa doença mental do século.

Entre tôdas as obras de Bernardes, há uma que muito bem o define como campeão literário do cristianismo: são os *Exercícios Espirituais*. Aí palpita tôda a comoção mística do escritor, e, em livros actuais de formação moral e piedosa, julgamos ver ainda, aqui e acolá, um eco forte do mestre seiscentista.

Exorta êle os crentes, com infatigável energia, a tomar o rumo do divino, aniquilando tôdas as vaidades, suprimindo tôdas as ambições e renunciando a todos os contactos com o mundo. A escolha desta orientação pedia sacrificios e reclamava um permanente convívio com Deus. Exigia-se uma luta contínua contra as paixões ruins, de modo que o devoto, com o seu ânimo couraçado contra tôdas as atracções terrenas, soubesse, corajosamente, calcar a seus pés tudo o que representasse sujeição à vida transitória. E neste apostolado, Bernardes mobiliza tôda a sua dialéctica, por vezes ingênua, mas sempre plena de beleza; enche-se ainda de entusiasmo e comunica às suas palavras o máximo fervor místico. Uma preocupação o absorve em todos os instantes: habilitar todos os homens

a ganhar a felicidade para além da morte. Sofre ao pensar que algum se virá a perder. Não é um profissional da religião, mas um apóstolo da fé cristã, na qual vê um ideal de pureza indispensável à conquista da ventura eterna. No seu combate há altruísmo, do mais completo que se pode imaginar, e amor aos homens. O seu fito verdadeiro é subtrair as almas às penas do Inferno.

A inquietação religiosa que se movimenta nos *Exercícios Espirituais* é o reflexo duma alma bondosa, que docemente aspira a tornar os homens mais dignos e a dar maior beleza à existência implantando na terra o reino da santidade.

A prece, feita com devoção e convicção, ajudaria o crente, e seria mesmo, segundo Bernardes, o grande instrumento de comunicação com Deus, Deus que é o fulcro de tóda a mística dos *Exercícios Espirituais*. Mas a prece, para ser válida, exigia a máxima depuração da alma. Logo no princípio da referida obra, Bernardes define os três clássicos estádios místicos, que marcam os graus de aperfeiçoamento interior:

via purgativa, em que a alma do místico, a caminho de Deus, se desembaraça das solicitações terrenais;

via iluminativa, que se distingue pela convivência aturada com as coisas da vida eterna e pela contemplação do drama da Paixão de Jesus Cristo;

via unitiva, estado místico por excelência, em que o crente, completamente liberto de tôdas as contingências, se entrega em absoluto a Deus, com êle se sentindo identificado.

Nada há que nos possa assegurar que Bernardes, a-pesar-de tóda a sua piedade, tivesse, alguma vez, vivido êste último estado místico. Não passou da *via purgativa*, cuja preparação estabelece nos *Exercícios Espirituais*, livro onde tanto refulge a sua límpida crença e no qual se mostra tão intensa a *saüdade de Deus* e o amor da vida eterna.

Duas fontes imperaram no conhecimento que Bernardes adquiriu do mundo: o *livro* e as suas impressões pessoais, que foram muito deminutas. A fonte livresca é que teve a maior representação na sua obra, e daí as suposições infantis que se avistam em tantas passagens dos seus livros. Diversas vezes se surpreende na sua prosa a apreciação do belo da natureza, mas o certo é que essa referência é gerada mais por reminiscências literárias do que pelos testemunhos duma verificação pessoal.

Não se julgue porém que êste magnífico oratoriano fôsse absolutamente incapaz de registrar o que os seus olhos finham uma vez lóbrigado. E' digno de nota, por exemplo, na *Nova Floresta*, a sua famosa menção dos variadíssimos elementos de aformoseamento e enfeite que havia observado nas mulheres do seu tempo. A sua descrição é completa, e nela transparece a queixa de Bernardes, que desejaria que tôdas as mulheres da época se alheassem mais das coisas dêste mundo e vivessem realmente a ética cristã.

Quaisquer que sejam as partes mortas da obra do bondoso frade, a verdade é que o essencial do pensamento espiritualista, que se destaca de todos os seus escritos, consítue uma herança imperecível, com interêsse para tôdas as gerações que tenham o culto da pessoa humana. A perenidade da energia artística de Bernardes, êste homem de tão infantil simpleza, reside precisamente no facto do escritor, quási esquecido da vida sensível, haver dedicado tôda a sua capacidade intelectual ao mundo das realidades que subsistem por si.

Não é só com estes escritores que se atinge o acúmen literário do Século da Restauração, pois a mentalidade seiscentista é ainda valorizada por Francisco Manuel de Melo, homem de múltiplas aptidões e de rara invergadura mental. Se abstraírmos da imaginação e, pròpriamente, das faculdades artísticas, talvez se possa assegurar que Melo possuiu a inteligência mais luminosa e lúcida do classicismo português.

Se, como prosador, o aproximarmos de Sousa ou Vieira, teremos de reconhecer que estes o ultrapassaram bastante, pois, algumas vezes, Melo pecou na harmonia e expressividade da linguagem. Este homem vive mais para o pensamento e tem o culto das ideas claras. Em muitos géneros literários adestrou a sua pena, mas o seu talento salienta-se, em especial, na crítica dos costumes e no julgamento de homens de letras. Para o exercício destas duas especialidades, possuía o senso das proporções, a experiência da vida e um gôsto estético que, para o seu tempo, se pode classificar de apurado. Foi um dos primeiros na Europa, como já se verificou, a compenetrar-se do que havia de insubsistente e vulnerável na estética clássica.

Uma das modalidades mais curiosas da sua personalidade é a *independência intelectual*, atitude que, no século XVII, deve considerar-se quási como um acto revolucionário, tão pronunciada é a ten-

dência conservantista dos homens daquela época nos domínios do pensamento. E' por isso que, na história de Melo, a forma, apagada ou brilhante, como concebeu e realizou êste ou aquêlê gênero literário tem um valor bastante secundário, pois o que mais importa é o vigor pessoal que transfundiu nas suas melhores obras.

As *Cartas*, onde mais crepita a chama ardente da sua afectividade e o reflexo do seu infortúnio, contêm, então, passagens onde o escritor, com desassombro vário, expressa a sua autonomia mental, declarando, perentôriamente, que a inteligência humana não nasceu para a inércia ou para a escravidão, mas para manifestar livremente a sua actividade. E', por isso mesmo que, ao iniciar a *Carta de Guia de Casados*, êste ilustre solteirão exprime o propósito de, na sua exposição, pôr de parte as opiniões alheias, para seguir, de preferência os ensinamentos que a sua observação individual lhe aconselhar. E' esta singular afeição ao testemunho e experiência pessoais que o compele, nas *Epanáforas* e na *História de los movimientos y separacion de Cataluña*, a relatar, com agrado, acontecimentos históricos que, individualmente, presenciou. Mas a índole autonomista da sua mentalidade irrompe ainda na *Visita das Fontes*, quando se insurge contra todos aqueles que, incapazes de pensar sòzinhos, se vêem forçados a inçar a sua prosa de longas e fastidiosas citações.

Dotado de faculdades críticas e de independência de critério, reünia algumas fundamentais condições para emitir, nos *Apólogos Dialogais*, juízos seguros sôbre a sociedade portuguesa do século XVII e sôbre a obra de vários escritores.

Com tal temperamento, tornar-se-ia um sério repreensor de tôda a casta de abusos, sendo natural a sua repugnância por superstições, crendices e quaisquer demonstrações de hipocrisia religiosa. Precisamente por ser um católico sincero e consciencioso, não tolerava certos abusos e escândalos, especialmente quando vinham de pessoas com responsabilidades na direcção religiosa das consciências. Assim, estigmatiza os frades mundanos, os padres sem reais convicções de piedade e os «irmãos» que, em benefício pessoal, esvaziavam os cofres das irmandades. O seu interesse pela acção religiosa levou-o a condenar, enêrgicamente, a precipitação com que se escolhiam os sacerdotes que deviam ser investidos na dignidade episcopal. Nesta matéria, Melo mostrava-se severo, todavia a história justifica a sua severidade.

Ainda, como manifestação da sua recta visão dos factos, aludiremos ao ridículo que lançou sobre os desequilíbrios de certos tipos sociais do seu tempo, como o ignorante estúpido e pretensioso, o charlatão, o fidalgo arruinado e dado ao exibicionismo. Estas e outras anomalias sociais chocavam o seu honesto carácter, que não tolera nenhum dos desvios morais que, infelizmente, são de todos os tempos e de tôdas as sociedades. Todos os actos de orgulho, ambição e egoísmo, que tivessem passado ao alcance da sua observação, incorriam nos seus anátemas desassombrados. Por exemplo, a luta pela conquista do dinheiro, com as suas baixezas e iniquidades, inspirou-lhe algumas considerações verdadeiras. O dinheiro, para Melo, tanto podia ser instrumento de perdição, como desempenhar uma função benéfica e útil. Tudo dependia do bom ou mau uso que dêle se fizesse.

Os diálogos dos *Apólogos Dialogais* não só abordam problemas sociais, como versam questões de crítica literária. A praga dos gramáticos é uma das que mais aborrecia Melo, o mesmo sucedendo com os poetas, sem, é claro, podermos, de algum modo, admitir que o escritor não fôsse sensível à beleza da poesia. Deplo-rava, porém, a abundância desmedida dos profissionais da métrica e referiu mesmo que o termo poeta havia descido tanto que chegara a ter um sentido pejorativo. Em relação à poesia de má qualidade, efectivamente, o seiscentismo tinha arrancado à poesia o que mais a qualificava: a delicadeza, o idealismo e a natural desaffectedção. A estes atributos preferiam-se as fórmulas esteriotipadas do estilo gongórico e as ideas práticas. Os próprios versos de Melo, mortalmente eivados de gongorismo, na sua generalidade, inculcam, no que têm de melhor, normas de acção, o que lhes dá um carácter eminentemente pragmático e utilitarista. Em conclusão, Melo, com o seu depoimento de crítico e o seu exemplo de poeta, apresenta-se-nos como uma testemunha flagrante do declínio da poesia no seiscentismo, assim como, na crítica literária e na epistolografia, se revela uma figura interessante de inovador.

Temos, principalmente, de prestar homenagem ao magnífico senso crítico que revelou no *Hospital das Letras*. Os juízos que formulou sobre Tito Lívio, Camões, Gil Vicente, Rodrigues Lobo e outros, não envelheceram. O seu temperamento essencialmente prático notou a feminina delicadeza da poesia de Diogo Bernardes, em que sentiu doçura artística, mas ausência de virilidade. Não pode dizer-se, no

entanto, que o seu julgamento fôsse sempre impecável. Entre os seus poucos deslises de crítico, deve apontar-se o de não ter compreendido o génio de Fernão Lopes, falta grave num julgador de valores literários.

A-pesar-de não ter logrado ficar completamente independente das convenções estilísticas do tempo, teve a consciência nítida da ostentação gongórica e combateu-a no *Fidalgo Aprendiz* e no *Hospital das Letras*, essa obra que, entre tôdas as outras, particularmente estimava, como confessa. A reacção contra o estilo culto, que se manifesta também em Vieira e em outros grandes escritores do século XVII, é uma das provas de que o seiscentismo, o real, o verdadeiro, repudiava êsse rancho de parasitas que se propôs neutralizar a falta de talento literário com a exibição de subtilezas vocabulares e alegóricas. Os detractores da literatura desta época concentram-se muito nesta anomalia, quando ela não define essencialmente o seiscentismo, nem quâsi passa daquela roda de mediócrs que nenhuma influência positiva tiveram na grande evolução literária do século. Êste deve apreciar-se, não pelo que teve de secundário, mas pelo que possuiu de fundamental. Ora o fundamental, no seiscentismo, são as fortes personalidades dos escritores cuja obra acabamos, muito sumariamente, de estudar: Rodrigues Lôbo, Fr. Luiz de Sousa, Bernardes, Vieira e Francisco Manuel de Melo. Atendendo à riqueza da sua linguagem, à vida que tumultua nas suas obras, ao sentido construtivo que domina no pensamento de todos e às inovações que, em vários géneros, fomentaram, todos estes escritores hão-de fatalmente considerar-se como preciosos ornamentos da nossa literatura. Quanto a dois, pelo menos, Vieira e Melo, pode-se afirmar que, em três séculos de classicismo e no seu género, não houve escritor algum que os igualasse. Lôbo, Sousa, Bernardes, Vieira e Melo pertencem ao que há de melhor em tôda a literatura clássica e constituem a primeira grande prova de que o Século da Restauração, em literatura, prestigiou Portugal. Ao triunfo político, cabe-nos juntar, então, uma vitória literária.

III

Nos Domínios do Pensamento

Se, no campo literário, a Nação não estagnou, mas antes acusou progressos e inovações, a marcha dos acontecimentos, quanto à filosofia, parece estar mais ou menos de acôrdo com os costumes mentais do país. Portugal sempre mostrou fraca predisposição para o estudo dos problemas especulativos e para as grandes construções do raciocínio. Nesta terra ocidental, há uma mentalidade mais adequada às exaltações sentimentais e idealistas de poetas. E tanto isto é assim que o maior de todos os nossos pensadores, Antero, preferiu exprimir em verso algumas das suas mais angustiosas inquietações filosóficas; mas até na prosa filosófica demonstra-se, facilmente, que o mesmo pensador foi um lírico. Análoga tendência se observa nos dois ideólogos quinhentistas: Leão Hebreu nos *Dialoghi di Amore* e Francisco Sanches no *Quod nihil scitur*.

Herculano, que teve o culto do equilibrio intelectual e se julgava um homem alheio, em literatura, a lirismos demasiados, havendo até feito a confissão de ter renunciado à poesia aos 25 anos, foi um dos nossos maiores poetas em prosa, não só no *Eurico*, como até na própria *História de Portugal*. Tão dominado pela obsessão do idealismo poético, o país seria grande, como foi, na arte literária, mas não possuía ambiente psicológico para a florescência da filosofia. A actividade especulativa, quaisquer que sejam os seus encantos, contém algo de securo e soledade, o que se adapta mal à mentalidade afectiva do português. O próprio Herculano, um dos espíritos mais clarividentes do século passado, também declarou achar a filosofia «triste», e «árida», e, em Portugal, o seu juízo céptico ainda não caducou.

Tendo em conta as mais recentes investigações, estamos longe de poder afirmar que houve originalidade profunda nas manifestações da cultura filosófica no século XVII, mas é de justiça acentuar que a energia mental que nessa cultura se ostenta não deixa de ser, em relação ao poder criador nacional na filosofia, perfeitamente

normal. Não subimos muito agora, mas é certo que antes nem depois não fomos mais longe.

Se a originalidade dos *Comentadores de Coimbra* se volatiliza bastante quando os aproximamos de *Aristóteles*, também se é forçado a constatar que os chamados «pensadores portugueses» não são, em muitos pontos, mais do que *comentadores*, com tanta constância se integram no passado ou no presente em que vivem.

O cego apêgo ao aristotelismo na Universidade de Coimbra, em pleno século XVII, chega a causar-nos estranheza, todavia convirá ponderar que, em outros estabelecimentos universitários da Europa, pertencentes a países de cultura superior à nossa, se presencia o mesmo fenómeno. Em França, por exemplo, o peripatetismo dominou até ao fim do século XVII, como o declara o eminente pensador e historiador da filosofia, Emilio Boutroux: «C'est ainsi qu'Aristote, au moyen âge, est partout un excitateur des esprits et une autorité; mais son œuvre la plus considérable est sans contredit l'organisation de cette philosophie chrétienne, si complète, si précise, si logique, si fortement établie dans ses moindres détails, qu'elle semblait constituée pour l'éternité. Elle a fait loi dans les collèges de l'Université en France j'usqu'au XVIII siècle. En 1624, la Sorbonne défendait à peine de vie de rien enseigner contre les anciens. En 1671, les professeurs sont encore invités à respecter le péripatétisme sous peine d'exclusion. Au commencement du XVIII siècle seulement l'aristotélisme scolastique cède la place aux idées nouvelles.» (1).

Esta adesão tardia ao paripatetismo não constitui, portanto, como pensam alguns, uma escandalosa excepção, mas era a expressão dum facto que até se tornava sensível em França, uma das nações que mais tem ennobrecido o pensamento filosófico europeu. Além disso, os «comentadores coimbrões» aplicaram-se ao estudo profundo de Aristóteles, de S. Tomaz e Francisco Suarez, e há que prestar homenagem a êste esforço de compreensão e simpatia intelectual. Estas três cabeças pensantes abriram caminhos novos ao longo da história do pensamento humano. «Aristote est certainement le plus grand génie scientifique de l'antiquité» (2), conceito êste

(1) Émile Boutroux, *Études d'histoire de la philosophie*, pág. 200.

(2) Palhoriès, *L'Héritage de la Pensée Antique*, pág. 118.

que corrobora ainda o de Boutroux, no livro atrás citado. Quanto a S. Tomaz, aqui arquivaremos as impressões de Gilson, um dos mais serenos e imparciais especialistas da filosofia medieval, o qual, ao mesmo tempo, se refere a Duns Scot: «Tomas d'Aquin et Duns Scot, pour ne choisir que des exemples peu discutables, appartiennent à la race des penseurs véritablement dignes de ce nom. Ce sont de grands philosophes, c'est-à-dire des philosophes grands pour tous les temps, et qui apparaissent tels même aux esprits les plus fermement résolus à ne se rendre ni à leur autorité ni à leurs raisons» (1). Estes depoimentos, a que poderíamos juntar muitos outros, de espíritos bem conhecedores de Aristóteles e S. Tomaz bastam para nos convencer de que os «comentadores coimbrões», na sua paixão por aquêles dois pensadores, não se diminuía, nem se apoucavam nas suas cátedras. De resto, a sua submissão ao tomismo não era escravizante, pois os «coimbrões», nas soluções que propuseram para os diversos problemas, pendiam especialmente para o suarismo (2), sistema de ideias muito caro ao Século da Restauração.

Francisco Suarez, o pensador que, efectivamente, dominou toda a especulação seiscentista, nasceu em Granada, em 1548. Foi homem de débil compleição física, todavia a natureza dotou-o de brilhante inteligência. Entrou para a Companhia de Jesus e seguiu a carreira do magistério, vindo a ser um dos professores mais notáveis da Europa. Ensinou em Salamanca, Valladolid e Alcala, e em todas estas escolas impôs-se pelas suas virtudes, saber e honradez intelectual.

A Universidade de Coimbra, já nos fins do século XVI (1597), consegue, depois de vários esforços, que Suarez ingresse no seu seio, valorizando assim o seu corpo docente com um elemento singularmente valioso. Ao tomar posse da cadeira de Prima de teologia, em Maio de 1597, Suarez tinha já a sua reputação firmada em escritos de indiscutível valor filosófico, e, nesse mesmo ano, publicava as *Disputationes Metaphysicae*, obra resultante de meditações anteriores. O douto professor, desde muito novo, havia revelado a sua especial vocação para os estudos teológicos e metafísicos, como o demonstra o seu trabalho *De Anima*, só editado após a sua

(1) Etienne Gilson, *Le Tomisme*, Paris, 1922, pág. 6.

(2) D. Barbedette, *Histoire de la Philosophie*, Paris, 1923, pág. 446.

morte, mas escrito em plena mocidade, quando tinha apenas vinte e cinco anos.

Comentador livre e independente de Aristóteles e S. Tomaz, Suarez foi o verdadeiro criador da escola dos chamados «comentadores coimbrões». Deu o passo inicial com brilho invulgar e, na tradição universitária, a sua escola perpetuou-se na pessoa de discípulos de pequeno mérito especulativo.

As soluções encontradas por Suarez para os vários problemas filosóficos opõem-se tão nitidamente ao tomismo e ao pensamento do Estagirista que êsse memorável professor conimbricense toma naturalmente posição entre os precursores da chamada *filosofia moderna*, como já no século XVII o notou Bossuet.

Ele consagrou-se por completo ao magistério e ao estudo. Em Coimbra, leva a vida de recolhimento dos grandes meditativos. Submete-se a um severo horário de trabalho e raras vezes se afasta da casa onde vive.

Nas aulas, a sua exposição, servida por uma memória fidelíssima, é fácil, espontânea. A linguagem desguarnecida de retórica, continha precisão e simplicidade. As lições de Suarez tornaram-se assim extraordinariamente apreciadas e, segundo o testemunho dos biógrafos, tinham uma assistência numerosa. O mestre via subir a sua reputação, mas jamais se envaideceu com essa aura: permanecia entregue à sua modéstia.

Era na argumentação que altamente mostrava a agilidade da sua inteligência e aquela penetração crítica com que devassava as subtilezas da metafísica e confundia os seus adversários. A actividade do seu raciocínio exercia-se calma e desapaixonadamente, como é próprio dos espíritos que apenas curam de encontrar a verdade. O insuspeito Teófilo Braga, sistematicamente disposto a denegrir as manifestações da cultura religiosa portuguesa, dobrou-se perante o talento dêste professor católico, dele dizendo: «Não será preciso lembrarmos que Francisco Suarez é uma das figuras mais proeminentes do pensamento europeu no fim do século XVI, e que o seu magistério na Universidade de Coimbra, de 1597 a 1616, irradia sobre aquela corporação uma luz extraordinária» (1).

A fama dos talentos de Suarez chegou a todos os países cristãos,

(1) Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. II, pág. 284.

e até não cristãos da Europa. A Igreja acarinhava êste seu filho ilustre e o próprio Papa prestou homenagem ao seu talento e invocou até o seu auxílio intelectual em momentos em que perigou a sua autoridade. Quando o rei de Inglaterra, Tiago I, exigiu que todos os católicos lhe prestassem o tão discutido *juramento de fidelidade*, Paulo V negou-se a dar-lhe a sua aprovação. O monarca tomou a sua defesa em escrito ofensivo das verdades da Fé, pelo que o Papa convidou Francisco Suarez a julgar o procedimento herético do rei inglês. Assim nasceu a obra *Defensio Fidei Catholicae et Apostolicae adversus anglicanae sectae errores* (1613), tão lida em tôda a Europa. Tiago I, indisposto e revoltado, mandou queimar públicamente a refutação suarista; em França a mesma obra chegou também a ter as honras da fogueira, posto que só temporariamente (1).

E os anos vão decorrendo, enquanto Suarez continua as suas meditações e a sua laboração universitária, alcançando cada vez maior renome.

A sua actividade indagadora incide também sobre problemas de natureza social e jurídica, como se infere do livro *De Legibus*, no qual defende uma tese particularmente interessante sobre as origens da autoridade real. Era esta, segundo Suarez, de origem divina, no entanto, acreditava êste mesmo pensador que o poder de que dispunham os reis era-lhes conferido pelo próprio povo, que, por sua vez, o havia recebido de Deus. Esta teoria da soberania popular teve bastante voga entre os Jesuítas e tornou-se incentivo para uma exacerbação nacionalista entre nós. Nela buscou a sua justificação jurídica a Revolução de 1640: o poder pertencia à Nação e esta escolhia livremente a entidade que a havia de governar.

Embora nascido em Granada, Suarez passou os últimos vinte anos da sua vida em Portugal. Amou a Universidade e tôda a terra portuguesa. Gostava especialmente de Coimbra, sua terra adoptiva, e é possível que fivesse tido pena de lá não poder morrer. Finalmente, pela sua acção intelectual, criava a escola dos «comentadores coimbrões», dava seguimento jurídico ao movimento nacional de 1640. Todos êstes factos permitem-nos, em parte, chamar-lhe *nosso*.

(1) J. G. Vasconcelos, *Francisco Suarez (Doctor Eximius)*, pág. 117-119.

Já muito cansado e minado pela doença, é jubilado em 1616. Os seus achaques agravam-se e em Agosto de 1617 a morte apressa o passo. Encontrava-se de passagem em Lisboa. Com perfeita lucidez e serenidade, recebe o Viático e a Extrema-Unção e morre cristãmente. Conta-se que, na véspera de exalar o último suspiro, proferiu a seguinte frase: «Nunca pensei que fôsse tão agradável morrer.»

Suarez havia desaparecido do número dos vivos, mas a Universidade, no decorrer de quasi um século, continuava a receber as luzes da sua presença intelectual e da sua vigorosa irradiação pensante. Ele representa, na história do pensamento europeu, um momento de brilhantes meditações especulativas. E foi precisamente no Século da Restauração que na Universidade se assistiu à formação do seu pensamento e às primeiras manifestações da sua influência. Quere dizer, a atmosfera política e mental do seiscentismo, a-pesar das condenações da Inquisição e dos índices expurgatórios, era suficientemente liberal para permitir a actividade criadora de um pensador que, mui audaciosamente, contestou várias teses de Aristóteles e de S. Tomaz.

A censura oficial teria, de facto, abafado a livre eclosão do pensamento? Teremos então de deplorar a perda de algum filósofo de génio? Decididamente que não. A orientação mental, puramente portuguesa, era de genuína inspiração católica, e estava, portanto, de sua natureza, a coberto da fiscalização a que eram submetidas as obras publicadas.

As directrizes que imperam na organização dos índices e que inspiram a censura oficial propendem, em parte, para a repressão de livros e livrecos menos respeitadores dos bons costumes, atreitos ao realismo e à licenciosidade, ou com tendência para avivar práticas cabalísticas e supersticiosas. Incorriam na mesma condenação as alusões à corrupção clerical e os ritos judaicos. A mentalidade seiscentista é católica por paixão e livre vontade, de modo que não se podia sentir visada. A censura oficial, portanto, não a hostilizava, mas, pelo contrário, até contribuía para lhe dar mais estabilidade.

E' claro que, logo a seguir a isto, vem outro problema: a «Inquisição perante os judeus». A êste respeito, os juízos de todos os críticos variam, conforme se parte do ponto de vista histórico-político e ideológico, ou se encara a questão à luz das máximas cristãs e da afectividade. Tôdas as soluções propostas nos parecem compreensíveis.

mas nem sempre tem havido serena objectividade na preferência de qualquer delas.

A ideologia judaica era atacada, não tanto por motivos de ordem estritamente filosófica e científica, mas porque ela ameaçava a ordem política interna, que, por sua vez, mergulhava as suas raízes na Fé. A desarmonia gerada pelo marrano estava em desacôrdo com a disciplina espiritual dominante. O próprio Melo mostra uma noção mais ou menos precisa do «livre-exame», ao declarar, no *Hospital das Letras*, que a livre interpretação de certos passos da Escritura constituia um perigo para a integridade da Fé, mas nunca deixou de permanecer fiel à fé católica. Também a sua clássica independência intelectual, não o inibiu de chamar a Aristóteles o «morgado da sabedoria», e de, submetido ao ambiente filosófico do tempo, muito desassombradamente confessar que «estava de candeias às avessas com Descartes», confissão que, na bôca dum homem como Melo, contribue muito para definir o sentido doutrinário do Século da Restauração.

Se, de facto, na consciência nacional pesava imenso a herança cristã, outra direcção tomou, por exemplo, o célebre judeu português, Uriel da Costa, que nascido talvez em 1585, viveu até 1640. Já em 1926 escrevia Joaquim de Carvalho que Costa estava na «ordem-dodia entre os estudiosos do espírito europeu do século XVII». Educado no ambiente universitário de Coimbra, a cultura católica modelou fortemente a inteligência de Gabriel da Costa. Mais tarde, por motivos ainda não averiguados com clareza, modificou o seu rumo ideológico. As suas obras, escritas em latim, têm interessado a alta cultura estrangeira. Algumas, como o *Exemplar vitæ humanæ*, são muito discutidas. A dolorosa inquietação intelectual assoberba a alma de Costa. Após o repúdio do ideário seiscentista, contestou a existência da vida futura e renunciou à espiritualidade cristã.

IV

Direcções da Arte

Sumàriamente analisadas as reacções políticas, literárias e filosóficas do Século da Restauração, merecem uma referência especial as actividades manifestadas no domínio da Arte. Se, ao compul-

sarmos as criações artísticas desta época, as compararmos com as dos dois séculos anteriores, será grande o desapontamento. A adoptarmos este critério comparativo, teríamos de condenar grande parte da vida estética dos povos, pois muito poucos dos seus estádios artísticos podem sofrer confronto com os períodos áureos da história da arte. Há que optar, portanto, por uma exposição clara e explicativa que não contenha, tanto quanto possível, grande soma de subjectividade.

Foi na arquitectura que houve maior actividade: o génio nacional tem manifestado uma particular simpatia por esta arte, como o observou Reinaldo dos Santos. São conhecidos os vestígios da acção dos Alvares, dos Turrianos e dos Tinoucos, mas, de facto, o architecto que dominou o século XVII foi Filipe Tércio, o qual, embora de origem italiana, se aclimatou profundamente a este país. Exerceu aqui uma vasta influência e, sob a sua direcção, trabalharam os mais hábeis canteiros portugueses daquela época.

Tércio foi, na arquitectura, um campeão do estilo clássico. Os monumentos que lhe são atribuídos ostentam uma equilibrada composição architectónica e denunciam um espírito sóbrio e comedido. Esta correcção e singeleza patenteiam-se, por exemplo, na igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, com bastante insistência. Mais elegância e processo mais original revela a igreja e claustro da Serra do Pilar, que Reinaldo dos Santos lhe atribue. Deve acentuar-se, porém, que nos dois monumentos citados, assim como em outros da sua autoria, a harmonia clássica é, de quando em vez, levemente perturbada por elementos provenientes da estética barroca que havia começado, na igreja jesuítica de Roma, *Gesu*, a reagir contra a calma geométrica e decorativa do estilo do Renascimento. Tércio permanece submetido ao classicismo e, em consequência do seu prestígio de architecto, a infiltração barroca efectua-se no nosso país com certa lentidão, demonstrando os monumentos religiosos do século uma aliança inteligente do clássico e do novo estilo jesuítico. E' claro que este sensato entendimento estético, mercê da influência crescente dos jesuítas e da moda, acaba por desfazer-se; em princípios do século XVIII, o barroquismo acusa uma expansão poderosa e vem finalmente a prevalecer.

Parece que a estética renascentista, com a sua harmonia fria e calculada e a sua perfeita e invariável ordenação, contradizia um pouco, talvez, a diversidade e a irregularidade da natureza, pelo

que começou a cansar os artistas. A reacção traduziu-se na aceitação cada vez maior do estilo barroco, que, pelo seu dinamismo e pelo aspecto caprichoso das suas linhas, muito contrastava com a regularidade, às vezes monótona, do estilo clássico.

Da placidez arquitectónica e ornamental que imperava no Renascimento transitámos assim para o barroco, cuja estrutura é feita de nervosismo e mobilidade. O estremecimento emotivo e técnico que individualiza o estilo jesuítico, assim como a vasta ondulação que nêle se afirma, vincam nos monumentos uma deliciosa aparência de movimentação e até mesmo um traço de vida. Porém esta inovação, que muito encerrava de original, acabou, muitas vezes, por se deturpar e transformar em abuso, dando lugar, de vez em quando, no século XVIII, a extravagâncias deploráveis e a construções de mau gosto.

Felizmente que, no século XVII, graças especialmente ao magnífico gosto artístico de Tércio, a arquitectura, que foi uma das artes mais activas do seiscentismo, não caiu naqueles erros, e muito equilibradamente se desenvolveu, honrando, com o seu aprumo estético, o Século da Restauração. Muito inteligentemente observou Reinaldo dos Santos, o nosso primeiro historiador e crítico de arte: «A arquitectura do século XVII, mal estudada ainda e menos apreciada do que merece, certamente por não ter as seduções da Renascença nem o fausto do século XVIII, revela, porém, como o românico, uma das expressões mais nobres do sentimento arquitectural português, sendo uma das artes que melhor traduzem a essência e a sobriedade do nosso gosto» (1). É basta êste depoimento para nobilitar a arquitectura seiscentista, a qual, na afamada Igreja de Santa Engrácia, encontra uma das suas mais felizes manifestações. Aquêlê monumento, assim truncado e incompleto, é um fragmento precioso que nos assegura que o espólio arquitectónico do século XVII é bem digno de veneração.

A cultura religiosa e a profunda fé cristã que avassalava a consciência da Nação, durante a época seiscentista, explicam a actividade arquitectónica do século XVII quanto a monumentos religiosos.

A *talha* segue de perto as construções religiosas do seiscen-

(1) Reinaldo dos Santos, *A Architectura em Portugal*.

tismo. E' então que, muito particularmente nas igrejas, a escultura lignea toma um enorme desenvolvimento. A madeira, sem aquela forte perenidade com que o granito, por exemplo, desafia os tempos, era, contudo, ductil e maleável e prestava-se facilmente à execução das mais variadas ornamentações historiadas e flórico-geométricas. A matéria prendeu a fantasia dos entalhadores e êstes, numa verdadeira orgia escultórica, executaram altares, coros e púlpitos que, desde então, começaram a embelezar, ou a atravancar, os nossos templos. Entre tantas obras dêste gênero, se, às vezes, deparamos com verdadeiras revelações, também, em vários casos, se nos apresentam trabalhos de escasso valor. O entusiasmo pela *talha* chegou a tornar-se prejudicial e pôde contribuir, com o seu predomínio absorvente no interior das igrejas, para que se mutilassem e desfigurassem lindíssimos pormenores artísticos de muitos templos românicos e góticos. Ao lado, porém, dos casos anormais, forçoso é reconhecer que a *talha* deu lugar ao aparecimento de obras de indiscutível valor técnico e ornamental, e é o seiscentismo que, com o fruto das suas experiências, muito concorre para que o século XVIII se torne o período áureo da escultura lignea portuguesa.

A arquitectura civil, essa, muito mais que a religiosa, exprime um momento decisivo da sua história, alcançando agora um tipo construtivo que se vai tornar definitivo em Portugal.

A harmoniosa simplicidade, que se evidencia nos monumentos religiosos, sobressai com igual relêvo na fachada da casa seiscentista. Começam a ter voga os obeliscos; a côr vermelha, segundo parece, entra na caiação. Interiormente, nada que vá colidir com a modesta sobriedade do exterior. Um único andar, que se torna o centro principal da vida da casa. As atenções do architecto concentram-se, por consequência, na escada exterior que dá acesso ao pavimento principal. A habitação particular foi-se definindo e estabilizando, e, com várias outras particularidades architectónicas e decorativas, acabou por atingir uma forma que se enraizou para sempre entre nós, a ponto de Raúl Lino declarar o seguinte: «O século XVII fixou as disposições básicas da casa portuguesa nos tempos modernos» (1).

Tanto nas divisões interiores como na escada da casa seis-

(1) Raúl Lino, *A Casa Portuguesa*, pág. 57.

centista, assim como também em outras criações da arquitectura civil, o azulejo alcançou um predomínio quasi absorvente. O grande esforço decorativo do século XVII reside, de facto, na expansão cada vez maior do azulejo, que guarnece e ornamenta elegantemente as igrejas, os solares e as casas particulares. Com as seducções da côr, o brilho do esmalte e tôda a sua vasta riqueza pictórica, o azulejo foi uma das actividades artisticas mais felizes do século XVII, e, se bem que importado, em alguns casos, da Holanda, da Itália e da Espanha, êle foi uma criação magnífica da cerâmica nacional, a qual, durante o Século da Restauração, se preparou para a faustosa ostentação dos tempos de D. João V.

O azulejo, conforme a exacta observação do Conde de Sabugosa, «é uma das maiores riquezas artisticas de Portugal, o ornato mais bello da arquitectura monumental, o mais pitoresco na decoração das habitações particulares». Tão amado e preferido no século XVII, êle concorre, necessariamente, para a valorização do nosso espólio artistico naquela época. Ora pendendo para a decoração geométrica, ora buscando inspirar-se na natureza e na vida social, a pintura em azulejo, ainda por estudar, é uma das riquezas dos nossos séculos XVII e XVIII. As cenas de caça, os motivos inspirados nos costumes e na vida social, os trechos da paisagem, a representação de cenas de origem literária e bíblica, estampam-se com rara felicidade nos azulejos e fazem dêles uma das manifestações mais originaes da arte seiscentista.

A pintura, quando comparada com a arquitectura, tem uma representação assás obscura e diminuta. A côrte portugueza, que havia sido, durante séculos, um centro de irradiação artistica e criação literária, desapareceu com a monarquia dualista: as artes, e também as letras, muito sofreram com esta súbita mudança. Sucedeu mais que as condições financeiras do clero e da nobreza, em virtude do desastre de Alcácer e da opressão política estrangeira, eram declaradamente precárias. Não havia margem, por conseguinte, para encomendas, nem para o desenvolvimento do entusiasmo pelas aquisições. A pintura desapareceu quasi completamente. Apenas se conhece, mas muito mal, um pintor de talento: Diogo Barbosa, do qual nos restam duas obras de certo merecimento. Os restantes pintores, segundo afirma Reinaldo dos Santos, são mediocres.

A ourivesaria foi uma arte que teve destino muito idêntico ao da pintura. A tradição artistica, à sombra da qual se havia criado

essa jóia imperecível da Custódia de Belém, já não dá sinal de vida no século XVII. A execução dos lavrantes continua a ser impecável, mas a originalidade artística falta completamente, como o confirmam, por exemplo, as muitas custódias do século XVII que, embora perfeitas e primorosamente cinzeladas, patenteiam uma «construção uniforme» ⁽¹⁾.

Na escultura é que surgiu um nome que, na Península, mais uma vez, impôs o génio artístico de Portugal: foi o tripeiro Manuel Pereira. Trata-se dum artista que, no dizer de Aarão de Lacerda, tem «categoria europeia». Nasceu êle na cidade do Pôrto, na freguesia de S. Nicolau, em 1588. Autorizados críticos de arte, entre os quais está José de Figueiredo, inclinam-se a admitir que Pereira só deixou Portugal aí por 1640, e, nesse caso, veio a fazer entre nós tôda a sua aprendizagem. A sua formação artística desenvolveu-se, portanto, ao calor do ambiente português. Quando chegou a Madrid, centro artístico mais propício à floração do seu talento, bem depressa se singularizou, de modo que «já em 1646 era de tal maneira colado na capital espanhola que podia, sem hesitação pedir ao superior do convento de S. Filipe e/ *Real*, da mesma cidade, a quantia de 200 ducados, por uma imagem em pedra daquele patrono, imagem que agradou depois de tal modo à comunidade que está ainda o gratificou, reconhecendo pequena a importância por êle estipulada» ⁽²⁾. Executou as imagens de vários santos: S. Pedro e S. Paulo, S. Plácido, S. Bernardo, Santo Inácio de Loiola e outras. Entre tôdas as obras de tão insigne imaginário, figura, em posição de destaque, o afamado S. Bruno da Cartuxa de Miraflores, em que Manuel Pereira se afirma um estátuário na plena posse da sua arte e da sua técnica. Temos diante de nós algumas gravuras que, sem dúvida, muito imperfeitamente, nos apresentam vários pormenores dessa peça de escultura, e ficamos cativadas pela impressionante naturalidade da expressão fisionómica. Manuel Pereira conseguiu sugerir-nos completamente a calma, a penetração do olhar e a doçura mística: temos quasi a impressão de estar diante de um vivo. Sobretudo, adivinhamos neste cartuxo algo revelador da sensibilidade lusitana, sensibilidade bem alheia a exagerados arroubos místicos e sentimentais. Aarão de Lacerda, com o seu

(1) João Couto, *Ourivesaria portuguesa*, pág. 35.

(2) Aarão de Lacerda, *Arte: pintura, escultura e artes decorativas* (in *História de Portugal*, Portucalense Editora L.^a, Barcelos, fasc. n.º 77, pág. 604).

clarividente gosto artístico, tem razão ao considerar o S. Bruno do portuense Manuel Pereira como uma *obra prima que enche o século XVII*.

A altura a que chega o seiscentismo na escultura encontra uma interessante equiparação na iluminura, graças a um cônego de Viseu: Estêvão Gonçalves Neto, autor das lindíssimas iluminuras que ilustram um *Missal Pontifical* do século XVII.

O códice a que nos estamos referindo tem sido levado a exposições da França e da Inglaterra e nestes países sempre causou justa admiração. O arqueólogo Cardoso Gonçalves, que o estudou com carinho e proficiência científica ⁽¹⁾, reputa-o, sem favor, «uma obra prima da arte portuguesa» e, o que é mais ainda, *um prodígio do génio*. As iniciais, as tarjas de diversas páginas, o frontispício e as várias estampas que ornamentam o *Missal*, entre as quais está uma *Ultima Ceia* bem curiosa, ostentam, pela sua beleza ornamental, pelos tons do colorido e pela imaginação delicada que revelam, trechos artísticos cheios de encanto.

No frontispício, indiscutivelmente magistral, lá nos aparece a figura de S. Tomaz, tão lido e discutido durante o seiscentismo. A miniatura que acompanha a inicial «representando S. João Evangelista na ilha de Patmos, à beira de um lago de águas espelhantes», é das mais admiradas. As flores, os frutos como o cacho de uvas, aspectos da paisagem e motivos bíblicos, tratados, quasi sempre, com paixão naturalista, constituem um agradável atractivo para os olhos e uma linda manifestação de realismo.

A arte seiscentista, portanto, sem altas fulgurações, sofreu com as contingências materiais e políticas da vida social, mas nunca desceu a ponto de nos fazer crer no esgotamento da seiva artística da Nação e no declínio das suas infinitas virtualidades criadoras.

O século XVII tem sido um dos mais discutidos da nossa história. Nem sempre, porém, essa discussão se tem mostrado lúcida e impessoal, e muitas vezes sucedeu que os problemas suscitados pela vida desta centúria não foram realmente o pomo de discórdia, e o pleito resultou mais das próprias ideas políticas dos críticos ou das

⁽¹⁾ J. Cardoso Gonçalves, *Uma jóia da Iluminura Portuguesa (Estudos Nacionais, vol. VI)*.

suas simpatias ideológicas. Os juízos sôbre valores literários, sôbre o movimento das ideas ou sôbre a vida política e artística, contêm já de si um inapagável coeficiente de subjectividade, mas essa contingência valorativa propende a tomar incremento prodigioso se o julgador se comunica aos factos, desfigurando-os pela intromissão perturbante das suas pessoais afeições.

Neste breve ensaio, nós não renunciámos, certamente, ao nosso ponto de vista — como não podia deixar de ser — mas tivemos a constante preocupação de repudiar sectarismos, de inferir com cautela e de só emitir aquelas ilacções que os factos autorizassem. Êste método de trabalho levou-nos, em primeiro lugar, a lançar no olvido tudo o que não foi definidor do seiscentismo, tudo o que traduzia actividades nulas, tudo, enfim, que não tinha história. A nossa análise incidiu sôbre o honroso espólio que, após esta selecção, ainda felizmente nos resta.

Seria inútil e estéril dispendir tempo, por exemplo, a percorrer a chamada lírica gongórica, quando ela tem uma significação negativa e nos demonstra apenas que a poesia lírica, em geral, não existiu no século XVII. E contudo tem havido historiadores de literatura que dispensam uma atenção demorada àquelas futilidades métricas e passam a tôda a pressa ao lado de algumas interessantes inovações literárias do seiscentismo. ¿De que serviria, especialmente em ensaio desta natureza, insistir de novo na fertilidade inventiva de Fr. Bernardo de Brito em matéria histórica, se êle, qualquer que seja o sentido nacional e lingüístico da sua obra, não só nada trouxe de novo ao género que cultivou, como até o diminuiu? E' verdade que em Alcobça divisa-se, ainda assim, um investigador como Francisco Brandão, que Herculano justamente rehabilitou, nêle haurindo elementos para a sua *História de Portugal*. Mas êste ponto luminoso não basta para clarear a sombra espessa que mancha a historiografia alcobacense.

E, pensando no quinhentismo, medimos melhor a queda brusca da épica do tempo. Editados neste século dezenas de vezes, *Os Lusíadas* avivaram a labareda nacionalista que cada vez mais envolvia o país, mantiveram na alma dos poetas épicos o amor sagrado da Pátria e de suas glórias, mas tudo isso não impediu que a épica seiscentista, artisticamente falando, caísse no apagamento. Só quási negações, retrocessos e, nestas paragens da literatura, nada de novo e progressivo, segundo parece. Todos os homens e obras

que passaram submetidos a êste signo humilhante não viveram, de facto, quanto à sensibilidade e à inteligência, e apenas merecem o esquecimento da história. Ficaram submergidos e nada mais haveria a dizer se dos escombros não emergissem radiosamente alguns luminares da arte literária que neutralizam a soberania da mediocridade. São êles as fulgurantes personalidades de Sousa e Lôbo, de Bernardes e Vieira e ainda de Melo. Os dois últimos enchem o seiscentismo de brilho e glória. Não foram simplesmente conservadores, imitadores ou continuadores do passado. Trouxeram para a literatura uma herança nova, progrediram, numa palavra, *inovaram*. São todos êles, com os seus defeitos e fraquezas, os verdadeiros expoentes do século. Fora de Lôbo, Bernardes, Sousa e Vieira, tudo é circunstancial. A literatura seiscentista vale o que valer esta pléiade de escolhidos que ficaram e bastam, na verdade, para a grandeza duma época literária. Apesar da sua refulgência, êstes escritores nem sempre têm sido vistos no conjunto do seu vivo personalismo pelos panegiristas e detractores do seiscentismo. O rasto que deixaram, por exemplo, na oratória sagrada, na crítica literária, na mística cristã e na epistolografia, sempre há-de prevalecer. A nossa literatura é rica de valores, e o Século da Restauração mantém-se dentro dessa costumada ordem tradicional.

Já nas produções filosóficas eram mais modestas as tradições nacionais. Não tivemos agora homens da categoria mental de Descartes ou Spinoza, mas isso é perfeitamente concordante com o feitio de um povo essencialmente lírico, que não produziu, em tempo algum, qualquer filósofo de génio. A Universidade, que, graças à Companhia de Jesus, se transformou em foco magnífico de nacionalismo, também foi, por alguns anos, o centro de laboração filosófica dum pensador de renome europeu: Suarez. Nenhum dos seus discípulos o igualou, é certo, e, à medida que nos aproximamos do fim do século, a escolástica, a tomista e a suarista, passava de moda na Europa e, com a aceitação dada aos pensadores modernos, presença-se o declínio da sua secular popularidade. Os seus propugnadores assistiram impassíveis ao alastrar da «modernidade» e não se levantaram para refutar os seus êrros e contestar as suas teses. Também não quiseram firmar a sua solidez com o natural aproveitamento dos novos recursos científicos. As sêcas disputas dialécticas chegavam para satisfazer êsses metafísicos da silogística. Como reconhecem os próprios historiadores da escolástica, estava,

portanto, chegada a sua última hora. Mas entenda-se: eles morreram, mas o tomismo e o suarismo *ficaram*.

Hoje, a história do pensamento, já os postou no seu devido lugar e admite-se que no tomismo haja um misterioso surto de perenidade. Quere dizer, o seiscentismo, que não foi criador de qualquer novo sistema de ideias, inspirou-se num ideário tão rico que ainda hoje tem actualidade. Cabe-lhe ainda a glória de ter conseguido que, entre nós, prevalecesse a supremacia do espírito e da vida supra-sensível, evitando-se assim o conflito do panteísmo, que, já então, iniciava essa híbrida tentativa metafísica de escravizar Deus à matéria.

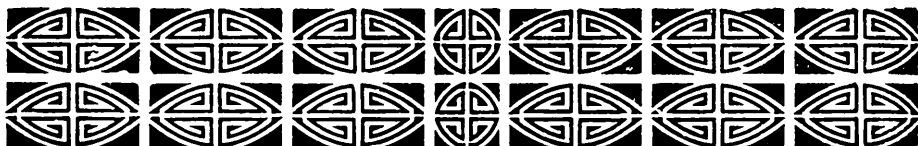
Por consequência, as conclusões referentes à actividade literária e mental, consideradas as circunstâncias históricas e os hábitos intelectuais do país, nada encerram de depreciativo e até, pelo contrário, acusam, em alguns casos, um acréscimo de glórias. Entre elas figura, indiscutivelmente, a criação da *língua clássica*, legado de alto valor, instrumento de expressão e comunicação que vastamente concorreu para o enriquecimento da linguagem de alguns dos maiores escritores dos séculos XIX e XX. O seiscentismo recolhe, orgulhosamente, esta distinção, sem se importar com os obscuros cultores do verbalismo gongórico, que não contam para nada, razão não havendo, assim, para que tanto se fala deles.

A pureza clássica das ideias e da linguagem dos grandes escritores alia-se interessantemente à actividade artística, que também decorreu harmoniosa e regular. Na arquitectura, a combinação equilibrada do clássico e do barroco traz-nos a deliciosa surpresa de trechos arquitectónicos cheios de elegância e sobriedade. Da iluminação ficou-nos um código precioso que é hoje reputado, em toda a parte, exemplar de raro valor artístico. Mais acima ainda, está o génio do imaginário português Manuel Pereira, cujo nome a história da escultura peninsular sempre registará com desvanecimento. Quantitativamente pouco, mas, qualitativamente, notam-se algumas novidades. Aperfeiçoa-se o azulejo e domina, especialmente na arquitectura, um gosto estético inteligente. Verificou-se o respeito pela harmonia do passado e casos houve de progresso artístico.

A esta conduta honrosa e natural nos domínios da inteligência e da sensibilidade, há que acrescentar o repúdio da sujeição filipina, que pressupõe a existência de nobres energias morais e patrióticas.

A Nação, que afronta o esgotamento procedente da expansão oceânica, o desastre de Alcácer e o depauperamento interno operado pela má governação dos monarcas estrangeiros, e que, ao mesmo tempo, à margem de tôdas as provações e desditas, cria uma literatura de real merecimento, e não fica inactiva na arte e na filosofia, como verificamos, viveu, sem dúvida, um momento feliz da sua evolução histórica. Olhemos, portanto, com mais veneração e complacência para o Século da Restauração, tributemos-lhe uma bem merecida simpatia intelectual e, em nome da razão histórica, tenhamos a alegria e a franqueza de reconhecer que o seiscentismo foi digno de Portugal.





D. JOÃO V

por ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

TEM sido êste monarca um dos que mais ódios têm suportado, desde que alguns historiadores se propuseram atacar sistematicamente o seu reinado para exaltarem o governo do Marquês de Pombal, no reinado seguinte. No século passado poucos foram os que, ao abordarem o estudo da figura dêste Rei, não o atacaram de qualquer modo, procurando desfazer-lhe a reputação à luz das ideias e preconceitos do século XIX. Tem-se dito, repetindo Gustavo Le Bon, que uma instituição, um homem, uma ideia, para bem se compreenderem precisam da localização na sua época; sem a apreciação com as vistas do seu próprio tempo todo o juízo a respeito dum Rei deve, fatalmente, sair falso. De resto em história é preciso antes de mais nada fazer basear qualquer juízo sobre documentos comprovativos. E não é o que se tem feito com D. João V.

De entre os historiadores que mais a fundo se propuseram demolir tudo quanto pudesse concorrer para a apreciação serena daquele monarca, creio que nenhum foi tão violento como Pinheiro Chagas. Na sua história não há imparcialidade; a figura notável de El-Rei não é criticada à luz de documentos fidedignos, ou, à falta dêstes, segundo as obras que dele ficaram. E depois de o lermos, por muito desejosos que estejamos de fazer justiça ao Monarca, fica-nos a impressão de que êle não tem reabilitação possível. Na peugada de Chagas vieram outros historiadores, dos quais o mais violento nas suas diatribes não podia deixar de ser Oliveira Martins. De então até hoje todos têm procurado exceder-se nos seus ataques e nos seus insultos, como se entre êles e o Rei *Magnânimo* houvesse qualquer questão pessoal. Modernamente Fortunato de Almeida e Alfredo Pimenta reivindicaram corajosamente para o Monarca um lugar muito acima do que geralmente lhe é atribuído nas histórias existentes; e António Sardinha, com aquela sua veemência peculiar,

insurgiu-se por diversas vezes contra o silêncio sistemático feito à volta da obra construtiva de D. João V, contra a calúnia e contra a deturpação de alguns dos seus actos.

Fazer a reabilitação do Monarca, melhor, apresentá-lo à luz da verdade e despi-lo de toda a farragem da calúnia que o cobre, é obra árdua e morosa. Alguns, entre os quais os já citados, lançaram mãos à obra. Pela minha parte, desejoso de contribuir com o meu modesto esforço para o esclarecimento da verdade, vou acrescentar uma pequenina pedra tosca ao edifício que espero seja dentro em pouco grandioso e resplandecente como a verdade que deve reflectir.

Ainda em pleno período romântico e já quando os ataques à obra de D. João V eram mais violentos, um historiador consciencioso, em proficiente trabalho dedicado ao estudo do Marquês de Pombal, declarava ser o reinado de D. João V *un des plus remarquables de l'histoire du Portugal* (1). E se lança sobre o varatojano Fr. Gaspar da Encarnação, confessor de El-Rei, as culpas de alguns erros do fim do reinado, não deixa de reconhecer com coragem que êle não era *un personnage sans intérêt (...)* *ce prince qui prit le gouvernement pendant une guerre dont il eut à supporter les funestes suites durant huit ans, et qui se trouva engagé dans les négociations les plus délicates et les plus difficiles, ménageant toujours la vie de ses sujets plus que la sienne* (2).

Pinheiro Chagas, que escreveu posteriormente, não deixa de notar o facto e de censurá-lo, acoimando-o de «demasiadamente indulgente com D. João V» porque «se deixou guiar (...) pelas apreciações do visconde de Santarém».

D. João V foi um dos grandes Reis de Portugal; pode-se afirmar terem os seus actos governativos sido sempre ditados pelo bom desejo de servir o seu povo que desejava ver feliz. Já o disse: a apreciação duma figura da história precisa de fazer-se enquadrando-a na sua época e até no seu próprio país. E' preciso, por isso, rever tudo quanto até hoje se tem dito sobre êste Rei, para não ficarem juízos erróneos e não passar em julgado o que não tem bases nem consistência. E' de uso fazer-se, entre outras, as seguintes acusações ao Monarca:

Foi um fanático; gastou muitos milhares de cruzados com a Igreja e em obras piedosas, como a «sensaboria de Mafra»;

(1) Francisco Luiz Gomes, *Le Marquis de Pombal*, pág. 14.

(2) *Ob. cit.*, pág. 18.

Foi um perdulário; dissipou em mil e uma ninharias todo o ouro que anualmente recebia do Brasil;

Foi um devasso; todo o seu tempo se passava com amantes de tôda a ordem, com grave escândalo do povo;

Finalmente: foi um vaidoso; teve o delírio das grandezas e todo o seu desejo era imitar Luiz XIV, pelo que arruinou o Erário com as suas prodigalidades e magnificências.

Este é o libelo acusatório, em resumo.

Entre os variados compêndios e tratados de história de Portugal foi de uso ensinar-se que os Reis de Portugal foram fanáticos. E o ataque caía a fundo, geralmente, sobre D. João III, D. João IV, D. João V, D. Maria I e, dum modo geral, sobre a dinastia de Bragança. A D. João V têm-no apodado de fanático pela protecção dispensada às coisas da Igreja, como Rei profundamente católico. Tal protecção, como o provam as questões que por vezes teve com o Vaticano, de modo algum provam abdicação formal ante Roma. Construiu igrejas, dispensou largos proventos com o culto, por entender ser essa a melhor forma de o dignificar. Numa época, minadíssima pelas variadas doutrinas anti-católicas e até mesmo anti-cristãs, em que por tôda a Europa principiavam a soprar os ventos que levariam à Revolução, isto agravado com irregularidades de certa parte do clero, dissoluta e irreverente, não é de estranhar que o Rei de um país católico entendesse do seu dever erguer o culto a mais elevado nível e pretendesse dar-lhe a dignidade que êle merecia.

Gastou muito dinheiro; a culpa, se a houve, parece dever imputar-se aos que, conhecendo-lhe o ânimo liberal, lho exigiam; e nesse ponto Roma não está isenta de culpas, sobretudo pelo que respeita aos cardiais com quem o monarca tratou. Mas para despendar somas tão largas como as que lhe pediam, não consta tivesse contraído empréstimos ruinosos, como hoje é lei corrente em todo o mundo; gastou o que possuía, e maiores despesas se fizeram posteriormente no período constitucional, com fins bem menos dignos e menos honestos.

O ouro que vinha do Brasil nem todo foi «para Roma custear o preço de concessões valiosas», no dizer injusto de Oliveira Martins. Construções grandiosas ou úteis mandou El-Rei fazer, a-par do que gastou na protecção à nossa raquítica indústria.

Si les industries ne furent point florissantes sous le règne de D. João, il ne faut pas l'attribuer aux vices de son administration ou à ses folles dépenses. Il donna aux industries toute sa protection dont il était capable,

si c'est une protection toutefois, que de construire des fabriques et les subventionner. Le Marquis de Pombal, qui dans l'opinion des accusateurs de D. João, fut un grand protecteur de l'industrie, n'en donna pas d'autres (1).

E o sr. António Sérgio, que é absolutamente insuspeito e que, a-pesar-de tantos juízos discutíveis, tem visões de alta justiça para os nossos Reis, escreve algures:

«Cumpre dizer-se, no entanto, que procurou D. João V fomentar as artes e as sciências, suggestionado, como é natural, pelos homens eminentes da sua época, — porque, por muitos ridículos que mostrasse a sociedade do seu tempo, é de justiça não esquecer que do segundo têrço do séc. XVIII, e até ao fim desta centúria, tivemos uma elite de primeira ordem, os homens «estrangeirados», que prepararam o marquês de Pombal e de quem êste não esteve à altura» (2).

Não foi, pois, mal gasto o dinheiro, o «ouro do Brasil» com que tantos enchem a bôca; num volume, citado por Fortunato de Almeida na sua *História*, faz-se a enumeração de tôdas as disposições importantes que D. João V tomou em favor da indústria.

«He obra sua o Arsenal de Lisboa para a fabrica dos navios; o engenho de cortar madeira, que se fez perto de Leiria, e he de huma grande maquina, e mais admiravel, pela facilidade com que nelle divide em taboas as mais grossas madeiras, só pela agitação de vento. A fabrica do papel da Louzã. A da seda, (...) em que se trabalha com tanta perfeição, que não cedem os tecidos ás mais delicadas, e vistosas sedas, e a todo o genero de tela, tessús, e estofos de ouro, e prata, que se lavrão nas mais celebradas fabricas da Europa. A dos vidros, attanado, e marroquins, tambem são do tempo do governo do Senhor Rey D. João V, não cedendo estes aos que vem de Barbaria, nem os attanados aos que se communicão de outras terras estranhas. Igualmente animou as antigas manufacturas dos panos, que havia na Covilhã, fazendo fabricar desde o anno de 1710 todas as fardas das suas Milicias, de melhor qualidade, e duração, do que erão as que vinhão dos Paizes mais remotos, assim pelo que respeita ás grossas, como pelo que toca às miudas.»

E continua o informador:

«Introduzio tambem a fabrica das armas e peças de artelharia; e

(1) *Ob. cit.*, pág. 21.

(2) *Guia de Portugal*, vol. I, pág. 54.

novos, e bem introduzidos armazens, augmentados com excellentes obras ao moderno, tanto em Lisboa, como na Praça de Estremoz, em que se estão vendo por ordem distribuidos todos os instrumentos Militares, para o serviço da campanha na terra, e no mar, com hum prodigioso numero de armas, e corpos, que pela boa forma, e aceyo, com que se conservão, fazem perder o horror, que infundem pelos seus horribéis effeitos. Alem da introdução destas manufacturas, se apurarão muito as artes liberais por occasião das imensas obras, que Sua Magestade mandou fazer em toda a sorte de trabalho; especialmente quanto toca a alvenaria, e cantaria, em que se admirão pedras tão bem lavradas, que não he facil imitarem-se, e muito difficultoso excederem-se. Todo o lavor de prata, e ouro de obra tão perfeitamente, que não faz invejado o mais polido, que vem de outras nações (...). Até para ennobrecer as artes liberais, assistio Elrey ás manufacturas de algumas mandou ir ao Paço a nobre Arte de Impressão, fazendo na sua Real presença compor os caracteres, e imprimir: e como conhecia, que esta Arte he o instrumento das sciencias, porque ao seu beneficio se deve a conservação dos escritos; procurou muito, que se adiantasse a sua perfeição (...) Vio tambem o modo, com que se fabrica a moeda, assistindo ao ensayo, e cunho, e com a sua singular viveza fez todas as reflexoens, que só poderião caber na pericia dos mais destros operarios» (1).

Mais ainda: para proteger a indústria do papel em beneficio da antiga fábrica da Louzã, proibiu a exportação de trapo por alvará de 19 de Abril de 1749; a 25 de Fevereiro de 1734 era concedida ao francês Robert Godin licença para estabelecer uma fábrica de lavar sêdas a ouro, prata e matizes; e como passado algum tempo o industrial, vendo-se embaraçado com a falência a ameaçá-lo, fechasse a fábrica, D. João V intimou-o a pô-la a funcionar dentro do prazo de 30 dias, «sob pena de mandar avaliar a fábrica e o seu material, depositar o valor em juízo para ser entregue a quem pertencesse, e prover quanto à conservação e aumento da fábrica» (2); a 18 de Fevereiro de 1736, para beneficiar e proteger a fábrica de curtumes de Povos, concedeu-lhe isenção de direitos na matéria prima do seu trabalho; por decretos de 23 de Se-

(1) Francisco Xavier da Silva, *Elogio Funebre e Historico...*, apud Fortunato de Almeida, *Historia de Portugal*, tomo v, pág. 353.

(2) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, pág. 373.

tembro de 1713 e 11 de Março de 1716 impôs aos corregedores das comarcas a sementeira dos baldios, e quando se criou o Patriarcado fez-lhe largas doações de baldios para os cultivar, no desejo muito justo de aumentar os seus réditos.

A sua protecção ao Exército e à defesa nacional, que muitos dizem foi nula, manifestou-se com a fundação das Academias militares de Elvas e de Almeida, com a reedificação da praça de Campo Maior, com a fundação da fábrica de pólvora da Barcarena, ainda hoje existente, e com a dos arsenais de Lisboa e de Extremôz.

Um Rei que procede dêste modo, embora tivesse esmagado *tout le monde sous le poids de sa magnificence* (1), não pode sem injustiça apoiar-se de perdulário, quando tantos outros, como Luiz XV encontram hoje quem defenda e justifique até os próprios esbanjamentos do tesouro francês.

*

O século XVIII é, com justiça, considerado o do reinado da galantaria, eufemismo que encobre o maior desregramento de costumes de que há memória depois da extinção do Império Romano. Campeou infrene a imoralidade no século de Oitocentos, mas devemos ser justos na apreciação dêste facto. O defeito do século esteve apenas em mostrar-se às claras; poderão assacar-se-lhe muitos defeitos; o de hipocrisia é que não se pode, sem injustiça, imputar-se-lhe. E' verdade que, bem vistas as coisas, não podemos considerar os outros séculos, anteriores ou posteriores, de maior moralidade, pois bem conhecidos são os costumes dissolutos da Assíria, da Grécia da decadência e da Roma imperial, como também se conhece a dissolução de costumes do Império Bisantino e do Renascimento. A Idade Média é um parêntese entre a Roma dissoluta do século V e o desenfreamento doirado das paixões que a Reforma desencadeou. O século XVIII, porém, teve o mérito de ser mais requintadamente sensual, dando ao culto da carne uma elegância que lhe tira grande parte da sua abjecção.

E' falso, contudo, que tal dissolução se limitasse às classes elevadas, particularmente à Realeza. Clero, nobreza e povo comungavam no mesmo culto de Vénus, e todos sabem o que foi o século XVIII em França desde a famigerada Regência até ao final do reinado de Luiz XV; no fim do século tornou-se retumbante de fama europeia a corrupção do período

(1) Francisco Luiz Gomes, *ob. cit.*, pág. 19.

do Directório. Na Inglaterra, na Alemanha, na Espanha não era mais frequente a virtude. E Portugal, praia tranqüila em que vêm desfazer-se as ondas que atravessam o mundo, chegando aqui com a sua impetuosidade inicial perdida, não podia deixar de acompanhar a corrente. Mas para honra nossa os desvários amorosos nunca atingiram neste país a grandiosidade no vício e o delírio grandioso da França de Luiz XV.

D. João V foi realmente um homem leviano, sob o ponto de vista sentimental. Sabe-se que teve vários filhos bastardos, dos quais os mais conhecidos foram os meninos da Palhavã, e conhecidos foram também os seus amores com a Madre Paula de Odivelas e a Margarida do Monte, pelo menos. Se lhe cumpria dignificar o princípio que incarnava e o lugar que desempenhava, ser recatado nos seus actos affectivos e mais severo na repressão dos costumes, também é certo que as amantes não foram para êle mais que mero passatempo sem nenhuma influência nos negócios do Estado; não vieram a ser uma espécie de rainhas à maneira da Marquesa de Pompadour ou da Condessa de Dubarry. Ao atacar Soriano pela sua crítica severa a D. João V, Francisco Luiz Gomes, a-pesar da sua austeridade, vai mais longe, dizendo que êle *se rendit seulement coupable de quelques fautes de jeunesse que personne, d'ailleurs, n'eut envisagées d'un œil aussi sévère, et qui ne furent marquées d'aucune turpitude, pas plus qu'elles n'exercèrent une grande influence sur sa vie publique* (1).

Evidentemente é censurável a vida galante do Rei, mas é sobretudo a sua acção política que deve interessar o historiador. De resto César não é menos ilustre general, grande político e brilhantíssimo escritor por ter levado vida de escandaloso deboche; a devassidão de Alexandre fica inteiramente ofuscada pela sua obra; Luiz XIV não é menos grande como político e protector das artes e das letras por ter tido vida desgraçada e até escandalosa. Querer julgar certas figuras por forma semelhante revela ausência absoluta de senso crítico e do conhecimento da função do historiador perante as grandes figuras da história.

Se não podemos desculpar em absoluto ao Rei *Magnânimo* as suas aventuras sentimentais e a vida solta que levou, tampouco poderemos, sem injustiça flagrante, fazer recair sobre êle o pêso de toda a nossa cólera ou do nosso desprezo por actos que apenas interessavam ao homem embora êste se esquecesse às vezes de que era monarca. Dar apenas relêvo a esta faceta da personalidade do Rei pondo de parte

(1) *Ob. cit.*, pág. 21.

tôda a obra admirável que realizou, revela unicamente propósito obstinado de, através do Monarca, se atingir a realeza. E isto talvez explique tudo...

A acusação de megalómano é a mais corrente, por ser sempre repetida de outiva. Serve de cavalo-de-batalha para isso o famoso convento de Mafra que, se não é de esmagadora beleza e não pode senão vagamente ser comparado ao palácio de Versalhes, é, todavia, um exemplar acabado do que de melhor se poderia fazer então em Portugal, como equilíbrio, perfeição e imponência. A êsse magnífico templo juntaram-se outras construções entre as quais é justo salientar o aqueducto das Águas Livres, ainda hoje admirado. O próprio Sr. António Sérgio reconhece o amor do Monarca pelas artes, dizendo que êle procurou «fomentar as artes e as sciências sugestionado, como é natural, pelos homens eminentes da sua época» ⁽¹⁾.

Não foi, pois, D. João V o megalómano e o perdulário das variadas histórias de Portugal, que ocultam os factos que dignificam os Reis e dão realce propositado às misérias humanas que pouca ou nenhuma influência tiveram na vida da nação. Como protector das letras também a sua acção foi das mais notávis; o decreto de 8 de Dezembro de 1720 criou a Academia Real da História, em que brilharam Rafael Bluteau, autor do *Vocabulário*, D. António Caetano de Sousa, o compilador da formidável *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, subsidiada pelo próprio Rei, Diogo de Barbosa Machado, autor proficiente da *Biblioteca Lusitana*, o P.^o António dos Reis, que escreveu o *Corpus Poetarum Lusitanorum*, o Marquês do Alegrete, que veio a escrever a *História da Academia Real da História Portuguesa*, Francisco Leitão Ferreira, autor das *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*, D. Jerónimo de Contador Argote, o conhecido autor das *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, José Soares da Silva, que escreveu as *Memórias para a História (...) d'El-Rei D. João I*, o P.^o D. Luiz Caetano de Lima, compilador da *Geografia Histórica de todos os estados soberanos da Europa*, Manuel Pereira da Silva Leal, autor das *Memórias para a história eclesiástica do Bispado da Guarda*, Fr. Pedro Monteiro, que escreveu a *História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas Conquistas*, e o dr. Alexandre Ferreira, autor das *Memórias Históricas de algumas Ordens Militares*. A acção desta doughty Academia foi notabilíssima.

(1) *Loc. cit.*, pág. 54.

«Com a diligente cooperação dos seus indivíduos, — diz o Prof. Fídelino de Figueiredo — com o favor do rei que algumas vezes fez reunir a Academia no paço e na sua presença, com largueza de meios, assegurados desde o seu início, por decreto de 6 de Janeiro (de 1721) que concedeu o estipendio annual de 1.000\$000, importantíssimo para o tempo, a nova corporação floresceu e chegou a fazer exercer a sua influencia fóra do recinto das suas conferencias. E assim representou ao rei sôbre a conservação dos monumentos antigos e conseguiu a publicação do decreto de 14 de Agosto de 1721, onde se determinava que ninguém destruísse ou encobrisse estatuas, marmores e cippos dos mais antigos tempos até D. Sebastião e que as Camaras comprassem todos os monumentos, que apparecessem em bocca de venda. Sem comminar penas e sem meios de acção efficazes para a sua execução, o decreto não terá sido de grande utilidade. Mais seguramente util foi para a Academia o privilegio, concedido pelos decretos de 29 de Abril de 1722, de poderem os academicos publicar suas obras, sem intervenção da mesa do Desembargo do Paço, quando approvados pela censura academica, regalia notavel pela perda de tempo que evitava, tornando mais expeditos os trabalhos, e pela categoria que reconhecia á corporação que assim conseguia em seu proveito fazer que se revogasse uma lei bazilar da monarchia » (1).

E tal foi a sua influencia que passou as fronteiras do reino chegando talvez, no dizer do mesmo illustre professor já citado, a sugerir a fundação da douta Real Academia de la História, de Madrid.

A acção de El-Rei ia fazer-se sentir benêficamente sôbre a vélha Universidade de Coimbra, já dotada com a magnífica sala da Bibliotheca, quando o monarca adoeceu; isto impediu-o de levar por diante a reforma projectada que mais tarde veio a efectuar o Marquês de Pombal, embora em moldes diferentes e com vistas antagónicas às de D. João V.

Ainda no campo do ensino criou El-Rei, como já atrás se disse, as duas Academias militares de Elvas e de Almeida, as quais não conseguiram, a-pesar-de tudo, levantar o Exército da decadência em que se encontrava após a guerra da Sucessão de Espanha, e levado pelo seu amor às artes — a grande preocupação da sua vida — criou em Roma a Academia de Portugal para os alunos de Belas Artes.

Manuel Bernardes Branco, que nem sempre se manifesta favorável

(1) *Historia da Litteratura Classica*, vol. II, pág. 256.

ao Rei, diz-nos que «o ensino no tempo d'el-rei D. João V era uma cousa séria, e são quasi innumeraveis os portuguezes distinctos nas letras, tanto em Portugal como no estrangeiro. Então, encontravam-se compatriotas nossos fazendo observações astronomicas, tanto na Tartaria, como em Pekin, e n'outros muitos pontos. Então um grande numero de portuguezes estavam ensinando nas universidades estrangeiras. Então muitíssimos compendios feitos por portuguezes, eram espontaneamente adoptados nos outros paizes para o ensino!» ⁽¹⁾

E em outra passagem da mesma obra acrescenta :

«D. João V falleceu no dia 31 de Julho de 1750. Dizem que houvera difficuldade em se encontrar o dinheiro necessario para o enterro. O rei de Portugal fôra um gastador de quantias fabulosas. Lembremo-nos, porém, da grande protecção concedida ás artes e ás letras, e que o nome d'este rei é immorredouro, porque o immortaliza a fundação de tantos monumentos perduráveis, verdadeiras maravilhas em todos os tempos, e como tal consideradas até pelos estrangeiros» ⁽²⁾.

*

Depois do exposto não me parece acertado considerar o reinado de D. João V «beato e devasso» no dizer de Oliveira Martins, ou «reinado fallaz» na opinião do romancista Pinheiro Chagas. Não posso saber de certeza desde quando data êste sistemático ataque a um dos Monarcas mais inteligentes de Portugal; creio, porém, que se iniciou a deturpação dos seus actos ainda em vida do Rei, quando alguns indivíduos despeitados ou suspeitos de heresia o atacavam na sombra ou se retiravam para o estrangeiro para escapar à acção da Justiça Real ou do Santo Officio. Seguindo-lhes na peugada vieram logo os panegiristas do Marquês de Pombal; êstes parecem não poderem perdoar ao Rei *Magnânimo* ter desprezado os talentos em potência do futuro ditador por quem El-Rei nutria certa antipatia talvez como consequência dos seus actos diplomáticos. E atrás dos panegiristas de Pombal vem a grande coorte dos romancistas históricos, dos democratas extremistas que vêem em D. João V a quintessência da realeza odiada, os cétricos e os indiferentes.

Faleceu o monarca em 1750, meava o século XVIII, e até hoje só parece-

⁽¹⁾ *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885, pág. vii.

⁽²⁾ *Ob. cit.*, pág. 277.

larmente tem sido feita a reabilitação de tão grande soberano que aguarda ainda o trabalho definitivo a D. Maria I dedicado pelo Dr. Caetano Beirão e a D. João III consagrado pelo Dr. Alfredo Pimenta, duas obras notáveis pela serenidade, pelo equilíbrio e pelo senso histórico. Mas porque já houve quem remando contra a maré do lugar-comum tentasse repor essa figura notável no pedestal que lhe é devido, aqui inscrevo os nomes desses homens, que corajosamente atacaram de frente a deturpação histórica: o ilustre Visconde de Santarém, no *Corpo diplomático*, defende vigorosamente a memória de D. João V; e êle, que fôra ministro de D. Miguel I, sabia bem de que armas a calúnia pode valer-se para demolir uma reputação; Francisco Luiz Gomes, já citado algumas vezes neste trabalho, e que só por alto pôde referir-se-lhe no estudo notável que escreveu sobre o Marquês de Pombal; Manuel Bernardes Branco no *Portugal no tempo de D. João V*, a-pesar-de partilhar os preconceitos liberais do século passado, tem palavras de justiça para o Monarca a quem chama «Rei verdadeiramente amantissimo de tudo quanto era glorioso para Portugal», que «emprehendeu e levou a cabo muitas obras grandiosas, convencido de que assim o nome portuguez echoaria triumphantemente nas mais remotas regiões» (1); Inácio de Vilhena Barbosa, que enumera muitas das grandes obras a êle devidas; o malogrado e probo historiador Fortunato de Almeida, exaustivo no estudo que a êste reinado dedica na sua *História de Portugal*; António Sardinha, que lhe consagrou um dos seus ensaios mais interessantes; o sr. António Sérgio, cujas palavras de justiça e de bom senso já citei; e por fim o de Alfredo Pimenta que, num livro para o ensino secundário, se manifesta categórico e preciso na sua apreciação ao reinado de D. João V.

E' preciso encarar definitivamente a figura dêste Monarca, não com meros intuitos panegíricos tendentes a exaltar um princípio ou uma idea, mas por simples questão de justiça e de verdade histórica; se é censurável a omissão do que possa contribuir para elevar uma figura da história, igualmente o é o elogio sistemático; ambas as atitudes são contrárias à justiça e só podem servir para induzir em êrro quem venha à história buscar lições de serenidade e equilíbrio que as atitudes preconcebidas lhe não podem dar. Como já notou António Sardinha «sucede com o seu reinado (de D. João V) o que sucede com o de D. Maria I,—

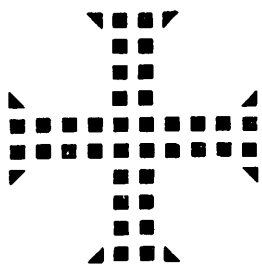
(1) *Ob. cit.*, pág. vi.

um e outro sacrificados à exagerada auréola que circunda o Marquês ». E a propósito devo dizer que o Marquês de Pombal é das nossas figuras históricas uma das que poucos têm podido encarar de frente e com serenidade. Daí os juízos antagónicos que enchem as páginas das variadas histórias com curso legal hoje e noutros tempos e que pecam por exagerados extremos.

Se os nossos Reis têm sido tantas vezes mal apreciados e mal julgados por quem devia encarar os factos impessoalmente, isso deve-se a não os terem considerado até hoje como homens e como tal sujeitos às fraquezas inevitáveis a tôda a argila humana. Mas a verdadeira imparcialidade reside não só em não ocultar as fraquezas tôdas humanas, mas também em se trazer à luz do dia todos os actos dignificadores que possam fazer esquecer tais fraquezas. Nem por estar num trono se está menos sujeito aos embates do tumultuoso mundo, e Marco Aurélio, com todo o seu estoicismo, não pôde furtar-se ao acto degradante de perseguir os indefesos cristãos. Se D. João V teve faltas como homem, elas não foram, como já acentuei, culpa exclusiva da sua natureza humana, mas do próprio século em que viveu. É realmente necessário estar-se completamente possuído por uma idea para, como o Infante D. Henrique, esquecer o mundo e os homens. Mas no século XVIII havia muito que tinham passado os tempos heróicos. Se o Rei teve faltas, erros e defeitos, teve também muitas e notáveis qualidades. E a atestá-lo está a obra que empreendeu enquanto teve a direcção efectiva dos negócios do Reino e que mais tarde o Marquês de Pombal comprometeu por professar ideas opostas às do Monarca.

De resto é pelos actos que se apreciam os homens, e a memória do Rei *Magnânimo* não pode envergonhar-se dos que El-Rey praticou como Chefe do Estado Português ao qual quis ver sempre dignificado e respeitado não só pelos fracos, mas também pelos poderosos. Outros fôssem os seus colaboradores e por certo outro seria o curso da história de Portugal.

Emquanto não chega a hora plena da justiça eu quero trazer esta pequenina pedra que se mais outro mérito não tem (como creio) possui, ao menos, o da justiça. E, releve-se-me a imodéstia, êsse já não é pouco.



Mousinho

*Terra de Portugal,
tão curta és que os olhos de um zagal
te podem abranger, tontos de azul,
se do cimo do outeiro
o zagal fica a olhar;
de um lado terras sêcas te limitam
(de lá nunca nos veio
bom casamento ou vento)
— mas do outro lado é o Mar!...*

*Lá para além do mar há terras nossas,
a Fé e o Império no-las foi criando
e tão nossas ficaram
pelo sangue, pela alma,
que até hoje por nossas se guardaram
entre ansiosas cobiças erriçadas
que as espreitam gulosas.*

*São as nossas províncias
— oh! desterrai de vez
o nome vil colónias,
que não é português! —
mas se ainda agora as temos
o devemos àqueles
cavaleiros heróicos
que elevaram no mundo o nosso nome
em época tão triste,*

*quando as gentes dormentes cabeceavam
e a tais gentes dormentes governavam
ora o gato de um velho,
ora um advérbio morno.*

*Foram êles, os novos Amadises,
gentilíssimos ânímos
de modernos lusiadas
(alguns já nos morreram,
outros, o que é mais triste, envelheceram,
mas há um sempre moço e sempre bravo!)
foram êsses rapazes
que, numa Europa chata de caixeiros
e lojistas de Estado,
resgataram a nossa decadência
em tempo tão mesquinho,
e fizeram com que êsse
César do férreo norte
que amava as artes bélicas
a seus braços chamasse
o capitão Mousinho!*

*Mousinho, meu patricio,
glória entre puras glórias,
alto deslumbramento
da minha juventude!
Filho desta província bem-amada
e tôda tôda tôda povoada
de mosteiros, castelos e Memórias!*

*Por ti, Mousinho, invoco
os lugares sagrados
desta pequena pátria que adoramos
na grande, a de confins ilimitados:*

— *Alcobaça, êsse berço
de Portugal menino;
Batalha, a Vila Heróica,
Memória da Vitória;
Tomar — o povo cresce, o povo embarca...
E à roda destas pedras
encharcadas em alma
o Pinhal do Rei canta
com as ondas do mar!...*

*Mousinho: Portugal
bem-nascido de novo;
Cavaleiro, letrado e gentleman
tão fidalgo e tam próximo do povo
que eu o vi de jaleca e chapéu largo,
enrolando um cigarro
e dizendo, com o seu sorriso que era
o de um intelectual
e o mais fino de todo o Portugal:
— Ah! como maça a gente o ser-se herói...*

*Ó selva de infinitos Gungunhanas,
Lisboa das centrais repartições!
Fôste o novo Albuquerque,
destituído de honras e funções
e ficando, nostálgico do mando,
ocioso a uma esquina do Chiado,
cheio de glórias e desempregado!*

*E a tua gentilíssima cabeça
(teus olhos melancólicos de sonho
eu vejo-os nos painéis)
ia ser rebentada pelas balas*

*que época semelhante
te disparou tão crua,
quando sentias saudades
dêsse Além-mar que amaste,
onde brilhara a espada deslumbrante
que era feita de Espírito,
e onde o claro juízo
da tua mente de Governador
empregara o amor
do mais puro heroísmo militante!*

*Então, num trem de praça,
— e com quanto desdém, quanto dandismo! —
herói, te lançaste ao abismo,
só de bem com a tua alma
e com tua Mulher cheia de graça.*

AFONSO LOPES VIEIRA.

Do livro, no prelo, *Onde a terra se acaba e o mar começa.*



PER SIGNUM CRUCIS

*Em tempos que já lá vão
havia o costume
muito cristão:
fidalgo ou mesteiral,
começavam todo o trabalho, e tôda a oração
que em labor se traduz,
pelo Sinal
da Santa Cruz.*

*As mãos que amassavam o pão
e acendiam o lume,
que lavravam e semeavam a terra,
e faziam a guerra;
as mãos que erguiam a casa e teciam o linho,
e as que transformavam o vinho,
pelo poder do Espírito, no sangue do Salvador;
e as que saravam as feridas;
e as duras mãos do serrador;
e as da comadre que assistia às paridas;
e as que fundiam os sinos
e bafiam na bigorna as ferraduras;
e as que davam açoites nos meninos
por suas azougadas diabruras...
— invocavam a Jesus
no santo Sinal da Cruz.*

.

*— Portugal se persignou,
e o Sinal da Cruz levou
às Indias e aos Brasis, como se viu,
e ao mundo inteiro
que primeiro
descobriu!*

.

*Fêz cristandade e justiça,
Portugal, civilizou.
— Porque trocou então
o símbolo da redenção
pela carabina do Buíça
que foi caçar o caçador Simão?
Sim! A espada de Mousinho ainda brilhou
lá nessa Moçambique portentosa,
como o raio num crepúsculo sem luz,
porque a mão gloriosa
dêsse lusíada derradeiro
a Deus e a Dom Portugal se encomendou
num amplo sinal da Santa Cruz.*

.
*Eras um velho, Dom Portugal, quando nasci,
de grandes barbas patriarcais.
Olhos mortiços, membros mirrados...
Assim te vi,
como os inúteis e reformados
senhores maiores e generais.*

*O «velho Portugal» tinha uma espada
de lata, e um elmo de papelão,
e uma armadura ferrugenta e amolgada,
e um manto de «lusitana» encarnada
com a gola e os debruns de pele de cão.*

*E fui crescendo, Dom Portugal, pensando em ti.
Rodaram anos de ilusões e desenganos;
Santo sudário dum grande Senhor morto...
O que eu sofri,
vendo o teu corpo torto a fingir de «Pôrto»
num dos cortejos dos «Fenianos»!*

*Portugalório dos comícios e das guitarradas,
era o bôbo fadista da Europa complacente!
Soltava o mundo doidas gargalhadas,*

vendo êste pobre a remoer glórias passadas
na «fremosa estrivaria» do presente.
Na adolescência, Dom Portugal, eu pressenti
que tu não eras tu: Eras diferente
do que uma vêsga história me ensinara,
e descobri
que sinistra impiedade maquilhara
a eterna fé cristã em ti latente.

Um desalento negro e apavorado
negava a História, o Sangue, a Fé e a Raça.
Foi nesse «clima» soturno e desvairado
que aos lusos se agarrou o triste Fado
com a sôfrega firmeza da carraça...

Arrastaste, Dom Portugal, pesada cruz
sôbre os teus ombros, derreado,
Até caíres no tremedal...

.
Pelo sinal da Santa Cruz
Ressuscitaste, Dom Portugal,
viril e forte como no Passado.

O Novo Portugal tem uma espada
de aço brilhante, de Toledo puro,
e usa a barba bem escanhoadá,
e tem no olhar o fulgor duma alvorada
que esbraseia os mistérios do Futuro.

Não sei, Dom Portugal, como foi isto:
mas um alto milagre fez o Céu
movido de infinita Caridade...

— Nome de Cristo!

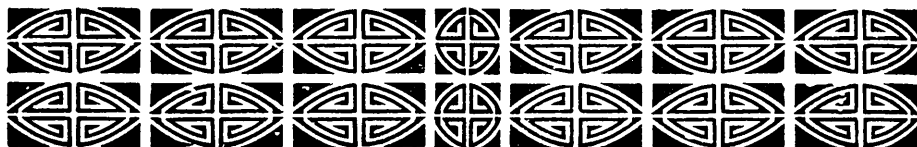
Tu voltaste, meu amor, à mocidade,
e o velho e o gêbo sou agora eu...

.

*Ó portugueses do Portugal Novo!
Nós que demos a êste Povo
O Espírito, o sangue e tudo
que inspira certeza, fôrça e confiança!
Nós, que derrubamos um «ché-ché» de entrudo,
para fundarmos, visionários,
o grande Portugal da nossa Esperança!
— Antes da Festa
dos Centenários, ·
levemos cristãmente a mão à festa,
e humildemente,
sôbre a fronte, sôbre a boca e sôbre o peito,
num largo gesto de adoração,
de Amor, de Paz e de respeito,
confessemos a Deus omnipotente
e que temos Portugal no coração:
Pelo Sinal
do escudo real
de Portugal
livre, forte, cristão, imperial,
da Santa Cruz,
nossa vida, nossa esperança e nossa luz,
Amen, Jesus!*

CÉSAR DE OLIVEIRA.





A Casa de Bragança e as Comemorações Centenárias

O Senhor Dom Duarte, Duque e Chefe da Casa de Bragança, representante directo de todos os nossos Reis desde D. Afonso Henriques, a quem se deveu a Fundação do Reino de Portugal, e, portanto, igualmente de D. João IV, o Restaurador, foi convidado, em elevados termos, pelo Govêrno, para designar pessoas da Sua Ilustre Casa, que o representem nas comemorações centenárias.

O Senhor Dom Duarte de Bragança, manifestando o seu reconhecimento pela nobreza do convite, designou para O representar, Sua Irmã a Infanta Senhora Dona Filipa de Bragança, que se fará acompanhar de Suas Augustas Tias as Senhoras Dona Aldegundes, Condessa de Bardí, e Dona Maria José, Duquesa da Baviera.

Suas Altezas Reais devem vir a Portugal assistir às comemorações da época brigantina, de acôrdo com um programa que será oportunamente fixado.

✱

O Senhor Dom Duarte de Bragança, longe da Terra, mas perto da alma de Portugal, enviou ao seu Lugar-Tenente sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho a seguinte carta :

Gunten, 26 de Maio de 1940

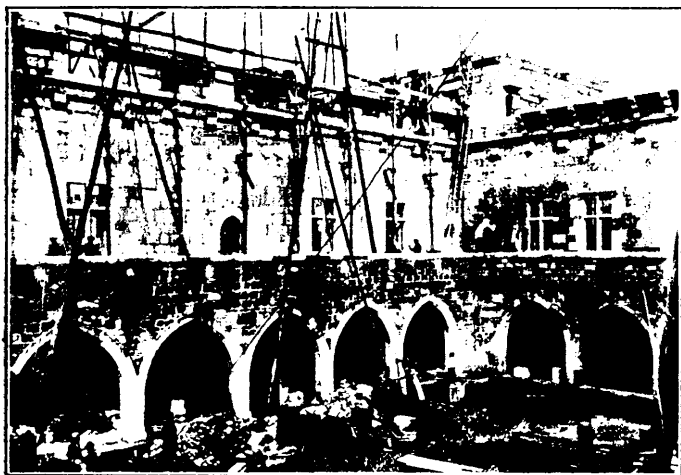
Meu caro João Coutinho

Embora infelizmente ausente, jámais esqueço o nosso tão querido país e muito menos na ocasião em que se celebram dois acontecimentos vitais da sua gloriosa História.

Associando-me de alma e coração a essas homenagens, é com



D. Duarte Nuno, Duque de Bragança e descendente dos Reis de Portugal



Guimarães — Paço dos Duques de Bragança, em restauro

desvanecimento e orgulho que recordo as datas de 1139 e 1640, em que por duas vezes Portugal conquistou a Independência.

Semelhantes exemplos são o penhor de que a nossa Soberania e legítimas liberdades hão-de perdurar, mercê da acção de todos, sob a protecção divina e inspiração dos nossos maiores.

Com fé em Deus e arreigada confiança nas nobres tradições nacionais, não duvido que o destino de Portugal continuará a ser digno e humanamente feliz.

Peço-lhe, meu caro João Coutinho, para tornar conhecida esta minha carta e creia-me

Seu muito afeiçoado

(a) DUARTE.



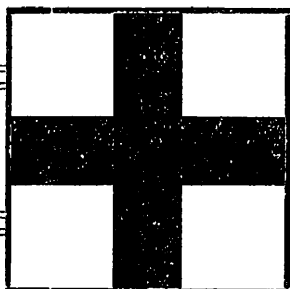


*Secou-se a água na fonte...
Desfez-se o trono e a lei,
Caíu a coroa da frente...
Evora-Monte! Oh! Evora-Monte!
Ficou o reino sem rei!*

*Mentira, tenho a certeza,
Deus não me leva do mundo,
Sem que a gente portuguesa
Veja o seu sinal bem fundo.
Oh! Reino de Portugal!
Oh! Reino das cinco quinas!
Por nossa fé e por lei,
(sagradas coisas, divinas...)
Não és um Reino sem rei!
Nas linhas da tua História,
Alcácer ou Evora-Monte
São dois pontos duma ponte
Para se alcançar a vitória.
Ninguém de nós, crê, ao certo,
Numa batalha perdida
Lá no areal deserto.
Por nossa fé e por lei,
Aqui te juro à porfia:
El-Rei surgirá um dia.*

AZINHAL ABELHO.

PÁTRIA IMORTAL



*Pátria! eu bemdigo aquela hora
Em que ao fulgor peninsular,
Quiseste ser o que és agora,
— Vela enfunada cruzando o mar!*

*Pátria! eu bemdigo aquêlê sonho
Que vem de longe, de antigas eras.
Bárbaro, heróico, mas já risonho,
Já matizado de mil quimeras!*

*Agora, sim! agora creio
Na tua glória, no teu destino!
Glória tão alta, que o mundo cheio
Do nome teu, ergue-te um hino!*

*Um novo sangue te aquece e doira
Banha de luz e de calor,
Tal como quando a gente moira
Foge ao montante libertador!*

*É a nossa fê que te acompanha,
Que ao lado teu, firme, caminha,
Nesta sagrada, doce campanha,
Que já nas almas se lhe adivinha!*

*Agora, sim! Pátria querida!
«Por Santiago!», altiva e audaz!
Mas numa guerra que seja vida!
Mas numa luta que seja paz!...*

Quinta de Vila-Verde,
Fevereiro de 1940.

JERÓNIMO DE ALMEIDA.

O SANGUE DUMA RAÇA

1140

*Vem-me de longe, em brandos sons velados,
ferindo o duro chão,
tropéis de cavaleiros
— êlmos, viseiras, peitos couraçados...*

*... E ecos agudos de tinir de espadas
e estrondos de batalha
e gritos de vitória,
dentro das fortalezas conquistadas...*

1440

*Surgem, depois, no meu olhar ardente,
saltando pelo mar,
figuras de galeras
— velas bem pandas, rumo do Oriente...*

*... E ei-las — a cruz de Cristo fulgurante
a orar nos mastaréis —
vencendo Adamastores,
cabos dobrando, em fúria, sempre àvante...*

1640

*Ouçó, mais perto, multidões erguendo
canções à Liberdade,
ao Rei, à Independência
— nova manhã de heróis aurorescendo...*

*Troam canhões a Pátria resguardando
da infâmia e da rapina;
e Serpas e Capêlos
veja passar, o Império desvendando...*

1940

*Sombras de heróis, o rôsto aureolado,
perpassam a brilhar
iluminando a treva
— túrbida e clara treva do Passado...*

*... Marcham cantando, a fronte bem erguida,
o braço bem ao alto,
alegres em fileiras,
jovens ardentes, no frescor da vida...*

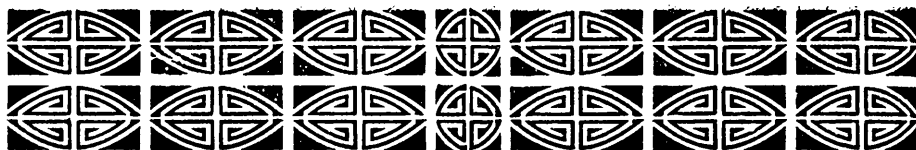
.

*Neste contínuo perpassar de vultos,
inférmino ecoar
de marchas triunfais,
prostra-se a alma, no maior dos cultos...*

*Vão para longe os negros sobressaltos;
o céu esplende luz,
da terra brotam hinos
— e todos têm os corações bem altos!...*

V. N. de Fomalício — Maio de 1940.

JOSÉ DE OLIVEIRA.



Manuel Tomás, poeta vimaranense da Restauração

por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

QUANDO, ao cair daquela tarde ardente de 4 de Agosto de 1578, ficou sepultada nos areais de Alcácer, com D. Sebastião, a melhor nobreza do Reino, Portugal começou o seu calvário de humilhação.

O sonho do Desejado, que constituía, afinal, a compreensão exacta da verdadeira política de Africa que mais interessava ao nosso país, desfazia-se, dolorosamente, sob a canícula, envôlto na poeira avermelhada da campina ardente, onde se combatia com valentia e, se morria herôicamente «mas de-vagar».

A humilhação de 1580 consumou-se porque Portugal, depauperado pelo esforço feito nos longes de Africa e da Índia e pelo sangue derramado em Alcácer, já não possuía forças suficientes para se impor a vizinho poderoso e usurpador, embora essa usurpação se apresentasse como pretensão legítima dos Reis de Espanha à corôa de Portugal.

Mas o que a força das armas não pôde então evitar, foi suprido pela vontade forte de um povo que sempre resistiu à afronta feita aos seus brios. Como consequência, os anseios de libertação explodiam por vezes às claras e eram encorajamento para novas demonstrações de revolta.

A mística sebastianista alentava as almas e essa idea-sentimento alastrava por todo o país, como se fôsse o som forte de um clarim a reunir o povo à volta do Rei sempre Desejado, que voltaria a libertar a Pátria e a quebrar, com mão forte e indomável, — aquela

mão forte e indomável que se tinha afirmado nas pelejas de Alcácer — as grilhetas da opressão.

Nos sermões, os padres, e muito especialmente os jesuítas, mantinham sempre aceso, no fogo sagrado e eloquente da sua oratória, o fogo, também sagrado, dos anseios patrióticos.

A esperança no *Encoberto* manifestava-se sempre e servia, na expressão de António Sardinha, «para restituir ao seu povo em desgraça a grandeza e a liberdade perdida».

Como afirmou Hipólito Raposo «o Reino não morrera, ficara a sofrer a sorte de um prisioneiro em quem a esperança vivesse num corpo escravo com alma liberta. A fórmula da união jurídica por monarquia dual que se iria convertendo em submissão no domínio do último Filipe, foi correspondendo com chama inapagável, o alto intento de libertação.

Iria passando com os anos a febre do inquieto sonho sebastianista: o Rei-Cavaleiro, morto e bem morto, já não podia voltar ao Reino. Mas o culto fervoroso da sua esperança transmutava-se racionalmente para um sucessor, identificando-se a sua exaltação ao trono com a própria liberdade da Pátria» (1).



Os *Lusiadas* foram, durante êsse período de cativeiro, a exaltação do orgulho nacional. A alma de Portugal, heróica e lírica, encontrou no poema de Camões o bálsamo suave para as suas desditas, retemperando-se e criando novos alentos e nova fé nas laudas da nossa gloriosa epopeia. Os poetas tiveram, tanto nos preliminares da Restauração como depois da aclamação do novo Rei, um papel importante na restituição de Portugal aos portugueses.

Desde Francisco Rodrigues Lobo, que em 1610 publicou *O Condestable de Portugal* a António de Sousa de Macedo que em 1631, nas *Flores de España, Excelencias de Portugal* teceu louvores à

(1) *Poesia Epica da Restauração*, in *Amar e Servir*, págs. 182 e 183.

Casa de Bragança, tudo se congregava para elevar bem alto o sentimento patriótico dos portugueses.

As profecias de Bandarra andavam de bôca em bôca, de terra em terra, de casa em casa, mensageiras da hora nova que ia soar. E o milagre da Raça deu-se na manhã gloriosa de 1.º de Dezembro de 1640. Ao soltarem o grito de libertação, os portugueses «trabalhavam para a causa do bem da Pátria. Serviam o seu Rei legítimo na acepção verdadeira de Rex, monarca e Chefe supremo. Baseavam-se em normas jurídicas. O movimento em curso, aquêlê que teve seu fim na manhã gloriosa do 1.º de Dezembro, assentava nos quatro pilares indestrutíveis da grandeza do Portugal de ontem, de hoje e de amanhã, — do Portugal de sempre: — Deus, Pátria, Rei e Lei» (!).



Guimarães, berço de Portugal e terra-mãe de tantos homens ilustres, como Manuel Gonçalves, o Trovador, teve também em Manuel Tomás o poeta da Restauração.

O *Phoenix da Lusitania ou Aclamação do Serenissimo Rey de Portugal Dom JOAM IV. do Nome* ⁽²⁾ é um dos poemas heróicos, consagrados ao movimento libertador de 1640.

Este poema, hoje quasi ignorado e constituindo uma raridade, publica uma epístola-dedicatória a Gaspar de Faria Severim, datada do Funchal da Ilha da Madeira a 5 de Março de 1649 anos e é dividido em 10 cantos ou livros.

Logo no 1.º e ao tratar da fundação de Portugal, Manuel Tomás canta a sua terra natal e o Rei Conquistador:

Em Guimaraens, ditosa patria minha
Que tal Príncipe deu ao Luzo Estado,
Pois tanto às nove em fama se avesinha,
Que com titulo Real a deixa honrado.

(1) António Cruz, *Portugal Restaurado*, pág. 47.

(2) Poema Heróico dirigido a Gaspar de Faria Severim. Impresso em Ruam por Lourenço Maurry. Anno de M. DC. XLIX.

Ally de Marte os feitos esquadrinha,
Delle no quinto Céu, sendo envejado,
Por fazer no terreno doce ameno,
Correr rios de sangue Sarraçeno.

Com gente heroica, à guerra inclinada,
E contra a Maura, posta na fronteira,
Por sua industria bem disciplinada
Grave nos brios, no ferir ligeira.
Com fio agudo, de luzente espada,
Sem muros reçar, fosso, ou trincheira,
Com guerras, com assaltos, com victorias,
Adquirió sempre, duplicadas glorias.

Digam Lisboa, Santarem, & Ourique
Quantas Lybias cabeças corôadas
Vió à seus pés o sucessor de Henrique
Com heroicas grandezas debelladas.
A Famma eternamente multiplique
As vitorias de Affonso sublimadas
Pois com valor, & com prudencia sancta
Ao grande Macedonio se adianta ⁽¹⁾.

Já antes, Camões havia dito:

De Guimarães o campo se tingia
Co'o sangue proprio da intestina guerra
Onde a mãe, que tão pouco o parecia,
A seu filho negava o amor e a terra.
Com elle posto em campo já se via;
E não vê a soberba o muito que erra
Contra Deos, contra o maternal amor;
Mas nella o sensual era maior ⁽²⁾.

Seguem-se, depois, as narrativas dos feitos heróicos praticados na 1.^a Dinastia e, como nos *Lusiadas*, não falta a lembrança de Inez de Castro:

As agoas do Mondego se turbaram,
Vendo contra Amor tal, tal tyrania
As flores, prados, & ervas se secaram,

⁽¹⁾ Livro I, Est. 33, 34 e 35.

⁽²⁾ Os *Lusiadas*, canto III. Est. XXI.

E emmudeção da fonte a agoa fria.
Do Sol os rayos, aos mortais mostraram
Menos belleza, & gloria aquelle dia;
Pois faltou por não ver o horrendo caso
Ao Mundo lux, Estrellas ao Parnaso (1).

Ao Príncipe Perfeito «em tudo tam Augusto, tam profundo» foi consagrada a estância 78, mas logo:

Succedeulhe a Estrella refulgente,
Do Grande Emanuel, que mais subindo
Subingou forte, os Mares do Oriente
Fazendo estremeçer, o Gange, & o Indo.
Pôs as Quinas, do Nilo na corrente,
Da Persia & China, os Portos descobrindo,
Aquem feúdos & patrias tributaram
Quantos Reys o Mar Indico habitaram.

Abreviando do Orbe o globo espherico
As armas ajuntou, por cousa propria,
Por conquistallo, com valor generico
Do Afro à India, do Perso à Ethiopia
Foi o primeiro Rey, do Reyno Americo
E teve de riquezas tanta copia
Que as velinolas Nãos da proa à popa
Tres Mundos lhe trazião ò da Europa (2).

O Desejado:

Fatal Sebastiam, de cervix dura
Com animo, & valor; mas sem ventura (3).

também mereceu a Manuel Tomás algumas das estâncias do seu admirável poema:

So com temeridade, & ouzadia,
Pizou do velho Atlante o Campo ufano,
Mal vendo a multidam que lhe offreçia

(1) Livro I. Est. 69.

(2) Livro I. Est. 80 e 81.

(3) Livro I. Est. 85.

Sincoenta Mouros, para hum Lusitano.
Marrochos, Tarudante, Fêz, Bugia
Todo o terreno Alarabe Africano,
Se juntou com Poder Extraordinario,
Contra o Mancebo Forte & Temerario (1).



A parte II é mais de exaltação das virtudes guerreiras, de profecias, de vibração patriótica, com pormenores históricos e genealógicos correspondentes a cada feito realizado, celebrando as grandes e imorredoiras façanhas dos portugueses. A III parte e as seguintes é que são mais pròpriamente consagradas à Restauração. Descrevem-se nelas a preparação do movimento e citam-se todos aquêles que tiveram acção decisiva no acto libertador.

Manuel Tomás—afirmou o poeta Cabral do Nascimento (2) é, dos poetas da Restauração, «talvez o mais interessante». A sua ancestralidade semita dá razão ao espírito de messianismo profético que se encontra em muitas das suas obras. Efectivamente sôbre o assunto da Restauração, outras escreveu e publicou além dêste poema heróico intitulado *Fénix da Lusitânia ou Aclamação do Sereníssimo Rei D. João IV do Nome*.

Hipólito Raposo também pôde escrever:

«Na vasta bibliografia em prosa e verso que a libertação de Castela ocasionou e que à segurança da liberdade serviu, cabe lugar de evidente significado e efeito ao poema de Manuel Tomás que então deveria ser lido e decorado nas salas e nas tendas de campanha, como manual precioso de cânticos sublimados, estímulo de coragem e amor pátrio.»

«E' êste aspecto de serviços prestados ao Rei e ao Reino que mais pode valorizar a nossos olhos um livro que, para agora o ler, raros portugueses terão coragem, tempo e paciência» (3).

(1) Livro I. Est. 86.

(2) *A Fundação e a Restauração na Poesia Epica* — Revista dos Centenários — n.º 14, 29 de Fevereiro de 1940. Ano II, pág. 2.

(3) *Poesia Epica da Restauração*, in *Amar e Servir*, pág. 225.

A seguir, Hipólito Raposo transcreve algumas estâncias do livro X referentes à batalha de Montijo porque nelas «se exaltam o génio militar e o heroísmo de Matias de Albuquerque e dos bravos capitães do seu comando, D. João da Costa, Luiz da Silva Teles, Aires de Saldanha, D. João de Sousa, Francisco de Melo na primeira grande vitória das campanhas da Restauração, ganha em terra espanhola, a 26 de Maio de 1644».

Antes de reproduzirmos aqui algumas dessas belas estâncias, vejamos como Manuel Tomás refere o momento glorioso da Restauração:

Exposto ao rigor do Povo irado
O cadaver vilissimo jazia (1)
Com ignominias taes injuriado
Quais na vida acquerio, com Tyrania.
E como em dár opprobios foi criado
Esses achou, despois da morte fria;
Que o que mal governou, perdido goza
Vida sem honra, & morte vergonhoza.

Mas já a Margarita Mantuana
Que de timida vês, que sae turbada,
Dom Joam da Costa, & o Mello a dezengana,
Aos quais ajuda Dom Antão Dalmada.
Por sangue da progenia Lusitana
Foi dos tres, dignamente respeitada,
Que sempre a Fidalguia Portuguesa
Respeitou de seus Reys, a summa Alteza.

Neste tempo, que alegre vay fugindo,
Com agradavel vox, livre, & sonóra,
Viva Dom JOAM o Quarto repelindo,
Rey Lusitano, & Sol da nossa aurora,
Hum Tello, hum Mascarenhas, que acquerindo
Com outros tem a Fama que os decora,
Pellas Ruas & Praças da Ulysséa
Aclamão o REAL da Lux Phoebéa.

As estrofes sucedem-se a descrever as sucessivas fases que se seguiram à libertação do jugo castelhano.

(1) Refere-se a Miguel de Vasconcelos.

E a terra do poeta volta a ser cantada:

Cióza Guimaraens, por Patria amada
Do Rey primeiro Affonso bellicoso,
Por quem, foi Lusitania conquistada,
E em fuga posto, o Mouro Caviloso.
Ostentando grandeza avantejada
Que tem, por berço ser, do Rey Glorioso,
Mostrou que só de amor, tinha o thesouro,
Do brando Minho, ão caudaloso Douro.

E assim seus Moradores affamados
Claros por sangue, Illustres por nobreza,
Que os brios sempre altivos conservados
Gozam, da antiguidade Portuguêza.
Unanimes, conformes, germanados,
Com gratos Vivas, com leal firmeza,
Ao novo Rey, mostrarão Amor tam Alto,
Que todo o louvor nelles, fica falto.

Manoel Machado Illustre de Miranda,
Com Bastão militar, os move, & guia;
E a Bandeira Real, ondêa, & manda,
Pero cardoso, Insigne em Fidalguia.
A esquadra, que o Rey segue, veneranda,
A de Alexandro, aventajar podia,
Pois nenhum delles, leva menos brio
Que os dez mil Gregos seus, contra Dario.

Ante a virgem, Famosa, da Oliveyra
Prostrados em união, todos devotos
Lhe fazem livre entrega, da Bandeira,
Offerecendo seus humildes votos.
Como hé do Novo Rey, a acção primeira,
Do jugo Castelhana em tudo ignotos,
Quantos o aclamão, gratos a venerão,
E estas dignas plegarias lhe fizerão ⁽¹⁾.

Vejamos, agora, parte da descrição da batalha de Montijo,
feita no livro X:

Tagides Lusitanas que teçendo
Alta Corôa estais, ó Rey Triumfante,

(1) Est. 47 a 50 do Livro IV.

Do metal que no Idarpes renasçendo
Tributa o Indo à vossos pés gigante.
Se do canto Real, que heroico emprendo,
O gram ditono ouvistes elegante,
Com que Apollo cântor, cysne em Meandro,
O Novo Phoenix fás, outro Alexandro ⁽¹⁾.

.
.

Deu sinal estupendo, a Tuba Hispana
A cujo sôm tremente, por violento,
Deteve o curso, o fresco Guadiana,
O Ar subtil calmôu, paróuse o vento.
Mas respondendo a Trompa Lusitana
Tam admirado pareçéo Portento,
Que muitos dos Hispanos, que o notáram
A batalha com medo receãram.

Suspenso o Céu, geméo a humilde Terra,
Reçeando do novo alguns rigores,
Deixaram o pasto os Animaes na serra,
E em covas se esconderam com temores.
Soáram, annunciando a dura guerra,
C'os pifanos agúdos, os tambores,
A cujo ronco sôm que triste ouvia,
Echo, no Monte, & Valle, respondia.

A Rubicunda cor, que da grã fina
A graça furta, que acresçenta o brio
Trocaram os rostros, com a Libitina,
Na palida, que cauza, o medo frio.
Começam à samear franca ruina
Teliphone & Megoera em dezaño,
Esconde a grata leal Misericordia
Alecto, por mostrar a vil discordia.

Das lanças, & das armas, parecia
Hum Campo & outro, selva de arvoredo,
E a confusão das vozes que se ouvia
Fás em os fracos, ser mayor o medo.

(1) Est. 1 — Livro X.

Como se Nofo irado em selva fria
Esgrimira o furor, no umbroso enredo,
Assym sóa, o murmurio dissonante,
Que pretende crescendo, sér gigante.

Moverãose os dous Campos, parecendo
Duas selvas de pinhos, encontradas,
As lanças pontiagúdas nelles sendo,
Arvores altas, duras, meneadas.
Os capacetes em que o Sol tremendo
Luzes formava, aos olhos variadas,
Scintillam tam brilhantes, que onde tocam
Privar de vista, como o Sol provocam.

A Chocar chegam, & cada qual enviste,
Ao sôm dos bellicosos instrumentos,
Gemendo o Campo de Montijo triste
Que obriga o Echo, a funebres acçentos.
De nova cor, o Céu, & o Sol, os viste,
Tam duros sãm nos accomelimentos,
Que as Mayns, de quem sãm sempre mal açeitos,
Os Filhos, aprefêram, com seus peitos (!).

E assim termina a descripção da memorável batalha:

Foram dos mortos séus, mil & seisçentos,
E a verdade das listas Lusitanas,
Mostra, que os Luzos foram quatroçentos,
Recolhidas as Ostes veteranas.
Escrevam lá fingidos vencimentos
As gazêtas folheiras Castelhanas,
Que quá, com a verdade das prôêzas,
Só se estampam, Victorias Portuguezas.

Esta foy de Montijo, a grâm Victoria,
Esta de Vossas armas a grandeza,
Que renova no Mundo a maior gloria,
Da leal Monarchia Portugueza.

(!) Est. 35, 36, 37, 38, 39 e 40. — Livro X.

Rey & Senhor, por esta, está notoria,
Bem, de Vossos Soldados a braveza,
Pois Vos sustentam, contra o Ceptro Hiberio
No solio Regyo do Lusitano Imperio.

Estes sãm os Leays, por quem buscado
Fostes, na successão da Monarchia,
Por Legítimo, nella entrhonizado,
Nos presagios, que o Céu justo avalia.
Por elles, quem Vos vio no Campo armado,
A tam heroicos Feytos dá valia,
Que julgam que héys de ter, Rey Poderozo,
O Mundo todo, por trophéo gloriozo ⁽¹⁾.

Manuel Tomás encerra, depois, o canto das glórias do Rei Restaurador, num remate simbólico e bem eloqüente do feito glorioso que nos restituiu a independência:

Unanimes estão, para servirvos,
A tudo o que por Vós forem mandados,
Como à Rey & Senhor, hãm de seguirvos,
Nos perigos mais arduos, & arriscados.
Se Príncipe no amor sabeis unirnos,
De empenho tam Real, sendo animados,
Vençeram os de Cyro, em quem contemplo
De Vassallos leays, o digno exemplo.

Com elles Grãm Senhor, posto em Campanha
Dando á morte pavor, & espanto ó Mundo,
No comum danno, escarmentando Hespanha,
O dezengano abraçará jocundo.
Que a nova gloria, & a Fortuna estranha
Com que inda espero vervos, sem Segundo,
Desenganado tem, quanto há vivente
Da Ursá Boreal, ao Cancro ardente.

Estes pois que Vos servem animosos
Por Vassallos leays, & por queridos,
Sejam de Vós com titulos honrosos
E com premios Reays, enriquesçidos.

(1) Est. 142, 143 e 144. — Livro X.

Que os Lusos peitos, sempre valerosos
Com supremo favor, engrandesçidos,
Nam só Vos venceram o Hiberio Godo
Mas fardos hãem Senhor, do Mundo Tódo.

Phoenix Divino sois, de quem escrevem
Tantos dotes do Céu, tantas finezas,
Que os Céus, o ouro, & purpura lhe cedem,
E o tempo de seus annos, as grandezas.
Esses Viviais Senhor, porque conservem
Vossos Reynos destintos, as proëzas,
Com que haveis de livrar, por tam bem quisto
O sarcophago Real, do Jonas Christo.

Eu que servi na flor da mocidade
Com varias lingoas, Vosso Ceptro Regio,
Vos Canto, ô Phoenix, na mayor idade,
Com Canto só no amor alto, & egregio.
Que digneys à me ouvir A Magestade
Tal premio me será, tal privilegio,
Que emularãem os Cysnes Lusitanos
Vossos Heroicos Feytos Soberanos.

Que aqui nãem Sauze Herminio, pendurado
O Instrumento deixo, offereçido
A Famma, como às Musas dedicado,
De quem no Canto fuy favoreçido.
O Vale, de quem fór, nelle emulado,
Cante de Vosso Ceptro já temido
Por armas, os Quilates, & a Grandeza,
Se o metro digno fór de tanta Alteza.

Que estes, Augusto Rey, sempre illustrada
Podem deixar melhor, do Reyno a gloria,
Que nas Phoenixes cinzas renovada
A Famma pede o bronze da memoria.
Espero que do Céu, sendo animada,
Tenha o Mundo de Vós, unica história,
Porque só nelle, Phoenix conheçido
Tenhais com Joue, Imperio dividido ⁽¹⁾.

(1) Est. 145 a 151. — Livro X.

Quisemos, nas estâncias transcritas, em que largamente se manifestam intuitos claros de exaltação patriótica, dar uma ideia geral do poema de Manuel Tomás, em virtude da impossibilidade bem manifesta de relatar minuciosamente todos os cantos do *Phoenix da Lusitana*.



Manuel Tomás nasceu em Guimarães em 1585 e morreu na Ilha da Madeira a 10 de Abril de 1665, assassinado pelo filho de um ferrador, segundo afirma Diogo Barbosa Machado, e jaz sepultado no Convento de S. Francisco, do Funchal.

Era filho do dr. Luiz Gomes de Medeiros, professor de medicina, e de sua mulher Gracia Vaz Barbosa, pela qual era primo do célebre Jurisconsulto Agostinho Barbosa e quarto neto de Manuel Tomás, que de 22 meses falava a língua latina ⁽¹⁾.

Manuel Tomás pertenceu à escola gongórica que já alguém classificou, resumidamente, «como sendo a caricatura românica da poesia latina» ⁽²⁾.

Além do *Phoenix da Lusitania*, a que nos referimos de preferência neste pequeno estudo por ser quâsi exclusivamente consagrado à Restauração e a D. João IV, Manuel Tomás publicou: — *Vida de S. Tomaz de Aquino*, Lisboa, 1626; *Insulana*, Anvers, 1635; *Rimas Sacras dedicadas a todos os Santos*, Anvers, 1635; *União Sacramental*, composto de sete hinos ou cantos consagrados a celebrar o mistério da Eucaristia, Ruan, 1650; *Tesouro de Virtudes*, Anvers, 1661 e *Decimas a hum peccador arrependido*, sem ano de impressão.

D. Francisco Manuel de Melo, referindo-se a Manuel Tomás, escreveu:

⁽¹⁾ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, t. 3.º, Lisboa, ano de M.DCCLII, pág. 395.

⁽²⁾ João Mendes, in *Brotéria*, vol. XXIX, 1939, pág. 526.

O' duas vezes Cisne venerando
Dos olhos, dos ouvidos que enriqueces
Não sei onde em mais credito floresces
Se no que vaz vivendo, ou vaz cantando (1).

Inocência diz (2):— «Foi Manuel Thomás um poeta da escola gongorista, de cujos preceitos se mostrou sempre afervorado discípulo. Posto que o seu estylo seja, como convinha a essa escola, turgido e emphatico, e que abunde em idéas hyperbolicas, em amplificações e conceitos, etc., nem por isso deixa elle de possuir seu mérito real, como homem dotado de ingenho fecundo e de viva imaginação. A maior parte dos defeitos que se lhe notam, não são seus, mas do seculo em que viveu, e das ruins doutrinas com que foi educado. O erudito Francisco José Freire na sua *Arte Poetica* cita com louvor, e por mais de uma vez, a *Insulana* como uma das nossas epopéas mais notaveis; e em verdade parece ser esta a mais valiosa composição de Manuel Thomás; o seu maior peccado é talvez a sua niomia extensão, porque bem poderia reduzir-se a cinco ou seis cantos, com o que ficaria de certo mais perfeita e regular. O *Phenix da Lusitania*, sobre ser mais falto de artificio poetico, é mais eivado de gongorismo que a *Insulana*, e n'elle superabundam os conceitos rebuscados e o mau gosto do estylo. Quanto á linguagem o referido Freire o cita a miudo nas suas *Reflexões sobre a Lingua port.*, mas nessa parte sempre com reparos criticos, censurando-lhe, ora a má escolha dos termos, ora a incorrecção dos vocabulos, ora finalmente a excessiva liberdade que tomára em aportuguezar vozes latinas, etc. etc.»

Contra a opinião de Inocência e de Freire ácerca do *Phoenix da Lusitania*, Costa e Silva chama-lhe «Poema das Profecias e das Visões» (3).

Nós, como o poeta Cabral do Nascimento, entendemos que «o poema tem alguns lugares felizes e não merecia o abandono a que tem sido votado. Cantou um assunto de actualidade, com as difficuldades inerentes a tal circunstância; mas não se lhes pode

(1) *Obras Metric.* Tuba de Calliope. Soneto 77.

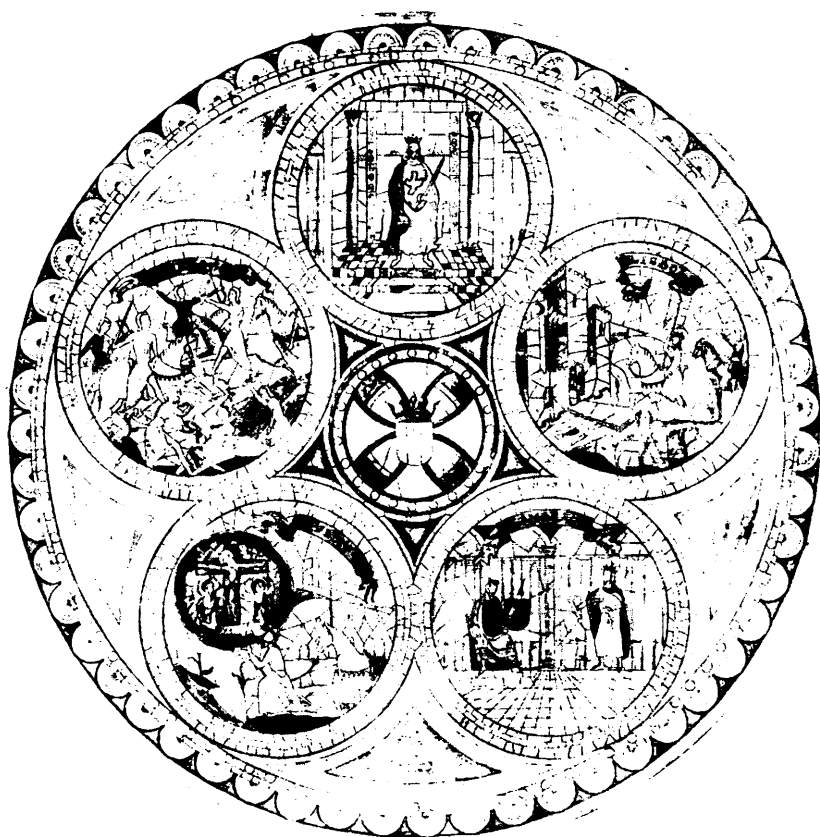
(2) *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo sexto, Lisboa MDCCCLXII, pág. 120.

(3) Ensaio, VII, pág. 87.

negar a sinceridade do timbre, e muitas das suas estrofes têm direito à nossa simpatia.»

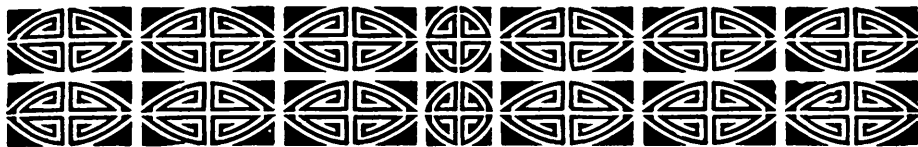
A Restauração teve os seus cantores. E Manuel Tomás fica bem na galeria dos poetas que sentiram e interpretaram com vigor e verdade a Alma Nacional na hora incerta em que o Rei Restaurador, quebrando as grilhetas da opressão e por vontade invencível e heróica dos portugueses abriu novos horizontes ao engrandecimento e ao futuro de Portugal.

Rectificação: — A págs. 91, no artigo *O Espirito Universalista dos portugueses na expansão do Império*, onde se lê «Formação de Portugal» deve lêr-se «Raízes de Portugal».



ROSÁCEA DA FUNDAÇÃO

Projecto para vitral a côres, com 62 centímetros de diâmetro, executado pelo aluno do 6.º ano do Liceu, D. Fernando Cardoso de Menezes de Tavares e Távora.



Portugal seja louvado!

Palavras lidas na sala das sessões da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa (Açores), para termo de uma palestra alusiva aos centenários, após o içar da bandeira de El-Rei D. Afonso Henriques, a 4 de Junho de 1940.

por HIPÓLITO RAPOSO

I

**Louvor
da Terra**

Por amor da nossa vida, louvemos todos a terra que na partilha do mundo, por Deus foi dada às primeiras gentes do nosso sangue, para abrigo dos lares, para fé nas aras e esperança nas sepulturas.

Altas montanhas da neve e dos sonhos, muralhas para defesa, varandas do sol e do luar, miradouros do mar e das estrêlas, citânicas e crastos — por vós e em vós cresceram desejos de grandeza, a ambição e o gôsto de atrair e dominar as almas pelos signos do tempo.

Pedras e alcantís lá se perdem no céu, a rasgar veus de neblina, dispersando os tesouros da luz para dar alma e sorriso à vida. Nossos olhos levam as planuras criadoras do pão, linhares, pascigos e lavradas, alongam-se os vales do trabalho e do fumo dos casais, adormecem em sombra as árvores de pomos de oiro, mandam as veigas ao sol os seus beijos de flores.

Ouvem-se os prados a cantar, seus velários festivos erguem as amendoiras, primeiras comungantes da vida, na volta das estações; em festa de amor, adejam os perfumados sonhos dos laranjais; as galas da terra hilariante louvam e aclamam as graças do céu!

Louvemos os campos virentes por onde os idílios nos ninhinhos pipilam e nos casais suspiram, as balsas e sinceirais em que os rouxinóis mais doridaamente cantam de paixão.

Escutemos a súplica das alminhas nas encruzilhadas, subamos aos

oiteiros de ermidas brancas, à vista de muralhas, castelos e atalaias com sangue nas faces, ressurgidos aos clarões de glória antiga.

Terra bem-querida das praias, das arribas e cabos, a conter o Oceano, colinas de portelas e desfiladeiros, mãe das florestas em escaladas de trono para nossas casas, barcas da vida, e para os navios, casas do mar; jardim de oliveiras para dar gosto ao alimento, candeia aos lares e lâmpadas a Deus: Terra verde e azul, bemdita sejas pela pobreza dos casais, moradas da fôrça e da virtude; e bemdita sempre serás pela doçura das aldeias, pela nobreza das vilas, paz e regalo das tuas cidades!

Nós te louvamos, ó Terra-Mãe, berço e sepultura, horto de vida e morte com honra e humildade, dilecta filha dos astros e por eles beijada nas auroras do mundo!

Em ti repousam olhos e corações, por ti sobem para os céus as flores de alma dos nossos louvores, ó Terra do Amor, viçoso jardim de saúde, corpo florido de Portugal!

*
* *
*

Louvor da Água À virtude e graça da água, sangue de vida no seio da terra, pura e clara nutriz de fôlhas e flores de alegre suavidade, louvor e glória cantemos!

Seja a linfa das rochas, sejam torrentes de altas nuvens ou da neve cristalina, nascentes a murmurar à requeimada sêde dos caminheiros, fontes de amor e juventude para os dias da vida, espelhos de alinde dos pobres, levadas para mover moinhos — proclamemos bemdita a água portuguesa dos rios mansos e bravos, dêsses rios grandes caminhos, guardas da fronteira, tesouros de abundância de ricos e pedintes: água de regatos, ribeiras e lagunas, de tempestades e de abismos, na ambição do Mar largo te perderás, por convulsas ondas de procela, por vasantes e espargelos de calmaria.

Diante do mar, humilha-se a Terra e em Deus se glorifica o céu.

Planura e montanha, a cada instante, trono de majestade e abismo tragador, claro espelho da vida do homem, foi pela virtude da certeza na incerteza do mar que a nossa independência de instinto a razão histórica se elevou.

Dos recantos da riba e praia, os limites de Portugal se foram dilatando a abraçar a Esfera, até se perder no horizonte de inquietos oceanos.

Sobre a lavra das ondas pelas quilhas, as velas foram asas de navios e mortalhas de náufragos, traçando círculos no globo do mundo, enquanto

em espuma florescia vasto cemitério de mareantes, jardim tumultuário de morte, por vagabundo exílio de mar e céu.

Mar, ó Mar, berço de esperanças, túmulo de ambições, campo aberto de perdição e triunfo, vida das vidas gloriosas que a Pátria sublimaram! Mar das tentações e dos sonhos que de pequeno berço nos fizeste grandes no mundo: por ti, nossos Avós viram terras ainda deslumbradas de luz genesíaca, e pelos mastros das naus capitainas, acenderam-se no céu novas estrêlas.

No abraço do Orbe, do mar e pelo Mar se gerou nosso destino de grandeza, nenhuma outra gente dantes vira êsses mistérios de terra e água, estranhas raças e seus tesouros.

A ouvir falas bárbaras, a sentir aromas nas distâncias desencantadas, para nenhum outro povo foram os oceanos lacrimatórios, sem fundo, das maiores dores por humanos sofridas, e caminhos de criadora vida nos ancoradouros e sertões.

Antes que o mundo lhe desse glória e riqueza, dera-se Portugal ao mundo em sacrifício, cortando nos mares ondas de sangue humano.

E de tantas rotas perdidas, em manhã de névoa, pelos recessos de grutas tenebrosas, reboam os coros dos náufragos errantes nas solidões do profundo.

Das gerações dos pescadores nasceram os navegadores, também pescadores de ilhas e de nações, para a esperança e para a fé de Cristo.

Nos roteiros marítimos se escreveram épicas legendas que as tubas continuarão espalhando no tempo, e no espaço, em eterno Canto.

Louvemos com justiça os cavadores da Terra, mas com igual amor cantemos os lavradores do Mar que das águas recolhem nas rêdes o renovo que a mão da Providência para todos semeou.

E com rumo certo, ó Mar, leva ainda os Portugueses às herdades oceânicas, para lhes matar a fome de pão e a sêde de infinito, conquistando agora, sem ferro nem sangue, corações para a Bandeira, bôcas para a Língua e almas para Deus!

*

* *

Louvor
do Ar
e do Vento

Por terra e mar, louvados sejam o ar livre dos céus e o vento
semeador de flores e frutos na alegria das brisas, em auroras e
crepúsculos e o vento-fôrça para desfraldar as velas de moínhos e navios!

Respiração da terra, hálito da vida do mundo, hoje viração, ontem

morte ou terror, ó ventos de mau agoiro, sacudi ao longe as asas de tempestade, amainai a fúria dos tufões, poupai as vidas aos pobres nos caminhos da serra e do vale, e levai a pôrto salvo os que andam sôbre as águas do mar!

E sêde sempre bemvindos, a ondular promessas nas cearas, a descobrir o grão nas eiras, a derramar nas almas os perfumes da terra e das flores nas árvores, oscilando como turíbulos, a glorificar a grandeza do mundo para além das estrêlas.

*
* *
*

Louvor
do Sol,
da Luz
• do Fogo

Com amor louvemos o sol português, luz de aço vivo com miragens de sonho e de alegria, a quente radiação que doira a miséria do povo e converte as chagas em flores: luz de criação e de flagelo, de turbacão e serena paz, de feitiço e melodia, sê para sempre bemdita!

Graça, doçura, suavidade desta Luz que as poças de água transforma em espelhos de cristal, e a saúde leva para as praias de além-mundo, o poder de Deus te guarde e conserve, Sol Transfigurador, que dás resignação à vida, guia e providência dos descaminhados, alegria das almas e das pedras.

Seja por nós louvado o sol criador das estações agrestes e amoráveis, júbilo de alimárias e voláteis, despertador dos lírios e das rosas, pintor das uvas e dos frutos, o feiticeiro que transmuda as lamas dos marnéis em brancas rendas de nuvens.

Louvado seja! Louvado seja o Sol português!

À luz das alvoradas, os nossos olhos se abriram, a vida contemplaram nos esplendores meridianos, e sempre se voltam para a majestade funérea dos poentes em que a terra chora, o mar soluça, enquanto o céu vela a face de tristeza, cobrindo-se da cinza do luto.

De noite, interrogam nossas almas as estrêlas, almenaras dos castelos de nuvens, que guardam a terra do desespero da solidão, e vai a lembrança para os luzeiros da abóbada celeste que olhos portugueses antes de todos viram, a dilatar até ao fim do mundo a grandeza da criação.

De sol e de mar se coloriu a face de Portugal nos dias de vitória, com sanguíneos clarões a irradiar das fôlhas das espadas; e deles nasceram o azul do céu, o luar de Janeiro e de Agôsto, em cujo mistério as almas escutam o prodigioso silêncio da terra.

Fogo dos lares em que os mortos revivem, lume que foi a fé e a

esperança dos castelos pelos séculos da conquista, farol da vida das almas, ó luz da candeia, alumia as horas de paz e abundância, os berços e os catres, a mesa e o oratório dos Portugueses!

Lume purificador que alegras as noites ermas pelas fogueiras dos pastores, chamas da fé nos altares, ó luzeiros de alegria e alvoroço, conservai-vos fiéis por nossas vidas e vivos para a posteridade em todos os tempos!

Bemdito sempre seja o Sol do céu, a luz dos lares e dos altares!

II

**Louvor
do Povo**

Recordemos e louvemos o povo em seu labor: as enxadas e os arados a abrir com lusitano vigor o seio da terra, os cajados dos pastores, ora bastões de comando, ora montantes de defesa, as rêdes a recolher no mar a abastança do marinho banquete.

Lembrar devemos com respeito o trabalho dos homens de ofício, a cortar pedra, a afeiçoar madeira, a tecer a lã, a bater e domar o ferro, a cinzelar o oiro, a prata, o bronze, para regalo da vida e gôsto dos olhos.

Celebremos a dor e alegria das mulheres-mães, a embalar os filhos, e a sorrir para os berços, prolongando em pobres e ricos, pela lei da vida, as doces auroras da esperança nacional; e ao seu lado guardadas, ditosas sejam as filhas-donzelas que na cadeia do sangue sonham aumentar com novos tesouros de força e virtude, a vida de Portugal.

E esquecidos não deixemos os clérigos e monges nas práticas da exaltação e da resignação, os missionários das terras de além-mar e as religiosas que por lei de amor e caridade, vão rezando dia e noite para salvação de todos, convertendo em misericórdia a justiça de Deus.

Graças e louvores a todos quantos por trabalhos e sacrifícios obscuros, foram obreiros do imortal esplendor da vida e da arte portuguesa, êste povo do arado, da lança e do leme, sempre livre diante do Rei e escravo do dever, capaz de suportar em silêncio a fome de pão, incapaz de conter o clamor da sua sede de justiça.

Gente da montanha, da terra baixa e do mar, a expandir anseios de alma por danças e descantes em que choram olhos e batem corações, ampliando miragens nos horizontes da vida, como ondas verdes nas searas — aqui nos alegramos de celebrar sua doce paz e humildade.

Romeiros de procissões, devotos de festas e arraiais, gente de modesto riso para o amor, povo de lágrimas quentes a regar a flor da saú-

dade em eternas despedidas — relembremos por êle as mãos que bordam e esculpem, as que semeiam beleza e graça pelos pincéis, e fazem acordar no barro, nos troncos e na profunda intimidade das pedras, as almas dos heróis, das virgens e dos santos.

Louvemos as inspirações obedientes à inspiração da crença para transformar rochas em jardins de catedrais, oferecendo beleza à vida e vida à beleza, por milagre de criadora virtude.



**Louvor
da Língua
Portuguesa** Fala do amor e da ternura para confissão aberta das almas, ó Língua Materna, rumor e carícia, oração e soluço, voz da verdade contra o êrro, música de cantigas e clamor de justiça — em hinos de alegria e vitória, pelo universo se espalhe e cante o teu louvor!

Graças devemos a Deus pela fala que nos deu, para nela erguermos os votos da Esperança, os ecos do Evangelho, as ordens de comando, as súplicas dos vencidos, as relações de terras e de gentes remotas!

Fala que mais cantou, chorou e rezou nas jornadas do Planeta, entre homens de tôdas as raças, entre raças de tôdas as côres: voz da terra e das águas, das nuvens e do vento, das almas e do sangue, pelas ondas do mar largo e pelas bôcas do mundo, seja louvada e bemdita a Língua Portuguesa!

III

**Louvor
dos Reis,
das Rainhas
e dos Príncipes** Exultemos com a glória dos Portugueses na Terra, no Mar e no Céu!

Em nossa lembrança passa o cortejo dos Reis, dos Príncipes e dos Infantes, vestidos de ferro, com floridos morriões e a vera cruz a rutilar nas armas e nos pavêses.

No juízo final da História, êsses Reis antigos, senhores da Terra e pais do Povo, foram bons vassalos da Justiça, árbitros da Honra, mestres do Sacrifício pela vida e grandeza de Portugal!

Talharam a fronteira a ferro de espadas, souberam poetar e ler, ganharam vitórias, batalhas perderam, e para lição de todos, ofereceram o sangue, a dor e a morte pela vida da Pátria.

Reis da Espada e da Lança, da Lira e do Arado, da Fé e do Império, da Restauração e da Grandeza, levantai-vos hoje para receber o louvor

que a nossa bôca vos confessa, o reconhecimento da vossa providência e govêrno, ó Reis da Conquista e Navegação, Capitães de Cristo, Fiadores e Tutores da Grei, abençoada seja a memória do vosso exemplo!

Preito e honra, por justiça sejam rendidos às almas das Raíñas e das Infantas do heroísmo e da caridade, das dores e sacrifícios, donas e donzelas excelsas, a dar honra ao Trono, amor ao Povo, glória e louvor a Deus nas alturas.

Raíña Mafalda, Raíña Santa Isabel, Raíñas Felipa, Leonor, Luísa, Maria, as vossas almas encheram de consolações, e de bênçãos de ventura cobriram a terra de Portugal.

Por amor e sacrifício sofrestes, ó Raíñas e Princesas, mulheres como as mulheres do Povo, puras como donzelas, resignadas no martírio, fieis e crentes em vossa vida e esperança nossa.

Louvadas e glorificadas sejais por todos os corações de mãis, pela bondade, justiça e gratidão dos mais dignos e generosos Portugueses!

*
* *

**Louvor
do Clero** Por grata e reconhecida lembrança, em nossos peitos vivam os nomes dos arcebispos e bispos da Fundação, da Independência e da Restauração, êsses prelados-cavaleiros, guardas do Reino de Deus e soldados do Reino de Portugal.

Um dia cobertos de purpuras, no outro ajustando malhas e armaduras, erguendo nas mãos a cruz da fé e a espada da honra e da justiça e proclamando a submissão dos reis da Terra à majestade de Deus Omnipotente, êles ganharam fama e galardões de virtude imortal.

Entre os grandes de Portugal, sejam sempre celebrados na memória os prelados da conquista de Lisboa, os do Salado, de Aljubarrota, de Alcácer-Quibir, da Restauração, da criação e apostolado do Brasil e das Cristandades do Oriente, bispos-capitães, a batalhar para vencer ou morrer, ao serviço do Rei e da Grei.

*
* *

**Louvor
dos
Cavaleiros
Nobres
e Soldados** Aclamemos as Glórias de Nobres e Senhores, à lei da honra submissos, por batalhas e emprêsas, e a amar, por dever primeiro, o sacrifício das vidas e fazendas.

Mestres da acção, condutores dos combates, êles sofreram desventuras e humilhações de vencidos na esperança de triunfadores, contra moiros, negros, vermelhos, contra gente de todos os climas, por continentes, ilhas e mares do vasto mundo.

O reconhecimento da História os nomeia, a justiça dos Portugueses para sempre glorificará os heróis afonsinos, os capitães de Africa, da India e do Brasil, e para cantar sua fama, nenhum pregão pode subir a tanta altura.

Louvores devemos aos soldados heróicos, os celebrados e os sem nome, todos quantos nas jornadas de oito séculos se levantaram para a guerra com lanças, béstas, espadas e espingardas, nas vigílias de armas, nas auroras, no fragor das batalhas e assédios.

Leais Portugueses, nascidos entre lágrimas de alegria ou dor, em lares opulentos ou miserandos, êles foram para o outro mundo, revoltos no pó e afogados em sangue, recolhendo nos olhos com a última luz de vida, a última bênção da Bandeira.

*
* *

Louvor
dos Poetas
e dos
Músicos

Sejam louvados os Poetas, desde o Trono Real às choças dos pastores!

Na sucessão dos séculos, êles vieram espalhando nos céus as flores da alma portuguesa, exaltando heróis e chorando desditas; cantaram a graça das mulheres e o mistério das Estações, os maiores amores humanos e divinos, em corações portugueses nascidos.

Aos músicos e cantores palmas de glória devemos pelos transportes de inspiração com que em dias de ventura e nas sombras da adversidade, transfundiram consolações e sonhos nas almas, elevando aos céus as súplicas, os trenos e os hinos do sentimento nacional, nas praças, nas guerras e nos templos.

*
* *

Louvor
dos Nave-
gadores
e Mareantes

Alta glória aos mareantes que pelos oceanos rasgaram os grandes caminhos do Orbe, unindo a Deus verdadeiro pela irmandade da gente cristã, as bárbaras nações da distância, do Oriente ao Poente.

Traçando mapas, descobrindo novas terras e novos céus, foram proclamando a unidade e liberdade do género humano, a todos os cantos do mundo levando a cruz da Redenção.

Dos pélagos oceânicos, aos ouvidos portugueses, sobem vozes de mistério entre sepulturas e serras de água: *Fomos os tristes mortais, os que a má sina perdeu; dêste abismo, nunca mais vemos terra ou luz do céu. Com os ossos dispersos, em trevas sempre imersos, esta sorte a chorar, não tem fim nosso penar. Em noite sem aurora, ó Portugueses que passais, lembrai-vos dos que nasceram para morrer afogados nas águas do mar sem fundo!*

*
* *

Louvor
e súplica
aos Santos

S. Geraldo, S. Teotónio de Coimbra, S. Frutuoso, Santo António de Lisboa, Santa Mafalda, S. João da Mata, S. Frei Gil, S. Gonçalo, Rainha Santa Isabel, Santa Joana Princesa, Beato Nuno de Santa Maria e todos os Bem-Aventurados que da Terra Portuguesa ao Céu subistes, para ver a face de Deus:

Pela terra de que vos formastes, pela água que bebestes, pelo sol e pelos astros a que os vossos olhos se abriram para as maravilhas da Criação:

Rogai a Deus pela vida de Portugal!

Por alma dos que vos geraram, pela fé dos Cavaleiros, dos Heróis e Mártires, pelo sangue português em justa guerra derramado:

Rogai a Deus pela honra de Portugal!

Dai-nos paz e alegria, ó Santos em glória, celestes padroeiros da Pátria Amada, convertei em virtude os pecados e erros da nossa gente, consolai os tristes, os pobres sejam socorridos por vossa intercessão; aliviai as dores dos enfermos, dai luz aos cegos da fé cristã, e vinde hoje, vestidos de graça, participar do nosso júbilo na comunhão geral dos afectos e do sentimento da nossa Grei:

Rogai a Deus pela glória de Portugal!

*

* *

Louvor
dos Santos
a Deus-
-Criador
de Portugal

A oração dos Santos agora ressoa nos ouvidos das almas, por milagroso éco de fé e esperança :

Deus e Senhor Nosso, dai-nos a bênção de salvação para a Terra Portuguesa em que a primeira luz vimos, e para Vós na fé da vida e da morte renascemos!

Deus Omnipotente, Rei e Senhor dos Mundos, para Vós todo o amor e glória dos Anjos, dos Santos e dos Homens! Glória e Amor, Senhor! Senhor!

Deus-Criador de Portugal que em nosso nome e para glória vossa, com fé viva ergueu templos e altares :

Louvado e bemdito sejais, Senhor, pela Pátria que nos destes, pelo Povo de que nascemos, pela Língua em que falámos e rezámos.

Sêde louvado na virtude sofredora das mãis, nos duros sacrifícios dos pais, nas esperanças dos filhos.

Bemdito sejais, Deus e Rei, pelos Reis e Rainhas, pela Cruz e pela Espada do Império da Fé.

Pelos Soldados e pelo Povo, louvado sejais, Senhor!

Conservai o ânimo e vigor dos Portugueses, perdoai aos que morreram, abençoai os porvindouros, e a nossa Pátria terrena, em todos os séculos viverá por sua honra e glória vossa!

Senhor! Senhor! No reconhecimento das graças e na esperança da virtude, todos nós, Portugueses, para sempre vos louvamos, por todos os séculos de séculos vos confessamos e glorificamos!

Te Deum Laudamus!

Na prisão, em 9 de Fevereiro de 1940.

Não me agradeças, não!

*SE te fiz algum bem, não mo agradeças:
foi Jesus quem to fêz por minha mão!
O que eu desejo é que tu não padeças
por falta de confiar na Redenção.*

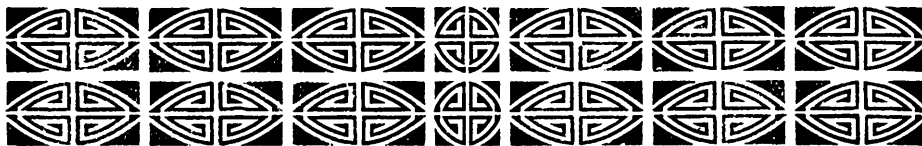
*Se te fiz algum bem, não mo agradeças!
Sou pobre pecador sem conversão,
que, redimido embora, traz impressas
nalma as traças da edénea maldição.*

*Deus faz o bem por meio do instrumento
que bem Lhe apraz e às vezes o mais vil
é o que Lhe dá mais alto aprazimento.*

*Não é santo o canal: é santa a fonte
que, do conduto abjecto, faz insonte
canal tam puro como os sóis de abril.*

São Paulo — Brasil.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS.



A Reconquista da Autoridade

por FERNANDO CAMPOS

JÁ não constitue novidade para ninguém, o afirmar-se que os filósofos do século XVIII, e depois, os doutrinários e expositores do seguinte, empenharam todo o seu esforço, empregaram o melhor da sua tática, em demolir instituições e em destruir disciplinas que os ensinamentos da História tinham mostrado ser absolutamente indispensáveis à vida das sociedades civilizadas.

Foi assim que, desde Rousseau e os Enciclopedistas precursores da Revolução Francesa de 89, aos sociólogos românticos do século passado e dêste ainda em que vivemos, não teve tréguas o combate ao princípio da Autoridade, a qual, aos olhos de gerações enformadas à luz das doutrinas demo-liberais, surgia como fonte indesejável de absolutismo e tirania. Há bibliotecas inteiras a combater êsse princípio básico das colectividades organizadas, e não foram poucos os autores que à sombra dessa campanha dementada conquistaram uma popularidade lamentável que chegou até nossos dias. Seria ocioso lembrá-los, tão gravados estão seus nomes na memória de todos nós.

No seu critério individualista, democrático, a Autoridade, principalmente quando encarnada num indivíduo, era o grande inimigo a derrubar, o monstro horrendo a aniquilar, por todos os meios legais ou ilegais, porquanto do seu exercício provinham os males de que enfermavam as sociedades e que êles se propunham remediar. Para êsses apóstolos da anarquia, — que é o têrmo para que tende o liberalismo — o bem mais precioso do homem consistia na *liberdade*, numa liberdade abstrata, numa liberdade absoluta, que teimavam em distinguir da licença, como se entre elas pudesse haver distinção apreciável. Era essa liberdade o bem inegalável que os homens tinham alienado ao firmar o famoso Contrato Social criado pela mórbida fantasia de Rousseau, êsse grande amigo da

humanidade, que punha os filhos na roda... se é que os teve alguma vez, o que não está averiguado.

Foi moda, também, no século passado, prègar a *libertação dos povos*, que deviam reformar as instituições por que se regiam e cujas virtudes tinham condicionado a sua formação e desenvolvimento, trocando-as pelo figurino que a França revolucionária decretava orgulhosamente.

Conforme o Doutor José da Gama e Castro justamente observava, êsses arautos e preceptores da *regeneração universal* confundiam o homem da natureza com o homem da sociedade, não reflectindo sequer em que os direitos do primeiro nunca poderão harmonizar-se com os direitos do segundo. E' que, no lúcido pensamento do genial doutrinário de *O Novo Príncipe*, «a natureza obra sempre segundo o interêsse do indivíduo; as leis sociais segundo o interêsse da sociedade: a natureza tende a satisfazer tôdas as vontades do primeiro; as leis sociais a reprimi-las em benefício da segunda: a natureza a separar; as leis sociais a reünir. Por outras palavras: o homem da natureza dirige-se pelas suas inclinações; o homem da sociedade regula-se pelos seus deveres». Donde, o citado tratadista concluía que pretender conciliar direitos individuais com direitos sociais, sem que os primeiros sejam grandemente restringidos, não passa de «um absurdo manifesto, ou antes de uma loucura».

Na demência do seu facciosismo, não viam também tais propagandistas que nem tôdas as liberdades convêm a todos os povos, que nem todos os princípios se podem aplicar indistintamente a quaisquer nações. Cada povo tem o seu carácter e o seu passado, depende da sua posição geográfica e dos seus antecedentes históricos, da mesma forma que nós dependemos daqueles que nos precederam na cadeia das gerações, do meio físico em que nascemos e vivemos e do ambiente espiritual em que nos criamos. E não devemos lamentar que assim suceda, pois, como alguém acentuou, tais dependências são salutaes, delas brotando a vida, a possibilidade de a sustentar e de a conservar, delas provindo também a fecunda diversidade dos temperamentos e caracteres.

A *liberdade* geométrica dêsses racionalistas demo-liberais é que não ia além do *absurdo manifesto* ou da *loucura* em que nos falava o Doutor José da Gama e Castro. As liberdades variaram sempre conforme os tempos e os lugares, revestiram aspectos vários segundo as raças e os climas. O próprio conceito que os homens delas formaram foi sempre influenciado pelas ideas filosóficas e políticas da época. Mas, com mais ou menos liberdades, diz-nos a História que puderam viver e prosperar as sociedades. O que nunca existiu foi um Estado que perdurasse sem autoridade

soberana, muito embora variasse o nome daquele que a exercia. O que nunca se viu foi um povo sem govêrno, nem govêrno sem autoridade. E' da sabedoria popular, — *haja um que nos governe...*

Mas os tempos vão mudados. Hoje, só raros se atrevem a pôr em dúvida que muito erraram aquêles que desdenhavam a Autoridade, persuadidos de que assim aplanavam os caminhos do futuro, rasgando novos horizontes aos destinos da humanidade; que muito erraram ao decretar o primado da liberdade, quando é certo que essa primazia pertence, nas sociedades, ao princípio da Autoridade. Confundiram, leviana ou propositadamente, o Poder com os seus abusos, como se não fôsem até bem mais perigosos e nefastos os abusos da liberdade, os desmandos da anarquia.

Vai já passada a superstição, e as inteligências esclarecidas entraram a reconhecer as virtudes da Autoridade, que é bem menos de recear e muito mais vantajosa quando exercida por um ou por poucos, do que quando são muitos a exercitá-la, caso em que mais sujeita se encontra às contingências da humana natureza. Em nossos dias, a ciência e a experiência política estabelecem, com a firmeza das verdades incontestáveis, que a Autoridade é o elemento fundamental dos agregados sociais, igualmente nos demonstrando as catastróficas conseqüências a que se expõem as sociedades que tentem iludir êsse princípio.

Vai longe, graças a Deus, a moda de achincalhar o Poder, de o abalar pelo ridículo, de rir da própria desgraça, como tristemente sucedia há meio século atrás. Hoje, só os espíritos desvairados pretendem ainda retroceder ao paraíso daquela liberdade de importação que aniquilou as nossas liberdades tradicionais; só os primários persistem em ignorar que a subordinação ao Poder não representa servidão, em desconhecer que *govêrno forte* não é sinónimo de tirania ou despotismo.

Assistimos à reconquista da Autoridade. E, nessa obra dignificadora, para bem da Nação e de nós próprios, a todos nos cumpre colaborar.





É, OU NÃO É?

por CÉSAR DE OLIVEIRA

HÁ um século que o problema se debate. E não há quem lhe encontre solução. Os filósofos, os teóricos, interrogam e interrogam-se. Os políticos respondem conforme os seus interesses ou os interesses das suas ideologias. — E' possível conciliar a Liberdade com a Autoridade? E' a Democracia compatível com a Ordem?

Nós somos dos que, desde sempre, negaram essa compatibilidade e essa conciliação. Liberdade e Autoridade, Democracia e Ordem, excluem-se, repelem-se. São princípios irreductíveis. São radicalmente antagónicos. Assim, é inútil toda a organização corporativa onde possam coexistir o liberalismo económico mais as suas leis da oferta e da procura. A Justiça social, que o Corporativismo possuía, é sempre contrariada pelo naturalismo deshumano da luta pela vida.

Em certos períodos de abundância, de fomento apressado e de universal tranqüilidade, as democracias chegaram a adquirir uma relativa compostura interna e externa parecida com a Ordem.

O funcionamento, ora complicado, ora hermético, do rotativismo parlamentar e governativo, tão oposto à aliciente simplicidade dos seus cânones doutrinários, feria, em pequenas agitações, um embate de mesquinhos interesses e de moderadas ambições, conducentes a uma precária ordem. Na prática, porém, o sistema não ia além de uma desordem organizada. Foi sempre assim, e assim será.

Freqüentemente, uma crise interna ou um perigo externo, impõem a necessidade de manter inflexivelmente a Ordem pela Autoridade. Então a Democracia nega-se a reconhecer o seu fracasso. Uma ditadura, franca ou camuflada de « plenos poderes », reduz, a bem ou a mal, os partidos à união sagrada e invoca o interesse nacional. Ao adoptar as draconianas medidas de emergência que põem um freio àquelas sacratíssimas liber-

dades que são a sua única razão ideológica de existência, salvaguarda-se com a resistência e defesa dos princípios democráticos contra a reacção interna ou contra o inimigo autoritário do exterior.

Terminada a guerra ou afastado o perigo, o sistema regressa à normalidade constitucional. Reincide, portanto, nos mesmos erros, nas mesmas pugnias estéreis, nas mesmas congénitas desordens.

A Democracia não se regenera. Regenerar-se, é renegar-se. Uma Democracia que se emenda, deixa de ser Democracia.

*
* * *

Quando há vinte anos a paz mostrou a sua carranca hedionda aos homens que suportaram a guerra e a viveram, — assim escrevia António Sardinha, comentando o fim de uma «*união sagrada*» que salvara a França da derrota inevitável: — «Porta-voz da concórdia na hora do perigo, como enfaticamente se intitulou, é Briand quem se apressa a denunciar como extinta a «*união sagrada*», que tornou viável a resistência da França. E sobre o corpo da pátria desfeita e inerme, ei-lo que levanta de novo a bandeira fraticida do partidarismo. Não oculta Briand a sua preocupação pela sorte futura do regime, trabalhado por correntes diversas e irreconciliavelmente antagónicas. «*Os exércitos da Democracia é que venceram e é impossível separar a França da Democracia*». E à roda deste motivo, o discurso do tribuno se desenrolou, arrastado e odioso, não faltando à convocação de Briand nenhum dos lugares-comuns do velho radicalismo burguês».

Esta felonía abominável, esta ingratidão sem nome com que as democracias pagam sempre os mais sagrados e solenes sacrifícios e as renúncias mais dignas de veneração, não as estranhámos nós. Não as estranhámos porque nunca duvidámos de que, por detrás de todos os chamamentos, mais ou menos hipócritas, às forças morais do presente ou do passado, está uma ideologia que mal sabe dissimular-se nos momentos de perigo, mas que, na hora do triunfo, se ri cínicamente de todos os sacrifícios e de todas as renúncias. Não se alarmava nem surpreendia o grande rejuvenescedor do Nacionalismo português, ao verificar tamanha impudência, a impudência com que as democracias renegavam a «*união sagrada*» como perigosa para as Nações vencedoras, já que o não fôra para combater e morrer por elas durante uma agonia sem igual na história...

*
* *
*

As realidades e o interêsse nacional galgam muitas vezes a barreira dos princípios. Por isso as democracias recorrem a ditaduras disfarçadas nos grandes blocos partidários ou cartéis parlamentares.

Este expediente, porém, é precário como todos os expedientes. Esses blocos heterogénios são roídos surdamente pelos mesmos despeitos e ambições que agitam em bravos clamores os partidos de oposição.

Para se refazerem numa ditadura prolongada, as democracias têm periódicas necessidades de uma guerra prolongada. Não importa que essa guerra seja estúpida, absurda, perigosa, catastrófica. E' a guerra. E como, embora mantida e conduzida pelos mesmos processos do militarismo e do totalitarismo execrados, — é feita em nome dos sagrados princípios da Liberdade e dos direitos do Homem — não faltam reivindicações nacionalistas que se ofereçam numa total abdicação, em holocausto à Pátria em perigo.

Os verdadeiros democratas lamentam o eclipse da Liberdade. Mas como sabem que a Democracia não abdica nunca, perdoam o mal que lhes sabe de momento, pelo bem que lhes fará no futuro.

Já um francês ilustre, mal humorado teórico do mais desaforado radicalismo, escrevia aí por 1912: — «Fazei a guerra, se não sabeis governar na paz.»

Assim é, de facto. A guerra é o recurso extremo das democracias naufragadas, mas que se não resignam à morte, ciosas de um predomínio que não sabem nem podem conservar. E quando elas são pletóricas de ouro e senhoras do mar, como Cartago, ou cuspinhosas de espiritual embófia, como Atenas, — não há justiça que as comova, nem razão que as detenha.

Perdem a compostura que às vezes aparentam. De imaginárias ameaças, fazem perigos reais e concretos. Desconfiam de todos e de si próprias. Vivem da ficção; agitam-se na mentira. Pela mentira ou pelo suborno, criam o ambiente bélico. E, preparado o rastilho que fará estoirar o conflito, lançam-se regaladamente na Grande Aventura.

*
* *

Preparada às claras, e com um descaramento atroz nos seus objectivos bem determinados ao aniquilamento de um povo, esta guerra não

surpreendeu ninguém. Se é verdade que todos a temiam, mais certo parece que todos a desejavam. Porquê? Este é um dos capítulos mais espantosos e escabrosos da história contemporânea. Mas, se não surpreendeu ninguém, certos «reviramentos» diplomáticos, que de poucos dias precederam a guerra, escandalizaram meio mundo. E as imediatas conseqüências das origens confessadas do conflito, decepçionaram a outra metade. Por fim, a sem-cerimónia com que, ante a complacência dos beligerantes, a Soviécia se lança ao assalto do Ocidente, dá que pensar a todos os que ainda conservam a cabeça para a nobre missão de pensar... Pois quê? Por um simples palmo de mau chão, que todos reconheciam solo germânico, desencadeou-se uma guerra que bem poderia ser o fim-do-mundo, e permite-se que um dos mais representativos esteios da ex-frente da paz devore, anexe ou submeta à sua influência os Estados orientais da Europa? A lógica e a coerência não são chamadas para estas coisas... Mas o homem simples, e, por sua simplicidade, estranho às pugnas ideológicas que se travam pelo mundo, aperta o queixo na mão e medita: — E' singular! Que guerra é esta onde os homens públicos de Estados que não quebraram entre si as relações diplomáticas, se insultam como arrieiros? Que estranha guerra é esta onde uma das partes beligerantes proclama luta de extermínio ao regime político do adversário, e ao mesmo tempo procura captar, se não a simpatia, pelo menos a neutralidade de países com idêntico ou equivalente sistema de govêrno? Dar-se-á o caso de que houvesse interêsses inconfessáveis empenhados na declaração da guerra, e que imponham o seu absurdo prolongamento? Ou estaremos, na realidade, em face de um irreduzível conflito de ideologias?

*

* *

Afinal, é, ou não é? Esta guerra, que ninguém pode afirmar que já acabou ou está para começar, esta triste lamentável coisa que para aí se arrasta, — é ou não uma guerra ideológica? Trata-se apenas de um expediente para remediar determinadas crises internas e desprestígios externos de algumas democracias? Procura-se arrumar, à-má-cara, esta suja casa europeia, posta numa polvorosa pelo «diktat» de Versalhes? Ou pretende-se apenas, e muito limpamente, ganhar tempo para que a influência soviética alastre até ao coração da Europa, de onde lhe não será difícil ensaiar mais alto vôo para o resto do mundo?... Tudo é possível nesta cansada indigestão de medo e de incontínências palavrosas.

No entanto, se há objectivos encobertos, os fins mais claros e convincentes são os que estão à vista: — Há políticos, há jornais, há emissoras que todos os dias confessam que não são os interesses nem quaisquer hegemonias imperialistas que comandam esta guerra, mas sim aquêles sagrados princípios de liberdade pelos quais tantas gerações deram o seu sangue. Pura guerra ideológica, portanto, e é ver como estremecem de indignação e de pavor sagrado só ao pensar-se na possibilidade de uma paz que não arrase de vez todos os totalitarismos até às suas mais distantes raízes, até às suas mais remotas conseqüências! Todos os totalitarismos, bem entendido, excepto o bolchevista. Por sua vez, outros estadistas, outras rádios, outras imprensas, afirmam que está apenas em jôgo o equilibrio europeu, e que não se trata de uma luta de ideologias, mas de uma guerra preventiva contra o espírito agressivo do «hitlerismo», que é como quem diz do nacionalismo germânico. E alguns homens de Estados que não são totalitários nem deixam de o ser, não dizem que sim nem que não, antes pelo contrário. Em que ficamos?

Em três meses de guerra encontramos-nos quási convertidos à Democracia pelas seráficas homilias da B. B. C. e de outras untuosas pregações, de onde se excomungam todos os nacionalismos. Estaremos então em vésperas de lançar às urtigas aquêles princípios que fizeram e consolidaram a Revolução Nacional?

Humildemente levanto para o Alto a minha débil voz, numa súplica angustiada pela inquietação e pela dúvida:

— Estamos em presença de uma guerra de morte entre dois imperialismos?

— Será antes uma guerra preventiva ou púnica?

— Trata-se, pelo contrário, de interesses inconfessáveis que só na guerra podem desenvolver-se?

— Ou existe, de facto, uma irredutibilidade total de princípios agressivos e expansivos, que dá a êste conflito o carácter alarmante de uma exterminadora guerra de ideologias?

... Está aqui um pobre homem à espera da resposta...

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1840

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Julho

Dia 1 — A Câmara volta a representar à Rainha, como em 22 de Fevereiro último, sobre a conservação do corpo militar. Porém, em 18 de Agosto já aqui não existia o regimento n.º 18 de infantaria.

Dia 8 — Deram-se repiques de sino ao romper da aurora, ao meio dia e à noite, por passar o aniversário do desembarque do *Exército Libertador* nas praias do Mindelo. — P. L.

Dia 9 — A secretaria da administração geral do distrito de Braga deu a relação dos indivíduos de Guimarães que podiam ser elegíveis para senadores, na conformidade da Lei, a saber: Barão de Vila Pouca, Barão do Almargem, Nicolau de Arrochela Malheiro, João Baptista Felgueiras, D. Manuel Noronha e Portugal, Francisco Martins da Costa, Domingos Cardoso de Macedo, Manuel de Freitas do Amaral, João de Melo Pereira de Sampaio, Rodrigo Lôbo de Sousa Machado e Couros, José Martins da Costa, António de Nápoles Vaz Vieira de Melo Alvim e José Pinto Coelho Guedes.

Dia 10 — Houve repiques de sino ao romper da aurora, ao meio dia e à noite, por motivo do aniversário de S. M. a Imperatriz D. Amélia, viúva do Imperador D. Pedro. — P. L.

Dia 11 — Foi justicado em Freixeiro de Basto o infeliz Quijo, que pelos seus enormes crimes de assassinio e roubos foi sentenciado a sofrer a pena última. — P. L.

Dia 25 — Tomou posse do Chantrado desta vila o cônego prebentado da Colegiada, João Baptista Gonçalves Sampaio, nomeado por um decreto de Sua Majestade («pedido por êle com todo o empenho») sem ser confirmado pela Santa Sé, segundo a Concordata de S. M. a Senhora D. Maria II com a mesma Santa Sé, vindo, por conseguinte, a duvidar-se da legitimidade do seu título. Este indigno membro de tão ilustre corporação, movido pelos desejos de querer figurar («foi sempre a sua balda») não duvidou sujar a sua corporação com mais êste procedimento. Nesta mudança não fez mais interêsse do que fazia na prebenda em que estava de posse canonicamente. — P. L. — *N. B.* Foi o penúltimo possuidor desta dignidade de Chantre-Presidente do Cabido, vaga desde 27 de Outubro de 1830, e foi a primeira nomeação que houve para esta Colegiada, depois da guerra civil.

Agosto

Dia 4 — José Manuel, botequineiro (pai do Vago Mestre), deu algumas pancadas em um lavrador que com um carro lhe quebrou um pau de empanada que tinha à porta do botequim. O lavrador ficou

mal tratado, e quis querelar; porém o José Manuel deu-lhe algum dinheiro para se acomodar. — P. L.

Dia 11 — Houve em Lisboa um grande motim feito por alguns soldados da guarda municipal e povo, o qual foi logo acomodado pela tropa de linha, sendo presos uns trinta e tantos amotinados. Os vivos que deram os revoltosos foram à Constituição de 20 pura e à Rainha e morras ao ministério. Também se deram alguns vivos isolados à Republica. Os principais agentes dêste motim eram republicanos. — P. L.

Dia 14 — Foi eleito secretário da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira o cônego magistral Domingos de Sousa Guedes Aguiar e tesoureiro Luiz António de Carvalho, negociante, na rua dos Mercadores. — P. L.

Dia 23 — Realizou-se a festa do milagroso S. Roque da Serra, como era de costume, só com a diferença de que os festeiros arranjaram uma mascarada de vários oficiais de officio, fingindo uma guerra de cristãos com os turcos, combatendo uns com os outros na defesa de um castelo, que estava feito no mesmo monte. Tôdas as figuras estavam bem vestidas e a concorrência do povo foi imensa. — P. L.

*

De madrugada foi o administrador do concelho com tropa e polícia armada à freguesia de Abação para prender alguns ladrões que já há tempos andavam por aqueles sítios, não trazendo preso senão um desertor que vinha em um carro mortalmente ferido (morreu passados alguns dias no hospital desta vila), o qual resistiu até se dar à prisão. Também vieram presos o dono de uma taberna, onde êle ia comer, assim como o lavrador onde êle ia dormir. — P. L.

Setembro

Dia 3 — Chegou um forte destacamento de infantaria n.º 19 que estava em Viana, para se demorar nesta vila alguns dias, em consequência de se ter revoltado em Castelo Branco o batalhão de infantaria n.º 6, dando vivas à Constituição, à Rainha e pedindo a demissão do ministério. — P. L.

Dia 5 — A Câmara representa à Rainha pedindo resolução se os muros da vila que restavam deviam ser perpétuamente conservados unicamente para encôsto dos moradores, ou se a municipalidade podia deles dispor em benefício público.

*

Chegou a esta vila o casco do batalhão de infantaria n.º 19, que se vinha reunir à força que já aqui se achava.

Dia 7 — Pela secretaria do ministério da guerra. — O comandante da 4.ª divisão dá parte que não há novidade e comunica que o batalhão de infantaria n.º 19 marchava por sua ordem neste dia (!!!) para Guimarães. — P. L.

Dia 12 — Pelas 11 horas da noite saíu para Amarante o batalhão de infantaria n.º 19, por motivo da revolta do batalhão de infantaria n.º 6. Com o mesmo fim marcharam tropas do Pôrto. — P. L.

Dia 17 — Por uma grande escolta do 18, foi preso nas Caldas de Vizela, Manuel Inácio de Matos, tesoureiro-mor da Sé de Braga e vigário capitular que tinha sido dêste arcebispado, antes da nomeação do actual vigário capitular e do arcebispo eleito, Pedro Paulo. O motivo da prisão foi o êle ter-se envolvido na conspiração cartista que nestes últimos tempos se tinha desenvolvido em Lisboa e em Castelo Branco. — P. L.

Dia 20 — Vindo do Pêso da Régua chegou aqui o batalhão de infantaria n.º 19. Marchou no dia seguinte para Viana, em consequência de ter entrado na Espanha o comandante de infantaria n.º 6 (na ocasião em que ia a entrar na Espanha foi assassinado pelos seus próprios soldados) com os oficiais e pessoas que tinham entrado na revolta de Castelo Branco. A maior parte dos soldados apresentou-se às tropas fiéis. (P. L.). — *Nota:* Em 26 de Agôsto o tenente-coronel de infantaria 6, Miguel Augusto de Sousa, revolucionou-se em Castelo Branco com o corpo do seu comando, dando vivas à Rainha e à Constituição de 1838; o 19 para ali man-

dado, não chegou a passar de Mezãozinho porque os revoltosos se haviam submetido.

Dia 22 — Foi levantada a suspensão ao cônego da Colegiada desta vila José Bento (Ribeiro) Agra, o qual tinha sido expulso pelas medidas gerais do Governo Constitucional, por o *exequatur* ser passado pelo Sr. D. Miguel como Rei. — P. L.

Dia 26 — Nasce na freguesia de Santa Cristina de Longos Manuel Joaquim Gomes, negociante em Braga. Foi o fundador do elevador do Bom Jesus do Monte, o primeiro construído no país.

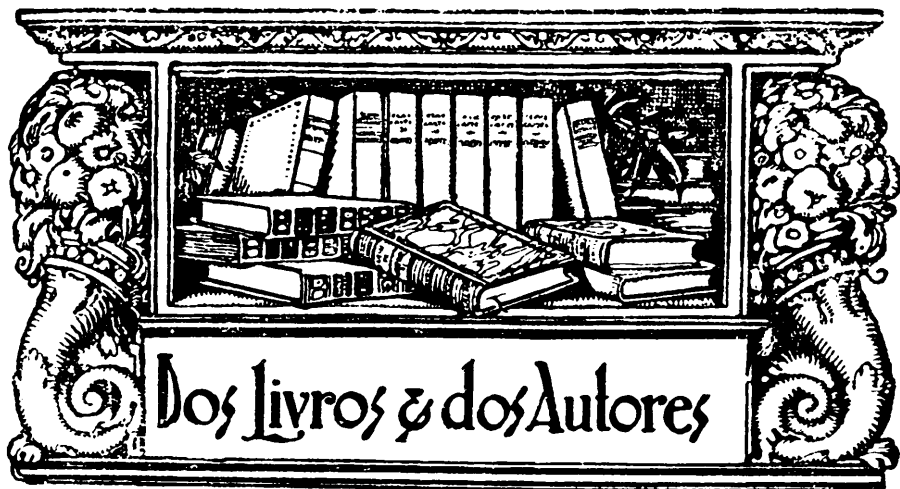
JOÃO LOPES DE FARIA.

Para o monumento a António Sardinha

Foram recebidos os seguintes donativos:

Armando M. Ribeiro da Silva	50\$00
J. Teixeira de Aguiar.	50\$00
António M. Ribeiro da Silva.	50\$00
Francisco de Assis Pereira Mendes.	50\$00
Manuel Alves de Oliveira	50\$00
Rodrigo Menezes da Silva Basto	20\$00
Domingos Leite Castro	20\$00
João Maria M. de Sequeira Braga (Aldão).	20\$00
Dr. Fernando Aires	20\$00
Francisco Ramos	20\$00
Padre Francisco Silva.	10\$00
	360\$00

Estas importâncias, destinadas ao monumento erigido em Monforte ao grande Mestre nacionalista, foram entregues ao Sr. Dr. Feliciano Ramos, delegado no Norte da Comissão Organizadora de tão justíssima como simpática homenagem.



ANTOLOGIA DE SERMÕES DO PADRE
ANTÔNIO VIEIRA, por *Mário Gon-
çalves Viana*, Editora Educação Na-
cional. Pôrto, 1939.

O presente volume é o 2.º da colecção *Autores Clássicos* que sob a direcção do sr. dr. M. G. V. a Editora Educação Nacional iniciou há pouco. O 1.º volume é constituído por *Sermões e Lugares Selectos* também do padre António Vieira. Este é composto por excerptos dispostos metódicamente e precedidos de um *Ensaio histórico-crítico* sobre o padre António Vieira, da autoria do organizador da colecção, no qual é estudado o grande clássico sob diversos aspectos, tais como inovador, como erudito, como político, como historiador, como sacerdote e como cidadão, ao mesmo tempo que a sua linguagem, o seu pensamento e a sua sinonímia.

Para os que queiram fazer o conhecimento da figura e da obra do padre Vieira estes dois volumes do trabalho do dr. M. G. V. serão de precioso auxílio e podem, por certo, preparar o caminho a quantos sobre ele queiram escrever, ao mesmo tempo que poderão fazer um estudo mais racional da sua linguagem para cuja feição especial o autor constantemente chama a atenção do seus leitores.

Não seria de desaconselhar que estes dois volumes fôsem seguidos de um 3.º em que se fizesse uma selecção cuidadosa das principais cartas do ilustre jesuita, o que valorizaria ainda mais a colecção *Autores Clássicos*.



IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV. Ber-
lin. Heft 1, 2. April 1939, Juli 1939.

Esta excelente revista continua a visitar-me com a regularidade que lhe é peculiar. De entre a variadíssima colaboração publicada nos dois números que tenho presentes e toda ela constituída por ensaios e artigos sobre os países ibéricos e ibero-americanos, destaco os seguintes que nos interessam em especial: *Portugal in Vergangenheit und Gegenwart*, por Gertrud Richert; *Zur Kunst-und Kulturgeschichte der Zeit Moritz von Nassaus in Brasilien*, por Otto Quelle; *Die Azorischen Inseln und die Erschliessung der Neuen Welt*, pelo Dr. Gustavo Cordeiro Ramos; *Deutscher Anteil an der kulturellen Entwicklung des Brasilianischen Kaiservichs*, por Florian Kienzl.

Publica também a sua habitual secção bibliográfica em que se faz larga referência a livros portugueses.

A UNIDADE ALEMÃ, pelo Dr. Oswald Barão Hoyningen-Huene. Coimbra, 1939.

Em elegante edição, publicou há tempos o Instituto Alemão da Universidade de Coimbra a conferência que, sob o título anterior, naquele estabelecimento proferiu em 3 de Março de 1939 o sr. Ministro da Alemanha em Lisboa, na qual o distinto diplomata procura justificar a política nacional-socialista no sentido de reunir num só — a grande Alemanha — todos os estados alemães ou aquêles que os supremos dirigentes do partido «nazi» consideram alemães.

Quando o A. proferiu as suas palavras — que, diga-se de passagem, são deveras lisonjeiras para Portugal e para os seus governantes — ainda a nova guerra não estalara. Todavia já se pressentia o rugir subterrâneo do vulcão que, meio ano andado, principiaria a cobrir a Europa e o mundo com a sua lava ensangüentada.

Compreendo que um alemão do III Reich procure justificar a absorpção da Austria. Nos nossos dias não há propriamente interesse nacional na Alemanha; há, sim, o interesse particular do partido que circunstâncias várias levaram ao poder. Mesmo que o III Reich saísse vencedor da guerra actual, se veria logo a inconsistência dos laços que hoje parecem ligar fortemente os vários estados germânicos.

Os alemães têm provado em mais de 2.000 anos de história que só ante o perigo são capazes de se unir. De resto sempre a Alemanha foi o povo de onde surgiram algumas das ideas revolucionárias que, uma vez semeadas, levaram ao delírio e à sangueira da Revolução Francesa e das mil-e-uma revoluções que se lhe seguiram. Lutero, Kant e Marx eram alemães e em nossos dias o maior cataclismo que se produziu — o estabeleci-

mento do bolchevismo na Rússia — foi a Alemanha que o provocou. Justificar tais actos, fundando-os numa necessidade histórica muito discutível, não me parece que absolvam a política de unificação violenta que desde 1871 vem sendo seguida.

Tem-se confundido a Alemanha com a Prússia e êsse é o erro dos que supõem que a unificação alemã seja o sonho de todos os alemães. O que houve desde o grande Eleitor foi a ambição prussiana sobre todos os estados em que a *Mittel Europa* se dividia.

Os reis da Prússia procuraram realizar a sua ambição reduzindo tôda a Alemanha ao seu domínio; Adolfo Hitler, herdeiro espiritual de Frederico II e de Bismarck, procura reduzir ao domínio da Alemanha os estados limítrofes. A ignorância ou desprezo desta verdade só podem ser prejudiciais à civilização, que não é positivamente a que preconiza a *Mein Kampf* e outros brevíários do nacional-socialismo.



ARTE E HISTÓRIA, por Armando de Mattos. Guimarães, 1939. UM VERBETE DE BIBLIOGRAFIA ARTÍSTICA, pelo mesmo autor. Guimarães, 1936.

Constituem estes dois volumes separatas da nossa *Revista*. O primeiro é uma sã lição de nacionalismo construtivo, feita aos alunos do Colégio Brotero, da Foz do Douro, em forma de conferência, e nela são exaltadas algumas das nossas mais belas manifestações de arte arquitectónica, desde os mosteiros minhotos até aos Jerónimos e à Torre de Belém, ao mesmo tempo que são evocados muitos dos factos e dos nomes ligados a tais monumentos.

E' um trabalho escrito com fluência e

elegância e que muito bem fez o A. em publicar em separata para que tenha a larga divulgação que merece.

O segundo é um curioso estudo de um livro raríssimo de que o A. possui um exemplar *Prendas da Adolescência, ou Adolescência prendada* do dr. José Lopes Baptista de Almada, livro dedicado «principalmente para os inclinados às Artes, ou Prendas de Escrever, Contar, Cetrear, Dibuxar, Iluminar, Pintar, Colorir, Bordar, Entalhar, Miniaturar, etc». Livro curiosíssimo sob todos os aspectos, pena é que o Anotador o não tivesse publicado na íntegra, pois se limita a dar notícia do seu conteúdo e partes de que se compõe, sendo apenas publicados integralmente as Prendas IV e V respectivamente sobre a *Arte de iluminar, e clorir e Arte de miniaturar*. Tal como é, constitui um exemplar digno de nota entre a nossa restrita bibliografia sobre as artes de que se ocupa.



O PAI, por L. Rouzic. Tradução, adaptação e notas de Mário Gonçalves Viana. Editora Educação Nacional, Ld., Pôrto.

É este volume o primeiro duma trilogia que se conclue com *A Mãe e A Família*, e que em boa hora o dr. M. G. V. traduziu e a Educação Nacional editou em português. Livro profundamente sã, cheio de ensinamentos e bom senso, recomenda-se não só aos pais como também aos filhos, pelo bem que a estes, como àqueles, pode vir a fazer. Escrito com simplicidade e clareza, é farto repositório de conselhos dentro da mais estrita e absoluta ortodoxia, e pode sem receio ser pôsto nas mãos dos nossos filhos a quem não pode deixar de fazer senão bem.

Divide-se em duas partes, tratando-se na primeira da *Missão do pai* e na segunda

dos *Deveres filiais*. É livro que, com poucos mais no género, muito pode contribuir para a reeducação de pais e filhos de Portugal, em grande parte transviados por doutrinas deletérias e por educações amorais, em que há ausência absoluta do mais elementar respeito, base fundamental das relações familiares.



ROTEIRO DA RIBEIRA LIMA, pelo Conde d'Aurora. 2.^a edição revista e muito aumentada. 1939. Domingos Barreira. Editor. Pôrto.

É já conhecido este curioso livro que aparece agora em 2.^a edição, revista e aumentada, ilustrada com admiráveis desenhos à pena de José Luiz Brandão, artista que se afirmou e singra hoje na sua rota sem carecer de favor para que o considerem de raça.

O sr. Conde d'Aurora, de estilo nervoso e todo cheio de vida estuante, é dos mais curiosos escritores dos nossos dias. Embora na sua obra não haja aquela uniformidade que muitos desejariam, a sua versatilidade (à inglêsa, meus senhores!...) leva-o a tratar sempre da mesma forma tersa e cheia de nervos os temas mais dispares.

Este seu *Roteiro* é livro para se ler e reler cuidadosa e enlevadamente ao canto da lareira enquanto se nos não depara o momento ditoso de o levarmos connosco por essa abençoada Ribeira Lima, a encher os nossos olhos de beleza da criação, nesse alfofre que é o Minho. Lê-se num ápice (e são quasi 300 págs.) e relê-se com vagar e regaladamente. Quem nos dera que todos os escritores de Portugal nos deixassem, como obra prima de amor e carinho, o roteiro das suas respectivas regiões ou províncias, que vistas através dos seus olhos nos pareceriam talvez mais

belas ainda. Dêsse encargo já se desquitou o sr. C. d'A. e com que galhardia! E se algo mais se pode, neste ponto, esperar do distinto escritor, êsse é o roteiro de todo o Minho. E creio que nenhum como êle o poderá fazer tão bém. Para prova, aqui temos êste *Roteiro* que nos ensina a visitar «garreteamente» essa abençoada região que o velho Lima de lendas banha.



BOLETIM CULTURAL. *Suplemento trimestral do Boletim da Câmara Municipal do Pôrto*, vol. II, fascs. III e IV. Setembro e Dezembro de 1939.

Êste belo repositório de estudos portugalenses — indispensável na estante de todo o homem culto, mas absolutamente imprescindível na de todo o portuense orgulhoso da sua Terra — conta mais dois números publicados que, como habitualmente, contém escolhida colaboração.

Entre os estudos publicados no primeiro são dignos de menção os seguintes: *A beleza venceu*, por Joaquim Leitão; *O Arciprestado*, por António Ferreira Pinto; *Três fases do jornalismo portuense*, por A. de Magalhães Basto; *Garrett e o Pôrto*, por Henrique de Campos Ferreira de Lima; *Cartas do Capitão António de Saldanha sobre a empresa de Túnis de 1535*, por António Cruz; *O Pôrto na Restauração*, por Fernando Guimarães.

O segundo, dedicado às comemorações do centenário de Júlio Deniz, e todo êle preenchido com colaboração referente ao grande escritor, encerra estudos valiosíssimos, dos quais me permito destacar: *Júlio Deniz, valor moral da sua obra*, por Joaquim Costa; *A lição do «Senhor João Semana»*, pelo prof. dr. Fernando Magano; *A medicina na obra de Júlio Diniz*, pelo dr. Luiz de Pina; *Júlio Diniz e a tra-*

dição literária da Escola Médica do Pôrto, pelo prof. dr. Hernâni Monteiro; *Júlio Deniz, médico e professor*, pelo prof. dr. Almeida Garrett; *Uma lição de psicologia a-propósito da obra de Júlio Deniz*, por Eugénio Aresta; *Júlio Deniz no campo da Etnografia (Notas)*, por Luiz Chaves; e *Ensaio de uma biografia iconográfica Júlio-Deniziana*, pelo dr. A. de Magalhães Basto.

Ambos os fascículos são copiosamente ilustrados, trazendo o n.º III a relação das publicações entradas nos meses de Maio a Julho de 1939 na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, e a estatística de leitura e frequência da mesma biblioteca no mesmo período.



OCIDENTE. *Revista portuguesa mensal*. N.º 25 a 28. Maio a Agosto de 1940.

Com a habitual pontualidade — já o frizei várias vezes: é caso inédito nas revistas portuguesas — tem saído esta importante revista que Manuel Múrias e Alvaro Pinto proficientemente dirigem, e a que o entusiasmo e a dedicação dêste último dão vida.

Os numeros que tenho presentes são, como de costume, admiravelmente colaborados e ilustrados com primorosas gravuras, algumas delas constituindo reproduções de quadros e desenhos de elevado valor artístico, outras focando variados aspectos da Exposição do Mundo Português.

Além das suas secções habituais «Sob a Invocação de Clío», redigida por Rodrigues Cavalheiro; «Notas de Arte», de Diogo de Macedo; «Nos Domínios da Etnografia e do Folclore», de Luiz Chaves, «Bibliografia», e «Notas e Comentários», de Alvaro Pinto, publicam estes números,

entre outros, os seguintes estudos e trabalhos literários:

Raça e continuidade histórica, por A. A. Mendes Correia; *Le Bourgeois Gentilhomme et O Fidalgo Aprendiz*, por Afrânio Peixoto; *Cartas de Curros Enríquez a António Feijó*; *Vida e Obras de Gil Vicente* (continuação), por A. Braamcamp Freire; *Lettres de Suède*, por Mercedes de Castro Feijó; *Helena* (romance), por F. Dantas da Gama; *Cultura e incultura do Povo*, por Augusto da Costa; *Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração* (conclusão), por Eduardo Brasão; *Os Frades portugueses e as guerras da Independência*, por Angelo Pereira; *Mousinho de Albuquerque paradigma do heroísmo*, por Carlos Parreira; *Crítica do Socialismo*, por Rui Enes Ulrich; *Tetralogia do Príncipe Imaginário* (3.º e 4.º Dramas líricos), por João Castro Osório; *Utilidades da música através dos tempos*, por M. de Sampaio Ribeiro; *Dante nella Storia delle idee politiche*, por Aldo Bizzarri; *A crise em seus aspectos morais*, por Augusto da Costa; *Humanismo de Frei Agostinho da Cruz*, por A. L.; *Elizabethan England*, por Aubrey F. G. Bell; *O pessimismo trágico na poesia de Manuel Laranjeira*, por Rui Galvão de Carvalho; *Jardins e palácios dos Marqueses de Fronteira*, por J. Cassiano Neves; *Assim era ensinada a história*, por Américo Pires de Lima; e *Curiosidades -- Quem era a mãe de D. João I*, pelo sr. Marquês do Lavradio.



AFONSO DE ALBUQUERQUE, por Mário Gonçalves Viana. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1939.

Continuando a nobre tarefa de tornar acessíveis do público menos culto as fi-

guras mais representativas nas nossas letras e na nossa história, o sr. dr. M. G. V. escreveu mais uma das suas singelas biografias que a Editora Educação Nacional benemêritamente editou na sua colecção de «Figuras Nacionais».

A figura de Afonso de Albuquerque encheu o seu século, embora o quadro das suas proezas decorresse durante dez breves anos apenas. Mas de tal envergadura foi o homem e tão grande foi o seu génio que ainda hoje a sua sombra cobre a Índia e o seu nome enche a nossa história.

O que foi a sua vida agitada e a sua acção formidável contano-lo o A. em palavras simples mas incisivas, ressuscitando aos nossos olhos a prodigiosa figura do Herói que encheu o século de Quinhentos com a sua fama só igualável à de Alexandre ou à de Napoleão. A personalidade do famoso general e marinheiro é-nos apresentada sob os seus múltiplos aspectos, e a sua obra é descrita e justificada não só dentro do seu tempo mas também do nosso que, em muitos casos, é subsidiário do génio do grande Albuquerque. Assiste-se através desta obrinha ao erguer da obra do valente guerreiro em cuja época mesquinha êle mais avulta em tóda a sua grandeza. Ele é bem, como diz o A., um «vulto colossal, superior aos maiores generais de que o mundo se orgulha, porque foi grande em tudo: na virtude e na coragem, no entusiasmo e na fé, na rectidão e no talento administrativo».

Foi um precursor e anteviu, com a antecedência de alguns séculos, maravilhosas concepções de política colonial».

Fornece-nos igualmente esta obrinha copiosas informações sobre a Índia e a sua história, bem como sobre a projecção da figura de Albuquerque na arte, na história e na literatura.

MUSSOLINI, por *Giorgio Pini*. Capelli-Editor. Bolonha, 1939.

Neste volume procura-se dar, em resumo, a vida do ditador italiano desde o nascimento até às vésperas da actual guerra, realçando-se a sua actividade como socialista e como fundador do fascismo, estudando-se a sua obra e, num capítulo à parte, a sua personalidade. Pela obra acham-se disseminados muitos excertos dos mais importantes discursos pronunciados desde que Mussolini declarou guerra ao Estado liberal e friza-se a concordância que se tem manifestado entre as palavras e os actos do ditador.

Muitas ilustrações completam o livro e mostram-nos atitudes várias do fundador do fascismo desde a infância até aos nossos dias e em tôdas elas, até nas da idade juvenil, se vinca bem a dureza de traços fisionómicos dêste romano em que se conjugam as feições de Augusto Bonaparte.

A tradução, bastante defeituosa, seguindo literalmente o original italiano, o que prejudica a clareza em mais de uma passagem.

A edição é elegante e ilustrada na capa com uma expressiva fotografia do ditador italiano.



PROTECÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA ITÁLIA, por *Pietro Corsi*. Società Editrice di Novissima. Roma, A. XVII.

Obra de propaganda, como a anterior, é também um interessante estudo dos processos usados pelo Estado fascista para combater o decrescimento da natalidade, primeiro, para proteger a mãe e a criança, depois. A Itália sofreu também durante séculos do mal do decrescimento da natalidade, de que ainda sofrem hoje

muitos Estados europeus. Compreendendo inteligentemente o perigo que daí advinha não só para o seu país, mas, sobretudo, para o êxito da sua doutrina no futuro, Mussolini procurou muito cedo atalhar o mal.

Neste volume faz-se um resumo das tentativas empreendidas antes do advento do fascismo e dos meios empregados desde a instalação dêste no Poder. Mostra-se a política do fascismo em relação à protecção à infância e à maternidade, às crianças abandonadas e aos menores anormais ou transviados. Sob êste último aspecto é deversas notável a acção da Obra Nacional de Maternidade e Infância (O. N. M. I.) que muitos ensinamentos pode dar aos países que procuram seguir na peugada da Itália.

O volume é copiosamente ilustrado com fotografias e com gráficos.

A tradução sofre dos mesmos defeitos da anterior, e a edição é também muito elegante.



CAMÕES POETA BUCÓLICO, por *Francisco da Costa Marques*. Coimbra, 1939.

Êste opúsculo constitui um trabalho apresentado pelo seu A. à Faculdade de Letras de Coimbra em Maio do ano passado, e nêle se estabelece um paralelo entre a obra bucólica de Camões e a de Vergílio, retomando o fio do que já fôra dito no século XVII por Faria e Sousa «o que mais se interessou até hoje pelo valor literário e artístico do seu (de Camões) bucolismo». E assim «sem rasgos de originalidade, que o género bucólico — restrito e limitado como é — não comportava, Camões soube assimilar sem cair na imitação pura e fiel. Colheu em Vergílio a sugestão bucólica, o lineamento geral das éclogas, uma ou outra imagem das me-

lhores que o poeta latino apresenta, mas ficou-se por aí, sem seguir *pari passu*, como por vezes o fêz António Ferreira, todo o movimento dos bucólicos de Vergílio». E acentua: «Acrescentou-lhe, pelo contrário, muito da sua pessoal inspiração.»

E depois de comparar as éclogas 1.^a e 3.^a de Camões com a 2.^a bucólica de Vergílio, para documentar o exposto, o sr. F. C. M. continua o paralelo dos dois grandes poetas:

«Em Vergílio o tom é mais apaixonado e veemente. Em Camões reveste o aspecto de uma branda censura. Em Vergílio há preocupações materiais: procura-se convencer o ente amado pela enumeração das qualidades físicas e dos bens do pretendente. No nosso poeta tudo é emoção... literária, e o amor entra ali despedido de qualquer preocupação material.»

Tendo cotejado as variadas passagens das éclogas camoneanas que seguem outras das bucólicas vergilianas, o sr. F. C. M. conclue por dizer que de tudo isso «se poderá inferir o carácter *original* da imitação camoneana, pois nos parece estar já suficientemente demonstrado que Camões se liberta do modelo, apropria o assunto ao seu caso, desenvolve e comenta, juntando-lhe o ingrediente do seu tino artístico e da sua sensibilidade de poeta».

Depois passa ao estudo das éclogas para concluir que os pastores de Camões se afastam da realidade; eles são-no apenas sob o seu aspecto exterior; interiormente são filósofos ou poetas seguindo Platão ou Petrarca e só «são pastores por necessidade do género bucólico» e «cultos e conhecedores das mil e umas razões do coração (...) não têm outras preocupações além dos seus negócios de amor. Só se lembram do rebanho, das flores e dos rios, dos montes e das plantas, quan-

do lhes é necessário mostrar, pela condolência que destes se apodera, a gravidade dos males que sofrem».

Passa depois o A. a comparar Camões a alguns bucólicos portugueses quinhentistas — Bernardim, Falcão, Fr. Agostinho da Cruz e Bernardes — para concluir que Camões é, afinal, «mais culto que todos eles, mais poeta e mais artista» que «não ficou preso ao efêmero e ao contingente e, tendo sabido assimilar melhor, pôde por isso mesmo imitar com originalidade e dar às suas composições bucólicas o tom particular do classicismo, que resiste aos gostos e às modas literárias».

No final é dado um certo resumo do trabalho, em francês.

Obra de exegese, tem um lugar especial na vastíssima bibliografia camoneana pelo que de sério e honesto representa. Estudos posteriores levarão, por certo, o A. a completar e desenvolver o que neste opúsculo apenas é esboçado.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



REVISTA DE GUIMARÃIS, volume especial comemorativo dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal. Guimarães, 1940.

Consagrado às comemorações do Ano Aureo, a Sociedade Martins Sarmiento, centro de cultura que honra sobremodo não só a memória do seu patrono ou a terra onde tem a sua sede, mas a nação portuguesa, publicou um número especial em que colaboram alguns dos nomes mais representativos das letras, alguns dos mais altos valores do espírito.

Este volume da *Revista de Guimarães* testemunha o esforço e a dedicação dos homens que se encontram à frente de tão prestante Sociedade cultural, constituindo

uma valiosa Colectânea de Estudos Históricos que muito interessa aos que se dedicam ao estudo da História de Portugal.

Abre o volume um estudo do Dr. Pedro Vitorino sobre *O guerreiro medieval do século XII*, procurando, entre a escassa iconografia do tempo, dar-nos uma idea, tanto quanto possível exacta, dos guerreiros medievais. Seguem-se umas curiosas notas sobre o Castelo de Guimarães, dos mais antigos e sumptuosos do Reino, onde primeiro tremulou a bandeira da Independência. O Padre Miguel de Oliveira, dá-nos sobre *As paróquias rurais portuguesas*, um estudo primoroso em que a organização gradual das paróquias se nos revela fortemente baseada em elementos documentais da mais alta importância.

O Dr. Alberto Feio arrancou ao Arquivo Distrital de Braga *Um Chronicon Oliveirense*, dos muitos documentos que avaramente se guardam naquele Arquivo e no que havia toda a vantagem, para os estudiosos, em se lhes dar publicidade. Esperamos que o Dr. Alberto Feio, espirito culto, continue a prestar-nos o inestimável obséquio da publicação de documentos de tanta valia para que deles tenham conhecimento, para os seus trabalhos, os que não puderem consultá-los no Arquivo brarense.

Outros documentos, estes do Convento de Seica, publica o Dr. Rocha Madahil. Com o plano de estudo de *Os nomes «Cale» e «Portucale»* do Dr. Cláudio Bastos, encerra-se a primeira parte do volume. O assunto tem sido já várias vezes debatido e o Dr. Cláudio Bastos, com a competência que todos lhe reconhecem, fez bem em trazer novos elementos que, conquanto não venham pôr pedra sobre caso tão primordial, muito contribuem para o seu melhor estudo. E assim ficamos a desejar que este plano, tão auspiciosamente iniciado, se complete.

A segunda parte é já consagrada ao período da Restauração. Há aqui um salto

bastante grande do período Medieval ao período da Restauração, — salto aliás justificável num volume que não é, rigorosamente, de História. Esta segunda parte começa com *Um brado nacionalista nas vésperas de 1580* da autoria do Dr. Magalhães Bastos em que se transcreve um curioso e anónimo manifesto intitulado «Lembranças de Portugal a seu Povo», documento notável e valioso para o conhecimento da época e da reacção que se esboçava contra o domínio castelhano. O Dr. Hernâni Cidade dá-nos um trabalho interessante acerca de *A Literatura de exaltação nacionalista sob os felipes*, capítulo grandioso da nossa História e da influência que a poesia épica exerceu para manter bem alto os anseios patrióticos. João Gillot, *Um discípulo de Descartes ao serviço da Restauração*, de família francesa huguenote, falecido em pósto de combate no cerco de Olivença, em 1657, é-nos revelado pelo Dr. Joaquim de Carvalho. O capitão Gastão de Melo e Matos descreve-nos a acção de *Os terços de entre Douro e Minho nas guerras da aclamação* e o coronel Belisário Pimenta estuda *O problema dos comandos na Guerra da Restauração*, ambos valiosos pelos subsídios que fornecem sobre a acção e os preparativos militares que se seguiram ao movimento libertador de 1640.

A magnífica colecção de estampas existentes na Sociedade Martins Sarmento deu ensejo a um artigo de Ernesto Soares de documentação iconográfica da época restauracionista e o Dr. Luiz Pinto Garcia refere-se ao facto de, já depois da Restauração, Carlos II de Espanha ter mandado cunhar moeda com o escudo português em situação destacada, esperançado, talvez, em que Portugal voltasse a ser integrado na coroa espanhola, esperança que depois se desfez e não mais ressuscitará.

Colaboram neste volume três Directores da Sociedade, o major Mário Cardoso, Alberto Vieira Braga e A. L. de Carvalho

subscrevendo trabalhos notáveis sobre factos ligados à Restauração e ocorridos em Guimarães. Reúnem-se ainda neste volume algumas notas curiosas sobre a Câmara de Guimarães, o Auto da Aclamação, a relação dos representantes de Guimarães nas côrtes de Guimarães de 1641 e 1642 e a «Relação do que fez a Villa de Guimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, até o mês de Outubro de 1641», por Fr. Pedro Vaz Cirne de Sousa.

Primorosamente apresentado, insere ainda muitas gravuras alusivas aos factos que se comemoram e duas reproduções em tri-cómia de quadros de Roquemont e do pintor vimaranense Abel Cardoso.



ROTEIRO DA CIDADE DE GUIMARÃIS,
por *Jerónimo de Almeida* (2.^a edição). Guimarães, 1940.

Do muito que há para admirar na cidade de Guimarães, dá-nos Jerónimo de Almeida um guia muito útil, com diversas ilustrações. Não é um trabalho de luxo, mas é, sobretudo, indispensável aos que bem queiram conhecer o que de valioso há na nobre cidade.

Divide-se este roteiro em dez capítulos. O primeiro é de *Visão Estética*. O segundo trata das *Origens históricas*. O terceiro descreve-nos *A cidade e os monumentos*. O quarto foca alguns aspectos do *Labor industrial*. O quinto relata-nos as *Festas e procissões* mais importantes. O sexto é consagrado às *Feiras*. O sétimo dá-nos um colorido quadro de *Os arrebaldes*. O oitavo é um resumo dos *Patícios notáveis*. O nono fala-nos das *Termas* e, portanto, das duas afamadas estâncias termas de Vizela e das Taipas. Finalmente o décimo põe-nos em contacto com alguns dos *Costumes regionais*.

Pena é que duas gravuras — a da Colegiada e a das Muralhas — sejam já um pouco antiquadas.



ULLE O ANÃO, por *Vicki Baum*. Livraria Civilização. Porto.

Vicki Baum é um escritor vigoroso que nos dá em *Ulle* um romance profundamente psicológico.

Na verdade o pobre anão que Baum foi buscar para o seu romance, é uma destas figuras profundamente infelizes que só encontram ambiente nos trabalhos de circo.

São seres que passam quasi ignorados, aleijões que ninguém acarinha e de que poucos têm compaixão.

Ulle foi relativamente feliz enquanto se manteve no seu papel de artista de circo. Depois que o escritor Struensee o foi lá arrancar para o transformar num dos personagens da sua nova peça de teatro, tornou-se *um indivíduo trágico que abandonou a sua esfera* para ser mais infeliz.

O romance lê-se com interesse e a tradução feita por A. L. de Almeida é correcta.



COMBATES COM MONSTROS MARINHOS,
por *F. S. Mitchell Hedges*. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1939.

E' o XI volume da Colecção «As grandes epopeias», editado pela bem conhecida Clássica.

Da leitura deste livro tira-se bom proveito porque, através de uma narrativa que interessa e em que se descrevem cenas arriscadas de pesca em zonas perigosas, adquirem-se conhecimentos acerca de certos monstros marinhos, espécies gigantescas, desconhecidas de muitos, que Mitchell

Hedges nos relata com certa minuciosidade. A par das peripécias ocorridas nas diferentes fases de pesca, há, também, outras não menos curiosas, com relatos sobre o viver e os costumes dos povos selvagens que povoam as ilhas das Pérolas.

A tradução do inglês foi feita por Frederico de Carvalho.



JÁ NÃO TEMOS VINTE ANOS, comédia dramática em 3 actos, por *Américo Durão*. Lisboa, 1939.

Américo Durão, poeta distintíssimo que de há muito admiramos, deu-nos, agora, uma comédia dramática que intitulou *Já não temos vinte anos*. Supomos que é o primeiro trabalho deste género que o Dr. Américo Durão publica. E, sendo assim, devemos confessar que é auspiciosa a estreia.

O enredo desta comédia é leve e atraente. E', verdadeiramente, uma peça de bom teatro, de diálogo bem trabalhado e bem aplicado à vida actual.

Tem como personagens principais Ana Maria, figurinha angélica de mulher e esposa virtuosa, e Ricardo, alma de artista, inconstante e insatisfeito, quasi infantil, que se deixa seduzir pela juventude de Germana — ilusão efémera que se desfaz. Depois desse acto irreflectido dos que já não têm vinte anos, Ricardo volta para Ana Maria, enquanto «o pano desce a esconder uma enorme, uma profunda melancolia».

Américo Durão é tão poeta que esta comédia dramática que lemos com o maior prazer espiritual, o não oculta.

Oxalá voltemos, em breve, a ver publicados novos trabalhos do Dr. Américo Durão e possamos aplaudir, em cena, a comédia cuja leitura tanto nos deliciou.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.





Infantas de Portugal

por ALFREDO PIMENTA

OS que me lêem habitualmente, facilmente compreenderão a satisfação infinita do meu espírito, ao saber da presença, em Portugal, de Sua Alteza Real a Senhora Infanta D. Felipa de Bragança.

Apropósito dêste facto, têm vindo a lume, nas gazetas, as notícias mais disparatadas.

Antes de mais nada, restabelecamos a verdade histórica.

O Governo português, pensando, como eu, que as Festas Centenárias não seriam como deviam ser, se delas estivessem ausentes os representantes directos do Rei Fundador e do Rei Restaurador do Estado Português, convidou, em Maio, Sua Alteza Real o Duque de Bragança, para se dignar indicar quem deveria representar a Família de Bragança nessas festas, exprimindo-lhe até o desejo particular de que os seus representantes estivessem em Lisboa na última semana de Junho.

Por motivos a que o Governo foi inteiramente alheio, e que eu sou o primeiro a deplorar, a vinda da Família Real foi adiada — e perderam-se perto de cinco preciosos meses.

O Senhor D. Duarte II não é apenas descendente de D. João IV, o Rei Restaurador: é, também, o descendente directo de D. Afonso I, o Rei Fundador.

A ausência da Família Real, em Guimarães, no início das Festas, foi uma falta fundamental.

Mas, do mal o menos. Tê-la-emos no período comemorativo da Restauração, a representar a Casa de Bragança nas festas que deviam ter como ponto central, o seu Palácio Ducal de Vila Viçosa, se se pudesse realizar, na época própria, a inauguração da estátua equestre do Rei Restaurador.

E já está em Lisboa S. A. R. a Senhora Infanta D. Felipa, Augusta Irmã do Senhor D. Duarte II.

Por mil e uma razões, a estada desta ilustre Princesa em Lisboa não pode passar despercebida, ou ser tida como coisa somenos.

Não me refiro à curiosidade mais ou menos bisbilhoteira da reportagem. Penso apenas naqueles que não são indiferentes aos destinos desta Pátria.

Estamos, evidentemente, numa hora nova da vida nacional. Os horizontes que avistamos hoje são bem diversos daqueles que avistavam os homens feitos de há trinta anos. Diversa, a linguagem que falamos. Diverso, o objectivo que visamos: êles, o do Partido; nós, o da Pátria una. Diversos, os processos que adoptamos. Diversos, os figurinos em que nos inspiramos: êles, nos figurinos estrangeiros; nós, na tradição nacional.

Os véelhos ídolos, os manipulansos de há trinta anos, em cujas aras as gerações de um século queimaram o seu incenso, são hoje velharias de bric-à-brac, sem cotação no mercado. E', sem dúvida nenhuma, uma hora nova a que vivemos.

Já reatamos as relações com a Igreja, a nossa Mãe de séculos. Regressamos à civilização em que nos criamos, e de que fomos os grandes instrumentos em tôdas as partes do Mundo.

É, na verdade, uma hora nova, esta hora que estamos a viver.

Devemo-la, de modo especial, a um homem: a Salazar, encarnação de Princípios, de Ideias, de Doutrinas que o Portugal legal de há um século ignorou, embora no Portugal real não faltasse quem lhas proclamasse.

Um dos grandes e imortais serviços prestados a Portugal por Salazar consiste numa coisa de que só os verdadeiros Homens de Estado são capazes: fazer das circunstâncias, instrumentos úteis das suas ideias.

Chamado ao poder para sanear as Finanças públicas, Salazar não se limitou à missão de que o tinham encarregado; foi muito mais além: meteu ombros à tarefa difícil de limpar a Nação das mazelas revolucionárias, restituindo a Nação à própria Nação. Nesse trabalho anda empenhado. Trabalho gigantesco, porque o peso morto das resistências passivas, dos egoísmos interesseiros, do incivismo das chamadas *élites*, da incompreensão e da estupidez das massas, da influência deletéria das forças ocultas, é enorme, e bem poucos são os que vêem para além das fórmulas do presente, necessariamente transitórias, as bases estáveis que o Futuro reclama.

Dá-me Salazar a impressão da voz do que clama no deserto. À audácia silenciosa do seu pensamento, responde a cobardia, a timidez, o gagueio dos que deviam acompanhá-lo, animá-lo, estimulá-lo e facilitar-lhe o terreno por onde tem que andar.

Ora é nesta hora nova que vivemos e em que se trata de reerguer a casa portuguesa, é nesta hora de ansiedades e de reacções, que vem a

Portugal, convidada pelo Govêrno português, a Família Real Portuguesa, representada por duas filhas e uma neta de El-Rei D. Miguel — o grande Rei tradicionalista, do Portugal anti-revolucionário, anti-liberal, anti-democrático, anti-parlamentar, anti-maçónico; do Portugal católico, do Portugal autoritário, do Portugal que nasceu em 1128, nos campos de S. Mamede — numa palavra, do Portugal que nós todos desejamos, do Portugal de que estamos a celebrar a Fundação e a Restauração.

A Augusta Neta de El-Rei D. Miguel já está em Lisboa, na sua Pátria, sob o seu famoso Sol e debaixo do seu admirável Céu, entre a sua Família nacional que sempre olhava com saúdaes, que sempre desejava ver de perto, para que a vissem todos, e a amassem.

Muito inteligente; com uma notável e rara compreensão do problema político português; sem juízos apaixonados ou precipitados; curiosa de tôdas as informações, desde as pessoas às coisas; cheia de bondade para as fraquezas, e de entusiasmo carinhoso para os serviços; simplicíssima no trato, modesta nas atitudes, e impecavelmente Princesa nos modos — a Senhora Infanta D. Felipa tem tôdas as qualidades e virtudes para ser a Embaixatriz de sua Augusta Família, junto do Povo da sua Pátria.

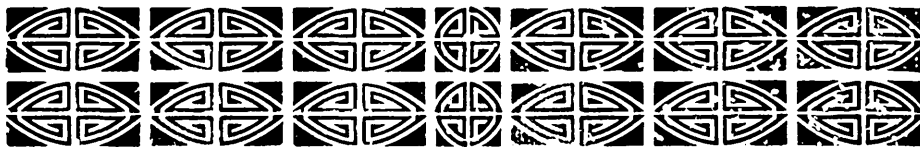
Estamos numa hora nova da vida portuguesa, em que mais nos deve preocupar a preparação do Futuro, do que a contemplação do Presente. E se as raízes do Futuro devem mergulhar nas camadas consistentes do Passado de oito séculos, todos nós temos a obrigação de seguir as directrizes dêsse Passado, reconciliando-nos com êle, e fazendo da sua glória sem mácula, estímulo para o continuarmos.

A visita da Família Real não pode nem deve limitar-se ao simples comparecimento numa ou duas cerimónias oficiais. E' indispensável que o Povo português a conheça.

Não vêm as Infantas de Bragança a Portugal pelo singelo prazer de dar um passeio à sua Pátria, como turistas em férias. Não. As Infantas de Bragança vêm à sua Pátria para, mais uma vez, servir a sua Pátria. E servem-na, fazendo-se conhecer do Povo português, do seu querido Povo de Portugal.

Se tantas vezes vim a público para convencer a Nação da necessidade da Presença da Família Real nas Festas Centenárias, foi sempre com o fim mais nobre de bem servir o Povo, levando à sua descrença a luz duma esperança, e ao seu desânimo a luz duma fé, e à sua cegueira a luz duma verdade.

Suas Altezas Reais não vêm a Portugal para gozar ou passear; elas vêm até nós para servir o Bem Comum.



NA TÔRRE MAIS ALTA

Côro falado

(CASTELO DA FUNDAÇÃO. SOBRE A CIDADE, NO
TERRADO CIMEIRO, POR ENTRE AS AMEIAS,
O MÍSTICO E MISTERIOSO RESPLENDOR DO
SANTÍSSIMO EXPOSTO. VÉSPERAS DA SE-
NHORA DA CONCEIÇÃO. NOITE, VIGÍLIA
DOS «ESCUTAS» DE GUIMARÃIS).

Voz:

Na tôrre mais alta da pátria mais alta
Que Deus deu ao mundo,
Que luz é aquela,
Lá cima, tão fundo,
Na tôrre mais alta da pátria mais alta
Que Deus deu ao mundo?

Côro:

Que luz é aquela? que luz é aquela?

Vozes:

Parece uma estrêla!

Côro:

É mais que uma estrêla!

Vozes:

Parece um Sinal!

Outras vozes:

É mais que um Sinal!

Côro :

Que luz é aquela ? que luz é aquela ?

Voz :

Nos tempos de outrora,
Talvez assim fôra
A luz das fogueiras, archotes, candeias
A darem a nova de novo destino
Aos rumos do mundo :
— « Nascera um menino... ».

Côro :

Nascera um menino ?

Voz :

Nascera ; e, com êle, na torre mais alta,
No signo mais fundo,
Nascia, em virtudes, a pátria mais alta
Que a Virgem Maria sonhara ser falta
Não ter neste mundo.

Côro :

Quando um menino nasceu
Adentro dêsse castelo,
A torre fez-se cristal :
E os Anjos puderam vê-lo.

Côro :

Que luz é aquela ? que luz é aquela ?

Vozes :

Parece um Sinal !

Outras vozes :

É mais que um Sinal !

Côro :

Os sinais que Deus nos manda
Quási nunca são de dia ;
Foi ao tombar da noitinha
Que se ouviu : — « Avé, Maria ! »

Vozes :

Que luz é aquela? que luz é aquela?
Parece uma estrêla!

Outras vozes :

Só se fôr a estrêla de alva,
Que, de longínquos aléns,
Descansou, — passando a noite
Nas tôrres de Guimarães.

Outras vozes :

A estrêla de alva? Não é!
Só se fôr a do Natal
Agora mandada a erguer-se
Das bandas de Portugal...

Côro :

Que luz é aquela? que luz é aquela?

Voz :

Ó gentes! por onde andais?
Donde vem a vossa fé?
Vêdes a Luz e cegais?!
Pois se não a alumiais,
Eu vou dizer-vos qual é:

Da pátria mais alta na tôrre mais alta
Expõe-se o Senhor.

Côro :

Da pátria mais alta na tôrre mais alta
Do Rei Fundador.

Voz :

Da pátria mais alta na tôrre mais alta,
A Luz que reluz...

Côro :

É o Sangue do Homem: é Deus feito um homem
Pregado na Cruz.

Voz :

Da pátria mais alta na torre mais alta
Onde ela nasceu...

Côro :

É Cristo Amantíssimo, é Cristo Santíssimo
Que veio do Céu.

Voz :

Da pátria mais alta na torre mais alta
A estrêla, o sinal...

Côro :

É Cristo, — Hóstia Viva, — mais vivo que nunca
No seu Portugal.

Voz :

Da pátria mais alta na torre mais alta,
Expôs-se Jesus.

Côro :

A torre, é sacrário; é de oiro a custódia;
O Céu é de luz.

Voz :

Oremes! Oremos!

A voz que perpassa
É lume de Graça
No céu às escuras.

Outras vozes :

Oremos! Oremos!

Joelho que tomba
É vôo de pomba
Subindo às Alturas.

Côro :

Ó Conceição! Ó Mãi Santa,
Padecendo sem pecado:
Cruzeiro vivo das dores
Do Filho crucificado!

Voz :

Oremos! Oremos!
A pátria de estremos
À Pátria votemos
Que mais não tem fim.

Outras vozes :

Oremos! Oremos!
Ó torre amparada
À Torre Sagrada
De puro marfim!

Côro :

«Porta do Céu, Casa de Oiro»;
Faltava o jardim: e, então,
Deus fêz Portugal, e deu-o
À Virgem da Conceição.

Voz :

Oremos! Oremos!
Na torre, lá cima,
Jesus nos anima
Da vida que tem.

Outras vozes :

Oremos! Oremos!
E os Anjos, Céu fora:
—«Ó Virgem da Aurora...»—
E rezam também.

Côro :

E a própria estátua de Afonso
Em perpétuo batalhar,
Tem pena de ser de bronze,
Não poder ajoelhar.

Voz :

Oremos! Cantemos.
Êle há noite e dia;
Êle há cotovia,
Êle há rouxinóis...

Outras vozes :

Cantemos! Oremos!
Nas rezas e cantos
Se formam os Santos
Em Pátria de Heróis.

Côro :

Ó Maria! Ó Padroeira,
Senhora da Conceição:
Menina dos nossos olhos,
Palminha da nossa mão!

Voz :

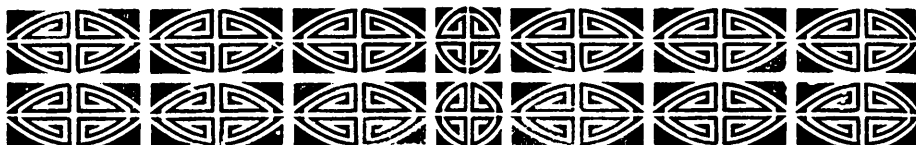
Da pátria mais alta na torre mais alta,
Vigília dos Anjos, mistério profundo...

Côro :

Na torre mais alta da pátria mais alta
Que Deus deu ao mundo.

ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA.

1.º de Dezembro — 1940.



Panorama da poesia italiana

por CARLO MARTINI (*)

O século de oitocentos, glorioso sob tantos aspectos, terminou, para a poesia italiana, com três grandes nomes: — Giosuè Carducci — Giovanni Pascoli — Gabriele d'Annunzio.

A poesia de Giosuè Carducci assenta sobre bases clássicas. Ao lermos algumas das suas famosas líricas, temos a impressão de que estamos numa basílica solene. Os grandes vitrais estão abertos e chega até nós o odor do bosque e do mar; de repente, uma flecha negro-azul, uma andorinha, irrompe por um dos vitrais e inunda de uma suave doçura a alma inclinada àquela severa beleza e àquela solene monumentalidade.

Gabriele d'Annunzio é «il *sinfoneta*» (para adoptar uma palavra sua) da poesia italiana. Enriqueceu a linguagem poética. Não era profundo investigador da alma humana, mas era exímio músico e grande lírico. Foi também — demonstrando assim a plena concordância da sua poesia com a sua acção — um herói. Recorde-se o vôo sobre Viena e as viagens de Fiume.

Giovanni Pascoli é o poeta do *mistério*. As horas da torre da sua Barga soarão através dos séculos. Pequenos críticos têm equivocado o

(*) *N. da R.* — Carlo Martini, nasceu em Milão (Itália) em 1907. Foi contemplado com o «Prémio Poetas do tempo de Mussolini», nos anos de 1936, 1937, 1939 e com a medalha de ouro da Academia de Poesia pelo seu trabalho *Mais de Itália*, cujo tema fôra ditado pelo Duce Benito Mussolini.

Vencedor do prémio «Excelsior» (1939), e contemplado com o Prémio «Cidade de Siena», tem sido escolhido para algumas antologias. O livro de Estado, na V elementar, traz uma poesia sua que se intitula «Madre di Predappio».

E' colaborador de vários jornais literários e conferencista entre os mais ilustres, acerca dos actuais problemas literários. Tem a rubrica de Poesia na *Rassegna di Cultura Italiana*, órgão oficial do Instituto de Cultura Fascista (Milão).

sentido do «rapazinho de Pascoli», tentando diminuir o valor da sua obra poética. Fadiga inútil. Só o tempo pode ser juiz, tanto na arte, como na poesia. E hoje já se começa a compreender a figura do poeta de Barga.

O século de novecentos foi iniciado com o nome e a obra destes três grandes poetas. É difícil para aqueles que vieram depois ou viveram contemporaneamente ao glorioso trio, fazer ouvir a sua voz.

Eis os «*crepusculares*»: Guido Gozzano, Sergio Corrazzini, Marino Moretti. Poesia ténue, na sombra. Pequenas coisas ditas de um só jacto. Mas, de qualquer modo, Guido Gozzani é um poeta que marcou o seu lugar. Lembremos também o movimento «*futurista*», e o seu chefe Filippo Tommaso Marinetti, hoje Académico de Itália. Êste audaz movimento nasceu do Danunzianismo.

Os imitadores do grande d'Annunzio, tendo abusado da parte mais fraca da arte desse poeta, exageraram-na fazendo um uso constante do adjectivo raro, dos termos eruditos, requintados, sensuais. Estes imitadores acariciaram até ao paroxismo a palavra. Cansaram-se e tornaram-se ridículos. O Futurismo foi, então, um movimento libertador, de renovação. Abriu novas janelas. Foi contra o *salão*.

Agindo pela audácia, o Futurismo quis criar uma arte nova. Recordo deste movimento: Paolo Buzzi, Luciano Folgore, Aldo Palazzeschi, três riquíssimos temperamentos poéticos. Mas o Futurismo levou depois a um outro excesso e mais de um crítico contemporâneo lhe lança, não sem razão, a acusação de um *novo marinismo*. De facto o Futurismo não conseguiu libertar-se das imagens; pelo contrário, criou mais, algumas verdadeiramente belas e sugestivas, mas muitas também um bocadinho ridículas. Fêz inchar o balão do exagêro e para suprimir uma retórica deu vida a um outro género de retórica. Historicamente, foi, de início, um movimento útil.

Hoje parece estar no auge o *ermetismo*, à frente do qual se encontra Giuseppe Ungaretti. Outros poetas entre os mais notáveis deste grupo são: Eugenio Montale, Alfonso Gatto, Salvatore Quasimodo. O ermetismo é de origem parisiense, resentindo-se muito da influência de Mallarmé, Valéry e de muitos poetas franceses contemporâneos, como Duret, Claudel, Gide, etc. Tende a reduzir ao mais paradoxal a essência da inspiração poética. A sua poesia não comove e é de difícil compreensão. O público não lê estes poetas porque não pode compreendê-los. Os ermeticos, porém, estão bem organizados e têm à sua disposição muitos jornais literários.

Para se poder apreciar êste movimento, é necessário, indubitavelmente, reconhecer aptidões poéticas em Giuseppe Ungaretti, que, nas suas melhores composições, põe a nu, com dolorosa sensibilidade, certos particulares do estado de espírito de nossos dias. Os seus continuadores, são-lhe muito inferiores. A maior parte dos italianos segue outros caminhos. Embora procurando estradas novas, novos processos, música nova, os ermetistas não conseguem alcançar as leis eternamente misteriosas que regem as bases da Arte verdadeira. Recordo brevemente: Francesco Pastonchi, Diego Valeri, Ugo Betti, Luigi Orsini, Giuseppe Villaroel (poeta original e dos melhores cujo último livro *Stelle sugli abissi* teve o desejado «Prémio Goethe»), Francesco Chiesa, Giuseppe Lipparini, Ettore Cozzani, Corrado Govoni, Nicola Vernieri, Carlo Ravasio, Leo Pollini, Lionello Fiumi, Nicola Moscardelli. Entre os novos e os novíssimos merecem lugar de destaque: Luigi Rinaldi, Renzo Laurano, Ezio Saini, Mariannina Giudici, Giuseppe Valentini, Ignazio Scurto, Giovanni Fattori, Aldo Capasso, Adriano Grande, Fidia Gambetti. Existem ainda muitos outros de quem muito há a esperar.

Ada Negri é incontestavelmente a melhor poetisa italiana de hoje. Lembremos, também, Angiolo Silvio Novaro, Académico de Itália, recentemente falecido, que era um delicado e notável cantor.

*

*

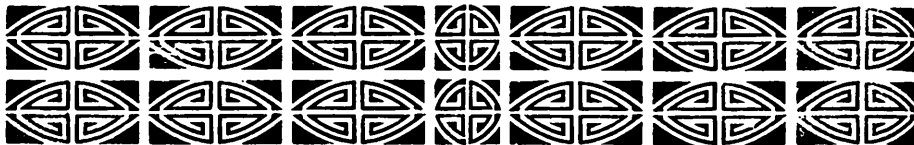
*

O Regime Fascista dispensa um grande auxílio à poesia. Até há poucos anos era o Duce Benito Mussolini quem ditava pessoalmente os temas para a Academia de Poesia, na qual se cantaram as belezas sempre renascentes da Natureza («Saluto alla Terra rifioriente»); a santidade da Mãe («Madre d'Itália»), e os feitos imperiais («Orme di Roma in Africa»). Todos os anos se realiza em Bagni di Lucca a competição poética do «Premio del tempo di Mussolini» (Prémio do tempo de Mussolini), que revela sempre um novo poeta. Há ainda outros prémios mais pequenos, não devendo esquecer-se que a Real Academia de Itália também distingue e premeia todos os anos livros de poesia. O mundo está atravessando momentos verdadeiramente dramáticos e talvez decisivos que não podem de forma alguma deixar de influir sobre os espíritos e sobre as formas de actividade intelectual. É necessário resistir ao ciclone. A Itália segue serenamente a sua estrada, mesmo no

campo da poesia. Entre tanto chocar de armas, intentos guerreiros, ameaçador carregar de nuvens, os poetas de camisa negra, sempre prontos para todos os eventuais acontecimentos, cantam com pacata serenidade a santa alegria da maternidade, a fadiga gloriosa de construir as obras de civilização que redimem a terra e levantam novas cidades: a «guerra que nós preferimos».

A Itália de Benito Mussolini (ó Roma!) é ainda, e será sempre a vigilante guarda da civilização!





"GENTE DE CINEMA"

por CLÁUDIO E ANTÔNIO CORRÊA
D'OLIVEIRA GUIMARÃIS

NUMA das nossas mais requintadas casas de espectáculo cinematográfico, inaugurou-se recentemente, sob aquela designação expressiva, a curiosa exposição de caricaturas de Manuel Guimarães. Não poderia proporcionar-se mais adequado lugar para a ressurreição pictural dessas cento e tantas figuras da tela. Elas sentir-se-iam decerto, em qualquer outra parte, constrangidas e pouco à vontade.

Novel ainda, o autor dêsses esboços caricaturais reparte entre a Pintura e o Cinema a veemente labareda da sua paixão estética. Ao escolher tal assunto, soube tratá-lo com alvoraçado entusiasmo, quer dizer, com formoso e real talento.

Afigurar-se-á talvez antinómica a expressão dessas duas Artes, à primeira vista mais conjugantes do que díspares. O sentimento plástico — todos o sabem — entra na órbita do Cinema como em casa própria. A película policromada acentuará brevemente essa influência, adicionará ao sentido da forma o sentido da côr. Os desenhos animados significam já a invasão do grotesco no Cinema, levado ao apogeu da fantasia criadora, através dum prodigioso movimento espectacular.

Composta à maneira moderna, a caricatura é, em Manuel Guimarães, o *retrato* reduzido ao mínimo essencial das suas linhas, valorizado por intuição psicológica transparente e certa.

Na genealogia dessa Arte, já afirmada pelo engenho plástico dos remotos criadores de civilização, tal fórmula surge inopinadamente. Devotados à cópia pura e simples do original, os nossos avós desconhecera-na ou desdenharam-na. É na pintura vanguardista, na obesidade, adelgaçamento, deformação de formas, ensaiada por ela, que a caricatura actual depara a sua inspiração e próxima origem.

A anedota, o comentário irreverente ou malicioso, irrompe geralmente dos grandes aglomerados urbanos, é o produto social do espírito crítico que obtêm os seus habitantes e dos multiformes aspectos, ridículos ou facetos, em que a sua existência se exprime. Nada disso inter-vém decisivamente na formação psicológica da nossa caricatura hodierna.

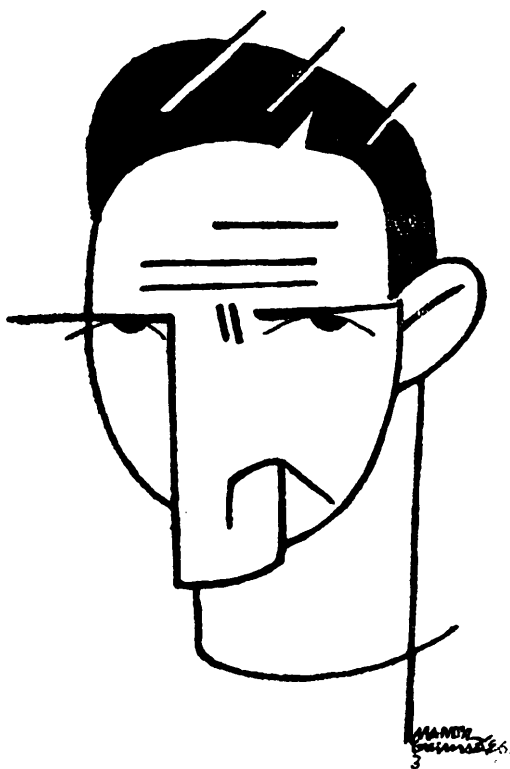
O modelo caricatural que alegrou, entre nós, o século XIX, não depara presentemente continuadores condignos. A escassez de interesse típico que o nosso meio define, o desaparecimento sensível da nossa imaginação criadora, concorrem talvez para reafirmar essa lacuna. Motiva-a, porém, aquela renovação incessante de ritmo estético, de que a nossa época é uma baliza flagrante e -a que a caricatura não pode realmente eximir-se.

A singular herança de Bordalo Pinheiro, pontífice do traço forte e satiricamente incisivo, guarda para os portugueses o sabor particularís-simo de uma época que eles não podem hoje imitar ou sentir. Reconhecem, é certo, o plebeísmo sádico de Sebastião Sanhudo; a intuição magnífica de Leal da Câmara, cuja ousadia estética colheu lá fora os justos aplausos que lhe negamos; ou o engenho admirável de Celso Hermínio, possuído de natureza lírica, propenso a interpretar a existência com um sentimento benevolente e doce. Admiram o talento afirmativo de Azevedo e Silva, anotador feliz dos *faits-divers* lisboetas; a moça audácia de Valença; a fantasia fumegante de Jorge Colaço. Procuram, porém, outros ritmos.

O *clima* do fim do século XIX prestou-se singularmente ao exercício daquela tendência caricatural que transcendeu o limite optimista de uma crítica inofensiva e risonha e extravasou na própria literatura. Camilo exagerou-a genialmente, através do seu sarcasmo literário e da humanidade ressaltante dos seus tipos. Eça esculpiu em subtil riso as figuras lapidares do *Conselheiro Acácio*, de *Dâmaso Salcede* ou de *Alencar*. Fialho mordeu ferozmente algumas reputações discutíveis do tempo. Junqueiro, no *Velhice do Padre Eterno*, transformou a caricatura em heresia. Ela triunfa sempre em atmosferas de demolição ou negativa, como planta venenosa num pântano. O crepúsculo daquela centúria foi-lhe propício, em extremo.

Ao caricaturista de ontem bastou a veemente fogosidade do lápis, a agudeza irónica do espírito crítico. A graça do comentário supriu mesmo, amiúde, como em Gavarni, as insuficiências plásticas do desenho. O caricaturista de hoje reclama uma intuição pictural mais definida e forte. Tal modalidade estética reveste-se de uma categoria menos hilare e mais exigente. Difícil, por isso.

Em Manuel Guimarães, o temperamento do caricaturista coexiste com o temperamento medular do Pintor. Os seus trabalhos exprimem essa identidade, com afoiteza. O desenho avoluma-se nêles em definidas nuances picturais, numa alacre sinfonia de tons possessos, expletivos.



Manuel Guimarães
(auto-caricatura)

Isento de intuição crítica, o processo caricatural dêsse rapaz não se destina decerto a fixar costumes, a corrigir distates, a castigar, de acôrdo com a frase latina, os ridículos colectivos. Exprime uma derivante estética da Pintura, sobreposta à preocupação primária da anedota que a banalizou amiúde. Exime-se também às sugestões simplistas da caricatura transalpina ou gaulesa, geralmente esboçada em tórno de vultos e de eventos políticos, notável uma pelos trabalhos de Cetto e Dalsano, a outra pelos de Ache e Forain.

Nas condições excepcionais de certos meios, sujeitos às prescrições da Censura e à rigorosa vigilância policial, tal género de caricatura mostra-se insusceptível de definir-se triunfalmente. Flagrantes são as conseqüências destrutivas do

seu uso. A-pesar-de usufruir o tesouro do Estado, os beleguins da polícia, os inumeráveis recursos do seu génio político, Richelieu temeu-a sèriamente, talvez mais de que a aliança da nobreza ou os primeiros clamores da Fronda revolucionária.

O que permitiu em França o arrôjo de Vernet, de Isabey, de Monnier, de Cham, de Grandville, de Baric, de Riou, de Marcelin, foi a decomposição orgânica de um Estado que se entregou, sob a volubillidade republicana ou sob o snobismo realista, ao capricho impiedoso dos seus detractores.

É difícil averiguar até onde iria o fôlego satírico de Manuel Guimarães nesse domínio especial. Êle exige requisitos particulares. Vive mais da malícia das *trouvailles* do que do apurado sentido da forma estética.

Estamos diante duma natureza fundamentalmente contemplativa, posuída mesmo de alor quimérico e de espírito romântico. Cremos que ela não poderia entregar-se fàcilmente à observação do facto cotidiano, todo accidental e exterior.

Ao iniciar o itinerário subtil do retrato-caricaturizado, Manuel Guimarães assume uma responsabilidade estética mais saliente mas também mais consentânea com o seu belo temperamento de Artista-Pintor. Justo é aguardar dele uma correcção plástica, um poder intelectual, uma impressionabilidade humana mais saliente do que a de qualquer caricaturista sem vôo. A sua índole encarcera-se mesmo, voluntariamente, nos limites duma estética superior, não apenas visual e episódica, mas profundamente intimista. Foge às figuras de acaso, nas suas tentativas de psicologia aplicada através da linha. Atenta nas personalidades a que uma vida intensa transmite realidade mais viva. Desdenhoso do ridículo, a sua intuição envereda afoitamente pelo complexo estudo das almas alheias. Torna-se, por essência e finalidade, inteiramente subjectivista. Desatenta ao apontamento trivial da vida visível, a sua obra afasta-se de todo o espírito de crónica, para ascender na amplitude dum poema seivoso de vida interior.

Manuel Guimarães atinge, sem esforço aparente, a personalidade expressiva das figuras que esboça. Não se pressente, nos seus trabalhos, a amargura duma forma perseguida e sempre rebelde aos ditâmes da emoção criadora. Tudo nêles é fluente, fluídico, simples. E tal naturalidade plástica harmoniza-se ali ao mais espontâneo comentário estético.

Êste Artista exime-se realmente às regras tradicionais do desenho académico, à coerência das formas convencionais e clássicas. Fixa apenas a sugestão fugaz, impressionantemente reveladora, dos contornos. Define expressões, que uma visão apressada dirá ausentes do volume tangível das linhas. Certo é que elas se apreendem, através duma poderosa sugestão, persuasiva e sugestionadora. Encerra algo de paradoxal a sua Arte, esmorzante de contrastes, pessoalíssima.

O esteta e o psicólogo andam juntos. Caminham a par, como bons amigos. Sentem, compreendem, executam com plena identificação e entusiasmo. E sempre o segundo revela ao primeiro o segrêdo das formas ignotas e das essências recônditas, às vezes visíveis e indiscretas, outras vezes estranhamente adivinhadas.

Manuel Guimarães preenche assim uma condição essencial da Arte. Esta não é apenas um decalque de formas, mas um despontar de sensibilidade, uma tentativa emocional de vôo. Por tal jeito, as suas caricaturas ultrapassam virtuosamente o sentido fotográfico da cópia inexpressiva e banal.

O Artista subtrai-se com presciência às linhas regulares do retrato puro, à semelhança flagrante das feições fisionómicas, aos contornos definidos e exactos, quasi sempre gélidos, se os não anima um pincel de génio. Deturpa visualmente a realidade, para a devolver, através dum grotesco sóbrio, em intenção e poder persuasivos.

O seu *Charlot* resume, por inteiro, o temperamento esdrúxulo, a profunda obra humana dêste estranho mago da tela movente. Tudo exprime, num simples esquisso da indumentária classica de Chaplin: calças soltas sobre um abdómen que se adivinha contraído e vazio, uma asa de *redingote* a esvoaçar, um côco à banda, grandes butes. A mão de *Carlito* conduz afectuosamente uma criança esfarrapada, raquítica, tão melancólica e incolor como a existência da justiça para os párias. Um olho mágico, simultâneamente terno e irónico, alastra sobre essa composição curiosíssima, qual um orifício de objectiva cinematográfica, estranhamente humanizada. Através da interpretação feliz do caricaturista, também Sacha Guitry surge, quasi simbolicamente caracterizado. Realmente, o homem de teatro permanece nêle, mesmo quando idealiza e constrói filmes. A gama histriónica dêste ressalta nos pormenores vincados duma fisionomia de actor: cabelo críspico, nariz de coruja, face angular e escanhoadada. Por seu turno, os monumentais óculos de Pierre Chenal não escondem inteiramente a expressão do notável cineasta gaulês. Um lampejo de inteligência irradia deles, susceptível de compreender e criar a vida nos seus aspectos *dostoiewskinianos* de tragédia singular e de dolorida nevrose. Na evocação caricatural de Frank Capra dir-se-á errar subtilmente um musical ritmo, feito de imperceptíveis surdinas, semelhante ao sincronizado prólogo duma das suas românticas cenas fílmicas. Em Walter Disney, uma farândola de animados bonecos reflete a concepção íntima, o sonho visual do grande lírico do cinema, dá mesmo a sua excepional personalidade em projecção estética.

A preferência votada pelo Artista à complexa fauna humana dos cineastas e dos intérpretes cinematográficos afirma ainda a sua individualidade hodierna. A Sétima Arte movimenta a seiva duma fecunda renovação. Nada se subtrai à originalidade e ao poder do seu ritmo. Se vivesse em pleno século XIX, Manuel Guimarães limitar-se-ia talvez

a evocar picturalmente a galeria dos homens públicos, influenciado pelo renome daqueles vultos medíocres que fugazmente sobrelevaram então a própria glória dos letrados e dos estetas. Se vivesse no hesitante dealbar da nova centúria, o novel caricaturista buscaria decerto nos poetas e pensadores em voga os seus modelos vivos. Engrandecidos pelo esto de espiritualidade que se formara no oceano largo do prosaísmo, anterior, êles adquiriam então o lugar marcante, o relêvo justo que hoje lhe negamos.

Integrado no ritmo da sua hora, Manuel Guimarães é sensível à Arte, quási sobrenatural, que abala os fundamentos estéticos do mundo. Nela depara um horizonte espreado, pleno de encantamento, propício à vagabundagem quimérica da sua inspiração de Pintor. Sempre generosa, a *gente de cinema* deu-lhe tudo quanto o seu anseio de plasticização aguardou dela. Pôde fixar assim, nas suas telas, as expressões mais diversas e sugestivas; descobrir almas díspares; viver o drama; conhecer a alegria; interpretar a lágrima e o riso, a petulância e a timidez, o desencanto e a graça.

Em Augusto Genina impressionou-o, decerto, aquêlê pessoal enfatuamento de atitude, onde parece viver tôda a essência *poseur* dos italianos. Patinou a testa de Sam Hood dum tom róseo esvaído, para sugerir a leveza com que êste aborda geralmente os temas trágicos. Os olhos cogitantes de Borzage pressentem-se abertos sôbre a corrente dolorosa da vida. Laurel e Hardy definem uma identidade de expressão que a gente adivinha, talvez, mas jamais vislumbra nas suas farças. Katherine Hepburn, um tanto *greta-garboniana*, menos complicada e mais selvagem, sintetiza-se psicologicamente num contraste de tintas violentas, rebeldes. Nos tons claros, refulge o riso, sempre inocente na sua bôca. Nos tons escuros lateja o drama, sempre impressivo em seus gestos. A actriz esquisa assim, flagrantemente, a dualidade de temperamento que vai da interpretação azougada do *Irmã de minha noiva* à interpretação dolorosa do *Maria Stuart*. O Fernandel sugerido pelo lápis singular do Artista é, já por si, a caricatura feliz duma caricatura.

Bem andou Manuel Guimarães em percorrer o firmamento pródigo da cinelândia, povoado dos melhores tipos e das almas mais dúplices. Ao abstrair dele, atentaria mesmo contra um dos aspectos salientes da sua exposição. Prescindiria de colocar perante um público desatento às outras grandes manifestações da inteligência e da Arte um mundo de figuras familiares à sua sensibilidade e às suas pupilas.

Para o pragmatismo feroz da nossa época, tôda materialista e mecâ-

nica, os vultos pálidos dos estudiosos que meditam ou dos poetas que sonham através da eloquência verbal, da paleta polícroma, das harmonias musicais ou do mármore puro, movem-se num universo estranho ao seu entendimento e contacto.

O Cinema distingue-se, talvez, como a única Arte que verdadeiramente busca a multidão, a apaixona e escraviza. Cineastas e actores, mormente os últimos, entram no convívio público, pouco atreito à paixão das leituras ou ao encanto subtil dos êxtases plásticos. São admirados, estimados mesmo, pelo muito que fazem sofrer e vibrar.

Manuel Guimarães vislumbrou assim o problema com um invulgar senso prático, não de todo isento — honra lhe seja feita! — de percepção artística.

A Arte não se basta a si própria. Só é útil quando persuade, suggestiona, revela, quando busca o mundo visível para o estilizar em fórmulas impressivas e inéditas. Reflexo sempre dum temperamento singular, superior, a essência subjectiva não exclue a sua finalidade inicial. Ela deve descer à rua, aristocratizar a plebe dos valores secundários, estabelecer contacto com a multidão anónima, espiritualmente faminta dum manjar que jamais provou.

O Artista moderno abandona os motivos clássicos da estética, sem perda, antes com acrescentamento do seu fluido lírico e emocional. Cria beleza sobre o cotidiano e sobre o vulgar. Para êle, a sugestão poética dos temas consagradamente líricos ou a sugestão formal dos temas classicamente plásticos esgotaram já tôdas as reservas de originalidade e de encanto.

Ao animar figuras, ao ressuscitar expressões, ao modelar almas, o poder interpretativo de Manuel Guimarães é visível porque se afirma sobre modelos comuns ao olhar de todos. Nem por isso se inferioriza ou abastarda. A Arte — êle sabe-o! — transcende o limite do objecto que a inspira. Vive principalmente pela projecção de eternidade que imprime às coisas fugazes.

Manuel Guimarães afirma, antes, a singularidade do talento que transforma os próprios assuntos simples em estilizações superiores. Em vão tenta aproximar-se do grande público, embora parta, como agora, de um mundo que lhe é comum. Insensivelmente, eleva-se a um nível de expressão intelectual a que o acesso de todos é difícil. O que revela de superior e apreciável escapa à percepção democrática do maior número, meramente visual e insuficientemente educada. Emprega, nas suas caricaturas uma linguagem intelectual virtuosa e singela, esbatida,

porém, por uma indumentária plástica complicada, bizarra. O seu estilo define uma individualidade complexa. Porque agrada mais ao entendimento do que aos olhos subtrai-se à consciente homenagem colectiva.

Num intervalo de sessão, sugestionados ainda pela maravilhosa síntese dos eventos internacionais que a *Ufa* proporcionara aos nossos olhos, deambulamos pelo recinto da exposição. Dos lugares luxuosos, atraídos pelo interesse dos desenhos ou pela simples fama dos actores caricaturizados, extravasara ali a multidão heterogênea dos *cinéfilos* e *cinéfilas*, também profundamente caricaturais, no seu ar fatal de Marlenes sem fogo ou no plágio alvar e postiço do seu sorrisinho à Gable. Êles olhavam aquêles rectângulos de cartolina, com uma incompreensão absoluta. Mofavam, riam, atreviam-se mesmo a considerar *bonitinho* um Charles Boyer ideal, isento de expressão amaneirada e feminina, ou *horrorosa* uma Greta Garbo singularmente evocada no lapidar apontamento das suas pestanas densas, através das quais parece velar-se uma voluptuosidade trágica.

Nas paredes do salão, sôbriamente ornamentadas, deparamos nós a *presença* magnífica de certas figuras comuns à nossa sensibilidade e ao nosso olhar. Actores, conhecidos já pela singularidade da sua fisionomia ou pela chama do seu génio. Cineastas, admirados pelo relêvo intelectual das suas criações notáveis. Para além da expressão fisionómica duns e doutros, pressentimos a amplitude das suas tendências ou da sua natureza superior.

A um canto da sala, o olhar incisivo de Lubstich, quâsi liberto das órbitas, espia o ambiente, anseia encontrar nêle a teoria do claro-escuro que sinfoniza os seus enquadramentos maravilhosos, quâsi picturais. René Clair reflecte reminiscências fugazes de *Pato Donald*. Em Armand Benard, um minúsculo ponto negro, pupilar, reflecte a ironia. Edward Robison regressa à sua infância distante, gratamente liberto de violências e de *gangsters*. Eric von Stroheim mostra-nos uma testa ampla, um nariz judaico, uma expressão fera e antipática de *bull-dog*. Fritz Lang, na extrema simplicidade das suas linhas fisionómicas, sugere o ritmo natural e por isso mesmo estranhamente audacioso da sua obra. Simone Simon sorri felinamente, com uma expressão mais doce do que assanhada, qual uma gatita de mimo, sôfrega de carícias másculas. Marlene, a do sorriso giocondino, parece sonhar. Os seus lábios entreabertos, voluptuados, roçam um ser de mistério, vivo apenas para o anseio caprichoso da sua alma vibrátil. A expressão de Stakoswiski define-se quâsi musicalmente, em dois traços lineares: uma cabeleira em pentagrama, um nariz em clave,

uns olhos em ligação eurítmica. Joan Crawford, com o seu ar sensual e doce, recorda um perfil feminino de vitral.

Manuel Guimarães afirma-se um caricaturista inconfundível. Sintetiza mesmo o carácter das gentes e das coisas, através de alor conceptivo e duma execução pessoalíssima.

A evolução sofrida nesse restrito domínio da arte de pintar, ingressa, hoje, num plano extremo de revolucionarismo e de audácia. A caricatura é considerada já com um respeito estético notável. Transcende o interesse puramente anedótico ou escandaloso que a derradeira centúria lhe imprimiu. Retoma, dentro dum novo ritmo, o nível da sua superioridade clássica.

Arte complexa, ela notabilizou-se através do poderoso engenho de alguns vultos universais da pintura eterna. Leonardo de Vinci não criou apenas a sua Monna-Lisa maravilhosa. Teniers não delineou apenas os seus admiráveis interiores flamengos. Goya não brochou apenas os seus quadros exuberantes de dinamismo e de côr. Êsses e outros — Holbein e Hogarth, por exemplo — triunfaram semelhantemente nela. As telas de Greco vivem, sobretudo, do excepcional poder caricatural do Pintor. Impregnadas de espírito caricaturesco são também muitas das composições arrojadas de Picasso.

A caricatura possui a própria idade do homem sôbre a terra. Na antiga Grécia definiu o aticismo exigente dos filósofos. Na Idade Média afirmou-se com a extraordinária delicadeza que influenciou então tôdas as outras artes. Com o triunfo do livre exame adquiriu uma fisionomia profundamente *rabelaisiana* e satírica. Na trivialidade do século XIX decaiu no apontamento superficial do cotidiano. Retoma hoje, com um ritmo novo, o nível da sua beleza esbatida.

Compreende-se assim o interesse que tal modalidade pictural suscita à inteligência de todos nós, singularmente aberta às altas manifestações intelectuais e estéticas contemporâneas. De acôrdo com a psicologia nacional, esquivada ao riso, nada impede que manifestemos as possibilidades portuguesas nesse domínio. Mais estética do que grotesca, dotada de personalidade superior e distinta, imbuída de significação colectiva, a nossa caricatura afirmará no mundo a sua presença com a mesma afoiteza com que interpretaram, através dela, o carácter especial dos seus povos, um Rowlandson ou um Spielmann, um Braandt ou um Busch, um Gibson, um Toepffer, um Theodor, um Júlio, um Kio-Sai.



À margem de um centenário

por FERNANDO CAMPOS

PASSOU no dia 30 de Abril o primeiro centenário do nascimento do Visconde Júlio de Castilho, data que foi condignamente comemorada pelas solenidades que a Câmara Municipal de Lisboa tomou a louvável iniciativa de promover, e que nos convida a recordar a memória gentílimma dêsse homem que, tendo herdado um grande nome das letras portuguesas, o soube acrescentar pelo alto valor das obras que nos legou e que o tornaram credor do preito dos contemporâneos e da grata admiração dos vindouros.

A lembrança de Júlio de Castilho, que aos estudos olisiponenses consagrou os melhores anos da sua fecunda existência, é daquelas que nunca poderão apagar-se, mórmente para quem, como o autor destas linhas, teve a felicidade de o conhecer e de se honrar com a sua simpatia.

Foi Caetano Beirão, não posso esquecê-lo, quem, um dia, me levou ao Lumiar, a casa do poeta das *Manuelinas*, proporcionando-me generosamente a ventura de vir a partilhar um pouco da grande amizade que o escritor justamente lhe consagrava. A imagem do Visconde de Castilho ficou assim indissolúvelmente ligada para mim à recordação dêsse canto sereno e recolhido do seu lar, onde, depois, tantas vezes tive ocasião de o visitar e de apreciar o seu raro convívio espiritual.

Apartado do mundo, na clausura voluntária do seu recanto, na doce tranquilidade de uma vida de renúncia, de abnegação, de virtude, êle era bem o Poeta que se erguia na grandeza do seu nome e da sua figura quasi lendária, quasi uma sombra, para nós, os que tornavamos a sentir tôda a beleza do passado, os que voltavamos a trilhar a «vélha estrada da tradição», em que nos falava Antero, e da qual se haviam afastado, decidida e conscientemente, as gerações anteriores.

O Visconde de Castilho que eu conheci era um nacionalista, a quem as quimeras demo-liberais não tinham logrado seduzir nem enleiar na sua

teia funesta, ao contrário do que sucedera a tantos contemporâneos seus. Embora não fôsse um doutrinário, o seu pensamento encontrava-se de tal modo identificado com o das novas gerações que, sem reboço, lhe poderíamos chamar duplamente um mestre, um preceptor, pela inteligência e pela sensibilidade. Para confirmá-lo, basta lembrar que, ao referir-se ao problema dinástico, suscitado em 1826, costumava êle dizer que a legitimidade estava então com o Senhor D. Pedro, mas os bons princípios com o infante D. Miguel. Se ainda vivesse, depois dos estudos de Oliveira Lima e de outros historiadores e ensaistas, talvez que o cronista de *Os Dois Plínios* não duvidasse já reconhecer que também a legitimidade dinástica estava com D. Miguel.

O Visconde de Castilho aparecia a nossos olhos como um varão de outras idades, «quási um antepassado», como diria o autor de *Os Maias*; personificava, para nós, o tipo do fidalgo português, nêle encarnando aquêlê «Portugal vélho» de José Agostinho de Macedo, um Portugal que nós não conhecemos mas sabemos hoje compreender e amar.

Quem, alguma vez, foi em romagem a casa do Visconde de Castilho, decerto nunca mais pôde esquecer as horas que passou na sua intimidade. Nobre pelo nascimento, pela educação e pelo génio, a formosura do seu espírito reflectia-se-lhe nas obras como na convivência. Conversador de raro encanto, nascia-lhe a descrição sempre viva e pitoresca, sempre perfeita na forma e opulenta no colorido. Com que juvenil frescura não nos fazia êle, por vezes, a ressurreição de tantas cenas da sua mocidade! Os costumes de Lisboa de outros tempos perpassavam então ao nosso alcance, plenos de verdade e de relêvo: as noites memoráveis de S. Carlos; os bailes e saráus esplendorosos nos palácios do conde de Farrobo e do Marechal Saldanha; as reuniões literárias em casa de seu pai; os ditos e as anedotas dos políticos e dos homens de sociedade que fizeram época; tudo concorria para o maior interêsse dessas narrativas que escutávamos enlevados.

No seu gabinete de trabalho, rodeado pela sua livraria e por um mundo de recordações e obras de arte, — dentre as quais sobressaíam as suas próprias telas, pois Júlio de Castilho também cultivava a pintura e o desenho com notável brilhantismo — no calor que lhe trazia ao espírito a evocação do passado que vivera, transfigurava-se o escritor: remoçado na voz como na alma, esqueceríamos a sua idade, se não fôra a brancura dos cabelos que mais lhe realçava ainda, na penumbra do aposento, o perfil nobre e enérgico.

Os sucessos de outrora, sabia-os êle ressuscitar por forma tal que, ao

chegarem até nós, não tinham o sabor das coisas velhas, antes eramos nós que nos sentíamos transportados a essas épocas, e as vivíamos intensamente. É que o espírito do Visconde de Castilho conservara o frescor da mocidade. Se envelhecer não é mais — como queria Ramalho Ortigão — do que «acharmo-nos no mundo sem uma missão que cumprir», não envelhecera certamente quem, às vésperas da sua morte, ainda produzia um poema como os *Fastos Portugueses*.

Nas obras de Júlio de Castilho encontramos reflectido o seu carácter, a sua maneira de ser. Todos os seus escritos eram um hino perfeito à tradição da terra portuguesa. «Na história do espírito humano a tradição é tudo. A tradição constitue a solidariedade da família humana, e essa solidariedade é a sua fôrça». Escreveu nos *Amores de Vieira Lusitano* e assim o escreveu porque o sentia e o pensava.

Se as obras de um artista devem ser a expressão máxima da sua personalidade, poucas traduzirão em tão alto grau essa virtude como as de Castilho. Talvez que, por isso mesmo, não possamos ainda hoje ler sem comoção a sua prosa, a um tempo tão vernácula como elegante, nem os seus versos, sempre vasados no molde do classicismo mais puro; e também, porque à superioridade da forma se alia a elevação do conceito, porque a beleza do lavor recorta sempre imagem muito portuguesa, muito nossa, como a do templo de Santa Maria de Belém, a do Convento de Santa Cruz de Coimbra ou a do Convento de Cristo, em Tomar, padrões gloriosos a cuja fábrica anda ligado o nome de seus antepassados, dos Castilhos.

Não foi meu propósito analisar, nestas linhas evocativas, o pensamento político do Visconde de Castilho. Mas, para terminar, e porque já vi alguém chamar-lhe liberal, num jornal de Lisboa, vou reproduzir, em seguida, alguns versos elucidativos, extraídos dos *Fastos Portugueses*, de um exemplar que recebi das suas mãos e conservo como relíquia veneranda da afectuosa simpatia do escritor. São do Livro V, consagrado ao mês de Maio, onde, ao chegarmos à data da abolição das Ordens religiosas em 1834, encontramos êste trecho digno de uma antologia contra-revolucionária:

« Oh, Liberdade! Oh, violência indigna
té mesmo do teu nome, oh Liberdade!...

Proibes os mosteiros, e não vedas
os livros maus, o jornalinho infame.
Que és pois? pretexto? assolação? quimera?

um sonho apenas; híbrido produto
dos sonhos dos Rousseaus e dos Voltairees.
És o sôpro mefítico do enxôfre
que um colossal vulcão de ódio e licença
arrojou sôbre a França e sôbre a Europa.
Destróis, e insultas. O pensar antigo,
tão leal, sepultaste-o em sangue e entulho.
Livres fomos outrora, à sombra augusta
da Coroa Real; livres os grandes,
e as ínfimas camadas; livre a Igreja;
livre tudo, ignorando a «Liberdade».
A Lei mantinha ao Povo os seus direitos;
as Côrtes eram justas e sinceras;
os Frades ensinavam, derramavam
veneração, plantando, edificando,
e registando os feitos gloriosos.
Derruiste um passado que não torna;
e que nos deste em troca? tiranias,
socolor de progresso e imunidades.
As eleições são burla; os parlamentos,
ilusões; a missão da imprensa, fumo;
a associação religiosa, crime.
Volve às profundas donde audaz surgiste,
volve, risonha arteira Liberdade. »

Se era um liberal, o Visconde de Castilho que eu recordo com saúde, se era um liberal quem assim pensava e proclamava clara e desassombradamente o seu pensar, com liberais dêstes me queria eu, nos poderíamos nós entender, nós, os revolucionários da tradição.

Maio de 1940.





A propósito dum soneto de A. Lopes de Almeida

(Notas para a Herme-linda)

por A. SARAIVA DE CARVALHO

I

*«A Poesia é a própria alma em sua expressão
imediate.»*

Tristão de Ataíde, *Ensaíolos*, 2.ª série.

EMENDANDO uma frase já divulgada, eu direi que a mulher é o centro do mundo.

Para ela, por ela se erguem e destróem cidades e reinos — recordemos Helena e Walewska —; para ela são as riquezas, os perfumes, as belezas da natureza: a terra abre-se e reveste-a de ouro, o mar carinhosamente lhe oferece as pérolas, as flores banham-na com odores finíssimos e os animais das selvas e dos desertos não recusam sacrificar-se para ela realçar a beleza própria com a alheia.

Isto que seria muito não é tudo.

Com a matéria enfileira o espírito, formando-se, assim, um duo pleno de entusiasmo pela mulher.

Os escultores, no mármore, eternizam-lhe as atitudes e formas estonteantes; os pintores cansam-se à procura de tintas capazes de a retratarem com fidelidade; os músicos pedem aos anjos harmonias celestes e dão-lhe instantes inesquecíveis; e os Poetas, os doidos Poetas, chamam-lhe deusa! deusa!

Sim, a mulher tudo merece: é nossa mãe, é nossa irmã e... irmã dos outros; numa palavra, a mulher é a última obra da criação.

Se ela, tendo sido feita duma costela nossa, faz girar o mundo à sua volta e o que não aconteceria se tivesse brotado, directamente, das mãos de Deus?

Se ao menos agradecesse a vassalagem universal...

Orgulhosa em vez de reconhecida, a mulher é tirana, cruel muitas e muitas vezes. Fere os corações, que a incensam, com o desprezo, lança bem mais cruciante que o ódio. As vítimas choram e até procuram no suicídio — que loucura! — a desafronta apetecida.

Mas eu julgo que o único gesto nobilitante é o esquecimento, é a revolta, é a imprecação contra a criminosa. Aqui nasce a minha concordância com o Poeta que escreveu assim:

Maldita sejas tu, mulher querida!
Tu, que ao repouso antigo me tiraste,
E a minha alma de ingénuo deslumbraste
Com o falso brilho de uma nova vida!

Maldita seja a bôca apetecida
Onde a sêde de amor me saciaste,
Taça em que de teus beijos me ofertaste,
A capítosa e pérfida bebida!

Maldito seja o amor em que me lanço
Consciente, abandonando o meu descanso,
Minha antiga ventura, e minha paz!

Malditas, as palavras que disseste!
Maldito o longo beijo que me deste
E êste pungente gôzo que me dás! (1).

O soneto é bem inteligível: estamos em presença dum desagravo pungente, dum grito aflitivo saído da bôca do caminhante que no deserto vê fugir a sombra, o refrigério por que suspira.

É o grito do inocente que maldiz o algoz.

Nada há nêle de artifício; é a voz do coração e o coração nunca mente!

Dicant Paduani... digamo-lo nós todos!

Basta vermos a verosimilhança e mais que a verosimilhança a verdade, a sinceridade, a humanidade da poesia para a classificarmos de

(1) Olegário Mariano — *O amor na Poesia Brasileira*, pág. 27: «Maldição» de Afonso Lopes de Almeida.

altamente lírica. Nem mesmo lhe falta o paradoxo, o contraste: a maldição de quem se ama; vejamos:

Maldita sejas tu, mulher querida !

.

Maldito

. . . este pungente gôzo que me dás !

Ama e maldiz o Poeta àquela que o desgraçou; são as tais razões que a Razão não conhece, no dizer de Pascal ⁽¹⁾, mas que constituem a essência da obra poética. Bem disse alguém ao escrever que a Poesia é a fala do coração... e que a alma não conhece outra lei a não ser a sinceridade ⁽²⁾.

Ausência de sinceridade é a grande falha palpável no falar hipócrita de «Constança» ⁽³⁾, falha que diminue um pouco a simpatia pela martirizada espôsa do Rei Cruel. ¿Que verdade pode haver nos lábios da mulher traída quando diz àquela que sabe ser a causa da sua desdita: «ó minha quási irmã, ó minha Inez, ó linda que mereces tudo?»

Nenhuma verdade, pois o sentimento natural em coração atribulado como o da Rainha, o único sentimento humano é o da repulsa.

A lógica do mecanismo sentimental no soneto referido contrasta flagrantemente com as palavras adocicadas, delambidas, do poema «Constança».

Talvez por questão de hábito, filho da crise de abundância, gosta-se mais das poesias cheias de suspiros e ais e desmaios impróprios dum carácter viril, e sente-se impressão chocante, quando algum Poeta, levado pelo coração, rema contra a corrente. A esta corrente devem os portugueses o qualificativo feio e mal cheiroso de sebosos ⁽⁴⁾ que todos quereremos rejeitar. Ora o soneto «Maldição», precisamente por ser enérgico e nada derretido, é que não agrada a todos, àqueles que não sabem que o coração só conhece como regra a sinceridade; não agrada aos sebosos; dêsses não sou, não quero ser.

⁽¹⁾ Pascal — *Les Pensées*.

⁽²⁾ Antero de Quental — *Prosas*, I, págs. 316 e segs.

⁽³⁾ E. de Castro — *Obras Poéticas*, V.

⁽⁴⁾ Ricardo Jorge — *R. da F. de Letras de Lisboa*, II.

¿O autor terá sido excessivo ao escrevê-lo?

A resposta procure-a cada um de nós olhando as adversidades do dia a dia e a reacção em si provocada por elas mesmas; depois disso verá que o Poeta não ultrapassou as medidas.

¿E que assim não fôsse? Teríamos de retirá-lo da galeria dos líricos da sua terra só porque não deixou ficar o coração esmagado e silencioso? Não há exagêro, não há.

E para mais queiram ouvir:

O dia em que nasci moura e pereça,
Não o queira jamais o tempo dar,
Não torne mais ao mundo, e se tornar
Eclipse nesse passo o sol padeça.

A luz lhe falte, o sol se escureça,
Mostre o mundo sinais de se acabar,
Nação-lhe monstros, sangue chova o ar,
A mãe ao próprio filho não conheça.

As pessoas pasmadas de ignorantes,
As lágrimas no rosto, a côr perdida,
Cuidem que o mundo já se destruiu.

Oh gente temerosa, não te espantes,
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais desgraçada que jamais se viu! (1)

Merecendo censura o que sòmente maldiz e não odeia a causa do seu tormento, o que se queixa da sua dor de alma ¿que impropérios não inventaremos para o diabólico vate desejoso da destruição do mundo depois de horrores indescritíveis, só porque viveu

. a vida
Mais desgraçada que jamais se viu?

Em confronto com êste, aquêle soneto fica livre, sem dúvida, da dureza, do excesso possivelmente apontado.

(1) Camões — *Obras*, soneto 339, vol. II.

II

«Quando estas cousas íntimas se escrevem tem obrigação de serem cousas literárias.»

A. do Quental, *Prosas*, I.

Já sei praticamente que o homem vive mais pelo coração que pela inteligência: é mais sentimento que razão. Daqui vem, em grande parte, o meu gosto pela Poesia.

Nela sinto palpitar o homem de hoje e de há séculos; ela me dita palavras quentes de força e conselho, transmissoras de vida.

Contudo eu, bem lembrado de que o homem não é só coração, sinto também, a par do amor, a necessidade de beleza, alimento intelectual.

A obra poética não deve ser «ingénua e descuidoso descante do trovador» na opinião dum cultor das musas ⁽¹⁾. O Poeta deverá ter a preocupação da forma a fim de que não aconteça haver pérolas em esterquilínios, submeterá a palavra ao ritmo para melhor se exprimir ⁽²⁾.

Pôsto isto, e se bem atentarmos na Poesia de Afonso Lopes de Almeida, reconheceremos, além das qualidades apontadas, outros motivos de merecimento.

Não se notam nela quaisquer arrebiques, nenhuma obscuridade se opõe à expressão emotiva, a naturalidade verbal é manifesta, a métrica nada quebra nem torce, e a tudo isto acrescentemos a diversidade vocálica e a música suave da rima:

Maldita seja a bôca apeteçada
Onde a sede de amor me saciaste,
Taça em que de teus beijos me ofertaste
A capitosa e pérfida bebida!

Já ouvi apontar como defeito de expressão poética, como sinal de inferioridade, o emprêgo de formas verbais em fim de verso. Não penso desta maneira; se é verdade que o Poeta tem obrigação de atender à música, elemento importantíssimo, acho que nesse sentido terá de olhar com predilecção para o lugar de destaque que é o têrmo de cada verso.

⁽¹⁾ A. do Quental — *Prosas*, idem.

⁽²⁾ Tristão de Ataíde — *Estudos*, 2.^a série, pág. 65.

E isso mesmo, se para alguém é fealdade, é para mim acréscimo de mérito artístico.

¿ Quem não sente a doçura contínua das formas pretéritas:

tiraste, deslumbraste,

que nos causa a sensação da distância, da perpetuidade?

Camões não deixou de ganhar o título de Príncipe dos nossos Poetas a-pesar-de ter êsse *pretensio defeito*, nem Eugénio de Castro se diminuiu, quando escreveu:

Num mirante que a era revestia,
Passei a minha mocidade à espera
Dêsse, que em ledos sonhos me *apar'cera*,
E que em continuos sonhos me *apar'cia*...

Menina e moça, deslizar eu via
Moços mais lindos do que a primavera,
Porém, que mágoa! nenhum deles era
O que em continuos sonhos me *apar'cia*...

¡ A Morte me beijou, sendo eu tão nova!
Caminhante, que passas divagando,
Destraído entre as alvas sepulturas,

Desfolha algumas *flor's* na minha cova:
¡ És o noivo talvez que eu estive *esp'rando*,
Talvez eu seja a noiva que procuras! (1).

Reparem na repetição de formas sincopadas

apar'cera, apar'cia, flor's, esp'rando,

comparem-nas com as formas da «Maldição» e digam-me depois onde se ouve prazer maior.

Concluindo e resumindo:

Como cavaleiro brioso lutei pela minha dama tanto quanto pude (modéstia à parte)... Minha intenção foi trazer à luz — abrir uma porta

(1) E. de Castro, *idem*.

aberta... — a beleza com que ela nasceu e que injustamente se lhe negará, que injustamente quiseram negar-lhe.

O soneto do poeta Afonso Lopes de Almeida alguma coisa vale: pela emoção que traduz, pela sinceridade e verdade com que a traduz, pela beleza formal com que nos delicia a sensibilidade artística.

Olegário Mariano assim o reconheceu porquanto o incluiu na antologia amorosa dos «Poetas mais expressivos do Brasil, da geração de Bilac a esta parte.» ⁽¹⁾

E agora que fale a tua crítica.

Coimbra, 11-IX-38.

⁽¹⁾ Olegário Mariano, *ibidem* Prefácio.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1840

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Outubro

Dia 19 — Repiques de sinos, de manhã, ao meio dia e à noite, por ser o dia do santo de S. A. Real o Príncipe D. Pedro (P. L.).

Dia 26 — Decreto mandando que o batalhão n.º 14 tivesse quartel em Guimarães.

Pelas 10 e meia horas da noite morreu o P.º Francisco Jóia (chamava-se P.º Francisco José de Freitas) prioste da Curaria e mestre de cerimónias da Colegiada de Guimarães.

Dia 29 — Por ser dia natalício de El-Rei D. Fernando houve repiques de sinos e luminárias (P. L.).

Dia 30 — A Câmara felicita a Rainha por estar restabelecida da moléstia.

Novembro

Dia 4 — Chegou a esta vila (vinha do Pôrto e esteve em Braga) o batalhão de infantaria n.º 14 para nela ficar com o seu quartel permanente. Passados três dias foi para quartéis. O seu comandante era o tenente-coronel Maldonado.

Dia 21 — Decreto nomeando comandante da 2.ª divisão militar o marechal de campo graduado Barão do Almargem.

Dia 26 — Decreto nomeando coronel do batalhão n.º 14 o tenente-coronel António Pimentel Maldonado é capitão da companhia de granadeiros o tenente António Manuel de Miguéns.

Dezembro

Dia 10 — Foi levantada a suspensão do benefício ao conego meio prebendado da Colegiada José António Dias Pinheiro, o qual se achava suspenso por o Cabido ter apresentado o seu canonicato no tempo do governo do Sr. D. Miguel I (P. L.).

Dia 19 — De manhã principiou a tocar a rebate na torre da igreja de S. Miguel, nos subúrbios desta vila, por se ter dado fé de ter sido roubada a igreja. Pegou em armas toda a policia da freguesia, deram-se buscas, mas, porém, não se puderam descobrir os ladrões. Os objectos roubados foram o vaso, de pouco valor, onde estavam as sagradas fórmulas que foram lançadas sobre o altar, algumas toalhas, cera e outras coisas também de pouco valor. Eis o estado de desmoralização a que chegamos e de que resultou cometer-se, por um furto tão insignificante, um dos maiores desacatos (P. L.).

— Decreto nomeando coronel do Batalhão Nacional de Caçadores de Guimarães o Barão de Vila Pouca. Por portaria de 21 d'êste mês e ano foi mandado

que, em conformidade com o disposto no Decreto de 13 d'este mesmo mês, se proceda, sem perda de tempo, à organização de um Batalhão Nacional de Caçadores em Guimarães, usando o mesmo uniforme de caçadores de linha, com a diferença dos extremos da gola terem carcela e vistas de pano amarelo.

Dia 28 — Por decreto desta data, a comarca de Guimarães ficou composta dos julgados de Guimarães e de Fafe e a per-

tencer ao distrito judicial da Relação do Porto.

Dia 30 — Chegou a esta vila, a nomeação de coronel do Batalhão de Caçadores Nacionais, a qual recaiu no Barão de Vila Pouca. Este batalhão foi mandado organizar pelo Governo, assim como outros de outras terras, com o pretexto da guerra que se receava viesse a haver com a Espanha. Não se chegou a organizar (P. L.).

JOÃO LOPES DE FÁRIA.





SÔBRE AS ÁGUAS DO DILÚVIO, por César de Oliveira. Lisboa, 1940.

E', no género, das coisas melhores que tenho lido nestes últimos tempos. Claro, na exposição. Desassombrado, corajoso na atitude. Sólido, lógico, tragicamente lógico, na doutrina. Objectivo, no processo. Actual, no tema.

Chama-se este livro candente — *Sôbre as águas do dilúvio*. E' seu autor, o sr. César de Oliveira, escritor nacionalista.

Como nacionalista de boa fonte, combate a Democracia, não apenas como ideologia abstracta, como doutrina metafísica — mas na sua realidade prática — as Democracias. Parte dos factos, das realidades vivas e tangíveis, para formular a sua doutrina anti-democrática, inundando de luz os malefícios, as mentiras, os sofismas das Democracias, e as incongruências de muitos dos seus adeptos ou simpatizantes.

Porque muito mais do que combater a Democracia, se propôs o autor combater as Democracias.

E não faz sentido em verdade que defendam estas os que se dizem adversários daquela.

Que é, infelizmente, o que estamos a ver todos os dias: os inimigos da Democracia a sustentar a causa das Democracias!

Nos últimos acontecimentos fundamentais da Europa, elas marcaram a sua posição — que, aliás, era prevista, porque estava dentro da lógica do seu doutrina-

rismo. Têm-se mantido inflexivelmente nessa posição.

Desde o advento do Feixismo italiano que elas tôdas hostilizaram, até a subida ao poder do Marechal Hindenburgo, com o seu desfecho lógico no Nazismo hitleriano; desde a efêmera ditadura portuguesa de Pimenta de Castro ao aparecimento do 28 de Maio, passando pelo consulado de Sidónio Pais; desde a entrada na governação pública de Primo de Rivera, até à última guerra internacional de Espanha — as Democracias têm-se mantido na mesma posição de hostilidade definida, mais ou menos activa segundo as circunstâncias, transigindo aqui ou ali, mas nunca se conformando, às vezes, vencidas, mas nunca convencidas.

Por outro lado, sempre favoráveis, simpáticas, conformadas, paralelas, em face do comunismo assassino e ladravaz de Moscovo.

A Itália empreendeu a campanha da Abissínia?

As Democracias ergueram-se contra a Itália — não por amor do Négus, mas por ódio a Mussolini e ao Feixismo.

A Espanha legítima levantou-se contra a Espanha bastarda, e estrangeira?

As Democracias uniram-se contra a Espanha legítima — não por amor da Espanha vermelha, mas por ódio da Espanha legítima ditatorial e anti-democrática.

E na guerra longa que martirizou a Espanha, colocaram-se ao lado da Espanha legítima — Portugal, a Alemanha e a Itália; e ao lado da Espanha vermelha,

serviçal do comunismo moscovita, — as Democracias: Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos da América; e a Rússia que é a fase final da evolução democrática.

Empreendeu a Alemanha a sua campanha revisionista do Tratado de Versaillies? Logo as Democracias se uniram contra a Alemanha, a sabotar-lhe essa campanha.

Veio a guerra—declarada pelas Democracias. As suas figuras responsáveis e representativas milhentas vezes declararam que se tratava de luta entre as Democracias e as Ditaduras. E ainda não há muitos dias o chefe dos Estados Unidos da América proclamou em discurso solene, que era indispensável acabar com as Ditaduras na Europa.

Ora as Ditaduras na Europa, na concepção das Democracias, são: Portugal — com Salazar; a Espanha — com Franco; a Itália — com Mussolini; a Alemanha — com Hitler.

Simplemente — nem a Espanha é Ditadura; não o é Portugal; nem a Alemanha, nem a Itália.

Qualquer destes Estados tem orgânica constitucional. E se pode aceitar-se, no entanto, que a Espanha seja uma Ditadura, é indiscutível que os melhores espíritos franceses se não cansaram de demonstrar que o sistema político alemão é essencialmente democrático!

Mas para as democracias, só é digno, só é honesto, só é civilizado e filho do Direito, o Parlamentarismo, a Burla parlamentar.

Mas o Presidencialismo americano que tão aliado se mostra das Democracias parlamentares, que até se confunde com elas? Isso é outra coisa...

E' que há forças subterrâneas que actuam, não sei com que fins, e que trouxeram à Europa a maior, a mais deplorável, a mais horrível confusão dos espíritos.

Para me livrar da ruína irremediável, do caos catastrófico, deixei a anarquia parlamentar e abracei o sistema autoritário? As Democracias não viram isto com bons olhos, e ajudaram o meu inimigo nas múltiplas vezes que ele tentou vencer-me.

Quando veio a guerra de Espanha, temi pela minha independência. Coloquei-me ao lado da Espanha legítima, porque percebi que a vitória da Espanha vermelha

era a absorção fatal e imediata de Portugal, — não só em obediência ao imperativo do imperialismo revolucionário, mas também em obediência ao imperativo das Democracias inimigas da minha Ditadura.

Ajudei, portanto, o general Franco, e fiquei muito contente quando vi que vinham igualmente em seu auxilio, a Alemanha e a Itália. Grande serviço me prestaram as duas, por terem ajudado Franco a vencer a canalha vermelha. Tive, contra mim, então as Democracias. E sabe Deus o que elas me fizeram sofrer, por eu me recusar a segui-las dócilmente.

Como posso eu explicar aos que me ouvem, a minha mudança de posição — agora que as Democracias estão em guerra com os Estados autoritários, e declaram que querem acabar com as Ditaduras, e que para acabarem com elas, se lançaram na guerra? Como posso eu explicar a minha simpatia presente pelas Democracias, se elas se declaram minhas adversárias?

Os estados autoritários fizeram o que não deviam? Mas a Rússia fez pelo menos o mesmo que eles, e as Democracias não declararam guerra à Rússia! Antes pelo contrário...

Mas a Austria?! Perdão! Quem desfêz a Austria foram as Democracias — porque era a Austria católica e tradicional.

E' esta posição ilógica e absurda, um dos pontos mais interessantes do livro do sr. César de Oliveira. Deve andar na mão de todos. Lê-se de um fôlego, tal o dinamismo que o caracteriza.

ALFREDO PIMENTA.



A POESIA DE JORGE DE LIMA, por Manuel Anselmo. 1939. Edição do Autor.

Há muito que venho seguindo atenta e curiosamente a progressão ascendente de M. A., moço escritor cujo estilo nervoso e cujo desembaraço me impressionou quando há anos, através da sua *Gramática política*, tomei contacto com o seu espírito de escritor. E desde aí, talvez devido às palavras com que então me referi a essa obra e, posteriormente, às que se lhe seguiram, e que M. A. supôs serem: de simples amabilidade quando de facto elas pretenderam unicamente ser de justiça, o Autor tem-me

brindado com todos os trabalhos que afanosamente vem dando à luz e eu sempre com curiosidade percorro e com gosto saboreio.

Ultimamente brindou-me M. A. com o livro cujo título encima estas ligeiras notas e que subintitoulou *Ensaio de interpretação crítica*. Não será novidade para os meus raros leitores dizer-lhes que é na crítica literária que o espírito inquieto do A. parece querer fixar-se. E digo que é na crítica literária porque no meio da bagagem já grande que constitue a obra de M. A. são os livros de crítica que se contam em maior número. Num país em que a crítica literária digna dêste nome é rara, de raridade tal que quasi não existe, é sempre com desconfiança que um estudioso percorre as páginas de qualquer livro com pretensões a estudo crítico. Compreende-se esta atitude desde que se tenha presente que o espírito português, ousado e sonhador, «amavioso» como diria um poeta de Quinhentos, é estruturalmente não direi anti-crítico mas acritico.

Se modernamente a nossa bibliografia de crítica literária é já vasta pelo número de volumes, isso não quiere dizer que o nosso espírito tenha enfim enveredado por caminhos que até hoje lhe pareciam vedados. Essa abundância é ainda, a meu ver, um aspecto que em Portugal reveste a ditadura mental da França a pátria por excelência da crítica literária e que, juntamente com a Inglaterra, mantém em elevado grau o padrão da critica no vasto mundo das letras.

Ora os livros de critica de M. A., se se ressentem muito ainda da influência de além-Pireneus (e é êsse um defeito de que com certeza breve se corrigirá, pois M. A. tem capacidade e cultura suficientes para poder libertar-se inteiramente da tutela mental da França *et reliqua*), mostram-se por outro lado equilibrados e com finalidade honesta, sem intuitos reclamistas ou de escalada violenta do palácio da Glória.

M. A. vê justo, embora por vezes se encoste demasiado a autoridades alheias; estas se são imprescindíveis em exegese histórica, são absolutamente dispensáveis na critica, visto como esta é resultante immediata da reacção provocada por um autor no seu leitor; em definitivo a critica é apenas (ou deve sê-lo) função do gosto em presença duma obra. E que assim o compreende também mostra-o o facto de M. A. transcrever uma passagem de Sainte-Beuve na abertura do seu livro: *Le critique n'est*

qu'un homme qui sait lire, et qui apprend à lire aux autres. Daqui se conclue que percorrendo, ainda que rapidamente, as páginas de «A poesia de Jorge de Lima» nos impressione (ainda que menos do que nos livros anteriores de M. A.) a excessiva citação de autores, embora todos de nomeada, embora todos autoridades. M. A. alia ao seu temperamento exuberante de meridional ávido de conhecimento e de sensações, uma visão critica de rasgados horizontes que lhe darão — creio não me enganar — muito breve, o primado da critica entre os restrictos cultores do género em Portugal. A atestá-lo, além da *Antologia Moderna* (em que há páginas magnificas de justeza de visão) aí está êste seu novo livro que no seu conjunto é uma bela peça de critica literária simultaneamente subjectiva e objectiva.

Depois de numa lúcida *Introdução* nos dizer como compreende e o que pensa da critica, M. A. põe-nos em contacto com a personalidade e a obra de Jorge de Lima, um dos grandes poetas modernos da lingua portuguesa. A obra do autor de *Essa negra fulô* e da *Túnica inconsútil* não perde com a severa dissecação a que a sujeita no seu livro M. A. Os que a conhecem, melhor a compreenderão depois da sua leitura; os que a não conhecem, sentir-se-ão atraídos para ela, pois M. A. criticando é duma objectividade impecável. Se não posso, por diferença de temperamento de intelligência e de cultura, acompanhar M. A. em tôdas as suas conclusões respeitantes ao papel do poeta na arte, na vida e perante a realidade humana e social, não posso tão pouco deixar de fazer justiça às suas intenções e de reconhecer que embora considerando-a por prismas diferentes do meu M. A. procura com dignidade servir o espírito numa hora particularmente dolorosa em que o Mundo parece querer mergulhar de vez num mar de brutalidade ou cair em adoração extática ante o deus Força.

E será essa atitude que nobilita M. A. aos olhos de quantos ainda crêem que a única força perene é o Espírito, supremo senhor do Mundo que, quer queiram quer não, acaba sempre por dominar a matéria amorfa, inerte e incapaz de quaisquer vãos nobilitantes. Como servidor dos sagrados interesses do espirito é que me aprez sobremaneira saudar M. A. e apetece-lhe o lugar que lhe é devido pela sua intelligência num país onde tão poucos a possuem de verdade e tantos a supõem possuir...

LIVRO DOS ROUBOS q os franceses e vasallos del Rey de frança fizeram aos moradores desta villa de Guimarães e seu termo. Editado e proemiado por *Alfredo Pimenta*. Guimarães. Arquivo Municipal, 1940.

É sabido como nos princípios do século XVI, quando começaram a regressar a Portugal as náus que vinham da Índia carregadas de especiarias, a pirataria francesa, inglesa e holandesa — sobretudo a primeira — declarou guerra de morte ao comércio português. Mas se a sua atitude era condenável por constituir um roubo sem justificação de espécie alguma, muito mais condenável era a dos Reis que permitiam que em plena paz os seus súbditos assaltassem os navios duma nação amiga violando o direito e os tratados.

Foi a pirataria francesa a que mais se salientou nas suas rapinas e o dr. Alfredo Pimenta já o salientou com o devido relevo no seu *D. João III*, fundamental para o estudo desta época ainda tão mal compreendida por tantos que a supõem conhecer.

O livro agora dado à luz em bela edição do Arquivo Municipal de Guimarães, é o resultado das investigações que por ordem do *Piedoso* fez nesta cidade o licenciado Agostinho Cerveira. Pelas suas páginas se vê quanto no período que medeia entre 1513 a 1530 os piratas franceses lesaram o nosso país e referida a importância apenas aos habitantes de Guimarães que foram roubados. Pelo cômputo do dr. A. P. a «coisa» foi além de 370 contos em moeda actual. Como diz o ilustre prefaciador, este livro «é um dos mais eloquentes testemunhos das façanhas despudoradas dos piratas franceses que não estavam em guerra connosco, mas nos não tratariam pior se o estivessem», e constitue uma pequena achega para a grande acusação que ao mundo Portugal devia fazer das depredações de que foi vítima. De facto enquanto a Europa se degladiava em lutas mesquinhas de primazias ou de religião, nós íamos por esse mundo além a revelá-lo à outra parte e a civilizá-lo. Logo que se viu que com tal empresa magnífica outros poderiam aproveitar, surge por um lado a contestação à prioridade portuguesa em certos descobrimentos, por outro a tentativa de esbulho do que de direito nos pertencia porque o havíamos descoberto e regado com o nosso sangue, e por outro a pirataria a roubar sem

muito risco o que muito e muito nos custara a adquirir.

Este livro há-de servir no futuro de informação segura para uma história dos esbulhos de que Portugal tem sido vítima desde que se abalançou à empresa dos descobrimentos. Bem fez por isso o dr. A. P. em o editar.



COMO NASCEU PORTUGAL e INÉDITO
PRECIOSO DO CARDIAL SARAIVA,
por *Alfredo Pimenta*. Guimarães e
Lisboa, 1940.

O dr. A. P. acaba de aumentar a sua benemérita colecção «Estudos históricos» com mais dois opúsculos cujos títulos acima indiquei e que são dois novos estudos interessantes como os anteriores já publicados.

No primeiro (subintitulado «Carta ao Dr. A. de Magalhães Basto») debate-se a questão do lugar em que nasceu Portugal, questão que há tempos foi levantada por quem quer convencer-nos de que o facto se deu no Castelo da Feira, baseado, ao que parece, nas *Crônicas breves e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* e no *Nobiliário de D. Pedro*, nos quais se fala em dois castelos — o de Neiva e o da Feira (de Faria?) — que D. Afonso Henriques «furtara» a sua mãe. A tese é insubsistente, mas A. P. dá-lhe o golpe de misericórdia não só com lógica mas também com graça, aquela graça que o Autor sabe empregar a propósito na conversa e no que escreve. E conclue por que «O Estado português nasceu, não em 1115, quando D. Tezesa esboça o primeiro gesto de independência; não em 1127, ou na primavera de 1128, se, na verdade, nessas épocas, houve tentativas de rebelião, mas inegavelmente, em 24 de Junho de 1128, — em Guimarães». E' esta uma glória de que ninguém a poderá desapossar.

O segundo trabalho é uma comunicação feita em Fevereiro deste ano à Academia Portuguesa da História sobre um inédito de D. Fr. Francisco de S. Luiz e encontrado pelo A. num exemplar dos *Apointamentos archeológicos* de Diogo Köpke, exemplar que pertencera a este e A. P. agora adquiriu. Tal inédito é constituído por uma carta autógrafa do Cardial Saraiva endereçada a Diogo Köpke agradecendo-lhe a oferta dos seus *Apointamentos*; por duas

anotações do Patriarca ao citado livro, e por uma cópia feita por este da carta de confirmação e concessão de couto ao Arcebispo de Braga D. Paio dada por D. Afonso Henriques e tirada por D. Fr. Francisco do *Livro das Cadeias* do cabido da Sé de Braga.

Os eruditos de Portugal devem estar mais uma vez gratos a A. P. pelo novo « pitêu » que ofereceu no limiar deste ano à sua curiosidade e à sua « gula ».



BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS.
Arquivo Municipal de Guimarães,
1938-1939.

Os fascículos que tenho presente são os n.º 2 e 3 do vol. III, e 1 a 4 do vol. IV, referentes respectivamente a 1938 e 1939, desta útil publicação do Arquivo Municipal desta cidade.

Continua-se neste fascículo a publicação das *Inquirições sobre a pureza do sangue* e o *Livro das sepulturas... das Religiosas da Madre de Deus*, e publica outros estudos sobremaneira interessantes não só para o estudioso como para o erudito, tais como: *Para a história do Arcebispado de Braga, Instituição da Misericórdia desta muy noble e antiga Villa de Guimarães, A Santa Verónica da Colegiada de Guimarães, O Mosteiro da Madre de Deus de Guimaraens em 1776* e o interessantíssimo *Livro dos Privileg. de N. Senhora da Oliveyra* publicado e anotado pelo operoso secretário do *Boletim* sr. Rodrigo Pimenta com informações do *Livro dos Preveligiados das Ta-boas Vermelhas*.

Este último trabalho é de grande importância para a história do concelho de Guimarães e para a da sociedade e dos costumes em Portugal nos últimos séculos.

Trata-se da relação dos prédios possuídos pela Colegiada e cuja mudança sucessiva de inquilinos os Cônegos iam anotando com um cuidado que me parece muito pouco de acordo com os tempos. As anotações completam as informações do livro e esclarecem-no em muitos pontos.

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA.

O SONHO DA ÍNDIA, por Elaine Sanceau. Livraria Civilização. Pôrto, 1939.

Aqui está um livro que todos os portugueses deviam conhecer, principalmente aqueles que têm por costume dizer mal do que é nosso ou praticado por portugueses.

Afonso de Albuquerque é pouco conhecido entre nós pelo mau feitio que temos de deixar esquecer as figuras grandiosas da nossa História, eclipsadas pelo nome de algum político palrador ou por qualquer mata-frades que nada mais fez do que desnacionalizar Portugal, assoprando fratricídios e discórdias.

A reacção vai-se fazendo, é certo, mas, como todas as coisas que não são feitas ao acaso e precisam de demonstrar a sua solidez de lógica e de doutrina, só muito lentamente prossegue.

Porém — a par da reacção dos nacionais contra a mistificação e contra o erro, aparecem escritores estrangeiros, como Elaine Sanceau, a repor no seu lugar as figuras ingratamente esquecidas.

O *Sonho da Índia* relata-nos toda a nossa grandiosa epopeia da Índia e a acção de Albuquerque desenha-se tão fortemente que, por vezes, nos parecem lendários os seus feitos.

Elaine Sanceau, fina psicóloga, deu-nos um trabalho perfeito sobre o valor, a bravura e o heroísmo do famoso conquistador.

Goa, Ormuz e Malaca são três brilhantes puros da coroa de glória de Albuquerque e três pilares sobre a qual se apoia, indestrutivelmente, a História maravilhosa das nossas descobertas e das nossas conquistas.

Todo o livro se lê com prazer e com orgulho. Não há ressaibo a tradução, tão portuguesíssima ela é, e a edição honra a Editora Civilização, tal o apuro com que é apresentada, valorizada ainda por boas gravuras.



EM DEMANDA DO PRESTE JOÃO, por Elaine Sanceau. Livraria Civilização. Pôrto, 1939.

Outra cuidada edição de um outro valioso trabalho de Elaine Sanceau.

E' de notar, e com regosijo o fazemos,

o interesse que os escritores estrangeiros têm tomado, ultimamente, pelos assuntos portugueses.

Por toda a parte, a história e a literatura portuguesas têm inspirado trabalhos de valor, onde se faz justiça à que obra realizamos no decorrer dos séculos.

Elaine Sanceau que nos tinha dado já um Afonso de Albuquerque vigoroso e bem estudado, foi buscar aos nossos cronistas e aos antigos documentos os elementos para este trabalho.

Não há muito ainda que a conquista da Abissínia, feita pelos italianos, veio trazer à discussão diversos factos relacionados com a acção dos portugueses nas lendárias terras de Preste João.

Este livro historia-nos o que foi essa acção durante século e meio de contacto com o povo etíope e em cada uma das suas páginas se presta homenagem ao valor, à intrepidez e à obra missionária dos portugueses.

Como o anterior, este volume de história, é sobremodo útil aos portugueses de hoje. Elaine Sanceau tem vocação para trabalhos deste género, sendo de esperar que outros se sucedam.

A tradução feita, como a anterior, pelo Dr. José Francisco dos Santos, é vernácula, o que ainda mais valoriza os dois livros a que nos referimos.

Seria óptimo que todas as traduções se fizessem com este esmerado cuidado.



NIETZSCHE, por *Armando Morais*. Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1939.

Nietzsche tem os seus panegiristas e os seus detractores. E' coisa corrente, pois todos os que se erguem acima da vulgaridade e realizam uma obra, encontram sempre quem ache essa obra ora primorosa, ora detestável.

Entre nós pouco se tem tratado do famoso autor do *Zaratustra* e, no entanto, há muito de proveitoso na agressividade da sua obra e muito a ponderar na sua discutível teoria dos super-homens. Na própria Alemanha, Nietzsche viveu uma vida quasi ignorada e só depois da morte é que teve a sua hora de justiça.

O trabalho de Armando Morais é dos mais bem organizados que conhecemos para um melhor estudo de Nietzsche, poeta e estilista. Depois de nos dar um panorama geral da obra de Nietzsche, analisa as suas ideias sobre a poesia e sobre o estilo, desde as suas produções de juventude até à obra prima que é *Zaratustra* a qual, embora seja escrita em prosa, tem capítulos que Armando Morais classifica «de grande beleza, autêntica poesia por vezes, sempre modelos excelentes da melhor linguagem artística».

Armando Morais concorda que a «filosofia de Nietzsche, tomada à letra, é inaceitável, é quasi anti-humana», mas reconhece que «o que ainda persiste inatacável e persistirá é a parte artística e literária da sua obra». E foi esta que mais o interessou para a elaboração deste trabalho.



A RONDA DOS MESES, por *Maria de Castro Henriques Osswald*. Editora Educação Nacional. Porto, 1935.

E' um feixe de historiazinhas que se lêem com agrado. D. Maria Osswald foi procurar em cada um dos meses do ano motivos adequados a esta *Ronda dos meses*.

Desde a «Lenda da Neve» que começa com o Janeiro frio, mas de luar sereno, até Dezembro também frio, em que se celebra «O milagre» do Natal, a A. dá-nos a cor dos meses em maravilha de arco-iris, sempre de luz diferente. Janeiro é branco. Fevereiro é leve como uma criança. Março é florido como a varinha de S. José. Abril tem a cor das rosas. Maio é o mês da felicidade. Junho tem a cor do ouro. Julho tem o sabor dos frutos maduros. Agosto é o mês das canções e do mar. Setembro é infantil como as crianças. Outubro é o mês das vindimas e das uvas louras. Novembro é triste como a saúde. Dezembro é o mês do milagre que se revive sempre na contemplação do presépio.

E é isto a *Ronda dos meses*. Livro de colorido, da cor dos meses, arco-iris que diliciará as crianças, a quem é especialmente consagrado.

DEPOIS DE CASADOS, por O'Nevès. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1940.

A Clássica Editora, criou, há tempos, a sua *Colecção Branca*, colecção de romances escolhidos e, por isso, deveras louvável.

Depois de casados é o 15.º volume dessa colecção e o primeiro que conhecemos.

É um livro de ensinamentos onde se relata um dos muitos casos, hoje infelizmente tão vulgares, em que a vaidade feminina se sobreleva à virtude desigualável do Lar, trazendo a desilusão a duas almas que se uniram pelo casamento.

Este romance de O'Nevès é verdadeiramente admirável, porque em vez de explorar com as desinteligências que nascem entre Denis e Clara, o jovem casal, vai-nos conduzindo ao reconhecimento do erro e à restituição de Clara àquela santa paz que ela desconhecia porque, na sua frivolidade de mulher caprichosa, ainda a não tinha verdadeiramente procurado.

Lê-se com agrado, e as impertinências da sr.ª de Longjeau dão certo humorismo ao romance onde a figura simpática e fresca de Rosita nos aparece sempre a dissipar tôdas as discórdias. A tradução, de J. Castelo Branco, muito correcta.



A REVELAÇÃO DE JESUS CRISTO NA SUA MORTALHA, pelo Prof. Dr. *Velasco Martins*. Separata da Revista *Acção Médica*. Lisboa.

A investigação que se vem fazendo sobre se o Sudário de Turim é ou não o mesmo em que Nicodemos e José de Arimateia envolveram o corpo de Cristo, tem sido objecto de largos estudos e controvérsias.

A importância do assunto é flagrante e, por isso, justifica todos êsses estudos e o interesse que a controvérsia tem despertado nos meios cultos.

O sr. Dr. Velasco Martins publicou, em separata, o notável trabalho já publicado na *Acção Médica*, trabalho de natureza científica em que se procura demonstrar a revelação de Jesus feita com o próprio sangue no discutido Sudário.

Este trabalho é deveras escrupuloso, documentado por diversos gráficos e fotografias.

É evidente que a controvérsia se manterá ainda, tanto mais que existe, entre os próprios católicos, uma forte corrente negativista. Contudo este trabalho do Dr. V. Martins deve ser tomado em boa conta para um melhor esclarecimento do debatido problema a que a Igreja deu plena liberdade de discussão no intuito de fazer triunfar a verdade.



DIVORCIADA, por *Pierre Maurice*. Editora Educação Nacional. Porto, 1940.

O divórcio, êsse terrível inimigo da Família que leis nefastas legalizaram, tem sido assunto de vários trabalhos dos melhores escritores.

Divorciada é um romance são que Pierre Maurice escreveu para demonstrar os malefícios do divórcio, a assustadora praga dos nossos dias. A sua leitura é sãdia e, por isso, é proveitosa pelo bem que pode espalhar.

Quantas dementadas Marias, cheias de presunção, não abandonam os caminhos claros da fé para se embrenharem nos atalhos perigosos que conduzem à perdição e à desgraça?

O romance está bem escrito e o enredo bem trabalhado, com cenas comoventes e de pura espiritualidade, embora algumas se nos apresentem pouco naturais e um tanto ou quanto forçadas como, por exemplo, a quasi repentina conversão de Maria.

No entanto a sua leitura é atraente e a tradução está feita por mão de mestre — não fôsse ela de Botelho do Amaral, o apaixonado cultor da pureza da nossa língua!



LA MAESTRA Y EL MEDICO, por *Paulina Simoniello*. Editorial Tor. Buenos Aires.

O tema é já conhecido e tem sido aproveitado segundo a maneira de ver ou o sentido artístico dos que o têm tratado.

Paulina Simoniello, distinta poetisa argentina que revela neste poema «centenas de qualidades artísticas de feição filosófica e «modernista», distribuiu por Aldo e

Hada as missões que incumbem aos médicos e aos professores:

Tú curas el cuerpo
Yo curo las almas.

E' evidente que se não resume a isto o romântico poema. O amor serve de liame entre Aldo e Hada e Simoniello aproveita-o de tal maneira e com notável perfeição que podemos considerar meritório este poema. Estilo sóbrio, cheio de lirismo e de sentimento.



PREGHIERA ALLA MADRE IMMORTALE,
por *Carlo Martini*. Casa ed. «Quaderni di Poesia». Milano.

Carlo Martini é um poeta novo da nova Itália. As suas líricas são repassadas do amor da Pátria, porque cantam as suas virtudes, as suas esperanças, o seu misticismo.

Não existe nelas a indecisão péssimista que derranca as almas, tirando-lhes a virtude da fé, do brio patriótico, da dignidade, do heroísmo. Porque tudo neste livro é exaltação, fervor, anseio de mais e de melhor. Constitue um hino vibrante à nova Itália e é esperançosa promessa de que Martini há-de marcar, na poesia de nossos dias, um lugar de relêvo.



TIEMPO LITERÁRIO, por *Pedro Pérez-Clotet*. Colección «Isla». Villaluenga del Rosário.

Esta interessante «plaquette» foca alguns dos vultos poéticos de Espanha. Clotet escreveu-a com aquela vivacidade tão próprio do andaluz.

A Espanha martirizada e heróica ergue-se, assim, em manifestações de beleza, cantando a vitória como «Los gallos en el Poema del Cid» com que abre *Tiempo Literário*.

Clotet deixa-nos óptima impressão com este seu trabalho. A vida e a obra de Santa Teresa — «El Poeta en su huerto» — revela excelentes qualidades de prosador ao mesmo tempo que a glosa consagrada à poetisa galega Rosalia de Castro afirma uma apurada sensibilidade artística.

Assim *Tiempo Literário* reúne à cavaleirosa bravura do Cid o alto idealismo de D. Quixote.



INTIMITÀ, por *Carlo Martini*. Casa Editrice Quaderni di Poesia. Milano.

Viva il Portogallo! E' com este viva, subscrito por Martini, que me chega às mãos *Intimità*, livro consagrado à mãe do Poeta. Todo êle é uma jóia preciosíssima de bons versos.

Em *Intimità* há poesia, sentimento, ritmo, suavidade, inspiração elevada, tudo quanto pode formar a alma de um Artista. Martini é, de facto, um grande Artista, com senso ritmico e uma sólida formação poetica. Os seus versos deliciam e têm merecimento.

Por isso, quando lemos «Pace», com que fecha *Intimità* não podemos deixar de dizer como Martini em «La Casa del Poeta»:

Signor, proteggi il cuore del cantore,
dà al mio poeta la gioia più grande,
la vittoria più bella!.....

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

ÍNDICE DO XVI VOLUME

TEXTO :	PÁGS.
1940 — Ano Áureo — <i>Redacção</i>	5
A saúde em António Sardinha — A. <i>Saraiva de Carvalho</i>	7 e 33
António Sardinha — Escultura de Raúl Xavier — <i>Luiz Chaves</i>	17
Para o monumento a António Sardinha — <i>Redacção</i>	18
Regresso ao lar — <i>César de Oliveira</i>	19
Lendas de outrora, e de sempre... — <i>Fernando de Aguiar</i>	23 e 50
Velharias Vimaraneses — 1840 — <i>João Lopes de Faria</i>	28, 60, 208 e 254
O espólio literário de Carlos Eugénio Corrêa da Silva (Paço d'Arcos) — O poeta — <i>Ruy Galvão de Carvalho</i>	41
O grande Pan morreu!... — <i>César de Oliveira</i>	56
D. Egas Moniz, «dapifer curiae» — D. <i>Fernando de Tavares e Távora</i>	65
D. Afonso Henriques — <i>José Trêpa</i>	70
Para a história das Inquirições Régias — <i>Alfredo Pimenta</i>	71
Virgem Santa Maria de Guimarães — <i>Alberto Vieira Braga</i>	76
Febo Moniz, o herói vencido — <i>Mário Gonçalves Viana</i>	85
O espírito universalista dos portugueses na expansão do Império — <i>Manuel Araújo</i>	90
Miguel de Vasconcelos — O seu tempo e a sua morte — <i>João Neiva</i>	96
O Século da Restauração — <i>Feliciano Ramos</i>	107
D. João V — <i>António Alvaro Dória</i>	148
Mousinho — <i>Afonso Lopes Vieira</i>	160
Per Signum Crucis — <i>César de Oliveira</i>	164
A Casa de Bragança e as Comemorações Centenárias	168
Poesia — <i>Azinhah Abelho</i>	170
Pátria imortal — <i>Jerónimo de Almeida</i>	171
O sangue duma raça — <i>José de Oliveira</i>	172
Manuel Tomás, poeta vimaranense da Restauração — <i>Manuel Alves de Oliveira</i>	174
Portugal seja louvado! — <i>Hipólito Raposo</i>	189
Não me agradeças, não! — <i>Arlindo Veiga dos Santos</i>	199
A Reconquista da Autoridade — <i>Fernando Campos</i>	200
E', ou não é? — <i>César de Oliveira</i>	203
Para o monumento a António Sardinha.	210
Infantes de Portugal — <i>Alfredo Pimenta</i>	221
Na torre mais alta — <i>António Corrêa d'Oliveira</i>	224
Panorama da poesia italiana — <i>Carlo Martini</i>	230
«Gente de Cinema» — <i>Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães</i>	234
À margem de um centenário — <i>Fernando Campos</i>	243
A propósito de um soneto de A. Lopes de Almeida — A. <i>Saraiva de Carvalho</i>	247

Dos Livros & dos Autores :

	PÁGS.
<i>Viagem</i> , por Cecília Meireles	30
<i>Mulheres e crianças</i> , por Maria Amália Vaz de Carvalho	32
<i>O Legionário</i> , por Domingos Gonçalves de Andrade	32
<i>História da Guerra de Espanha</i> (1.º vol.), por R. Brasillach e M. Bardèche	63
<i>Sonho de Rainha</i> , por Charles Feley	63
<i>O Grande Meaulnes</i> , por Alain Fournier	64
<i>História dos Desportos em Portugal</i> (fascículo n.º 1), por Tavares da Silva, Ricardo Ornelas e Ribeiro dos Reis	64
<i>Milagres da nossa terra</i> , por Maria de Castro Henriques Osswald	64
<i>Antologia de sermões do Padre António Vieira</i> , por Mário Gonçalves Viana	211
<i>Ibero-Amerikanisches Archiv</i>	211
<i>A unidade alemã</i> , pelo Dr. Oswald Barão Hoyningen-Huene	212
<i>Arte e História e Um verbete de bibliografia artística</i> , por Armando de Mattos	212
<i>O Pai</i> , por L. Rouzic. Tradução, adaptação e notas de Mário Gonçalves Viana	213
<i>Roteiro da Ribeira Lima</i> , pelo Conde d'Aurora	213
<i>Boletim Cultural</i> , Suplemento trimestral do Boletim da Câmara Municipal do Porto, vol. II, fasc. III e IV.	214
<i>Ocidente</i> , Revista portuguesa mensal, n.ºs 25 a 28	214
<i>Afonso de Albuquerque</i> , por Mário Gonçalves Viana	215
<i>Mussolini</i> , por Giorgio Pini	216
<i>Protecção à maternidade e à infância na Itália</i> , por Pietro Corsi	216
<i>Camões poeta bucólico</i> , por Francisco da Costa Marques	216
<i>Revista de Guimarães</i> , volume especial comemorativo dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal	217
<i>Roteiro da cidade de Guimarães</i> , por Jerónimo de Almeida, (2.ª ed.)	219
<i>Ulle o anão</i> , por Vicki Baum	219
<i>Combates com monstros marinhos</i> , por F. S. Mitchell Hedges	219
<i>Já não temos vinte anos</i> , por Américo Durão	220
<i>Sobre as águas do dilúvio</i> , por César de Oliveira	256
<i>A poesia de Jorge de Lima</i> , por Manuel Anselmo	257
<i>Liuro dos Roubos</i> q̃ os franceses e vasalos del Rej de frança fizeram aos moradores desta villa de Guimarães e seu termo. Editado e proemiado por Alfredo Pimenta	258
<i>Como nasceu Portugal e Inédito precioso do Cardial Saraiva</i> , por Alfredo Pimenta	259
<i>Boletim de Trabalhos Históricos</i> , 1938-1939	260
<i>O Sonho da Índia</i> , por Elaine Sanceau	260
<i>Em demanda do Preste João</i> , por Elaine Sanceau	260
<i>Nietzsche</i> , por Armando Morais	261
<i>A ronda dos meses</i> , por Mária de Castro Henriques Osswald	261

	PÁGS.
<i>Depois de casados</i> , por O'Nèvès	262
<i>A revelação de Jesus Cristo na sua mortalha</i> , pelo Prof. Dr. Velasco Martins.	262
<i>Divorçada</i> , por Pierre Maurice	262
<i>La maestra y el medico</i> , por Paulina Simoniello	262
<i>Preghiera alla Madre Immortale</i> , por Carlo Martini	263
<i>Tiempo Literário</i> , por Pedro Pérez-Clotet	263
<i>Intimità</i> , por Carlo Martini	263

Índice das gravuras:

Rosacea da Fundação	65
Castelo de Guimarães	68
Estátua de D. Afonso Henriques.	69
Testamento de D. Afonso Henriques	72
Túmulo de D. Afonso Henriques na Igreja de Santa Cruz, de Coimbra	73
A histórica igreja de Nossa Senhora da Oliveira	80
Imagem antiga de Nossa Senhora da Oliveira	80
A espada de D. Afonso Henriques	81
1.º Foral de Guimarães	92
Gravura antiga sobre o milagre de Ourique	93
El-Rei D. João IV	112
Gravura antiga sobre a Restauração	113
D. Duarte Nuno, Duque de Bragança e descendente dos Reis de Portugal	168
Guimarães — Paços dos Duques de Bragança	169
Manuel Guimarães	236



ÍNDICE DOS AUTORES

	PÁGS.
Afonso Lopes Vieira	160
Alberto Vieira Braga	76
Alfredo Pimenta 71 e	221
António Alvaro Dória.	148
António Corrêa d'Oliveira	224
Arlindo Veiga dos Santos	199
A. Saraiva de Carvalho 7, 33 e	247
Azinhah Abelho.	170
Carlo Martini	230
César de Oliveira 19, 56, 164 e	203
Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães	234
Feliciano Ramos	107
Fernando de Aguiar 23 e	50
Fernando de Campos 200 e	243
Fernando de Tavares e Távora (D.).	65
Hipólito Raposo	189
Jerónimo de Almeida	171
João Lopes de Faria 28, 60, 208 e	254
João Neiva	96
José de Oliveira.	172
José Trepa	70
Luiz Chaves.	17
Manuel Alves de Oliveira.	174
Manuel Araújo	90
Mário Gonçalves Viana	85
Ruy Galvão de Carvalho	41

